

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - CEG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ANTONIO MARCOS MYSKIW

**A FRONTEIRA COMO DESTINO DE VIAGEM:
A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1876-1907)**

Q U A L I F I C A Ç ã O

D O U T O R A D O

Niterói/RJ
2008

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	003
MEMORIAL.....	008
PROJETO DA TESE.....	023
PLANO DE REDAÇÃO DA TESE.....	061
VERSÃO PRELIMINAR DA TESE (COPIÃO).....	068
1. VIAJANTES, FRONTEIRAS E HISTORIADORES.....	069
1.1 Os viajantes e seus relatos: um inventário.....	069
1.1.1 O olhar e as memórias de viagens.....	094
1.2 O Oeste paranaense como Fronteira.....	101
1.3 Os historiadores e memorialistas a historiar a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.....	126
2. NOS RELATOS DE VIAGENS, A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA.....	128
2.1 Rumo aos saltos de Sete Quedas, os irmãos Borba.....	131
2.2 As Colônias Militares de Chopim e Chapecó.....	153
2.3 José Francisco Thomaz do Nascimento e os sertões a Oeste de Guarapuava.....	165
2.4 José Maria de Brito e a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu.....	180
2.5 A construção da Fronteira.....	195
3. A COLÔNIA MILITAR NA FOZ DO RIO IGUAÇU: O OLHAR DOS VIAJANTES (1889/1906).....	197
3.1 Os viajantes e as viagens, contextos e textos.....	201
3.1.1 José Cândido da Silva Muricy, à Foz do Iguaçu.....	201
3.1.2 Domingos Nascimento, pela Fronteira.....	216
3.1.3 Cândido Ferreira de Abreu, um engenheiro na Fronteira.....	227
3.1.4 Silveira Netto, do Guairá aos Saltos do Iguaçu.....	238
3.2 A colônia Militar de Foz do Iguaçu sob o olhar dos viajantes.....	244
4. SER COLONO NA FRONTEIRA.....	272
4.1 Os colonos queixosos.....	272

APRESENTAÇÃO

A história dos livros de viagem é, de certa forma, a história das próprias viagens, que se perpetuam como relatos.¹

Henrique Soares Carneiro

A epígrafe tecida por Henrique Soares Carneiro ao discorrer sobre o imaginário nas viagens modernas visando refletir sobre Ciência, Literatura e Turismo, leva o historiador a refletir. Nos livros de viagens figuram histórias das viagens realizadas pelos viajantes, porém, não todas as histórias, e sim uma determinada parte das histórias vividas por determinado viajante, ordenadas no tempo e no espaço. Como as viagens, os livros cumprem a alguns objetivos. E, é em relação a esses objetivos que, na maioria das vezes, pautam-se as escolhas dos fatos vividos durante as viagens para serem transformados em histórias que irão constar nas páginas e linhas dos livros impressos.

Assim como os viajantes, os historiadores também fazem seleções de objetos, temas, problemas, fontes documentais e ângulos de abordagens, sempre (ou quase sempre) desejando trazer à comunidade de historiadores e à sociedade em geral, um novo olhar sobre a História, materializada em livro impresso. No nosso caso, em tese (ou no que virá a tornar-se tese). Como as viagens, as teses cumprem a alguns objetivos, que constam no “projeto da

¹ CARNEIRO, Henrique Soares. “O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura e turismo” *História: Questões & Debates*. Nº 35, 2001. p. 232.

tese”. Os viajantes, por sua vez, se prendem ao “roteiro da viagem”. Historiadores e viajantes, no fazer-se da viagem e da tese, trocam de papéis. Historiadores transformados em viajantes ao sabor das fontes documentais e os viajantes em historiadores ao narrarem as histórias vividas.

Nessa inversão de papéis os historiadores perceberam que existe a possibilidade de se escrever não uma, mas várias teses a partir de um mesmo conjunto de escritos de viagens. No “projeto da tese” figurava uma idéia do que seria pesquisado. Ao se pesquisar, outras possibilidades de pesquisas vieram à tona. Alterações no rumo da pesquisa vieram a ocorrer, ora mediante sugestão do professor orientador, ora mediante escolha do próprio pesquisador. Eis o que cumpre essa apresentação: pontuar as alterações feitas no decorrer da pesquisa em relação ao projeto original apresentado à banca de seleção.

A primeira questão a ser pontuada refere-se ao tema de pesquisa. No projeto de pesquisa o tema centrava-se no estudo da história do Oeste Paranaense entre os anos de 1876 e 1941. O objetivo geral era perceber como os viajantes descreveram (em forma de narrativas de viagem) o Oeste Paranaense e, de como essas narrativas foram posteriormente utilizadas por historiadores e memorialistas para reescrever a história do Oeste Paranaense. Para isso, fazia-se necessário centrar atenção em torno do contexto em que as viagens foram realizadas, no contexto da produção das narrativas, das suas publicações, circulação e inserção social dos viajantes; perceber que tipo de memórias se faziam presentes nas narrativas de viagens; e a utilização dos relatos de viagens pelos historiadores e memorialistas para reescrever a história do Oeste Paranaense anterior à densa colonização, iniciada em fins da década de 1940.

Como se nota, a pesquisa se desenhava em torno das leituras e reflexões sobre História Cultural, mais precisamente, da circularidade cultural e da cultura impressa, com base nas pesquisas de Roger Chartier, Robert Darnton, Carlo Ginzburg, Michel de Certeau e Umberto Eco. Também se assentava nos estudos de Michel Pollak, de Jacques Le Goff e de outros

pesquisadores em relação à Memória, esquecimento e “amnésia social”, como estratégia para pensar a reescrita da História pelos historiadores e memorialistas, assim como da seleção de fatos e informações pelos viajantes quando da produção dos relatos de viagens.

Com as alterações feitas no decorrer da pesquisa e da escrita da tese, o tema central da pesquisa continua a ser o estudo do Oeste Paranaense tendo como suporte documental principal os relatos de viagens. Foram feitos, no entanto, recortes partir da redefinição do ângulo de abordagem das fontes documentais, idéia essa nascida a partir das disciplinas cursadas no doutorado e dos diálogos com Márcia Motta (primeira orientadora). Os viajantes e os relatos de viagens cumpriam um papel importante para com o processo inicial de ocupação das terras a Oeste dos Campos de Guarapuava, visto que as narrativas mais do que informar as potencialidades e os caminhos de como se chegar aos lugares visitados, forneciam informações preciosas sobre as dificuldades a serem enfrentadas por aqueles que decidissem ir em busca de terras devolutas e férteis, entre outras coisas mais. Com base nisso, passou-se a pensar o Oeste Paranaense como um lugar a ser explorado, ocupado, colonizado. A ênfase inicial dada à História Cultural cedeu vez à História Agrária; dos conceitos de cultura impressa e circularidade cultural passamos a fazer uso do conceito de Fronteira, porém sem abandonar por completo o olhar sobre a cultura impressa por ser importante para refletir sobre os viajantes e os contextos de produção e publicação dos relatos de viagens.

Os viajantes construíram a Fronteira em seus relatos de viagens e, ao discorrerem sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (instalada em 1889, na margem esquerda do rio Paraná) direta e/ou indiretamente, forneciam informações de grande valor histórico em relação à ocupação e exploração das terras na Fronteira Oeste. A busca por novas fontes documentais (Relatórios administrativos da Colônia Militar, Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, Ata de Audiência Particular com colonos, e artigos de jornais que versavam sobre a Colônia Militar), nos obrigou a operar outros

recortes. Num primeiro momento, o Oeste do Paraná em fins de novecentos (1876/1889) é nosso objeto de atenção, cuja meta está em perceber como os viajantes construíram a Fronteira, o Oeste do Paraná em seus relatos. Em seguida a atenção volta-se sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (desde sua implantação em 1889 até o ano de 1907), mediante o cruzamento dos relatos de viagens com os Relatórios administrativos da Colônia Militar e de outros textos publicados em forma de artigos em jornais cariocas e guarapuavanos. Procura-se compreender o seu funcionamento e as estratégias levadas a cabo pelos seus diretores para manter a Colônia Militar em funcionamento. Por fim, ao se explorar a Ata de Audiência Particular (1907) em que constam queixas de quase cinco dezenas de colonos em relação aos desmandos e conflitos diversos ocorridos dentro do território da Colônia Militar, pretende-se refletir sobre as formas de acesso e uso da terra e a exploração das matas, com ênfase aos conflitos agrários.

O estudo da história do Oeste Paranaense a partir do conceito de Fronteira (como um lugar e não limite territorial) permite ao historiador perceber que existiam anseios políticos, militares e particulares ao se empreender a ocupação e colonização do Oeste mediante a implantação de Colônias Militares. Ao se instalar a Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos limites territoriais do Brasil com a Argentina e o Paraguai, tencionava-se fazer avançar a linha de Fronteira de maneira rápida até o rio Paraná. Porém, falta de manutenção dos caminhos terrestres e à distância a ser percorrida até Guarapuava acabou por isolar a Colônia Militar do restante do Brasil. Para sobreviver, vários diretores que estiveram à frente da Colônia Militar passaram a estreitar relações comerciais com empresários ervateiros e madeireiros de Posadas e Corrientes, na Argentina. A extração de erva-mate e de madeira visando a comercialização fez muitos colonos abandonar o trabalho agrícola e dedicar-se ao extrativismo, com anuência dos militares. Tal prática, com o passar do tempo, fez com que colonos e militares a depender dos comerciantes argentinos em relação à aquisição de alimentos, bebidas, roupas e ferramentas, visto que o atraso nas remessas de dinheiro e comida

oriundos de Guarapuava era freqüente. Ao perceber isso, Jorge Schimmelpfeng (que estava à frente da Agência Fiscal de Rendas do Paraná, montada nas imediações da Colônia Militar) passou a negociar com comerciantes argentinos a edificação de um “bolicho” (casa de comércio, armazém) dentro das terras pertencentes à Colônia Militar e com apoio dos diretores da Colônia Militar. O armazém, e mais tarde o hotel que edificou próximo aos Saltos de Santa Maria (hoje Cataratas do Iguaçu) lhe facultou reconhecimento social e poder ao fazer uso das práticas coronelísticas para obter o que desejava. Dentre os desejos, dinheiro e terras, esta última, obtida ao entrar em conflito com os colonos que, mesmo tendo documentos provisórios das terras, (18 anos após a fundação da Colônia Militar), elas ainda não haviam sido demarcadas e tituladas. Eis a síntese do que se pretende abordar na tese.

Os conflitos atrelados à posse de terras e da exploração das matas, ao contrário do que a historiografia até então tem frisado, não passaram a acontecer somente com a densa colonização da região Oeste do Paraná. Os conflitos e os confrontos em torno da posse de terras e da exploração das florestas eram resultados do avanço da linha de fronteira em fins do século XIX. Para aquelas pessoas (e famílias) cadastradas como colonos na Colônia Militar, o acesso à terra e a exploração das matas na Fronteira Oeste simbolizava a esperança num futuro melhor e diferente do tempo presente, porém, para muitos se fez acompanhar dos embates, das resistências, dos protestos e das mortes. Eis a tese a ser defendida.

MEMORIAL

Cuida esse Memorial em fazer a apresentação de minha trajetória acadêmica. É necessário, no entanto, regressar ao início da década de 1990 e a partir deste recorte cronológico mostrar ao leitor como um conjunto de fatos históricos me levou a cursar História e, mais tarde, a fazer mestrado e doutorado em História, ambos na UFF (e sem bolsa).

Ao concluir o 2º Grau em Assistente em Administração (1992), não havia muitas oportunidades de emprego na cidade de Ibema/PR (Oeste do Paraná), onde eu e meus pais morávamos. A cidade acabara de ser emancipada de Catanduvas/PR. Tudo estava por começar, mesmo tendo um parque industrial já estruturado (madeireiras, cerealistas, fábrica de papel e outras empresas menores). Meu pai era (e ainda é) caminhoneiro. Naquela época tinha um Mercedes-Benz 1313, trucado, azul petróleo. Ser caminhoneiro era uma opção, mas pouco tempo depois, num exame médico de rotina, descobriu-se que eu tinha um sério problema de coluna: escoliose. O uso de aparelho não ajudou a diminuir o problema e tive de enfrentar uma cirurgia (1993), em que foram feitas raspagens em algumas vértebras e a colocação de uma haste de platina na coluna, que ali está até hoje.

Não fazer atividades físicas de alto impacto (saltar, jogar bola, etc.) e levantar pesos acima de 30 kg era uma recomendação médica. Portanto, vir a ser caminhoneiro como meu pai, já não dava mais. O que fazer então. Fui fazer escola técnica do SENAI, em Cascavel/PR, a 56 km de distância de Ibema. O curso técnico que me interessou foi “Eletricista Residencial e Industrial”, que conclui em fins de 1993. Nesse curso, além das atividades

relativas ao exercício do ofício de eletricitista, aprendi noções básicas de desenho industrial e residencial. Foi como auxiliar de desenho industrial que ingressei no meu primeiro emprego, na fábrica de papel “Ibema Papéis”, onde trabalhavam aproximadamente mil funcionários. No departamento de projetos, trabalhei junto com Deoclélio e Junior. O primeiro, desenhista chefe, que me ensinou muita coisa. Por muito tempo me espelhei nele como profissional. Ele tinha apenas o braço direito. É, desenhava só com um braço e com o que sobrou do outro, que lhe foi arrancado em um acidente numa serraria.

A minha saída daquela empresa foi para cursar a faculdade de Engenharia Civil, na UNITAU, em Taubaté/SP no ano de 1995. Como eu já tinha experiência em desenho e com uma série de instrumentos de medição, cálculos de estrutura, e outras coisas mais, entendia que Engenharia era uma área que eu poderia “me dar bem”. Logo no primeiro ano, 3 dependências, em disciplinas ligadas à área de exatas. Em dezembro do mesmo ano, tranquei a matrícula e voltei para a casa de meus pais. No ano seguinte, comecei a trabalhar na Construtora JL, em Cascavel, como desenhista projetista. Auxiliava uma arquiteta na área de decoração de ambientes. Nesse mesmo ano, meu único irmão (Mauro) passou no vestibular para Educação Física, na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), *campi* de Marechal Cândido Rondon/PR (70 km, de Cascavel). Fui visitá-lo muitas vezes.

Numa dessas viagens a Marechal Cândido Rondon, conheci alguns alunos e um professor do curso de História, da Unioeste. Aos poucos, mediante a influência desse professor e alunos, me fizeram ver o que era, para que servia e quais oportunidades de trabalho eu poderia vir a ter na área de História. Decidi fazer vestibular para História, na Unioeste. Passei e me tornei “calouro” de cabelos raspados no primeiro dia de aula. Com 23 anos de idade, mais maduro e experiente, pude aproveitar o máximo que o curso de História poderia fornecer, pois o pai estava a “paitrocinar” as minhas despesas de faculdade e as de meu irmão. Acabei por me destacar dos demais alunos em sala de aula, o que me rendeu um convite para ser bolsista PIBIC/CNPq. Convite esse, feito por Silvio Galvão de Queirós (*in memoriam*) que havia

recém concluído o mestrado na UFF, sobre Portugal Medieval, sob orientação de Vânia Fróes. Amadurecemos juntos o projeto PIBIC, que teve por título “*O Poder Régio em Portugal: a imagem do Rei D. Afonso V. Estudo de Crônicas e cronistas Ibéricos dos séculos XV e XVI*”. Após conseguir a bolsa uma fatalidade veio a acontecer. O professor Silvio veio a falecer, vítima de acidente de automóvel. Fiquei sem orientador e a bolsa, pois não havia outro professor naquela área a orientar com fôlego tal pesquisa.

Pouco tempo depois, um novo convite para assumir uma bolsa PIBIC/CNPq foi a mim feito, pelo professor Valdir Gregory (naquela época Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Unioeste) que havia um ano concluído o doutorado em História, também na UFF, sob orientação de Helena Isabel Mueller. Eu teria de assumir uma bolsa que já estava em andamento e, voltava-se ao estudo da história da colonização da região Oeste do Paraná. Assumi a bolsa PIBIC/CNPq em janeiro de 1999 e, com menos de 4 meses de leituras sobre o tema, apresentei meu primeiro trabalho no *VIII Encontro anual de Iniciação Científica PIBIC/CNPq*, realizado em Cascavel, em que discorri sobre algumas estratégias de colonização aplicadas por diferentes empresas colonizadoras no processo de ocupação das terras na região Oeste e Sudoeste do Paraná. Há um registro fotográfico desse momento, feito pela esposa do professor Valdir, que carinhosamente chamo de Tere Gregory. Ao ver essa fotografia hoje, impressiona-me como eu era magro, esquelético.

Em meados de 1999, construímos (eu e o professor Valdir) um novo projeto PIBIC/CNPq, cujo título era: GOVERNO X COLONIZADORAS: O CASO DO PARANÁ (1930-60). Sob esse título, escondia-se um objetivo específico: estudo dos conflitos agrários ocorridos antes, durante e após a densa colonização da região Oeste do Paraná. Uma das primeiras coisas que fizemos com relação a esse projeto, foi realizar uma visita ao acervo documental do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com sede em Cascavel. Lá, em meio a dezenas de caixas e outras pilhas de papéis, plantas de terrenos, mapas e processos internos daquele órgão,

encontramos uma série de documentos que versavam sobre conflitos de terras na região Oeste do Paraná, dentre eles, um Relatório administrativo escrito pelo DGTC/PR (Departamento Geral de Terras e Cartografia do Estado do Paraná), datado de 1966. Nesse relatório, constava em detalhes, uma descrição minuciosa dos conflitos de terras que estavam a afligir a região de Faixa de Fronteira Internacional em território paranaense, seguido de muitos mapas.

Centramos atenção e pesquisa no Relatório do DGTC/PR, de meados de 1999 a meados de 2000. Dessa pesquisa, nasceu a monografia de conclusão de Curso: TITULAÇÃO DE TERRAS NO OESTE PARANAENSE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL, defendida alguns meses antes do prazo considerado “normal”, sob orientação de Valdir Gregory. Na banca, ao invés de três membros, 4: Valdir Gregory, José Adilçom Campigotto (já Doutor), Davi Félix Schreiner (doutorando pela USP) e Sessuana Paese (chefe regional do INCRA, de Cascavel). Afora algumas observações pontuais, o estudo foi bem aceito pela banca, obtendo nota máxima.

Antes disso, no entanto, ainda em 1999 apresentei três trabalhos em eventos: “O fim do Brasil escravo a partir da caricatura (1880-1888)” e “Atuação das empresas colonizadoras no processo de (re)ocupação do território Oeste do Paraná (1940-1970), ambos na *I Semana Acadêmica do Curso de História da Unioeste*; e “Colonização em pequenas propriedades: o caso do Oeste Paranaense”, na *I Expedição Geográfica da Unioeste*, publicado posteriormente na revista *Ciência Geográfica*, da AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros), de Bauru/SP. Em 2000, ainda antes da defesa da monografia, apresentei o trabalho “Posse e titulação de terras no Oeste Paranaense”, no *IX Encontro anual de Iniciação Científica PIBIC/CNPq*, em Londrina/PR. Após a defesa da monografia (18/09/2000), apresentei o trabalho “Da necessidade de titular e regularizar terras no Oeste Paranaense: uma análise de discurso”, no VII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – Anpuh/PR, em Marechal Cândido Rondon. Evento esse, que fez parte da comissão organizadora local.

Ainda em 2000, paralelamente às aulas, ao projeto PIBIC/CNPq e à monografia, participei do projeto de extensão *(Re)vivendo a Escola: organização dos acervos documentais do Colégio Eron Domingues (1958/1998)*, coordenados por Robson Laverdi e Dilma Andrade de Paula, ambos docentes do curso de História da Unioeste. Desse projeto, nasceu o artigo “História Oral: experiências e reflexões no Colégio Eron Domingues”, publicado no Jornal *Fronteiras*, do CEPEDAL (Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina), alocado na Unioeste (*campi* de Marechal Cândido Rondon). O referido artigo foi publicado junto com Fábio André Hahn, outro discente que participou do projeto de extensão, hoje, doutorando pela UFF/Unicentro.

O ano 2000 foi importante na minha trajetória acadêmica, não só pelo que havia escrito e publicado, mas pelas oportunidades que vieram a surgir. O professor Valdir Gregory havia assumido levar à frente a idéia de se implantar um programa de Mestrado/Doutorado Interinstitucional com a UFF, visando a capacitação profissional dos professores vinculados (ou não) ao curso de História da Unioeste. Das muitas conversas, reuniões, viagens, acordos e planos foram assinados entre a Unioeste e a UFF. O processo seletivo, salvo engano, ocorreu em fevereiro de 2000, do qual tive a oportunidade de auxiliar a banca de seleção, composta por Vânia Fróes, Ismênia de Lima Martins, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Ronaldo Vainfas. Incumbência essa, delegada por meu orientador Valdir Gregory. Além de conhecer e conversar com os membros da referida banca, participei como aluno “ouvinte e falante” de dois cursos e, desses cursos, aos poucos amadureci a idéia de prestar seleção para o Mestrado, seja na UFF, seja em outra IES.

O sucesso daquela turma de mestrandos e doutorandos UFF/Unioeste motivou a seleção de uma nova turma, agora apenas para mestrado em História. A seleção de novos alunos ocorreu janeiro de 2001, da qual fui candidato a uma vaga, com o projeto “NÃO SENHOR? ESSA TERRA É MINHA!”: conflito e direito a terra no oeste paranaense (1950-1970)”. O projeto então apresentado à banca de seleção visava dar continuidade ao

estudo dos conflitos agrários ocorridos no Oeste do Paraná, nas décadas de 1950 e 1970, iniciados com a monografia de conclusão de curso, porém de forma mais profunda e complexa fazendo uso de novas fontes documentais.

Vânia Fróes, Ismênia de Lima Martins, Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas compunham a banca. A aprovação veio após 3 dias de provas (escrita e de língua estrangeira), de entrevista e de ansiedade, pois haviam duas dezenas de candidatos de diferentes cidades do Paraná. Ainda hoje me lembro o quão surpreso fiquei ao saber que, no edital final do processo seletivo, eu havia ficado em 2º lugar. Em abril de 2001 tiveram início as disciplinas: *Metodologia e Técnica de Pesquisa em História*, ministrada pelos professores Ronaldo Vainfas e Luiz Carlos Soares. Como as aulas eram condensadas, no intervalo de uma semana, uma nova disciplina passou a ser ministrada: *Trabalhismo e Desenvolvimento no Brasil (1930/1964)*, tendo por professores Carlos Gabriel Guimarães e Jorge Ferreira. Entre agosto e novembro, 3 novos cursos intensivos: “Movimentos sociais rurais e urbanos no Brasil do século XIX”, ministrado pelas professoras Gladys Sabina Ribeiro e Márcia Motta; “Metodologias em História Cultural”, ministrado pelos professores Ciro Flamarion Cardoso e Vânia Leite Fróes; e “Identidade étnica e Cultura: novas perspectivas histórico-antropológicas para o estudo da alteridade”, ministrada pelos professores Maria Regina Celestino de Almeida e Valdir Gregory.

Em 8 meses, li “trocentos” livros, textos e mais textos. Aulas, manhã, tarde e, às vezes, à noite também. Lembro-me de um episódio ocorrido durante o curso ministrado por Ciro Flamarion Cardoso. Na manhã de 11 de setembro de 2001, estava ele a falar sobre semiótica e análise de filmes, quando, um dos alunos ao sair da sala soube que, nos Estados Unidos, um ataque terrorista acabara de acontecer e estava sendo transmitido ao vivo pela televisão. Poucos instantes depois, a notícia chegou até nós através do aluno. Uma pausa para o café e para saber do ocorrido. Lembro que a primeira cena que vi ao chegar perto de uma televisão foi de bombeiros correndo para salvar a si próprios, pois as torres gêmeas do World Trade

Center estavam desabando. Ao retornarmos para sala e reiniciar a aula, logo surgiu uma questão nascida de uma leitura feita pelo prof. Ciro sobre a supremacia norte-americana no mundo. Falara ele que os EUA teriam em pouco tempo um concorrente à altura: a China. Frente a esses acontecimentos, disse Ciro, os Estados Unidos iriam reagir, bastaria identificar os mentores dos atentados, complementando que o 11 de setembro simbolizaria o início do século XXI.

Tendo concluído os créditos das disciplinas e as Atividades Programadas I e II, restava escrever a dissertação. Sem bolsa de estudos, voltei para a casa de meus pais em Ibema, onde escrevi parte da dissertação. No início de 2002, abriu seleção para professor colaborador na Unioeste. Para a área de História havia duas vagas, sob título genérico de História Social. Após a inscrição e três semanas de preparação dos 6 pontos, que eram: Colonialismo e emigração na História Regional Paranaense; Etnografia como meio de investigação antropológica; Raça e Eugenia nas políticas de ocupação populacional do Brasil no século XX; O pensamento político nas doutrinas liberais do século XIX; Globalização Econômica e o Mercosul na historiografia econômica; e Tradições e festas enquanto manifestação cultural.

Aula seguida de entrevista e análise de *currículum*. 18 candidatos, 2 vagas. Colonialismo e emigração na História Regional Paranaense foi o ponto sorteado para a aula. Falei sobre a Colônia Witmarsun (formada por imigrantes alemães (oriundos da Rússia) que reemigraram de Santa Catarina, a partir do livro *Campos Gerais: estruturas agrárias* (1968), organizado por Altiva Balhana Pilatti e Brasil Pinheiro Machado. Na entrevista, a banca perguntou sobre todos os demais pontos, mais precisamente, de como eu faria para organizar uma aula sobre tais temas. Por intuição, eu já havia preparado até planos de aulas, com metodologias, atividades práticas, etc. e tal. Na análise do *currículum*, a falta de experiência em docência no ensino superior e médio prejudicou um pouco a nota. Mas, obtive a aprovação em 2º lugar.

Meus professores tornaram-se colegas de trabalho. Assumi as disciplinas de História Contemporânea (matutino e noturno) e História do Paraná (matutino) e mais algumas orientações de monografias e estágios. Para completar as 40 horas semanais, cadastrei meu projeto de pesquisa que estava a desenvolver no mestrado no setor de Pesquisa da Unioeste. Também passei a fazer parte do Grupo de Pesquisa *Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional*, coordenado por Erneldo Schallenberger e Valdir Gregory, do qual estive à frente por dois anos seguidos como secretário.

Em 09/10/2002, numa das salas do Bloco O, na UFF, campus do Gragoatá, em Niterói/RJ, estava eu, a banca e mais algumas pessoas para proceder a defesa da dissertação que tinha por título “COLONOS, POSSEIROS E GRILEIROS: CONFLITO DE TERRAS NO OESTE PARANAENSE (1961/66)”. Na banca, Valdir Gregory (orientador), Márcia Motta e Maria Yedda Linhares. Após muitas observações, anotações, orientações, sugestões de pesquisas futuras, e uma breve reunião da banca sem minha presença (como é de praxe), o momento triunfal: a aprovação com méritos. Eis um novo mestre em História.

Nos dois anos que atuei como docente no Curso de História da Unioeste, além de uma vasta experiência em sala de aula, tive a oportunidade de orientar 12 monografias de conclusão de curso, boa parte delas, sobre a História do Oeste Paranaense e História do Paraná. Junto ao Grupo de Pesquisa, amadureci outros temas de pesquisa, dentre eles, o que viria a ser o tema que dedico atenção no doutorado. Vários artigos, resenhas e até verbetes para o *Dicionário da Terra* (organizado por Márcia Motta, publicado em 2005) foram escritos, além do convite para ajudar a escrever dois livros: *Mercedes: uma história de encontros* (2004), escrito junto com Valdir Gregory e Tarcisio Vanderlinde; e *Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias* (2004), escrito junto com Valdir Gregory e Tere Gregory.

Apreendi, também, a perceber, conhecer e de me esquivar, quando podia, do lado mesquinho e político de se trabalhar numa instituição pública. Nas campanhas políticas para Reitor, Diretor de *Campi* e chefe do curso de

História, por exemplo, o uso de alunos, de funcionários e a pressão psicológica para que se tomasse uma posição era “coisa de outro mundo”. Ao tomar posição declarada, a pressão tornou-se também declarada, assim como as investidas contra mim (e a outros professores) em reuniões do colegiado e em sessões de defesas de monografias. Para sacanear, detonavam o orientando e, por extensão, o professor orientador. Eu não estava só nesse “barco”. Outros professores foram alvos de acusações e ações mais graves, como a acusação de que eu, prof. Valdir, Tarcisio e Tere Gregory estávamos a escrever livros para a “elite” ler e se deliciar com as histórias deles narradas por historiadores de uma universidade pública. Falavam isso, sem, no entanto sequer imaginar como e por quais caminhos os livros sobre Mercedes e Pato Bragado estavam a ser construídos. Para um leitor cuidadoso, a nossa resposta aos “críticos” estão impressos em cada página de ambos os livros.

Em março de 2004 encerrou o meu contrato com a Unioeste. A convite, fui lecionar História na Unimeo/Ctesop, com sede em Assis Chateaubriand/PR, onde estou vinculado até hoje. Instituição de caráter privado com 9 cursos de graduação, dentre eles, História (licenciatura plena). Aos poucos, ao longo de 4 anos, tornou-se um reduto de professores com mestrado pela UFF. Além de mim, Fábio André Hahn, Paulo Roberto Esbabo, Alexandre Pierezan, Márcia Regina Ristow e Marlene Marques dos Santos. “Filhos” do programa de Interinstitucional UFF/Unioeste. Leciono 4 disciplinas no curso de graduação de História da Unimeo/Ctesop: História Antiga, História Contemporânea, História do Paraná e História do Brasil I (Colônia e Império). Em 2005, montei junto com Fábio André Hahn o projeto do curso de Pós-Graduação em História Regional (especialização). Procuramos agregar vários outros professores de universidades (públicas e particulares) para lecionar algumas disciplinas, contando também com professores do curso de História. “História e historiografia regional” e “História e Movimentos Sociais Rurais” são as disciplinas que tenho ministrado na especialização. Até o presente momento, tenho sob meus cuidados 8 alunos, todos com temas regionais e/ou locais. Lentamente, novos estudos sobre o Médio Oeste Paranaense estão a surgir e

a renovar e rever o que até então havia sido escrito do passado de Assis Chateaubriand e de outros municípios.

A idéia de lançar-me ao doutorado havia nascido ainda em 2003, numa reunião do Grupo de Pesquisa *Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional*. Naquela reunião de trabalho, apresentei aos demais membros do grupo um texto, ainda incompleto, que discorria sobre alguns relatos de viagens (de brasileiros e estrangeiros) que eu havia coletado em diferentes lugares, bibliotecas, acervos documentais e Centros de Documentação com sede no Paraná, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os comentários ao texto desferidos pelos colegas de pesquisa, junto das sugestões, observações, críticas e elogios, foram importantes e me fizeram abrir os olhos para a novidade que eu estava apresentar como pesquisa. Porém, foi somente em meados de 2004 que transformei aquelas idéias (que figuravam no texto inicial) num projeto de pesquisa. A idéia central era, a partir dos relatos de viagens construídos por viajantes paranaenses (entre fins de oitocentos até a quarta década de novecentos) ao se lançarem em viagens em direção ao Oeste do Paraná, fazer um estudo dos escritos de viagens partindo de uma óptica cultural, mais precisamente, da cultura impressa. De que maneira os escritos de viagens construíram o Oeste Paranaense e como foram lidos e utilizados por memorialistas e historiadores para escrever a história da região Oeste, assim como a produção, circulação, leitura dos relatos de viagens na capital paranaense.

Fiz inscrição para a seleção de doutorado na UFPR, em outubro de 2004, sem, no entanto, fazer contatos com possíveis orientadores. A primeira etapa era a análise do projeto, etapa essa que passei ao atribuírem nota 7,5 ao projeto. A segunda fase constituía-se da entrevista e, por final, a análise do *curriculum*. Logo que entrei na sala, percebi que eu não conhecia nenhum dos professores que lá estavam sentados atrás de uma mesa, alguns fumando, outros apenas me observando. A primeira pergunta foi com relação aos motivos da escolha do referido programa de Pós-Graduação? Pontuei algumas qualidades e atrelei-as ao projeto e à especificidade de ser um

estudo sobre o Paraná, etc. e tal. Afora essa questão, os demais comentários feitos por eles foi com relação ao projeto, que segundo eles era inviável e que estudos semelhantes já haviam sido feitos. Citaram o estudo de José Henrique Rollo Gonçalves como exemplo, que por sinal eu conhecia bem o conteúdo e a forma com que ele havia construído o texto. Argumentei no sentido de que a proposta apresentada diferenciava-se dos estudos existentes, pois se voltava à cultura impressa, à circularidade cultural e não identidade e representações como fez José Henrique Rollo Gonçalves. Atribuíram nota 6.0 à entrevista e, com isso, fui desclassificado.

Alguns meses depois, mais precisamente em janeiro de 2005, uma mensagem de texto enviada por Fábio André Hahn ao meu telefone celular fez-me pensar em prestar novo processo seletivo para doutorado. A mensagem dizia que a UFF havia feito um convênio com a Unicentro (Universidade Estadual do Centro Oeste) e iria ofertar vagas para Mestrado e Doutorado em História. Preparei toda a papelada e fomos fazer a inscrição em Guarapuava. Fiz várias alterações no projeto que eu havia enviado à UFPR, que passou a ser intitulado O OESTE PARANAENSE NOS ESCRITOS DE VIAGENS (1876/1941).

O processo seletivo ocorreu no início de março de 2005. Tanto para as vagas de Mestrado como as de Doutorado a concorrência era grande. Começamos pela prova de língua estrangeira: Francês, pois espanhol eu já havia conseguido proficiência quando da seleção de Mestrado. A prova não estava difícil, ou, pelo menos não senti dificuldades em traduzir e interpretar as questões propostas. Atribuíram nota 9.0 à prova. No dia seguinte (02/03/2005), aos aprovados, era vez da entrevista e análise do *Curriculum*. Na banca, estavam Márcia Motta, Beatriz Anselmo Olinto, Ismênia de Lima Martins, Carlos Gabriel Guimarães e Ronaldo Vainfas. Chegada a minha vez, entrei na sala um tanto quanto tenso. Porém, a tensão se desfez na medida em que passei a conversar com os membros da banca.

Ismênia foi muito meiga ao pedir desculpas por não ter me cumprimentado pelos corredores da Unicentro. Ronaldo Vainfas, por sua vez,

fez várias perguntas sobre o projeto, das quais uma questão se destacou: Se eu chegara a conhecer o livro de Francisco Moraes Paz, intitulado *Na poética história – a realização da Utopia Nacional Oitocentista*. Explicou que a obra era resultado da tese de doutorado de Francisco Moraes Paz e que ele havia participado da banca de defesa. A pergunta era pertinente, pois não figurava na bibliografia alencada no projeto. A resposta que dei foi a seguinte: Sim, que conhecia a referida obra e já a tinha lido. Comentei, inclusive, o excesso de discussão teórica que se fazia presente naquele estudo, que Vainfas concordou. Contei, ainda, que a obra não figurava entre as referências visto que eu somente tinha encontrado o referido livro uma semana após o envio do projeto para efetuar a inscrição do processo seletivo. O exemplar foi literalmente encontrado, pois não estava nas prateleiras de História, e sim de Literatura, da Biblioteca Pública de Assis Chateaubriand/PR. Carlos Gabriel Guimarães salientou que era importante se atentar para a figura do engenheiro André Rebouças, personagem esse, que até então eu não havia dado valor. Márcia Motta fez uma pergunta que jamais irei esquecer. Por que eu não havia discutido o conceito de fronteira no projeto, visto que era essencial à pesquisa que eu propunha fazer. E mais, disse ela, logo você que escreveu o verbete fronteira para o *Dicionário da Terra*. Pediu ela para que eu falasse um pouco sobre o conceito de Fronteira, o que fiz resumidamente.

Ao sair da sala, estava bem mais leve e esperançoso, porém com receio frente às questões feitas. No final da manhã do dia seguinte saíram as notas da entrevista e do *currículo*: 9,5 e 90, respectivamente. A alegria era grande, pois eu tinha ficado em primeiro lugar no processo seletivo. Eu não esperava tal resultado. Em 17 de junho de 2005, numa reunião com alunos UFF/Unicentro (mestrado e doutorado) ficamos a saber que as aulas iriam demorar a acontecer visto que o projeto enviado à Fundação Araucária iria ser aprovado, no entanto, o dinheiro iria ser liberado no ano seguinte. Havia outros detalhes e outras discussões que não irei detalhar nesse memorial. A Unicentro assumiu todas as despesas de viagens, hotel e alimentação dos professores, além das despesas de secretaria, livros e material de expediente

até que se efetuassem a liberação do dinheiro pela Fundação Araucária. Isso mostrava a seriedade com que a Instituição com relação ao convênio firmado com a UFF e com os alunos.

Em agosto de 2005 tiveram início as aulas na Unicentro. Márcia Motta e Ismênia de Lima Martins ministraram Atividades Programadas I. Ali foram definidos os possíveis orientadores e cursos a serem feitos. Márcia Motta aceitou me orientar e, ao ver a relação de cursos ofertados e os cursos que eu havia feito no mestrado, em conjunto decidimos que eu iria fazer as disciplinas de Historiografia II (Brasil Império) e Historiografia III (Brasil República). Ambos os cursos foram ministrados em março de 2006, tendo as professoras Márcia Motta e Gladys Sabina Ribeiro ministrado o curso de Historiografia II, e o professor Jorge Ferreira ministrado o curso de Historiografia III.

Em março de 2006, ao dialogar com Márcia Motta sobre os rumos da pesquisa, sugeri-me repensar as idéias iniciais que constavam no projeto, centrando a atenção no conceito de fronteira. Algumas semanas depois, enviei um novo roteiro detalhando cada capítulo do que eu iria fazer, sem, no entanto, abandonar a idéia inicial do projeto que era fazer uso dos relatos de viagens. Márcia Motta fez algumas observações pertinentes e, solicitou para que eu começasse a escrever e lhe enviasse como monografia de final de curso um texto inicial. Na medida em que o texto fosse nascendo iríamos traçar e redefinir os temas e ângulos de abordagens.

Ao sair da seção de orientação com Márcia Motta, passei numa livraria e, ao percorrer as prateleiras de História encontrei um pequeno livro que tinha por título *Descoberta e fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu*, de José Maria de Brito. Era uma reedição do texto publicado na Revista do IHGE/PR em 1977, agora em formato de livro e com um anexo ao texto, o que me chamou a atenção. Tratava-se de dados referentes a uma *Ata de Audiência Particular* feita por militares junto aos colonos que residiam na Colônia Militar, e que aos militares relatavam suas queixas, dentre elas, a não demarcação das terras, da falta de titulação das mesmas, e outras coisas mais.

Ao ler o documento em anexo, surgiu a idéia de construir a tese tendo a Colônia Militar e os colonos como focos de atenção. O conceito de fronteira e os relatos de viagens se encaixavam perfeitamente a essa nova perspectiva de pesquisa. Reelaborei o cronograma da tese, redirecionei o roteiro da tese e lentamente comecei a escrever. Lentamente, pois a carga de atividades na Unimeo/Ctesop e mais o convite para assumir a coordenação do curso de História da Faculdade Missioneira do Paraná (FAMIPAR, em Cascavel/PR), fizeram-me escrever a passos de tartaruga, ou seja, nos finais de semana.

Nas férias de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, preparativos para uma vida a dois: locação de casa, compra de móveis e outras tantas coisas. O casamento com Kelly Regina Sarinhos deu-se em 09/03/2007. Ela professora de português e tens ajudado a lapidar meus escritos. O primeiro capítulo da tese ficou pronto em junho de 2007, que teve por título “A fronteira como destino de viagem”. Numa reunião com Márcia Motta, em julho de 2007, sugeri algumas alterações e disse para continuar a redação dos demais capítulos. Em meados de novembro de 2007, uma nova reunião. Levei o que já havia escrito do segundo capítulo. Nessa reunião, Márcia Motta sugeri a troca de professor orientador. Justificou e indicou o nome da professora Beatriz Anselmo Olinto como orientadora. Mediante a justificativa apontada, estritamente voltada a fatores externos à orientação e a relação entre orientando e orientador, acatei e aceitei a nova orientadora.

A professora Beatriz conseguiu localizar outros documentos preciosos para minha pesquisa e, com toda paciência e faro de pesquisadora, têm lido e relido os textos que tenho lhe enviado via e-mail, retornando-os com outras sugestões e, também elogios. Em comum acordo, decidimos que março de 2008 seria uma ótima data para realizar a qualificação da tese. Também decidimos fazer algumas alterações no roteiro da tese. Desde então, os meses de dezembro e janeiro, que comumente são para descanso, dediquei-me à escritura da tese, do memorial, da elaboração dos mapas, da apresentação e do corpo da tese (4 capítulos, dois deles não concluídos), que seguem como “copião”. Para dedicar-me ainda mais à tese, na segunda

semana de janeiro de 2008 pedi demissão do cargo de coordenação do curso de História da FAMIPAR (Cascavel/PR).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
Centro de Estudos Gerais – CEG
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História

**O OESTE PARANAENSE NOS ESCRITOS
DE VIAJANTES (1876/1941)**

ANTONIO MARCOS MYSKIW

ÁREA TEMÁTICA:
Contemporânea II (Cultura e sociedade)

POSTULAÇÃO:
Doutorado

Assis Chateaubriand/PR,
fevereiro de 2005

O OESTE PARANAENSE NOS ESCRITOS DE VIAJANTES (1876/1941)

TEMA DE PESQUISA

A viagem é um tema inesgotável que fascina e inspira literatos, filósofos, historiadores, memorialistas, arqueólogos, cientistas, viajantes de todo o tipo.²

Eulália Maria Lahmeyer Lobo

A epígrafe acima, de Eulália Maria Lahmeyer Lobo, demonstra em poucas palavras o imenso terreno que pode ser percorrido por historiadores quando se têm em mãos alguns escritos de viajantes. O terreno torna-se ainda mais fértil e inspirador na medida em que o pesquisador (ou o leitor) tem conhecimento, mediante leituras, do contexto histórico em que as viagens foram realizadas, além de informações sobre a inserção sócio-cultural dos viajantes ao construírem suas memórias de viagens. É o que tem feito o autor destas palavras há alguns anos.³

O prazer pela leitura de memórias de viajantes sobre a região oeste do Paraná, anterior à densa colonização (que tem início em 1950) foi tomando fôlego na medida em que se realizava levantamento de fontes para a pesquisa de mestrado. Os relatos de viagens não foram utilizados na referida pesquisa, porém foram reproduzidos e arquivados para pesquisas futuras. Pode-se dizer que é o “vício” de todo pesquisador, percorrer arquivos, acervos, cebos, “xerocar”, arquivar para pesquisas futuras, ou sugerir a alunos ou amigos, novos (ou outros) temas de pesquisa.

² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “Viagem e viajantes: o remoto, o desconhecido e o maravilhoso”. In: *Viagens e viajantes, almocreves, bandeirantes, tropeiros e navegantes – ANAIS do III Colóquio Luso-Brasileiro*. Vol I. Niterói/RJ; Foz do Iguaçu/PR, 1996. p. 191.

³ Parte das pesquisas foram transformadas num artigo, publicado (em 2003) na revista eletrônica CANTAREIRA (UFF) sob o título “Memórias e paisagens do oeste do Paraná (1892)”. Outro texto mais denso utilizando as narrativas de viagens para compor o cenário histórico da região oeste do Paraná no início do século XX, foi publicado no livro “Porto Britânia a Pato Bragado: Memórias e histórias” (2004), em co-autoria com Valdir Gregory e Lúcia T. Macena Gregory.

A escrita da história a partir de narrativas construídas por viajantes e/ou exploradores passaram a ser incorporadas à tradição historiográfica brasileira no momento em que a história do Brasil configurar-se-ia num fator importante para se pensar e construir a identidade nacional. Para essa finalidade fundava-se, em 1838, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o objetivo de construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.⁴ Aos membros efetivos do IHGB exigia-se a apresentação de trabalhos sobre história, geografia e/ou etnografia do Brasil. Notadamente regionalistas, as pesquisas faziam uso, entre outras tipologias documentais, de diários e narrativas de viagens.

Relatos de viagens do francês Auguste de Saint-Hilaire⁵, do alemão Robert Avé-Lallemant⁶ e do inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither⁷ constituem-se em narrativas de grande valia para o estudo de peculiaridades da história e geografia do Brasil e do Paraná.⁸ É a partir destas e outras narrativas de viagens que os “homens de letras” paranaenses começariam a pensar e escrever a história do Paraná.⁹ Uma das primeiras manifestações procurando valorizar o Paraná como região foi a fundação do Museu Paranaense, por Ermelindo Agostinho Leão, em 1876. Objetivava-se “abrigar” os estudos antropológicos e etnográficos do Estado, bem como indagar “a

⁴ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os Institutos Históricos e Geográficos: ‘Guardiões da História Oficial’.” In: _____. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 99.

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela Comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995.

⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *1858, viagem pelo Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995.

⁷ BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – 3 anos em suas florestas e campos*. Curitiba: Coleção Brasil Diferente, 2002.

⁸ É importante frisar que, desde o século XVI, uma série de viajantes que percorreram o atual território paranaense, dentre eles, o espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, o alemão Ulrich Schmidl, o jesuíta espanhol Antonio Ruyz de Montoya, as expedições de Afonso Botelho (na redemarcação territorial do Brasil, em 1758) e a expedição de Francisco Nunes Pereira, que encontrou em 1769, as ruínas de Villa Rica del Espiritu Santu. Não utilizaremos tais relatos devido ao recorte temporal.

⁹ Cf. PEREIRA, Luís Fernando Lopes. “O imaginário paranaense da I República”. In: _____. *Paranismo: o Paraná inventado*. 2 ed. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998. pp. 19-63.

respeito de exemplares de nossa fauna, mineralogia e espécimes vários de archeologia indígena e de ethnologia brasileira de antiga idade histórica”.¹⁰ É nesse período que, rumo à região oeste do Paraná, deslocaram-se os militares Nestor e Telêmaco Borba. Da viagem exploratória a Sete Quedas resultou o folheto *Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba, com notas e considerações geraes pelo Engenheiro André Rebouças*, editado em 1876, na cidade de Curitiba (e reeditado no Rio de Janeiro, pela Casa Mont’Alverne, em 1897).¹¹ Este folheto está entre os primeiros títulos recebidos pelo Museu Paranaense e traz em seu interior variadas informações sobre a fauna e a flora da fronteira. Tal “excursão” servia, entre outras coisas, para averiguar e noticiar a situação da fronteira Brasil-Paraguai, visto que, alguns anos antes (1865 e 1870), Brasil, Uruguai e Argentina guerreavam com o Paraguai. Tal conflito havia mostrado ao governo imperial brasileiro a fragilidade da fronteira na região oeste de Santa Catarina, Paraná e região sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul).

Com o intento de assegurar a posse definitiva da fronteira, o governo imperial resolveu instalar Colônias Militares na região sudoeste e oeste do Paraná. Com isso, as narrativas sobre o referido espaço aumentaram significativamente, a começar pelos relatórios de atividades dos militares. O sargento José Maria de Brito, que acompanhava os trabalhos de abertura de picadas rumo à foz do rio Iguaçu entre os anos 1888 e 1889, elaborou um detalhado relatório de atividades, intitulado *Descoberta de Foz do Iguassú e fundação da Colônia Militar – 1889*.¹² Mesmo não sendo muito extenso, o relatório é rico em detalhes da vivência cotidiano da equipe de soldados que realizavam os trabalhos de abertura das picadas em meio à densa mata.

¹⁰ BOLETIM DO MUSEU PARANAENSE. Nº 1, Curitiba, jun/1904 APUD. SANTOS, José Carlos dos. *Praticantes da escrita e construtores do espaço: narrativas sobre o homem e o território, nas décadas de 1930 e 1940*. Curitiba: UFPR, 2002. [Tese de Doutorado em História]. p. 104.

¹¹ BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas” (1876). In: *Monumenta – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

¹² BRITO, José Maria de. “Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar”. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR*. Curitiba, 1977. v. 32. pp. 45-72.

“Entre os quilômetros 205 e 206, a contar do rio Chagu”, lembra o sargento José Maria de Brito, “fomos surpreendido com o encontro de uma picada em uso, com evidentes restos de pegadas de animais e homens. Os homens experimentaram tanta emoção, tão forte, tão viva, que não puderam falar, nem atenderam ao tenente que lhes falara, no momento! Não era para menos! Tantos meses internados, passando a mesma vida sem mutação de painel, sem atrativos, insípida, sem notícias”.¹³ Os “restos de pegadas de animais e homens” impressos numa picada em uso, eram indícios fortes de que os soldados não estavam sozinhos. Muitos soldados imaginaram ser pegadas indígenas. “O chefe suspendeu o trabalho o resto do dia e foi verificar o significado d’aquela novidade, acompanhado por alguns homens da turma. Na distância de uma légua aproximadamente, encontraram um acampamento de ervateiros paraguaios. Tão grande foi a surpresa que ficaram atoleimados”.¹⁴

A surpresa, deveras era grande. Pela primeira vez, a presença de estrangeiros em território brasileiro era confirmada. Tanto o sargento José Maria de Brito como seus superiores (o engenheiro tenente José Joaquim Firmino) tinham lido os relatos da viagem exploratória realizada a Sete Quedas, em 1875, por Nestor e Telêmaco Borba. Não havia, naquele texto, indícios da presença de paraguaios, e sim, de índios guaranis e coroados. O relatório de atividades foi escrito pelo sargento José Maria de Brito, em agosto de 1889, quando ocorreu seu retorno a Guarapuava. O texto foi endereçado ao capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo e ao governador da Província do Paraná, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Foi publicado como artigo no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGE/PR), em 1977.

A instalação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu ocorreu ainda no ano de 1889, um período conturbado devido à proclamação da República e as indefinições políticas na capital da província do Paraná, que continuaram nos anos seguintes. Nesse clima de instabilidade política, o tenente do exército

¹³ BRITO, José Maria de. “Descoberta de Foz... Op. cit. p. 59.

¹⁴ Idem. p. 59.

José Cândido da Silva Muricy integrava a “Comissão Estratégica do Paraná”, que tinha por objetivo manter e ampliar os caminhos abertos em 1889, rumo à Colônia Militar da foz do rio Iguaçu. Em 1892, José Muricy foi encarregado de manter abertas e transitáveis os caminhos entre a Colônia Militar do Iguaçu e a cidade de Guarapuava, “formando para isso turmas de trabalhadores, civis e militares, dirigidas por officiaes”.¹⁵ Dessa viagem nasceu a obra *A Foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú, em novembro de 1892*, publicada em Curitiba pela Imprensa Paranaense no ano de 1896.

José Muricy havia tido longas conversas com o sargento José Maria de Brito e também chegou a ler o relatório elaborado pelo sargento, em 1889. A respeito da presença de ervateiros paraguaios em território brasileiro, José Muricy argumenta que eram, na verdade, índios paraguaios, “donde fugiram para evitar a perseguição do general Escobar, que primeiro chegou a Tacurúpuçu, entranharam-se nos nossos sertões e, até agora alli têm vivido, mas muito redusidos já, pela cruel guerra que lhes movem os tigres e os coroados. Estes últimos, cuja verdadeira denominação é de Caigangs, matam os homens para roubarem as mulheres, que acham muito bonitas”.¹⁶ A narrativa da viagem segue descrevendo os difíceis dias de trabalho sob sol forte ou sob chuva, a paisagem desanimadora, os inseparáveis mosquitos, a chegada à Colônia Militar e as péssimas condições de vida na fronteira, pois, “o dinheiro brasileiro valia muito menos que o dinheiro argentino e paraguayano [...] Os gêneros fornecidos não eram bons e a carne secca que vinha de Posadas (cidade argentina) coberta de uma camada branca de bolor, continha além dos ossos da costela, as vértebras, buxo, língua, beiços, etc.”.¹⁷ Também constou em suas narrativas, a excursão às cataratas do rio Iguaçu, rio Paraná e Sete Quedas: “Tínhamos um grande sentimento de sermos tão pouco a admirar obra tão bella da natureza; e como ahi, em diversos outros pontos de

¹⁵ MURICY, José. *A Foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú, em novembro de 1892*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896. p. 4.

¹⁶ MURICY, José. *A Foz do Iguassú...* Op. cit. p. 3.

¹⁷ Idem. p. 16.

nosso Estado, tivemos além d'esse sentimento, o de não encontrarmos logo a quem communicar as impressões que nos iam n'alma".¹⁸

O clima de tensão no cenário político paranaense diminuiu com o passar dos anos. A efervescência cultural da capital paranaense parecia contagiar a intelectuais, militares, empresários e políticos, principalmente no ano de 1903, quando comemorar-se-ia o quinquagésimo aniversário de emancipação política do Paraná. O jornalista e intelectual paranaense Domingos Nascimento, foi convidado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná para participar dos festejos comemorativos. Sua participação ocorreria escrevendo um livro sobre a atividade humana na fronteira sudoeste e oeste do Estado do Paraná, percorrendo o curso dos rios Iguaçu e Paraná. Da jornada de 380 léguas percorridas em "103 dias de longa e penosa viagem através de sertões" nasceu a obra *Pela fronteira*, publicada em 1903.¹⁹ A riqueza literária desta obra é contagiante, que se completa com o olhar garimpeiro e crítico do autor sobre diversos assuntos, dos quais destacam narrativas sobre os tropeiros, os conflitos existentes entre os índios botocudos e coroados pela definição de seu território e, a figura do monge João Maria, um "cenobita, um velho rijo e seco, anda há 40 anos perambulando por aquelas paragens. [...] Andarilho de primeira, erra por montes e valles, andrajoso e esqualido, com um bastão apenas por arma. [...] Para as populações do interior, esse indivíduo é um santo, porque até o presente, dizem os seus fieis, ainda não deu motivos de uma queixa sequer".²⁰ As críticas foram destinadas ao governo republicano e paranaense em relação ao estado de abandono das áreas limítrofes com a Argentina e o Paraguai: "Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, enquanto nós, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes dos seus caprichos".²¹ A sugestão dada pelo autor era prover a fronteira de meios de

¹⁸ Idem. p. 53.

¹⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1903. p. 1.

²⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. cit. p. 28.

²¹ Idem. p. 189.

comunicações, principalmente estradas, cujas margens poderiam ser povoadas de lavradores e fazendeiros.

Estradas, caminhos e rios. Tais elementos eram (e ainda são) indispensáveis para todo aquele que pretende viajar, ainda mais se esta viagem fosse em direção ao oeste paranaense no início do século XX. Os viajantes comentados até agora, fizeram uso de três rotas diferenciadas: Para chegar a Sete Quedas, Nestor e Telêmaco Borba construíram seu itinerário tendo como pontos principais o rio Paranapenema (que desaguava no rio Paraná, há poucos quilômetros dos saltos das Sete Quedas) e o rio Piquiri (utilizado para o retorno à capital paranaense). O sargento José Maria de Brito, juntamente com uma equipe de soldados abriram uma picada para chegar à foz do rio Iguaçu, caminho este utilizado também por José Cândido da Silva Muricy. O jornalista Domingos Nascimento resolveu percorrer uma rota diferente para descrever a fronteira sudoeste e oeste paranaense: o curso dos rios Iguaçu e Paraná.

Descrever os longos e penosos caminhos percorridos tinha um significado importante para os viajantes: mostrava como e por aonde chegar ao lugar pretendido. Para outros, as rotas transformar-se-iam nas “artérias” do território paranaense, levando a presença do Estado aos lugares mais distantes e desconhecidos. Mas isso não era novidade, tais façanhas haviam sido feitas, a título de exemplo, pelo espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, entre os anos 1541/42, quando se deslocava para Assunção (atual capital do Paraguai). Os mapas junto às narrativas de viagem eram elementos importantes a todo viajante e explorador, pois, facultava ao leitor tornar conhecido o corpo do Estado.²²

Os engenheiros iugoslavos Mirko e Stevo Seljan fizeram detalhados estudos e mapas das Sete Quedas, em janeiro de 1904, partindo de “Assunção até Villa Rica em estrada de ferro; de Villa Rica até Laguna Cai sobre o rio Luquiviri-y à cavallo; através da serra de Maracajú até o salto de

²² Um excelente estudo percorrendo a construção das atuais fronteiras brasileiras é *O Corpo da Pátria*, de Demétrio Magnoli. (MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997).

Guayra, a pé; descrição das Sete Quedas; Regresso até Tucuru-pucu [Colônia Militar do Iguçu] através dos herbaes”.²³ Após dois longos dias de medições empregando o uso de barômetro arenoide, sextante, círculo de Pistor e Martins e cronômetro, “despedindo-nos lançamos um derradeiro olhar em todos os rumos, desde as rochas de Bella-Vista até o abysmo e às bellas quedas, que feridas puríssimos raios do Sol estavam envoltas em toda a sua extensão de um único e enorme arco-iris de cores de belleza impeccavel... Julgamos contemplar a aléa triumphal do caminho da Eterna Gloria, e debaixo dos nossos pés o bramido infernal das águas, infundia pavor... por ahi vae-se ao reino de Plutão... vimos o céu, vimos o inferno!”²⁴

Os relatos dessa viagem de estudos foram publicados em língua portuguesa sob o título *Viagens de exploração de dois Yugo-slavos pelo Brasil e Repúblicas limítrofes*, em 1919, com apresentação tecida pelo paranaense Domingos Nascimento. Estudos mais densos foram publicados em livros e revistas científicas na Iugoslávia, entre os anos 1904 e 1905.

O engenheiro paranaense Arthur Martins Franco também percorreu a região oeste do Paraná, entre os anos 1904 e 1905, fazendo uso do caminho aberto pelos militares José Maria de Brito e José Cândido da Silva Muricy, em fins do século XIX. Ele foi à região para realizar medições e a demarcação de uma extensa área de terras, concedidas pelo governo do Estado do Paraná a ervateiros argentinos (Nuñes y Gibaja e Domingos Barthe). Nos meses em que realizou a medição e posterior demarcação das terras, o engenheiro Arthur Martins Franco pôde conhecer em detalhes o cotidiano da vila que se formava nas barrancas do rio Paraná e na foz do rio Iguçu. As memórias dessa viagem e de outra realizada em 1913, foram transformadas em texto no ano de 1950, intitulado *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.²⁵ A publicação, porém, ocorreu somente no ano de 1973.

²³ SELJAN, Stevo. “Viagens de exploração de dois Yugo-slavos pelo Brasil e Repúblicas limítrofes”. In: *Monumenta – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguçu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 98.

²⁴ SELJAN, Stevo. “Viagens de exploração... Op. Cit. p. 120.

²⁵ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. S/l: s/ed., 1973. 80 p.

A concessão de terras aos ervateiros argentinos estava condicionada a algumas cláusulas, das quais destaca-se a colonização da área por colonos migrantes brasileiros. É importante frisar que essa era a primeira ação do governo paranaense tendo por meta a transformação do cenário histórico e geográfico até então descrito nas narrativas dos viajantes. A primeira ação havia sido a criação da Colônia Militar, porém pelo governo federal, concretizada após a abertura de caminhos. As narrativas sobre as condições da Colônia Militar, mencionada por Arthur Martins Franco vão de encontro às memórias do engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, transformadas num relatório administrativo, em 1905.²⁶ A população civil nas proximidades da colônia estava, segundo ele, próxima a mil pessoas, “a grande maioria formada por trabalhadores braçais, de origem paraguaia a Argentina, que exploram e comercializam erva-mate e madeira, muitas vezes, sob o olhar dos militares, que nada fazem”.²⁷ O relatório administrativo intitulado *Colônia Militar do Iguassú, 1905* foi publicado como artigo no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, no ano de 1974.

Foi com a “missão de instalar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda naquela paragem meio deserta”, que Manoel de Azevedo da Silveira Neto e Benedito Nicolau dos Santos aportaram na Colônia Militar do Iguassú, em 1905. “O estabelecimento do regime fiscal e aduaneiro, metodizando e o movimento e as operações no porto da Colônia e obrigando, pela cobrança de direitos, a volta do dinheiro nacional e a sua conseqüente circulação no comércio local, determinou uma fase nova na vida propriamente nacional e na prosperidade da ubérrima zona”.²⁸ *Do Guayra aos Saltos do Iguassú*, título da obra de Manoel de Azevedo da Silveira Neto, foi publicado em 1914, pela Tipografia do Diário Oficial do Paraná, com sede em Curitiba. Chama a atenção nessas narrativas, o uso freqüente de relatos de outros viajantes que conheceram e descreveram a região de fronteira anterior à sua viagem.

²⁶ ABREU, Candido Ferreira de. “Colônia Militar do Iguassú – 1905”. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR*. Curitiba, 1974. v. 22. pp. 129-135.

²⁷ ABREU, Candido Ferreira de. “Colônia Militar... Op. cit. p. 129.

²⁸ NETTO, Silveira. *Do Guayra aos Saltos do Iguassú*. Curitiba: Tip. do Diário Oficial, 1914. 70 p.

Isso evidencia que as narrativas anteriormente publicadas estavam sendo lidas e utilizadas na elaboração de outras narrativas sobre a mesma região. A erudição de alguns viajantes tornava sua obra ainda mais respeitável ao referenciar outros textos, pelo menos perante a Academia Paranaense de Letras, instituição que Manoel de Azevedo da Silveira Neto era membro colaborador efetivo. Outro viajante que ocupava uma das cadeiras na Academia Paranaense de Letras era Domingos Nascimento. Ambos iriam, em 1920, juntamente com outros intelectuais paranaenses, fundar o Movimento Paranista, que tinha por articulador principal, o jornalista Romário Martins.

Mas havia outros fatores que colaboravam significativamente para com o interesse na leitura de narrativas de viagem sobre o “sertão” paranaense. O primeiro deles devia-se ao fato de, nas décadas de 1910 e 1920, estar ocorrendo um grande afluxo imigratório para o Paraná, principalmente para a região de Curitiba. Propagandas distribuídas na Europa e mesmo em outros Estados brasileiros (inclusive Rio de Janeiro) tinham por meta divulgar a qualidade das terras, das águas e das matas. Os rios Paraná e Iguaçu, juntamente com as Cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas, eram descritos nas propagandas como futuros pólos turísticos e comercial paranaense. O segundo fator era a construção e uso da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cortando o interior território paranaense e catarinense. Essa ferrovia fez com que pessoas se interessassem pela história e geografia do Paraná. A viagem era longa, com diversas paradas no meio do caminho. Nesse meio tempo, conversas realizadas com moradores das vilas, com ex-funcionários da ferrovia e mesmo com outras pessoas que viajavam no trem, acabavam despertando o interesse pela leitura sobre a região de fronteira. Outro fator, e não menos importante, era a Guerra do Contestado (1912/1916). Esse conflito transformou-se em manchete nos jornais de grande circulação em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As matérias jornalísticas sobre o andamento da Guerra do Contestado não traziam em seu conteúdo apenas o número de mortos, feridos e entrevistas com generais. Muitas matérias voltavam-se

exclusivamente em trazer ao leitor informações sobre: a presença de grupos indígenas e paraguaios, explorados por argentino na extração e contrabando de erva-mate e madeira; a imponência das cataratas do rio Iguaçu e das Sete Quedas; a densidade das matas de pinheiro araucária; e a grande variedade de peixes nos rios Iguaçu e Paraná.

O engenheiro carioca Julio Nogueira decidiu realizar pesquisas a respeito das potencialidades de navegação e geração de energia elétrica no rio Paraná, após tomar conhecimento da Guerra do Contestado, via matérias jornalísticas. “A viagem foi realizada aproveitando as férias do ano findo [1918]”, informa Julio Nogueira,

parti em demanda dessas regiões de nós mesmos desconhecidas, embora encerrem no seu seio riquezas incalculáveis e belezas nunca sonhadas pela fantasia humana. As ligeiras notas que fui colhendo, de passagem, terão, talvez algum interesse para os que estudam as condições do nosso paiz, aquelles para quem o Brasil não é apenas o Rio de Janeiro e encontrem sabor especial em ler notícias de nossas cousas, das forças latentes da nossa flora e do nosso solo: aquelles que dedicam louvável atenção a tudo que pode conduzir à nossa maior expansão econômica, a um logar mais significativo a que já temos direito incontestável pelo que produzimos e pelo que somos capazes de produzir.²⁹

Julio Nogueira sabia que suas memórias de viagem, bem como seus estudos sobre as potencialidades do rio Paraná, iriam ser lidos, ao menos por algumas pessoas. Foi com essa intenção (entre outras) que resolveu publicá-las, em 1920, pela tipografia Editora Carioca (RJ), sob o título *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*.

É, também, nesse ano, que se generalizou entre os políticos e as forças armadas do Brasil, a convicção de que era necessário realizar mudanças no país. Após a eleição do mineiro Arthur Bernardes, em 1922, um grupo de oficiais denominado de “tenentes”, liderado por Isidoro Dias Lopes, organizou um levante a ser posto em ação no mês de julho de 1924, na tentativa de tomar o Palácio do Governo de São Paulo. A ação não foi bem sucedida. Após serem cercados na capital paulista, decidiram ir rumo ao Estado do

²⁹ NOGUEIRA, Júlio. *Do Rio ao Iguassú e ao Guaiára*. Rio de Janeiro: Ed. Carioca, 1920. p. 7.

Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), aonde foram impedidos de adentrar. A estratégia foi entrar em território paranaense, mais precisamente, nas densas matas oestinas, com a finalidade de esperar o grupo de soldados [denominados rebeldes] oriundos do Rio Grande do Sul, liderados por Luís Carlos Prestes.

Visando deter o avanço das tropas “rebeldes”, foi nomeado o general Cândido Mariano da Silva Rondon, que organizou tropas de soldados de vários Estados. Sangrentas batalhas de trincheiras ocorreram na região oeste do Paraná, anterior e após a chegada dos soldados comandados por Prestes. Tais acontecimentos passaram a figurar nas páginas de jornais brasileiros, paraguaios e argentinos, pois, junto aos soldados estavam os jornalistas. Os jornalistas César Martinez e Dilermando Cândido de Assis, ao retornarem para São Paulo, publicaram suas memórias de viagem. *Sertões do Iguassú*, de César Martinez, foi publicada pela editora Monteiro Lobato, em 1925;³⁰ Já, a volumosa obra de Dilermando Cândido de Assis, intitulada *Nas barrancas do Alto Paraná*, foi editada pela Graphica Editora Paulo Pongetti e Cia., no ano de 1926.³¹ Tais narrativas iriam provocar horas de discussões nos círculos militares em relação às fronteiras no sul do Brasil.

Foi outra obra, no entanto, que provocou reações diversas no cenário político nacional ao ser editada. Trata-se da obra *A Columna da Morte*, do tenente paulista João Cabanas,³² narrando em detalhes a saga dos soldados rebeldes na região oeste paranaense. Entre uma batalha e outra, ou na mudança de acampamento, João Cabanas aproveitava para conversar com brasileiros, paraguaios e indígenas, aonde tomou conhecimento da extrema exploração da mão-de-obra realizada pelos obrangeiros argentinos, “uma multidão de mais de mil indivíduos andrajosos, tendo cada um em si, os característicos da vida miserável que passavam sem mais os rudimentares cuidados de hygiene; uns, bestializados pelos maus tratos, riam alvarmente,

³⁰ MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato, 1925. 193 p.

³¹ ASSIS, Dilermando Candido. *Nas barrancas do Alto Paraná*. São Paulo: Graphica Editora Paulo Pongetti e Cia., 1926. 420 p.

³² CABANAS, João. *A Columna da Morte*. Rio de Janeiro: Livr. Ed. Almeida & Torres, 1926. 162 p.

olhar parado, em ponto fixo imaginário”.³³ Suas narrativas de viagem foram escritas no interior Paraguai, onde estava exilado ao saber que sua cabeça havia sido posta a prêmio pelo governo paulista. A publicação ocorreu no ano de 1926, pela Livraria e Editora Almeida & Torres (RJ). Retornou ao Brasil após a Revolução de 1930, tendo participado de várias comissões no Governo Vargas. Em 1935, juntamente com outros simpatizantes, assinou a ata de Fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL).³⁴

Em 1937, sob o governo de Getúlio Vargas, Cassiano Ricardo (auxiliado por um grupo maior de intelectuais) pôs em andamento o programa “Marcha para o Oeste”, que, em linhas gerais, tinha por objetivo despertar na população o desejo e a necessidade da ocupação e nacionalização do imenso “sertão” a oeste do território brasileiro. Para isso, algumas obras foram escritas atestando a urgência na ocupação das áreas de fronteira internacional, das quais destacam-se as narrativas do coronel José de Lima Figueiredo e de Theophilo de Andrade.

José de Lima Figueiredo realizou uma expedição ao oeste paranaense no ano de 1936, da qual resultou na elaboração e publicação da obra *Oeste Paranaense*, em 1937. A referida obra foi premiada no concurso *Touring Club do Brasil*, e, mais tarde, foi incluída na Coleção Brasileira, mantida pela Companhia Editora Nacional (SP). Mais do que um viajante preocupado em divulgar os aspectos naturais e culturais de um espaço supostamente desabitado, era um intelectual que descreveu a fronteira sob óptica do abandono, desnacionalizada. Sua descrição literal da paisagem humana, vegetal e animal assumiu os contornos de uma obra literária, carregada de metáforas, visões e sentidos particulares da região oeste do Paraná: “Manhã clara, sol radiante [...] ao longe, um prolongado beijo de dois infinitos – céu e mar [...] De aspectos puramente selvagem, de ilhas verdejantes e praias belíssimas, é constituída a sala de entrada do Paraná”.³⁵ Sua obra, no entanto,

³³ CABANAS, João. *A Columna da Morte...* Op. Cit. p. 245.

³⁴ Cf. DICIONÁRIO Histórico Bio-bibliográfico Brasileiro. Verbete: “Cabanas, João”. Brasília: Imprensa Oficial, Volume 1, p. 893.

³⁵ FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937. p. 15.

vai chamar a atenção dos leitores para o descaso das autoridades brasileiros para as potencialidades da região, as deficiências de acesso às vias de comunicação (que facilitariam a integração da região ao restante do país) e o perigo estrangeiro frente ao desenvolvimento nacional. “O oeste paranaense é ‘uma colméia onde sobre mel’. É mister que os políticos de nossa terra, levantando os olhos para o altar da pátria, trabalhem somente em proveito desta terra, esquecendo-se das paixões partidárias e do bem estar pessoal”,³⁶ sinaliza Lima Figueiredo. E continua: “havia os paraguaios que possuíam costumes quase antagônicos aos nossos; os argentinos que usavam modos de viver diferentes [...] e os sisudos ingleses. A melodiosa língua portuguesa há muitos dias não era ouvida, ao passo que o guarani e o castelhano feriam o tímpano, como se em estranha terra estivesse. Sentia na nostalgia da pátria dentro da própria pátria [...] ansioso estava para abandonar todas as belezas em busca de um recanto mais brasileiro”.³⁷

O engenheiro carioca Theophilo de Andrade percorreu a fronteira Brasil-Paraguai, margeando o rio Paraná, numa viagem realizada em outubro de 1938, com o objetivo de realizar um estudo para a implantação de um ramal ferroviário cruzando o Paraná rumo ao pantanal mato-grossense e averiguar a viabilidade de uso do rio Paraná, acima e abaixo das Sete Quedas, como rota da “Marcha para o Oeste” via navegação. Mas o caminho não seria fácil, informa Theophilo de Andrade, pois, “o rio Paraná não tem margens. Tem barrancas. Esta, a impressão predominante de quem o visitou, estudou o seu curso e perlustrou terras ribeirinhas. [...] Este fato, preliminarmente fixado, quase tira ao rio importância agrícola. Não serve de elemento de fecundação do solo, mas somente de via de comunicação e de escoamento, para as terras que atravessa”.³⁸ O autor se mostra, aos poucos, um profundo conhecedor da história e da geografia regional. Também fez uso, de maneira freqüente, de comparações com regiões semelhantes no continente europeu,

³⁶ FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense....* Op. cit. p. 181-182.

³⁷ Idem. 148-149

³⁸ ANDRADE, Theophilo de. *O rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Zelio Valverde editores, 1941.

africano e asiático, devido ao amplo programa de navegação e ferroviário levado a efeito no século XIX pela Inglaterra, França, Holanda e outros países. Sob um olhar economicista e progressista, também dedicou consideráveis páginas versando sobre a “falta de conglomerado racial definitivo, um ‘melting-pot’ em efervescência permanente” nas margens do rio Paraná e na fronteira Brasil-Paraguai.

O livro de Theophilo de Andrade foi publicado no Rio de Janeiro, em 1941. Tanto a produção intelectual de Theophilo de Andrade como a de Lima Figueiredo, com seus prespectivos diagnósticos, marcaram o reconhecimento de uma região de natureza pouco explorada (pelo menos por brasileiros) e que deveria ser modificada pelas metas do Estado Novo. Aqueles migrantes que ocuparam a região oeste do Paraná, nas décadas seguintes, concretizaram as metas fixadas pelo governo Vargas. Eles migraram devido aos problemas socioeconômicos de suas regiões de origem e, também, por terem sido portadores do ideário da construção de um mundo novo num lugar novo. As narrativas de viagens não se esgotaram com o início da densa colonização das terras oestinas, porém, eram outros os viajantes. Não mais militares, engenheiros e jornalistas, e sim, colonos, comerciantes, padres e empresários, cujas memórias tem sido, na medida do possível, preservadas mediante depoimentos orais e textos escritos. A título de exemplo, cita-se o romancista, contista e cronista brasileiro, Fernando Sabino, falecido há alguns meses. Esteve na região oeste do Paraná no ano de 1946, acompanhando Alberto Dalcanalle (empresário gaúcho) numa visita às terras que o empresário havia adquirido. Dessa viagem nasceram três crônicas, publicadas no jornal “O Dia”, de Curitiba. Os textos, carregados de humor e lirismo, descrevem o dia-a-dia de um lugar pouco habitado.

* * * *

A historiografia que discute a história da região oeste do Paraná é enorme, chegando a quase uma centena de estudos, se considerado os livros editados, teses de doutorado e dissertações de mestrado. *Geografia física do*

Estado do Paraná, escrito por Reinhard Maack, é obra de grande peso nesta pesquisa, porque faz uso de narrativas de viajantes e exploradores (brasileiros e estrangeiros) para descrever, estudar, desenhar e redesenhar uma série de mapas sobre o cenário geográfico do Paraná nos séculos XVIII e XIX. Realizou uma viagem exploratória pelo território paranaense em 1930.³⁹ Eurico Branco Ribeiro publicou em 1940, o livro *Esboço da história do oeste do Paraná*.⁴⁰ Ao que parece, ela é desconhecida pelos historiadores paranaenses, pois, não foi, até o momento, objeto de estudo ou mesmo referenciada. Traz em seu interior um olhar instigante por sobre a fronteira, valorizando as belezas e potencialidades descritas pelos viajantes, assim como a contribuição dos viajantes para com o conhecimento e exploração da região oeste. Discorre, também longas páginas sobre a presença de paraguaios e argentinos em território brasileiro, porém, dá pouca ênfase aos conflitos de 1924/25 e a exploração da mão-de-obra paraguaia e indígena pelos obrageros argentinos. Uma coleção de mapas encerra a obra, extraídas das narrativas dos viajantes.

Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense, de Ruy Christovam Wachowicz, é obra de referência na discussão a respeito da história do oeste paranaense a partir das narrativas dos viajantes. A obra nasceu de um convênio entre a Universidade Federal do Paraná, Usina Hidrelétrica de Itaipu e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo por objetivo realizar o levantamento e coleta de fontes documentais e realizar um estudo de caráter histórico do oeste paranaense. Publicado em 1982, o livro traz em seu interior uma análise da região oeste do Paraná, entre o final do século XIX e meados do século seguinte. Parte considerável das fontes documentais são as narrativas de viagens, acrescidas de depoimentos orais e relatórios administrativos do governo do Estado do Paraná e de empresas colonizadoras. Em resumo, a obra de Ruy Wachowicz

³⁹ MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

⁴⁰ RIBEIRO, Eurico Branco. *Esboço da história do oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia DR/PR, 1940.

tem por objetivo mostrar ao leitor “um sistema de exploração e predação das riquezas naturais” levado a cabo pelas obrages argentinas.⁴¹

O historiador José Augusto Colodel também se dedicou a pensar e escrever sobre o oeste paranaense. Fez o curso de graduação em História na UFPR (1983/86). Foi aluno de Ruy Wachowicz, de quem adquiriu gosto pela pesquisa em história regional. Chegou a iniciar o curso de mestrado em História na mesma universidade, porém, não chegou a concluir.. Publicou em 1988, *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Era resultado do “Projeto História”, idealizado pelo departamento de cultura da prefeitura do município de Santa Helena, situada no extremo-oeste paranaense. José Augusto Colodel se dedicou a escrever 190 páginas (do total de 291) sobre a história do oeste paranaense anterior à colonização, procurando centrar suas análises pelo viés marxista (dos vencidos e excluídos) As narrativas de viagens estão entre as fontes utilizadas para compor o cenário histórico e social, entre os anos 1858 e 1960.⁴²

Há outras obras de cunho histórico que procuram tecer algumas considerações sobre a região oeste do Paraná, anterior a 1950. Dão forte ênfase nos aspectos econômicos: *Desafios lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon* (1985), de Venilda Saatkamp⁴³; *Toledo no Paraná* (1992), de Ondy Helio Niederauer⁴⁴; e *Toledo e sua história* (1988), de Oscar Silva⁴⁵, são estudos de história local que procuram historiar sobre o passado da área de abrangência dos referidos municípios. Fazem uso de algumas narrativas de viagem para extrair informações sobre a extração de erva-mate

⁴¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1987. (*História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*, de Cecília Maria Westphalen, é outra obra que surgiu a partir da coleta e catalogação de fontes do referido convênio).

⁴² COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988. 291 p.

⁴³ SAATKAMP, Venilda. *Desafios, Lutas e Conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1985.

⁴⁴ NEDERAUER, Ondy Helio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Prefeitura municipal, 1992.

⁴⁵ SILVA, Oscar. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

e madeira, bem como dados quantitativos relativos à exportação de tais matérias primas.

Problematização e tese

O primeiro conjunto de questões que se coloca frente a tal *corpus* documental (as narrativas de viagem) centra-se nos autores e suas respectivas obras. Quais as intenções dos autores em escrever e publicar tais textos? Como perceberam e interpretaram o contexto histórico e espacial da viagem e da produção do texto? Qual a relação dos autores e o mercado editorial brasileiro e paranaense? A quem se destinavam as narrativas produzidas? Como tais obras foram recebidas pelos seus leitores? Como essas obras foram utilizadas por outros viajantes e pelos intelectuais contemporâneos às publicações?

O segundo conjunto de questões busca problematizar a memória produzida pelos viajantes sobre a região oeste do Paraná, entre os anos 1876 e 1941. Quais as intenções dos autores em privilegiar determinados acontecimentos? Qual é o tipo de memória? Possuem relação com a profissão exercida ou busca atender a objetivos pré-determinados? Tinham uma razão política e/ou ideológica? O contexto histórico influenciou na seleção/produção da memória?

Cabe questionar e refletir, também, sobre a utilização das narrativas dos viajantes pelos memorialistas e historiadores, pois, a escrita e reescrita da história é feita mediante escolhas de acontecimentos do passado, produzindo, por sua vez, o esquecimento de outros acontecimentos. Quais narrativas de viagem deveriam ser lembradas pela historiografia? Quais os interesses que estavam por trás da amnésia que se edificou nessa mesma historiografia?

* * * *

Viajar é ir de encontro a um lugar não familiar, muitas vezes desconhecido e nunca explorado. Cabe ao viajante conhecer, compreender a realidade do outro e descrever a fauna e a flora de tal lugar e, assim, torná-la

conhecida a um público maior mediante a elaboração de narrativas de viagens e sua publicação na forma de relatório administrativo, livro, matéria jornalística ou diário de viagem. Ao fazer isso, o viajante representa simbolicamente a presença do Estado naquele lugar e, ao publicar suas memórias de viagem (muitas vezes contendo mapas e fotografias), proporciona a muitas pessoas o conhecimento detalhado de um “lugar inóspito”, que levaria, cedo ou tarde, à modificação do cenário então descrito. Nessa óptica, a ação dos viajantes em percorrer um lugar distante e não familiar seguido da publicação de suas memórias, não está destituída de vontades e sentidos diversos.

A historiografia em relação ao oeste paranaense anterior à densa colonização não é vasta, porém, contém elementos importantes que merecem ser estudados, a começar pela escrita da história por memorialistas (advogados, professores, militares, etc) e por historiadores. Pode-se afirmar que houve interesses diversos na produção da escrita histórica sobre a região, dando origem a diferentes ângulos de abordagem, apesar das fontes documentais serem, salvo exceções, praticamente as mesmas. Isso demonstra que existiam diversas memórias em jogo na busca de tornarem-se legítimas e verdadeiras. Estavam, pois, os praticantes da escrita (historiadores e memorialistas), preocupados com problemas do presente e retiravam dele os motivos para a seleção de acontecimentos históricos e promovendo o “esquecimento” de outros.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Estudo da produção da escrita sobre a região oeste do Paraná entre os anos 1876 e 1941, a partir de narrativas de viajantes e seu posterior uso por historiadores e memorialistas.

Objetivos específicos:

- Problematizar as narrativas de viagens para a região oeste do Paraná, centrando a discussão em torno do contexto de produção textual, divulgação, circulação, inserção social e intelectual dos viajantes;
- Estudar a produção de memórias sobre o oeste paranaense nas narrativas dos viajantes e sua relação ao contexto histórico regional e nacional
- Apresentar e discutir os elementos que nortearam a seleção das memórias que deveriam ser lembradas e esquecidas pela historiografia do oeste paranaense, em relação às narrativas de viajantes.

RELEVÂNCIA E VIABILIDADE

Insisto nas palavras de Eulália Lobo, de que as viagens e os relatos de viagens são “temas inesgotáveis” de pesquisas, sejam elas elaboradas ou problematizadas por jornalistas, geógrafos ou historiadores. Tais narrativas não permitem apenas pensar alguns momentos da história da região oeste do Paraná. Ao contrário, permitem adentrar na descrição de aspectos da paisagem e da presença humana na região, na forma de pensamento de seus autores, na seleção de memórias, na forma de escrita (rebuscada ou simples), no ofício desempenhado pelos autores, sua proximidade ou não ao governo central (imperial e, mais tarde republicano) e paranaense,... Enfim, uma infinidade de idéias e temas, que, num primeiro momento, podem soar estranhas. Somente o pesquisador que obtiver contato com as narrativas de viagem é que poderá perceber a imensa gama de elementos que podem ser pesquisados.

O uso profundo e adequado das narrativas de viagem é um dos itens no quesito relevância. Sabe-se que alguns desses textos já foram explorados por intelectuais, militares e historiadores, porém, não da mesma maneira que aqui se propõe. Parte considerável da historiografia que utiliza tais narrativas, o fazem como fragmentos de documentos (ou exemplos) que visam apenas comprovar determinadas argumentações em relação à história do oeste paranaense. O que se pretende é realizar um estudo que vise adentrar não somente nas narrativas propriamente ditas, mas também no universo social e cultural de seus autores, da circulação, leituras e interpretações feitas dessas

narrativas, por historiadores ou não. Tal proposta de pesquisa insere-se na história da cultura impressa, de Roger Chartier, Robert Darnton, Umberto Eco, Carlos Fico, Ronald Polito e vários outros historiadores. (ver discussão teórica e conceitual).

Outro item no quesito relevância refere-se ao recorte temporal. Há dezenas de estudos e livros publicados sobre a região oeste do Paraná que dão ênfase à história da referida região tendo por recorte temporal inicial, a década de 1940, período em que teve início a exploração e derrubada da mata para posterior venda e colonização das terras pelas colonizadoras. Uma excelente pesquisa, nessa óptica, é o estudo realizado por Valdir Gregory, *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*.⁴⁶ O que se pretende nesta pesquisa é um recuo no recorte temporal, ou seja, os anos 1876 a 1941 (o recorte temporal foi estabelecido mediante a data de publicação das narrativas de viagem). Esse recuo temporal permite valorizar e trazer a tona muitos relatos e informações com relação às preocupações do governo imperial e da província do Paraná a respeito da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, de estrangeiros realizando a exploração de madeira e erva-mate, das tentativas de colonização da região de fronteira e a ação de madeiras brasileiras e de caboclos na exploração e ocupação da região. Além disso, somam-se os aspectos geográficos (rochas e minerais), biológicos (animais, aves, insetos e vegetais), arqueológicos (mencionados no interior de algumas narrativas) e imagéticos, visto que em muitas narrativas há fotografias e mapas.

As diferentes abordagens e mesmo as contradições manifestadas no interior das narrativas em relação ao posicionamento dos autores sobre aspectos geográficos, seres humanos (indígenas, estrangeiros e brasileiros), exploração de madeira e erva-mate, utilização do rio Paraná para transporte e contrabando, bem como a presença ilegal de estrangeiros em território brasileiros, podem ser incluídas no quesito relevâncias da pesquisa. A pequena historiografia existente sobre o recorte temporal proposto, a título de

⁴⁶ GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

exemplo, tem enfatizado a forte atuação de argentinos em território brasileiro explorando erva-mate com mão-de-obra paraguaia e indígena (índios guaranis). Muitas narrativas dão conta de que essa mão-de-obra era explorada ao extremo (espécie de servidão), ao passo que outras narrativas evidenciam uma convivência e exploração mais pacífica, amena. Essas contradições ajudam consideravelmente para com a complexificação de tal momento histórico, pois sugerem que, em certos períodos do ano, poderia haver maior flexibilidade na extração de erva-mate do que em outros. Isso pode ser verificado, por exemplo, a partir das datas em que foram feitas as viagens para o oeste paranaense.

Outro item no quesito relevância de pesquisa, trata-se da função social desta pesquisa. Parte considerável do *corpus* documental traz em seu interior preciosas informações, descrições e imagens, sobre as Cataratas do Iguaçu, o rio Paraná e as Sete Quedas. Os dois últimos já não podem mais ser visualizados porque foram “engolidos” pelas águas quando da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1982. Historiar e refletir a respeito desses locais a partir da memória daqueles que ali estiveram e se maravilharam com tamanho espetáculo da natureza, é valorizar e refletir a respeito dos inúmeros protestos e conflitos ocorridos, seja com a desapropriação das terras próximas ao rio Paraná, seja com a “morte” das Sete Quedas. Mais do que barrancos íngremes, rochas e água turva, foram, por muito tempo, fonte de sobrevivência de muitas pessoas (através da pesca, do turismo ou do uso de balsas para travessia, ora ao Paraguai, ora ao Estado do Mato Grosso - hoje Mato Grosso do Sul). As memórias de viajantes em relação às Cataratas do Iguaçu (lado argentino e brasileiro) também servem para problematizar, as mudanças e as permanências, daquele espaço, hoje destinado ao turismo. Os administradores do Parque Nacional do Iguaçu têm deixado a esmo o aspecto histórico deste espaço tão cobiçado por pessoas do mundo todo. Fala-se da ação e apoio de Santos Dumont⁴⁷ para

⁴⁷ Recentemente foi inaugurada uma estátua de Santos Dumont no interior do Parque Nacional do Iguaçu.

com a criação do Parque Nacional, assim como da visita de muitos presidentes de países, imperadores, príncipes, princesas e uma série de personalidades ilustres. Esquecem de mencionar, por sua vez, as pessoas que batalharam para dar origem e crescimento do povoado de Foz do Iguaçu, das pessoas que desbravaram a densa mata e conquistaram grandes amizades com índios, paraguaios e argentinos, e, também, das aventuras vividas pelos viajantes.

Viabilidade da pesquisa. O primeiro quesito para um projeto tornar-se viável trata-se da existência das fontes documentais e o acesso às mesmas. Têm-se, em mãos, 14 textos de viajantes narrando suas memórias a respeito do oeste paranaense, entre os anos 1876 e 1941. Ao todo são 1.637 páginas. Além disso, existem bibliografias fornecendo informações fundamentais e complementares para a análise das fontes documentais e para o desenvolvimento das questões propostas, bem como da acessibilidade de tais obras em bibliotecas e acervos públicos e particulares (ver metodologias e fontes).

A originalidade da proposta de pesquisa é outro item importante no quesito viabilidade (que também pode ser inserido no quesito relevância). São fontes documentais de grande importância que tem sido deixadas à margem pelos pesquisadores, inclusive historiadores. O retorno ao século XIX e ao início do século XX é necessário visto que há uma grande quantia de pesquisas de fôlego sobre o oeste do Paraná, principalmente após 1950, cujas temáticas são variadas: colonização, fronteira, conflitos agrários, migração, educação, cooperativismo, questões étnicas, acervos e documentação.

DISCUSSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Pensar a produção da escrita sobre a região oeste do Paraná (entre os anos 1876 e 1937) não é tarefa simples. Requer atenção, a começar pelo

estilo de construção textual: a narrativa de viagem⁴⁸. Esta forma de construção textual, que geralmente toma forma na descrição do percurso realizado, extrapola a idéia de que o autor apenas teve a intenção de, ao tornar públicas suas memórias de viagens, fazer apologias ao seu heroísmo individual e suas virtudes pessoais frente ao “sertão” desconhecido. A descrição sobre lugares exóticos, longínquos, ou simplesmente diferente, demonstra a ânsia dos viajantes em explorar as áreas em branco nos mapas com a inscrição “sertão”, em descobrir e nomear rios e córregos, em descrever paisagens, animais, índios, climas, minerais e solos. Tais narrativas refletem, por parte do autor do texto, uma atitude de encantamento para com a natureza ao mesmo tempo em que tenta ver as formas de civilizá-la. Por mais que as narrativas de viagem tenham a intenção de descrever uma região praticamente desabitada e desconhecida, para os historiadores, elas carregam nas entrelinhas do texto um enorme conjunto de informações sobre a cultura e a sociedade dos autores/viajantes.

Nesta óptica, esta pesquisa insere-se no campo da história cultural. Na acepção de Roger Chartier, a história cultural procura “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.⁴⁹ A produção da escrita sobre a região oeste do Paraná na forma de narrativa de viagem, portanto, não está vazia de discursos. Ao contrário, os autores produzem (ou reproduzem) estratégias e práticas (quer sejam elas sociais, políticas, ...) que tendem a impor uma autoridade, a legitimar um projeto reformador ou a justificar (a pessoas do mesmo grupo social, ou não) as escolhas e condutas manifestadas quando da construção do texto.

⁴⁸ É importante deixar claro que há diferenças no tratamento de um texto elaborado a partir das informações captadas *in loco* por um viajante sobre um determinado lugar e contexto histórico. Eis a narrativa histórica. Já, um texto criado com base em leituras sobre uma época histórica com personagens e enredos inseridos na trama histórica, é, a narrativa histórica ficcional. Para complexificar ainda mais, conferir a obra organizada por RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa: ficção & história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. Tal obra nasceu de um colóquio realizado na UERJ no ano de 1987, sob o título “Narrativa: ficção e história”.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 16-17.

Roger Chartier e Robert Darnton⁵⁰ dão ênfase não somente à inserção social do autor e o contexto de produção da obra, mas também quando da edição, publicação, circulação e a recepção (ou leitura) da obra pelo leitor. Recomenda Roger Chartier:

O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro, e, mais além, do impresso ou do escrito, e a história do público e da recepção. Reunir estas diferentes abordagens permite responder à questão central que está por trás do meu projeto intelectual. De um lado, cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe.⁵¹

Tarefa nada fácil esta, quando se tem pela frente um *corpus* documental composto por narrativas de viagens, porém possível. Na última década do século XX, Carlos Fico e Ronald Polito⁵² realizaram uma renovação nos estudos historiográficos brasileiros ao propor uma nova conceituação no sentido da análise de obras históricas e o amadurecimento intelectual de uma nova geração de historiadores formados nos “anos de chumbo”, atrelados à história cultural e intelectual. Eram os reflexos das análises de Roger Chartier e Robert Darnton no Brasil. Mas, não foram apenas elogios. Críticas também foram tecidas a eles.⁵³

Na pesquisa que se propõe, o auxílio de outras áreas do conhecimento faz-se necessário. Trata-se das reflexões feitas por Karl Mannheim⁵⁴, Robert

⁵⁰ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.; _____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; _____. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵¹ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 19. Conferir também, do mesmo autor, *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed da UnB, 1999.

⁵² FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992. 2 vol.

⁵³ Cf. SILVA DIAS, Maria Odila da. “Entrevista”. In: VINCI DE MORAES, José Geraldo; REGO, José Marcio (Orgs.) *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 202.

⁵⁴ MANNHEIM, Karl. “A sociologia do conhecimento”. In: *Ideologia e utopia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 pp. 286-330.

Merton⁵⁵, Peter L. Berger & Thomas Luckmann⁵⁶ e Robert Darnton⁵⁷ com relação à Sociologia do Conhecimento. É erro grave não mencionar e fazer uso das reflexões produzidas por estudiosos da teoria da literatura, mais especificamente, a interpretação de textos. Para Umberto Eco, entre a intenção do autor e o propósito do intérprete, existe a intenção do texto, produzido não para um único destinatário, mas, para uma comunidade de leitores-modelo.⁵⁸

Comenta Michel de Certeau, na obra *Escrita da História: a produção da escrita se articula a um “lugar de produção”, ou seja, a “uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposição, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”*.⁵⁹ No caso da escrita sobre a história da região oeste do Paraná, mesmo em forma narrativa, seus autores estavam atrelados a um “lugar de produção”: o Instituto Histórico, Geográfico e Etenográfico do Paraná, à Academia de Letras do Paraná, ao Círculo de Estudos Bandeirantes, ao Museu Paranaense. Isso, entre 1876 e 1920. Após esse período, estendendo-se até 1946, mais um “lugar de produção” da escrita sobre a história do oeste do Paraná, surgiu: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DEIP), chefiado por Cassiano Ricardo, em São Paulo. Cassiano Ricardo e outros intelectuais (como por exemplo, Silvio Romero, Heitor Villa Lobos, Lima Figueiredo, Almir de Andrade e Francisco Campos) atuaram como doutrinadores da política ideológica do Estado Novo,

⁵⁵ MERTON, Robert. “La sociologia del conocimiento”. In: HOROWITZ, Irving Luis (Org.). *Historia y Elementos de la Sociologia Del Conocimiento*. Buenos Aires: T.I., 1974.

⁵⁶ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁵⁷ DARNTON, Robert. “História e Sociologia do Conhecimento”. In: *O Beijo de Lamourette... op. Cit.* pp. 259-303.

⁵⁸ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 29.

⁵⁹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000. p. 66-67.

por meio de textos escritos, publicados em jornais e em forma de livros, como por exemplo, a obra *Oeste Paranaense*, de Lima Figueiredo.

José Honório Rodrigues, em *História da História do Brasil* (1979), salienta que ao estudar a historiografia de um determinado lugar, região ou país, faz-se necessário fazer uma distinção entre documento histórico e historiográfico. Para este pesquisador, tal distinção não é tarefa fácil, visto que todo “documento historiográfico é histórico, mas nem todo documento histórico é historiográfico. Desde que se considere a historiografia como a história da história, só aqueles escritos acabados na forma da descrição ou da interpretação podem ser considerados historiográficos, relatem ou não fatos do passado, ou se limitem ao seu presente”.⁶⁰ Outra diferença, informa José Honório Rodrigues, refere-se à sua origem, isto é, enquanto o documento histórico forma-se no calor dos acontecimentos, o documento historiográfico pode ser concebido vários anos e décadas depois dos acontecimentos terem ocorrido, propiciando uma interpretação dos fatos ao sabor de novos acontecimentos. Com a evolução da historiografia nos últimos séculos, “quase todos os documentos historiográficos não são contemporâneos aos sucessos, antes representam opiniões posteriores, juízos ulteriores e, como tais, são considerados na metodologia histórica como obras secundárias, isto é, conhecimento indireto, derivados, na melhor das hipóteses, de fontes diretas”.⁶¹

Assim, as narrativas de viagens e a historiografia sobre o oeste paranaense constituem-se, para o historiador, em um rico acervo de memórias sobre os aspectos geográficos e históricos do período em estudo. Essa construção textual não está destituída de sentidos e vontades. São memórias que evidenciam, numa mesma sociedade, diversas memórias em um jogo de constantes tensões na busca de tornarem-se legítimas, verdadeiras. Procuram consagrar-se, na tentativa de serem reconhecidas como histórias. “Mas o fato é que a memória e a história não são sinônimos.

⁶⁰ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – Historiografia Colonial*. São Paulo: Editora Nacional; INL, 1979. p. XVI-XVII.

⁶¹ Idem. pp. XVIII - XIX

Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Ela é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória”, lembra Maria Maria Menendes Motta.⁶²

Michael Pollak, por sua vez, salienta que a memória é socialmente construída, assim como a documentação escrita: “Para mim, não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, ao meu ver, ser aplicada à fontes de todo tipo. Deste ponto de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual se apresenta”,⁶³ pois o indivíduo (historiador ou não) que registra e organiza fatos e acontecimentos na forma impressa, também omite, seleciona, exclui outros fatos e acontecimentos. Estar atento ao contexto do autor e o meio em que o mesmo está inserido, ajuda significativamente na compreensão de todo um conjunto de idéias que figuram nas linhas e entrelinhas do texto. Assim, as obras a serem analisadas podem ser consideradas “lugares da memória”, na acepção de Pierre Nora e Jacques Le Goff.⁶⁴ Mas não uma memória qualquer, e sim, as memórias de intelectuais (militares, jornalistas, literatos e engenheiros) preocupados em pensar a sociedade paranaense e brasileira em seus contextos históricos.

Outra função importante da memória é fornecer um quadro de referências (ou de pontos de referências) que possam reforçar os sentimentos de pertencimento a determinadas identidades, regionais ou não. Para Michael Pollak, a noção de identidade é construída como um “fenômeno que se produz em referência aos critérios da aceitabilidade, de credibilidade, até de admissibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.

⁶² MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e Memórias” in: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 76.

⁶³ POLLAK, Michael. “Memórias e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, nº 10. 1992. p. 200.

⁶⁴ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Edunicamp, 1994.

Memória e identidade podem perfeitamente ser negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”.⁶⁵ Nessa negociação é que ocorrem a seleção das memórias que serão lembradas nos livros de história, bem como as memórias que deverão ser esquecidas. “Para entendermos como se dão ‘as regras de exclusão, supressão ou repressão’ devemos sempre perguntar: ‘quem quer que esqueça o quê, e porquê?’. Em outras palavras, quais os interesses que estão por trás da amnésia que se construiu sobre um fato de outrora”,⁶⁶ lembra Márcia Motta.

METODOLOGIA E FONTES

A metodologia de análise das fontes e o tratamento das questões propostas, está, num primeiro momento, em procurar saber o máximo possível sobre a trajetória dos autores/viajantes, o contexto de produção das obras, sua publicação e as maneiras de como elas foram recebidas pelos leitores e por outros viajantes. Algumas informações histórico-biográficas dos autores podem ser encontradas no Dicionário *Histórico-Biográfico do Paraná* e no Dicionário *Histórico e Bio-bibliográfico Brasileiro*. Há muitas informações sobre os autores nos Boletins do IHGE do Paraná e na Revista de Letras (editada pela Academia Paranaense de Letras) por ocasião, muitas vezes, do falecimento e/ou menção honrosa a atividade desempenhada frente a alguma instituição. Para saber sobre o contexto de produção das obras e a inserção dos autores na sociedade, consultas em bibliografias sobre a História do Paraná e junto ao acervo de jornais editados em Curitiba (entre os anos 1876 e 1937), serão necessárias. Com relação à recepção e utilização dos escritos dos viajantes por outros viajantes e por intelectuais contemporâneos far-se-á necessário realizar um levantamento, a princípio, entre os membros do movimento Paranista, e, assim, percorrer as obras dos mesmos e verificar como foram utilizadas, citadas, comentadas. Já o uso das narrativas por

⁶⁵ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”... Op. Cit. p. 204.

⁶⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e... Op. Cit. p. 80.

historiadores de ofício dedicados ao estudo e produção de textos sobre a história da região oeste, entre as décadas de 1980 e 1990, não é vasta, porém, far-se-á necessário explorar de maneira mais concisa tais obras.

Em seguida, é necessário, a partir da narrativa dos autores, perceber quais memórias foram privilegiadas e/ou silenciadas quando da construção do texto. A análise comparativa das obras com relação ao elemento humano, animais, vegetação, paisagem, rochas e solo, certamente oferecem suporte para detectar as memórias silenciadas e privilegiadas. Cuidados devem ser tomados quanto ao contexto da narrativa e o ofício do autor viajante, pois, também ajudarão na percepção das memórias transformadas em palavras impressas. A leitura e análise cuidadosa da historiografia sobre o oeste paranaense, certamente irão identificar os vários motivos da seleção de memórias e acontecimentos em relação ao uso das narrativas dos viajantes, principalmente, se levado em conta o contexto de produção textual e os objetivos das referidas obras.

As fontes documentais. Os relatos de Cândido Ferreira de Abreu e José Maria de Brito, militares que estiveram envolvidos na abertura de picadas e na administração da Colônia Militar da foz do rio Iguaçu, entre fins do século XIX e início do século seguinte, são, como dito anteriormente, relatórios administrativos destinados ao governo do Estado do Paraná e narram as atividades até então desenvolvidas, as dificuldades encontradas e o cotidiano da fronteira. Foram publicados na forma de artigo no Boletim do IHGE do Paraná, na década de 1970. Tenho reprodução dos artigos. Também podem ser encontrados na Biblioteca da Itaipu, no CEPEDAL (Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina, com sede na UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon) e na Biblioteca Pública do Paraná.

As narrativas de Nestor Borba, José Candido da Silva Muricy e Stevo Seljan foram publicadas no ano de 1998, na coleção MONUMENTA, da editora Aos Quatro Ventos, sob o título *Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920)*. A coletânea foi organizada por Elizabete Berberi e Cláudio DeNipoti. Em poucas páginas, Cláudio DeNipoti faz rápida

apresentação dos autores seguido de comentários sobre a importância desta documentação para a história do Paraná e da região Oeste.

Na biblioteca da Itaipu encontramos um exemplar (primeira edição) da obra de Domingos Nascimento, *Pela Fronteira*. Reproduções da mesma obra podem ser encontradas na Biblioteca da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu e no acervo de documentação do CEPEDAL. A volumosa obra foi escrita visando a comemoração do 50º aniversário da emancipação política do Paraná, comemorada em 1903. Assim como as outras narrativas de viagem, o texto segue o percurso realizado, porém, Domingos Nascimento faz uso abundante de documentação impressa e depoimentos orais para dar mais credibilidade a suas afirmações e narrativas.

No acervo de obras raras da Biblioteca da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu, encontramos as obras de Dilermando Candido Assis e de Theophilo de Andrade. Não são exemplares originais, e sim, reproduções encadernadas. Conseguimos ter acesso para reprodução após muito diálogo e colaboração de alguns professores daquele campus. Além de ser volumosa, contém dezenas de fotografias e mapas da região oeste do Paraná. Também faz uso de depoimentos orais e dados estatísticos sobre a extração de madeira, erva-mate e criação de animais, bem como a exportação de madeira em tora e serrada para Argentina. No entanto, a tônica central das obras é o elemento humano e o rio Paraná.

A obra de Eurico Branco Ribeiro foi coletada no acervo documental particular de José Carlos dos Santos, professor da Unioeste (Mal. C. Rondon). Não é uma obra nascida da realização de uma viagem à região oeste do Paraná. É, na verdade, como consta no título, um esboço da história da região oeste paranaense, a partir dos relatos de viagens e da atuação do governo paranaense na referida região, até o ano de 1939. Destaca-se na obra o olhar para com os aspectos geográficos (solo, florestas e potencialidades turísticas). Já, as obras de Silveira Netto, João Cabanas, Lima Figueiredo, Arthur Martins Franco, César Martinez e Júlio Nogueira, foram encontradas no acervo documental do CEDEPAL, resultado de uma doação realizada pelo geógrafo

Edson Yokoo, em forma de agradecimento ao referido órgão de pesquisa quando da realização de suas pesquisas de Mestrado em geografia humana, defendida no ano de 2000. As obras, em linhas gerais, nasceram de viagens realizadas para a região oeste do Paraná, sob itinerários diversos. Ora acompanhando tropas militares, como é o caso do Tenente João Cabanas, ora subindo o rio Paraná, de Posadas até Foz do Iguaçu, utilizando embarcações a vapor ou movidas a motor diesel, ou ainda, percorrendo as picadas e estradas existentes, de Guarapuava a Foz do Iguaçu. Os motivos das viagens eram variados: administrativos, exploratórios, científicos e turísticos.

É importante frisar que reproduzimos e temos em mãos as obras citadas e comentadas acima. Já realizamos leituras das fontes, bem como já elaboramos um cuidadoso levantamento temático dos assuntos tratados no interior das referidas obras. Muitas informações já foram encontradas sobre os autores e o referido contexto de produção das obras. Falta-nos realizar pesquisa e levantamento sobre a publicação e recepção das referidas obras pelos leitores. Para isso, visitas e pesquisas na Casa Romário Martins, à Biblioteca Pública do Paraná e ao Museu Paranaense deverão ser feitas. Também far-se-á necessário realizar pesquisas na Biblioteca Nacional (RJ) com o intuito de verificar se há mais algumas obras sobre a região em estudo, bem como outros estudos tecendo comentários e/ou análises das mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes documentais

ABREU, Candido Ferreira de. "Colônia Militar do Iguassú – 1905". In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR*. Curitiba, 1974. v. 22. pp. 129-135.

ANDRADE, Theophilo de. *O rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Zelio Valverde editores, 1941.

ASSIS, Dilermando Candido. *Nas barrancas do Alto Paraná*. São Paulo: Graphica Editora Paulo Pongetti e Cia., 1926. 420 p.

- BRITO, José Maria de. “Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar”. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR*. Curitiba, 1977. v. 32. pp. 45-72.
- BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas” (1876). In: *Monumenta – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- CABANAS, João. *A Columna da Morte*. Rio de Janeiro: Livr. Ed. Almeida & Torres, 1926. 162 p.
- FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937. 223 p.
- FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. S/l: s/ed., 1973. 80 p.
- MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato, 1925. 193 p.
- MURICY, José Cândido da Silva. “A Foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú, em novembro de 1892”. In: *Monumenta – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. 41 p.
- NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Diretoria da exposição paranaense, 1903. 231 p.
- NETTO, Silveira. *Do Guayra aos Saltos do Iguassú*. Curitiba: Tip. do Diário Oficial, 1914. 70 p.
- NOGUEIRA, Júlio. *Do Rio ao Iguassú e ao Guaíra*. Rio de Janeiro: Ed. Carioca, 1920. 168 p.
- SELJAN, Stevo. “Viagens de exploração de dois Yugo-Slavos pelo Brasil e República Limitrophes” (1919). In: *Monumenta – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. 30 p.

Bibliografias

- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva, 1999.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e o Poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMPOS, Pedro Moacyr de. “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”. In: *Revista de História*, 45, São Paulo: USP, 1961.
- CARSODO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- _____. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed da UnB, 1999.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.
- _____. *Matelândia: História e Contexto*. Cascavel: Assoeste, 1992.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DICIONÁRIO *Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Brasília: Imprensa Oficial, 2001.
- DICIONÁRIO *Histórico-biográfico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.
- DIEHL, Astor. *A matriz da cultura histórica brasileira, do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a;
- _____. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998;
- _____. *A cultura historiográfica brasileira: Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999;
- _____. *A Cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre, Evangraf, 1993b.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FALCON, Francisco José Calazans. "História e cultura histórica". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n.º 19, 1997.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992. 2 vol.
- FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. "Em torno da História e da sua situação no Brasil". In: *Ensaio III – sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. "A pesquisa histórica no Brasil". In: *Revista de História*, n.º 88, São Paulo: USP, 1971.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: a História em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *História e Historiografia: Brasil, pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Edunicamp, 1994.
- MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria*. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.

- MANNHEIM, Karl. "A sociologia do conhecimento". In: *Ideologia e utopia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. pp. 286-330.
- MERTON, Robert. "La sociologia Del Conocimiento". In: HOROWITZ, Irving Luis (Org.). *Historia y Elementos de la Sociologia Del Conocimiento*. Buenos Aires: T.I., 1974.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. "História e Memórias" in: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William (Org.). *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Ed. Souza, 1949.
- NIEDERAUER, Ondy Helio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set, 1992.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado*. 2 ed. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.
- POLLAK, Michael. "Memórias e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, nº 10. 1992.
- RIBEIRO, Eurico Branco. *Esboço da História do Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia DR/PR, 1940.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. 2v.
- RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa: ficção & história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Progresso Editorial, 1949.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, Lutas e Conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1984.
- SANTOS, José Carlos dos. *Praticantes da escrita e construtores do espaço: narrativas sobre o homem e o território, nas décadas de 1930 e 1940*. Curitiba: UFPR, 2002. [Tese de Doutorado em História].
- SILVA, Oscar. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: CBPE, 1945.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Os Institutos Históricos e Geográficos: 'Guardiões da História Oficial'." In: _____. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SZESZ, Cristina M. "O conceito de região: discursos e representações do Paraná". In: *Cultura e Cidadania*. Curitiba: ANPUH/PR, 1996. p. 294.
- SZVARÇA, Décio R. *O forjador: ruínas de um mito – Romário Martins*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageiros, Mensus e colonos. História do Oeste Paranaense*. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: UFPR, 1987.

_____. "Os cursos de pós-Graduação em História da UFPR". In: *História – Questões e debates*. Curitiba, jan/1997.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ETAPAS DA PESQUISA/ MESES-ANO	Abr. 2005	Mai. 2005	Jun. 2005	Jul. 2005	Ago. 2005	Set. 2005	Out. 2005	Nov. 2005	Dez. 2005	Jan. 2006	Fev. 2006	Mar. 2006	Abr. 2006	Mai. 2006	Jun. 2006	Jul. 2006	Ago. 2006	Set. 2006	Out. 2006	Nov. 2006	Dez. 2006	Jan. 2007	Fev. 2007	Mar. 2007
Participação em cursos e atividades programadas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X															
Redação de textos de final de cursos		X		X		X		X		X														
Estágio na UFF								X	X	X	X	X												
Atividades de orientação		X			X			X			X			X			X			X			X	
Levantamento e coleta de fontes e bibliografias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X												
Leitura e análise das fontes e bibliografias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Revisão do projeto de pesquisa																		X	X	X	X			
Redação da tese (versão preliminar)										X	X	X	X	X	X	X	X							
Redação da tese (versão qualificação)																		X	X	X	X	X		
Qualificação																							X	
Participação em eventos científicos				X		X								X					X					

PLANO DE REDAÇÃO DA TESE

Título Provisório:

A FRONTEIRA COMO DESTINO DE VIAGEM: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1876/1907)

1. VIAJANTES, FRONTEIRAS E HISTORIADORES

O objetivo do capítulo é fazer uma discussão conceitual sobre viajantes e fronteira e, na seqüência, uma discussão historiográfica a respeito de alguns livros publicados por historiadores e memorialistas paranaenses (entre 1899 e 1988) e que discorrem sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Para isso, o capítulo foi dividido em três partes.

1.1 OS VIAJANTES E SEUS RELATOS: UM INVENTÁRIO.

Nesta parte do texto, busca-se pensar os relatos de viagens e os viajantes. O imaginário e o maravilhoso que figuravam nos relatos medievais e à época dos descobrimentos são objetos de atenção num primeiro momento para, em seguida, mostrar que ocorreram lentas transformações na forma de narrar as viagens além-mar. O maravilhoso cedeu vez às densas descrições de povos nativos, paisagens e aventuras, no caso português, cujas licenças de viagens (de publicações dos escritos de viagens) estavam restritas a um grupo de pessoas, notadamente padres e ou pessoas vinculadas à corte portuguesa. Holandeses, franceses e ingleses, no entanto vieram a publicar vários relatos de viagens sobre a “Terra de Vera Cruz”. Como a região Oeste

do Paraná, até 1750, pertencia à Espanha, faço uma breve discussão de como a Espanha se comportava com relação aos escritos de viagens, comparando com Portugal.

No século XVIII, os relatos de viagens que descrevem o que hoje se compreende como “Oeste Paranaense” deixam de ser publicados e assumem a forma de cartas, diários e relatórios, portanto, não publicados e restritos a poucas pessoas. Ainda no final do século XVIII, Portugal passou a incentivar a realização de expedições científicas no Brasil, porém, sob a tutela e controle do que era escrito e desenhado. Tal incentivo aumentou consideravelmente com a vida da Família Real e a Abertura dos Portos, em 1808. Com isso, os relatos de viagens assumiram características e as marcas da ciência. Ao contrário dos viajantes e viagens dos séculos anteriores, os viajantes adentraram ao interior do Brasil e promoveram um inventário da fauna, da flora e “das gentes do Brasil”. Referencio alguns viajantes estrangeiros que passaram pelo Paraná e pelo Oeste do Paraná, para, em seguida, destacar que não era somente os europeus que viajavam e descreviam os “sertões” brasileiros, mas também muitos brasileiros e paranaenses, onde destaco os relatos de viagens sobre o Paraná e a região Oeste.

1.1.1 O Olhar e as memórias de viagens.

Neste subcapítulo consta uma discussão teórica sobre *O Olhar*, os viajantes e os relatos de viagens, como fragmentos da memória dos viajantes com relação aos lugares percorridos.

1.2 O OESTE PARANAENSE COMO FRONTEIRA

Esta parte do capítulo é dedicada à discussão sobre o conceito de Fronteira, a partir da perspectiva de Frederick Jackson Turner. Antes, porém, de adentrar na discussão deste conceito, destaco o que vem a ser o “Oeste Paranaense” em fins do século XIX. Tendo feito isso, passo a apresentar alguns aspectos da “Teoria da Fronteira” construída por Turner, seus seguidores e críticos. Em seguida, centro atenção na influência da teoria

turneriana entre alguns “intérpretes” do Brasil, em específico, Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo, Gilberto Freyre, Viana Moog, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Guilherme Velho e José de Souza Martins.

1.3 HISTORIADORES E MEMORIALISTAS A HISTORAR A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU.

Esta parte do capítulo dedica-se a fazer uma discussão sobre a memória histórica produzida por historiadores e memorialistas sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, mais precisamente a partir dos escritos de Sebastião Paraná, Romário Martins, Eurico Branco Ribeiro, Otília Schimmelpfeng, Ruy Wachowicz e José Augusto Colodel. Com isso, busca-se apontar para a originalidade de nosso tema de pesquisa e sua contribuição.

2. NOS RELATOS DE VIAGENS, A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA

O objetivo deste capítulo é evidenciar como os viajantes narraram suas viagens ao Oeste do Paraná, com o intuito de perceber como eles construíram a Fronteira. Os escritos de viagens de Nestor Borba, José Francisco Thomas do Nascimento e de José Maria de Brito foram utilizados para abordar as questões acima pontuadas, entre os anos 1876 e 1889. Além desses relatos, fizemos uso dos Relatórios Provinciais visando perceber as preocupações do Ministério da Guerra e do Governo da Província do Paraná com relação à Fronteira Oeste. Para isso, o capítulo foi dividido em 5 partes.

2.1 RUMO AOS SALTOS DE SETE QUEDAS, OS IRMÃOS BORBA.

Busca-se neste espaço explorar a trajetória dos viajantes Nestor Borba e de Telêmaco Borba, bem como o contexto e os motivos da viagem rumo ao Oeste do Paraná (em 1875/1876) e a publicação dos relatos de viagens. Relatórios Provinciais foram utilizados para mostrar a preocupação e os motivos de se empreender viagens ao Oeste.

2.2 AS COLONIAS MILITARES DE CHOPIM E CHAPECÓ.

Cuida essa parte do capítulo em pontuar as preocupações da Corte Imperial em relação uma disputa territorial entre Brasil e Argentina na parte sudoeste do território Paranaense, que motivou à fundação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, em 1882. Também destaca-se a situação das Colônias Militares em 1886, a partir do estudo feito por Leônidas Boutin.

2.3 JOSÉ FRANCISCO THOMAZ DO NASCIMENTO E OS SERTÕES A OESTE DE GUARAPUAVA

Nessa parte, explora-se os relatos da viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento aos sertões a Oeste de Guarapuava, em 1885. Sua narrativa centra atenção nos índios kaingang e guaranis, assim como na relação do viajante com os indígenas no auxílio à abertura de uma picada rumo ao rio Paraná. Faz-se uso das discussões de Marie Louise Pratt sobre a “mística da reciprocidade” para refletir sobre a relação viajante-indígenas.

2.4 JOSÉ MARIA DE BRITO E A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR NA FOZ DO RIO IGUAÇU

Mediante o uso dos relatos de José Maria de Brito sobre a descoberta e a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre os anos de 1888 e 1889, busca-se explorar as dificuldades enfrentadas na Fronteira Oeste do Paraná para fundar outra Colônia Militar junto às barrancas dos rios Iguaçu e Paraná, visando proteger e dar início à ocupação efetiva da fronteira com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai, assim como limitar a ação exploratória das matas brasileiras por paraguaios e argentinos.

2.5 A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA

Nesta parte do capítulo, pretende-se fazer uso dos escritos de viagens de Nestor Borba, José Francisco Thomas do Nascimento e de José Maria de Brito visando destacar como eles narraram e construíram a Fronteira Oeste do Paraná. Ela tomou forma quando os viajantes descreveram as paisagens, os animais, os rios, as árvores, os índios, as dificuldades e os medos.

3. A COLÔNIA MILITAR NA FOZ DO RIO IGUAÇU: O OLHAR DOS VIAJANTES (1889/1906)

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre os anos de 1889 e 1906, a partir dos relatos de viajantes e de relatórios administrativos da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Durante esses anos, a referida os militares vinculados à Colônia Militar tentaram empreender, junto com colonos brasileiros e estrangeiros, um processo inicial de ocupação e colonização da Fronteira Oeste do Paraná. O isolamento, a falta de comunicação, a sucessiva troca de diretores e alguns acontecimentos específicos, facultaram à Colônia e aos colonos, tempos difíceis e incertos. Como suporte documental, tem-se os relatos de José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e Silveira Neto, além dos relatórios administrativos do coronel Torres Homem, datados de 1897 e 1898.

O capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira centra-se atenção nos viajantes e nas viagens; e na segunda, na Colônia Militar sob olhar dos viajantes.

3.1 OS VIAJANTES E AS VIAGENS, OS TEXTOS E OS CONTEXTOS.

Nessa parte, procura-se centrar atenção em quem são os viajantes, nos motivos das viagens, no contexto das viagens e no contexto de produção e publicação dos relatos de viagens. Cada viajante tem seu subcapítulo, onde lançamos mãos de outros livros e temas para melhor situar os viajantes aos contextos históricos. Todos os viajantes eram de Curitiba e estavam ligados, direta e/ou indiretamente, ao poder público. Militares, engenheiros, literatos a viajar, olhar e narrar a Fronteira e sua estadia na Colônia Militar. Cada um, ao seu modo.

3.2 A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU, SOB O OLHAR DOS VIAJANTES

Nesta parte do capítulo, centra-se atenção nos relatos dos viajantes para resgatar a História da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, desde o início de sua instalação em 1889 até o ano de 1906, procurando evidenciar as várias estratégias levadas a cabo pelos militares visando manter a Colônia em funcionamento. O isolamento, a falta de comunicação, a sucessiva troca de diretores e alguns acontecimentos específicos, eram apenas alguns fatores percebidos pelos viajantes a respeito do não sucesso da Colônia e os tempos difíceis e incertos. Os relatórios administrativos da Colônia Militar escritos pelo Coronel Torres Homem em 1897 e 1898, assim como algumas notícias veiculadas em jornais cariocas e de Guarapuava datados do mesmo período ajudam a contar a História da Colônia Militar e a entender como e por quais motivos se davam as nomeações e a troca de diretores e de militares na Colônia Militar.

4. SER COLONO NA FRONTEIRA

O objetivo deste capítulo é discorrer e refletir sobre a forma de acesso à terra e as condições de vida dos colonos, ou daquelas pessoas que, ao receberem lotes urbanos e rurais dentro dos limites territoriais pertencentes à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, foram denominados de “colonos”. Uma das estratégias mais utilizadas foi prestar serviços aos militares na derrubada das matas e limpeza da área em que foi edificada a sede da Colônia Militar, assim como na construção das primeiras casas. Ao se aproximarem dos militares, conquistando a amizade deles, os colonos conseguiram o acesso a terras, mesmo não tendo experiência na lide com a terra. A eles foram entregues documentos provisórios atestando a posse das terras. Porém, o fato de a maioria dos lotes rurais não terem sido medidos, demarcados e titulados aos colonos, gerou conflitos de terras: invasão, expulsão, perseguição e mesmo violências físicas ocorreram.

O interessante é que esses conflitos ocorriam "embaixo do nariz" dos administradores da Colônia Militar, que mesmo sabendo do que ocorria, nada

faziam. Quem estava por trás dos conflitos? Jorge Schimmelpfeng, ex funcionário da Agencia Fiscal do Paraná, que se tornou uma espécie de "coronel" (coronelismo), munido de jagunços e com anuência da Colônia Militar, obrigava os colonos a venderem a ele a produção agrícola, erva-mate e madeira extraída das terras a preços baixos. A resistência a isso por parte dos colonos, tinha como resposta a invasão das terras, destruição de lavouras, derrubada das matas e extração de erva-mate pelos "homens de Jorge". Noutros casos, Jorge pegava para si os documentos provisórios de terras, como forma de pagamento de dívidas em seu armazém. A denúncia aos militares que vieram averiguar a situação da Colônia Militar foi uma saída encontrada pelos colonos para por fim, ou ao menos frear, a aquela situação, visto que estavam a mais de 300 km de distância de uma delegacia de polícia e/ou fórum. Sabiam que tinham o direito, mas, naquela distância não tinham a quem recorrer.

O principal documento a ser explorado é uma *Ata de Audiência Particular*, escrita entre fins de novembro e início de dezembro de 1907, por militares oriundos do Rio de Janeiro com o objetivo de vistoriar a Colônia Militar. Algumas outras informações sobre a situação dos colonos figuram nos relatos de viajantes, mas de forma rápida. A Fronteira enquanto espaço de conflitos, é o ângulo de abordagem deste capítulo tendo como referência inicial os escritos de José de Souza Martins.

**VERSÃO PRELIMINAR DA TESE
COPIÃO**

1

**VIAJANTES, FRONTEIRAS
E HISTORIADORES**

O objetivo deste capítulo é fazer uma discussão conceitual e metodológica sobre viajantes e fronteira e, na seqüência, uma discussão historiográfica a respeito de alguns livros publicados por historiadores e memorialistas paranaenses (entre 1899 e 1988) e que discorrem sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

1.1 OS VIAJANTES E SEUS RELATOS: UM INVENTÁRIO.

“Os relatos de viagem são tão antigos quanto as próprias viagens – ou mais”.⁶⁷

Tzvetan Todorov

Estava, Tzvetan Todorov, se referindo ao imaginário nascido anterior às viagens modernas realizadas nos séculos XV e XVI europeu. Nessa óptica, muitos relatos, mesmo aqueles fantásticos, precederam as viagens. Serviram, entre outras coisas, para dar asas à imaginação em relação a curiosidades e temores de lugares nunca percorridos por europeus mediante a combinação de fatos reais e invenções fabulosas. Em 1296, comenta Elizabeth di Cropani, após a batalha de Curzola que opunha genoveses e venezianos, um grande

⁶⁷ TODOROV, tzvetan. *Lês Morales de l'histoire*. Paris: Grasset, 1991. p. 95.

número de soldados venezianos foram presos. Na prisão e durante horas, eles se comprimiam em volta de um homem barbudo, que falava sem parar: “vou contar agora uma viagem que nunca esquecerei, ao reino de Zâmbia, país que há muito tempo paga um tributo de vinte elefantes a Kublai, o grande soberano tártaro. A riqueza desse reino é simplesmente incrível. O palácio é todo de ouro e mármore, ornamentado de pedras preciosas”.⁶⁸ Intrigado com tais palavras, um soldado aproximou-se dos presos para também ouvir tais relatos. “Uma das coisas que mais me impressionou foi o sistema de noivado”, continuava narrando aquele homem barbudo: “Toda moça destinada ao casamento deve ser apresentada em primeiro lugar ao rei e divertir Sua Majestade por alguns dias. Depois, o soberano a ajuda a encontrar um marido e lhe oferece um rico dote como presente. No ano em que lá estive, o soberano já tinha 326 filhos e filhas, como resultado de tantas ‘noites de núpcias’”.⁶⁹

O homem barbudo era Marco Polo, que falava aos presos suas aventuras no Oriente. Nos dias que se seguiram, sua fama havia se espalhado pela região. Soldados, presos e curiosos se espremiavam na cela para ouvir suas histórias. Os relatos foram transcritos por Rusticello, jovem escritor da cidade de Pisa, dando origem, alguns anos mais tarde, a dois livros: *Il Milione* e *O livro das maravilhas*⁷⁰. O primeiro livro era um esboço inicial do segundo livro. Ambas as obras foram amplamente divulgadas na Europa, recebidas, porém, com descrença, informa Stéphane Yerasimos: “Sua época, habituada a uma geografia maravilhosa e estandardizada, escandalizou-se com suas inovações. Se ele tivesse descrito o reino das Amazonas ou dos Pigmeus, ninguém teria se comovido. Mas contar que as ruas da cidade da China eram pavimentadas com tijolos e que pedras negras

⁶⁸ CROPANI, Elizabeth di. “Os ‘milhões de Marco Polo”. In: POLO, Marco. *As viagens “Il Milione”*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 11.

⁶⁹ CROPANI, Elizabeth di. “Os ‘milhões de Marco Polo’.... Op. cit. p. 11

⁷⁰ PÓLO, Marco. *O livro das maravilhas*. Tradução de Elói Braga Jr. 4 ed. Porto Alegre: L&PM, 1994.

queimavam, era demais”.⁷¹ Como se nota, para muitos leitores de Marco Polo, tais narrativas de viagem se constituíam num mundo de sonhos, exagerado e absurdo. O real e o imaginário se misturavam na mente do homem medieval, que lia ou ouvia⁷² as histórias do veneziano. O livro, ao que parece, obteve maior influência e aceitação entre comerciantes e navegadores, que, a título de exemplo, menciona-se Cristóvão Colombo e Vasco da Gama. Ambos os navegadores foram leitores dos textos do veneziano, tanto que sonhavam apossar-se do ouro, pedras preciosas e outras especiarias da Índia, ao percorrerem as rotas marítimas e terrestres citadas no interior de *O Livro das Maravilhas*.

Tal aceitação e influência por parte de comerciantes e navegadores (viajantes por excelência), pode, com os devidos cuidados, ser mais uma vertente das origens do maravilhoso no Ocidente medieval cristão, a partir do século XII. Para Jacques Le Goff, tal origem devia-se ao fortalecimento da sociedade leiga, na qual valores profanos ressurgiram dentro de uma cultura eminentemente guerreira e cavaleiresca.⁷³ Os romances de cavalaria, bem como os escritos de viajantes, passaram a incentivar o uso da imaginação mediante a leitura e recriação mental do texto lido ou ouvido, ainda mais quando atrelado à religiosidade, ao caráter sagrado. O maravilhoso (em sua esfera religiosa ou não), porém, só ganhou sentido quando passou a ser aceito (ou assimilado) pela coletividade, transformando-se, assim, em acontecimentos reais. Luis Krus ao estudar o imaginário português em relação aos medos do mar, a partir do século XII, comenta que as águas litorâneas chegaram a ser conceituadas (por cônegos do mosteiro régio de Coimbra) como lugar do caos e da desordem. Monstros marinhos, bestas diabólicas e grandes ondas oceânicas simbolizavam as ameaças temidas. Navegar na área costeira da cidade de Lisboa, naquele período, era um desafio capaz de trazer fama, reconhecimento, proveito e riqueza. O culto e a celebração dos

⁷¹ YERASIMOS, Stéphane. “Sob os olhos do Ocidente”. In: POLO, Marco. *O livro das maravilhas....* Op. Cit. p. 17

⁷² Cf. ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

⁷³ Cf. LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

santos patronos⁷⁴ dos viajantes passou a ser maior na medida em que a necessidade crescente de abertura além-mar se fez necessário.⁷⁵

O maravilhoso e o imaginário medieval marcaram presença nas narrativas de muitos viajantes europeus que percorreram diferentes regiões do atual território brasileiro, no século XVI. Os relatos do francês Jean de Léry e do português Pero de Magalhães Gandavo se constituem em dois bons exemplos. O teólogo protestante Jean de Léry publicou *Viagem à terra do Brasil* em 1578, dezoito anos após sua passagem pela colônia portuguesa na América, onde registrou suas impressões a respeito dos índios, das plantas, dos animais e de alguns supostos monstros que amedrontavam os índios:

Disse-me ele que, estando certa vez com outros em uma de suas canoas de pau, por tempo calmo em alto mar, surgiu um grande peixe que segurou a embarcação com as garras, procurando virá-la ou meter-se dentro dela. Vendo isso, continuou o selvagem, decepei-lhe a mão com uma foice e a mão caiu dentro do barco; e vimos que ela tinha cinco dedos como a de um homem. E o monstro, excitado pela dor pôs a cabeça fora d'água e a cabeça, que era de forma humana, soltou um pequeno gemido.⁷⁶

Como se observa, o viajante francês descrevera os relatos de indígenas em relação à existência de monstros nas águas de caudalosos rios. Perseverava nos escritos de Jean de Léry a longa tradição literária medieval iniciada no século XII. Além dos europeus, os índios também faziam uso do maravilhoso para explicar determinados acontecimentos. “Ver” ou “ouvir dizer” que alguém viu, continuava a não interferir na veracidade dos relatos de Jean de Léry.

Pero de Magalhães Gandavo, por sua vez, deixou outras impressões sobre a colônia portuguesa na América na obra *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz*, impresso pela primeira vez em 1576. Gandavo esteve no Brasil entre os anos de 1558 e 1572. Ele também imaginava, a

⁷⁴ São Cristóvão, protetor dos caminhos; São Tiago, patrono das cruzadas; e São Vicente, protetor do mar.

⁷⁵ KRUS, Luis. “O imaginário português e os medos do mar”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 95 e 97.

⁷⁶ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 164.

partir das narrativas indígenas, que existiam monstros nas terras recém descobertas, mais especificamente, na capitania dos Ilheos:

Sete lagoas da mesma povoação pela terra dentro está huma lagoa doce que tem tres legoas de comprimento e tres de largo e tem dez, quinze braças de fundo e dahi pera cima. Sae della hum Rio pequeno pelo qual vão lá Ter barcos. (...) Tem muita infinidade de peixes grandes e pequenos.(...) Também há muitos tubarões nesta lagoa, e lagartos e muitas cobras. E achão-se nella outros monstros marinhos de diversas maneiras.⁷⁷

Paul Zumthor informa que é somente nos séculos XVII e XVIII, com o surgimento das novelas e dos relatos de viajantes nascidos da erudição que a tradição literária com base na oralidade fantástica entraria em declínio. “Esta lenta mutación estuvo precedida, y sin duda condicionada, por otra, relativa a la forma principal de percepción, es decir, a la naturaleza mental de toda evidencia: desde el siglo XIV al XVI la vista va sustituyendo al oído el la función de fuente de conocimiento”.⁷⁸ Outro elemento importante que merece ser destacado para tal transformação era o descrédito a algumas narrativas de viagens. François Rabelais (1494?/1553), por exemplo, fez uso da sátira para ridicularizar e denunciar a seus leitores, as narrativas fantásticas e absurdas escritas em muitas crônicas de viagens ao continente americano. Dentre as obras satirizadas está *Singularidades da França Antártica*, publicada em 1557 por André Thévet⁷⁹, após ter participado da expedição de Villegagnon (1555), que fundou uma colônia no Brasil, batizada com o nome de “França Antártica”.⁸⁰ Rabelais, na obra *Gargântua e Pantagruel*, criou como metáfora daquele imaginário, um personagem-caricatura: o “Ouvi-dizer”, um velho corcunda e paralítico, que, tendo a língua esfacelada em sete pedaços,

⁷⁷ GÂNDAVO, P. de M. *Tratado da Terra do Brasil: história da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp, 1980. p. 31-33.

⁷⁸ ZUMTHOR, Paul. *La medida do mundo: representación del espacio en la edad media*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994. p. 295.

⁷⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

⁸⁰ Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial*. Antologia de textos 1531-1800. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999; SALVADOR, José Gonçalves; BRUAND, Yves. “Os Franceses na Guanabara”. *Revista de História*. São Paulo, volume 28, 1964. p. 209-238.

narrava, com um mapa-múndi aberto à sua frente, histórias de unicórnios, de seres com corpo de leão e cara humana, de hidras com sete cabeças, de tribos de seres com cabeças de pássaros, ou até mesmo com duas cabeças, de povos fabulosos que andavam apoiados nas mãos, com as pernas balançando no ar.⁸¹

A literatura militante de Rabelais, sob a capa da bonomia e da vulgaridade, por vezes maquiavélica, expunha ao ridículo a sociedade e o mundo anteriores ao Renascimento. Mikhail Bakhtin, um dos grandes estudiosos da obra de François Rabelais, lembra que:

a tarefa essencial de Rabelais consistia em destruir o quadro oficial da época e dos seus acontecimentos, em lançar um olhar novo sobre eles, em iluminar a tragédia ou a comédia da época do ponto de vista do coro popular rindo na praça pública. Rabelais mobiliza todos os meios das imagens populares lúcidas para extirpar de todas as idéias relativas à sua época e aos acontecimentos, a mentira oficial, a seriedade limitada, ditada pelos interesses das classes dominantes.⁸²

François Rabelais, Erasmo de Rotterdam, Thomas More, Tomaso Campanella (e outros), mesmo enveredando para o mundo da sátira e das utopias, cuja base estava assentada na filosofia grega, estavam entre os pensadores humanistas da renascença que se encarregaram de jogar por terra uma série de mitos e fantasmagorias, em função de um discurso crítico ordenado de maneira coerente, racional e lógico para muitos acontecimentos históricos.

Como se nota, o acontecer dos descobrimentos além-mar, aliado às idéias renascentistas em relação ao homem e o mundo, provocaram mudanças consideráveis na maneira de pensar dos homens do “Velho Mundo”, porém de maneira lenta e gradual. A geografia tradicional (mítica e

⁸¹ RABELAIS, François. *Gargântua e Pantagruel*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003. Ver os dois primeiros capítulos do livro V. Ainda há dúvidas a respeito da autoria deste capítulo, pois fora publicado em 1564, portanto, após a morte de François Rabelais.

⁸² BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4 ed. Brasília: Unb; São Paulo: Hucitec, 1999. p. 386. Outro estudo de peso sobre François Rabelais é FEBVRE, Lucien. *El problema de la incredulidad en el siglo XVI. La religión de Rabelais*. México: Uteha, 1959.

livresca) foi revisada e rediscutida na medida em que surgiram novos mapas. Os monstros marinhos que figuravam nesses mapas cederam lugar a aves, animais, árvores e povos nativos. O fantástico e o maravilhoso, tão presente no imaginário medieval com relação às terras e riquezas orientais, reorganizou-se à luz da exploração do continente americano.⁸³ A busca do conhecimento verificável e o desvendar do “outro” acabou por revelar novos paradigmas e valores, influenciando, por sua vez, nos modos de vida dos europeus, tanto que se puseram a repensar seus próprios valores e instituições ao entrar em contato com os modelos encontrados no além-mar. Enfim, o homem renascentista e moderno⁸⁴ desejava e prometia a si mesmo um mundo inédito, ou, ao menos, diferente daquele mundo medieval em decadência. Nesse sentido, as viagens atuaram como ferramentas destinadas a polir o cérebro dos viajantes e dos homens que se interessavam pelo desconhecido, ora mediante o contato com os outros, ora mediante leitura das narrativas de viagens.

Roger Chartier adverte que, na Europa dos séculos XVI e XVII, a prática da leitura (mesmo sendo reduzido o número de pessoas letradas) começou a sair dos ambientes privados e solitários rumo a lugares públicos, tais como: tabernas, carruagens, salões, cafés e mesmo reuniões familiares. Muitos escritos de viajantes chegaram a ser lidos e recitados em locais públicos, obrigando seus mentores a tecer suas memórias de maneira mais compreensível, agradável e instigante, tanto para os leitores solitários como para aqueles leitores que procuravam divertir e entreter um público maior.⁸⁵

É necessário frisar que a ampliação do número de leitores e ouvintes, em parte, foi obra de uma grande transformação nas técnicas de produção e impressão de textos, que até meados da década de 1450, só era possível reproduzir uma obra copiando-a a mão. Parte considerável dessa transformação foi trabalho do alemão Johan Gutenberg, ao desenvolver uma

⁸³ Cf. DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984.

⁸⁴ Cf. GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

⁸⁵ CHARTIER, Roger. “Textos, impressos e leituras”. In: *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Difel, 1996. p. 124.

técnica de impressão utilizando tipos móveis (caracteres ou letras) atreladas a uma máquina de prensar.⁸⁶ Contudo, comenta Roger Chartier:

A transformação não é tão absoluta como se diz: um manuscrito (sobretudo nos últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do códex. Tanto um como outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numeração), os índices e os sumários: tudo isso existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno. [...] Há, portanto, uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra. Com Gutenberg, a prensa, os tipógrafos, a oficina, todo um mundo antigo teria desaparecido bruscamente. Na realidade, o escrito copiado a mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII, e mesmo o XIX. Para os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra.⁸⁷

Se na Europa Moderna o texto impresso conviveu com o texto manuscrito, o mesmo pode ser afirmado em relação aos textos nascidos no Brasil, assevera Luiz Carlos Villalta ao escrever sobre a língua, instrução e livros no Brasil colonial. Para este pesquisador, a Coroa portuguesa “procurou controlá-los para manter a obediência, o que, na Colônia, exigia dependência – com tal tutela, mais incisiva no que toca à imposição da língua portuguesa, a instrução escolar e a circulação de livros, já gravados na metrópole, prejudicaram-se sobremaneira”.⁸⁸ Aos poucos, porém, tanto lusitanos como castelhanos tiveram de se render ao uso das línguas indígenas (de origem tupi e guarani) como estratégia dos padres jesuítas em catequizar e civilizar os nativos, não em Latim, português ou espanhol, e sim, em tupi-guarani. Antonio Ruyz de Montoya, jesuíta espanhol que esteve durante algum tempo nas Reduções Jesuíticas del Guairá (hoje, região nordeste do Paraguai e

⁸⁶ Cf. MAN, John. *A revolução de Gutenberg*. São Paulo: Ediouro, 2004.

⁸⁷ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999. pp. 7 a 9.

⁸⁸ VILLALTA, Luis Carlos. “O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura”. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da Vida privada no Brasil* (vol. 1). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 333.

oeste do Estado do Paraná) entre o final do século XVI e início do século XVII, elaborou um *Catecismo de la lengua guarani* e transcreveu do latim para o castelhano e guarani, *Textos de la doctrina christiana*. Os padres José de Anchieta e Luís Figueira, também compuseram gramáticas da língua Tupinambá, traduções do pai-nosso, ave-maria, credos e um *Catecismo na língua brasílica* naquela mesma língua, entre 1575 e 1618.⁸⁹ Parcela considerável dessas obras acham-se somente manuscritas ou impressas de maneira artesanal pelos próprios padres e missionários, como é o caso do *Catecismo de la lengua guarani*, de Antonio Ruyz Montoya, datado de 1640.⁹⁰

Luís Carlos Villalta comenta, ainda, que não era nada simples ter acesso a livros na América portuguesa, bem como conseguir autorização para a publicação e/ou edições de livros não voltados à religião e educação:

A reputação dos livros, na perspectiva dos consumidores em geral, reforçava-se pela desigualdade da distribuição de sua posse, pela sua inacessibilidade aos humildes e, em certos casos, apoiava-se no caráter estratégico que assumiam para as autoridades; assentava-se, quanto aos livros proibidos, no privilégio que alguns tinham de possuí-los e lê-los, alcançado por concessão régia, obtida com o envio de solicitação de licença. [...] Sendo privilégio, as licenças modulavam-se de acordo com o *status* e os ofícios dos beneficiados, menos o primeiro do que os últimos: na concessão da licença, a Coroa levava em conta mais a categoria profissional dos requerentes do que sua inserção nos estamentos. Assim teólogos foram autorizados a ler e possuir obras proibidas de teologia, mas não os advogados, aos quais eram permitidas exclusivamente a posse e leitura de livros jurídicos defesos.⁹¹

Na Europa Moderna muitos leitores e autores de obras foram objetos de punições diversas. A restrição no fornecimento das licenças para publicação era uma das estratégias de controle efetivadas por Portugal. Porém, estratégias para burlar o controle da Coroa existiam, dentre elas, a cópia manuscrita e a leitura oral (em ambientes públicos ou privados) mesmo com o grande número de analfabetos. Havia, também, toda uma preocupação para com as narrativas sobre o Brasil Colônia. Relatos sobre caminhos, faunas,

⁸⁹ Cf. VILLALTA, Luis Carlos. "O que se fala e o que se lê... Op. Cit. p. 336 e 338.

⁹⁰ Essas e outras obras encontram-se no acervo de obras raras de,... em SP, coleção José Mindlin.

⁹¹ VILLALTA, Luis Carlos. "O que se fala e o que se lê... Op. Cit. p. 370 e 371.

floras, cotidianos e populações indígenas chegaram a ser considerados perigosos pelas autoridades portuguesas (políticos e militares), pois revelavam a leitores de toda ordem (portugueses e não-portugueses), mapas delimitando caminhos (terrestres e fluviais), riquezas animais, minerais, vegetais e populacionais das regiões visitadas.

Isso se explica, em parte, pelo fato da Coroa portuguesa ter certa preferência quando da expedição de licenças para a publicação de obras sobre o Brasil a freis e padres, pelo menos entre 1500 e 1808, dos quais se destacam: Frei Vicente do Salvador,⁹² Padre Fernão Cardim,⁹³ Padre André João Antonil,⁹⁴ Frei João de São José Queiroz,⁹⁵ Padre Antonio Vieira,⁹⁶ Padre José de Anchieta,⁹⁷ Padre Heliodoro Pires,⁹⁸ Frei Gaspar Madre de Deus⁹⁹ e Padre Manoel da Nóbrega.¹⁰⁰ Os poucos eleitos além dos religiosos tinham um grande reconhecimento social por parte de Portugal, notadamente: Gabriel Soares de Souza,¹⁰¹ Pero Magalhães Gandavo,¹⁰² Nuno Marques

⁹² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

⁹³ CARDIM, Padre Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.

⁹⁴ ANTONIL, Padre André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

⁹⁵ QUEIROZ, Frei João de São José. *Visitas pastorais (1761/1763)*. Rio de Janeiro: Melso, 1961.

⁹⁶ VIEIRA, Padre Antonio. *Sermões*. Porto: Lello e irmãos, 1959. Consta na Torre do Tombo, em Lisboa, um processo inquisitorial movido contra Antonio Vieira pelo Santo Ofício português, entre os anos 1663 a 1667. Hernani Cidade chegou a escrever um livro a partir desse processo de quase novecentas páginas de pergaminhos costurados e escritos a mão. Cf. CIDADE, Hernani. *Padre Antonio Vieira. Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. Tomos I e II. Salvador: Livraria Progresso, 1957. Um artigo menos denso, porém, de fôlego sobre os motivos alegados pelo Santo Ofício e a análise literária dos escritos de Vieira, foi escrito por Alfredo Bosi. Cf. BOSI, Alfredo. "Vieira e o reino deste mundo". In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 54-86.

⁹⁷ ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1978.

⁹⁸ PIRES, Padre Heliodoro. *A paisagem espiritual do Brasil no séc. XVIII*. São Paulo: S/ed, s/d.

⁹⁹ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

¹⁰⁰ NÓBREGA, Padre Manoel da. *Cartas do Brasil (1549/1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

¹⁰¹ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4 ed. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971.

¹⁰² GÂNDAMO, Pero Magalhães. *História da província de Santa Cruz...* Op. Cit.

Pereira,¹⁰³ Luis dos Santos Vilhena,¹⁰⁴ Marquês do Lavradio¹⁰⁵ e Ambrósio Fernandes Brandão¹⁰⁶. Já o número de textos editados sobre a América portuguesa por estrangeiros, mais precisamente, franceses, holandeses, alemães e ingleses não é extenso (entre 1500 e 1808), porém, é de significativa importância ao propiciar outro ângulo de visão sobre o homem e a natureza onde hoje se situam os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Bahia. André Thevet,¹⁰⁷ Claude d’Abeville,¹⁰⁸ Jean de Léry,¹⁰⁹ Hans Staden,¹¹⁰ Lindley Thomas¹¹¹ e James Cook¹¹² constituem-se em exemplos de fôlego de escritos de viagens sobre o Brasil Colonial.¹¹³

Se a Coroa portuguesa tentava impor um controle por sobre a produção textual, a Coroa espanhola, por sua vez, parece não ter tido tamanha preocupação com relação aos textos editados por espanhóis e não-espanhóis, sobre suas províncias na América meridional. As áreas onde hoje se configuram os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e

¹⁰³ PEREIRA, Nuno Marques. *Compendio narrativo do peregrino da América* (1728). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939.

¹⁰⁴ VILHENA, Luis dos Santos. *Notícias soteropolitanas e brasílicas* (1802) [A Bahia no século XVIII]. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

¹⁰⁵ LAVRADIO, Marquês de. *Cartas da Bahia* (1768-1769). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972.

¹⁰⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1930.

¹⁰⁷ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

¹⁰⁸ D’ABEVILLE, Claude. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

¹⁰⁹ LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1980.

¹¹⁰ STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil* (1557). Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988.

¹¹¹ THOMAS, Lindley. *Narrativa de uma viagem ao Brasil* (1802-1803). São Paulo: Nacional, 1969.

¹¹² Cf. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico – 1800/1850*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

¹¹³ Muitas dessas e outras obras foram traduzidas e (re)editadas pelas editoras da USP e Itatiaia (Belo Horizonte/MG), nas décadas de 1970 e 1980. Valorizar tais obras nesse período, era uma estratégia de sobrevivência arquitetada pelas editoras devido as fortes sanções e punições impostas pelo regime militar em relação à publicação de artigos, revistas e livros tecendo críticas ao Governo em vigor e sua política. Voltar-se ao estudo e pesquisa da história e historiografia do Brasil Colônia e Império foi, entre os historiadores, uma maneira de escapular de perseguições, torturas e exílios impostos pelos militares. Dentre os historiadores perseguidos, cassados e aposentados pela Ditadura Militar estavam Maria Yedda Leite Linhares, Emilia Viotti da Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Luiz Felipe de Alencastro, João José Reis, Paula Beiguelman, Octávio Ianni, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Cf. VINCI DE MORAES, José Geraldo; REGO, José Márcio (Orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Paraná, pertenciam oficialmente, até 1750, à Espanha.¹¹⁴ Além de viajantes e colonizadores espanhóis, essas áreas também foram percorridas e exploradas por bandeirantes portugueses e viajantes alemães desde meados do século XVI. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca,¹¹⁵ Ulrich Schmidel,¹¹⁶ Hans Staden,¹¹⁷ Antonio Ruiz de Montoya¹¹⁸ e Antonio Sepp von Recchegg¹¹⁹ estão entre os textos mais antigos publicados por viajantes, ora na Espanha ora na Alemanha.¹²⁰

¹¹⁴ Cf Tratado de Madri, Santo Idelfonso e Badajoz

¹¹⁵ CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Comentarios*. Curitiba: Farol do Saber, 1995. [1559] A referida obra foi dedicada ao “sereníssimo, ativo e muito poderoso senhor o Infante Don Carlos, N.S.”, cujo conteúdo descrevia em detalhes a viagem realizada por Cabeza de Vaca à Assunção (atual Capital do Paraguai) com o objetivo de assumir e ampliar as atividade de ocupação do território espanhol na bacia do Prata, bem como os anos que naquela região permaneceu a serviço da Coroa Espanhola, até seu retorno à Espanha em 1545. Fábio Campana comenta que a obra, na verdade, “é, antes de tudo, um texto de autodefesa diante das acusações feitas pelos seus inimigos. Cabeza de Vaca procura mostrar a iniquidade de Domingos Martinez de Irala e seus partidários, o mau trato que davam aos índios e sua conspiração contra ele, o representante legítimo da monarquia, cujo governo fizeram fracassar”. (CAMPANA, Fábio. “Apresentação”. In: CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. *Comentarios...* Op. Cit. p. 14.) Os *Comentários* de Cabeza de Vaca foram publicados no Brasil na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* no ano de 1893, sob o título *Comentários de Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, Adelantado e Governador do Rio da Prata, redigido por Pedro Fernandez, notório secretário da Província*. (Tomo LVI, pp. 193-334).

¹¹⁶ SCHMIDEL, Ulrich. *Ander theil dieses Weltbuchs von Schiffahrten*. Franckfurt, 1567. Chegou à América espanhola na armada de Pedro de Mendoza, organizada para fundar os povoados de Assunção e Buenos Aires. Durante os 18 anos que permaneceu na América Espanhola, Schmidl foi testemunha de importantes acontecimentos da conquista espanhola, das entradas em busca das fabulosas riquezas do “Rei Branco”, das guerras contra tribos indígenas das intrigas entre os conquistadores. O texto foi escrito após sua volta à Alemanha, publicado por Sebastian Franck, em 1567, na cidade de Frankfurt. Há um exemplar em alemão dessa edição no Instituto de Estudos Brasileiros, na USP, em bom estado de conservação. No Museu Paulista há um exemplar, também em alemão, da segunda edição, datada de 1599.

¹¹⁷ STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Op. Cit.

¹¹⁸ RUIZ DE MONTOYA, Antonio. *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. O texto foi escrito e editado em Madri no ano de 1639. Um estudo de fôlego sobre Montoya foi redigido pelo padre Jurandir Coronado de Aguillar como tese de doutorado em teologia, em Roma, defendida em 2002, sob o título *Conquista espiritual: a história da evangelização na Província do Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya (1580-1652)*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002. [Analecta Gregoriana, 286].

¹¹⁹ VON RECCEGG, Antonio Sepp. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos apostólicos*. São Paulo: Martins/Edusp, 1972. [1698/1710]

¹²⁰ Isso se explica pelo fato de a Espanha ser, ao lado de Portugal, uma potência européia desde fins do século XV. Com a morte do rei Fernando II (de Aragão e V de Castela), o vasto legado de Castela e Aragão, foi passado a Carlos I, herdeiro também, por linha paterna, dos Países Baixos, Luxemburgo e o Franco Condado, bem como dos domínios patrimoniais da Casa de Áustria e do título imperial, pelo qual ficou mais conhecido como Carlos V (da Alemanha). Isso possibilitava a mercadores, soldados e viajantes alemães

Os escritos de Cabeza de Vaca, Schmidel, Montoya e Antonio Sepp von Rechegg são preciosos com relação ao estudo de questões indígenas (entre meados do século XVI e a terceira década do século seguinte) e sua aproximação aos anseios europeus nas províncias de Buenos Aires, Assunção e Guairá. Contribuem de maneira significativa com informações a respeito dos hábitos culturais de várias tribos indígenas (guaicurus, guaranis, caingangues e carijós, por exemplo), assim como relatos sobre os aspectos geográficos (fauna e flora) e os caminhos percorridos (os caminhos de Peabiru, pré-colombianos), que resultaram, mais tarde, na elaboração dos primeiros mapas sobre América espanhola meridional.¹²¹ Os escritos de Montoya, por exemplo, além de descrever as atividades cotidianas levadas a cabo pelos padres jesuítas e índios guaranis reunidos nas reduções do Guairá, fornecem uma descrição detalhada das estratégias dos bandeirantes portugueses quando da destruição das reduções, bem como a migração de indígenas e jesuítas para a Bacia do Prata. Já, os escritos de Antonio Sepp von Rechegg concentram-se na ação dos jesuítas espanhóis junto aos índios guaranis quando da formação dos Sete Povos das Missões, desestruturadas a partir dos acordos entre Espanha e Portugal quando da assinatura do Tratado de Madri (1750), redefinindo as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul.¹²²

A assinatura do Tratado de Madri, entre Espanha e Portugal, estabelecia novos limites territoriais entre as áreas coloniais dos dois países

fazer parte das armadas castelhanas em direção à América meridional e lá permanecerem por tempo indeterminado, evangelizando, pesquisando ou comerciando. A presença de portugueses em território espanhol foi marcante entre 1581 e 1640, período em que ocorreu a união das coroas de Castela e Portugal. Destaca-se a forte atuação dos bandeirantes portugueses na busca e apreensão de indígenas guaranis para serem utilizados como escravos nas atividades domésticas e agrícolas na região de São Vicente e São Paulo.

¹²¹ O primeiro mapa foi elaborado por Ulrich Schmidel, publicado em Nuremberg no ano de 1599, acompanhado de relatos sobre os diversos lugares percorridos em 18 anos de pesquisas e serviços prestados à Coroa espanhola. Cf MAACK, Reinhardt. "Contribuição à história das explorações geográficas e geológicas do Estado do Paraná". *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. pp. 43-96.

¹²² Sobre os impasses e conflitos decorrentes da redefinição territorial na região dos Sete Povos das Missões, conferir QUEVEDO, Julio. "A guerra guaranítica e as contradições do colonialismo espanhol". *Anais das VI Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas*. Cascavel: Adunioeste, 1998. pp. 253-296;

ibéricos na América. Comissões mistas de demarcação deram início aos trabalhos, porém com o avanço lento dos trabalhos, ora motivado pelas resistências indígenas, ora devido às condições de acesso aos lugares, ora, ainda, devido à ausência de plantas que viessem a facilitar os trabalhos de demarcação, geraram descontentamentos em ambas as cortes. Dessa oposição, nasceu o Tratado de El Pardo (1761) anulando o Tratado de Madri e, com ele, acirrando as hostilidades entre as duas Coroas (a Guerra dos Sete Anos). Os conflitos foram minimizados com um novo acordo selado com o Tratado de Paris (1763), porém o não cumprimento do referido tratado motivou a continuação das hostilidades na região rio-grandense, em específico, o domínio fluvial do Rio da Prata. Inácio Guerreiro diz que os conflitos iniciados em 1767 só vieram terminar em 1776, com o domínio de toda a região do Rio Grande do Sul, dando origem, em setembro de 1777, ao Tratado de Santo Idelfonso, que, em síntese, fazia valer as determinações do Tratado de Madri.¹²³

Foi durante essas hostilidades entre portugueses e espanhóis, na parte meridional da América do Sul, que ordens expedidas de Lisboa chegaram às mãos do Marquês de Lavradio (Dom Luís de Almeida Portugal), Vice Rey do Estado do Brasil. As instruções eram assegurar a posse e a integridade dos territórios pretendidos por Portugal na América, mediante o emprego “de todos os meios possíveis e necessários para o estabelecimento de novas povoações na Capitania de São Paulo”, pontua Antonio César de Almeida Santos.¹²⁴ As ordens vindas de Lisboa recomendavam, ainda, que o Vice Rey do Brasil facultasse “licença, ajuda e favor” a aqueles aventureiros (que movidos pela cobiça do ouro) penetrassem em direção à serra de Apucarana, debaixo de “todo o segredo”. Exigia-se, ainda, que os exploradores

¹²³ GUERREIRO, Inácio. “As demarcações segundo o Tratado de Santo Idelfonso de 1777”. *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 40.

¹²⁴ SANTOS, Antonio César de Almeida. “O desbravamento dos sertões da capitania e São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América”. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org). *Monumenta – Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 3.

estabelecessem povoações a Sul e Oeste da Capitania de São Paulo, “de dez em dez léguas, quando mais, recolhendo e civilizando para este efeito os índios”, destaca Antonio César de Almeida Santos, ao analisar cartas do Conde de Oeiras ao Governador de São Paulo.¹²⁵

O ouro deveria funcionar como uma espécie de “isca”, com o objetivo de atrair aventureiros para adentrar os sertões a Oeste e Sul da Capitania de São Paulo. Formadas as expedições, partiam os aventureiros a lugares distintos visando realizar novas descobertas, explorações e descrições dos lugares percorridos em forma de cartas e diários de viagens. Os relatos em forma de cartas e/ou diários passaram a ser instrumentos preciosos para se edificar um saber a ser utilizado na exploração, ocupação e colonização das referidas regiões, porém, restrito a poucas pessoas. No *Atlas histórico do Paraná*, Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen destacam as principais expedições que percorreram a região Sul da Capitania de São Paulo, que hoje fazem parte do território paranaense:

- De Domingos Lopes Cascais, em 1768, desde Caiacanga desceu 70 léguas pelo [rio] Iguaçu, até os primeiros saltos, hoje Bituruna;
- De Estevam Ribeiro Baião e Francisco Lopes da Silva, em 1769. Partindo do porto de São Bento, no [rio] Tibagi, seguiu pelos matos, descobriu o rio Ivaí e por ele navegou até os saltos do rio Paraná (Sete Quedas). Retornando, a expedição chegou ao Iguaçu e à praça de Nossa Senhora dos Prazeres;
- De Francisco Nunes Pereira, em 1769, que seguindo o mesmo caminho desceu o rio Paraná, explorou as correntezas do [rio] Piquiri, subindo novamente o Paraná, alcançou a foz do Tietê e chegou a São Paulo. Parte dos homens desta expedição encontrou as ruínas de Villa Rica del Espiritu Santu;
- De Bruno da Costa Filgueiras, em 1769, desde Caiacanga desceu o Iguaçu até a foz do [rio] Pottinga, subindo por este à procura dos campos de Guarapuava, saiu no porto Nossa Senhora da Vitória, próximo aos saltos onde havia parado a primeira expedição;
- De Antonio Silveira Peixoto, em 1769, desde Caiacanga chegou aos saltos do Iguaçu e foi sair nas Missões espanholas, onde foram presos e remetidos a Buenos Aires;
- De Francisco José Monteiro, em 1769, desde Caiacanga atingiu o porto das capivaras, no rio Iguaçu. Daí, Cândido Xavier marcha

¹²⁵ SANTOS, Antonio César de Almeida. “O desbravamento dos sertões da capitania e São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América”. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org). *Monumenta – Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 3.

pelos matos rumo ao norte, descobrindo os campos de Guarapuava. Topando com índios bravios, retrocedeu ao porto Nossa Senhora da Vitória;

- De Francisco Martins Lustosa, em 1770, que entrou pelo sítio do Carrapato, passou pelo [rio] Guaraúna, pelos rios das Almas e Imbituva e chegou à serra da Esperança;
- De Francisco Martins Lustosa, em 1771, saindo pelo Carrapato, passou a serra da Esperança e chegou à borda dos campos de Guarapuava, mas neles não entrou;
- De Felipe de S. Tiago, em 1771, embarcou no porto de N. Sra. Da Conceição, navegou pelo rio do Registro até o porto de Nossa Senhora da Vitória;
- De Afonso Botelho, que pessoalmente, em 1771, entra pelo Carrapato, passa o Guaraúna, chega aos campos de Guarapuava, onde faz junção com Cândido Xavier de Almeida, no forte de Nossa Senhora do Carmo, levantado por este último. Avançam pelos campos até o rio Jordão, onde entram em luta com os índios, retirando-se em seguida.¹²⁶

Segundo Antonio César de Almeida Santos, essas expedições eram comandadas por integrantes das tropas de linha da Capitania de São Paulo ou por sertanistas experimentados, aos quais eram concedidas patentes militares. O grosso dos componentes era formado por voluntários (moradores de vilas e povoados).¹²⁷

Essas e outras expedições não mencionadas pelos autores do *Atlas Histórico do Paraná* produziram um grande volume de informações sobre os lugares percorridos, como dito antes, na forma de cartas (enviadas ao governador da Capitania de São Paulo) ou de diários de viagens, posteriormente enviados ao governo da Capitania de São Paulo. Apenas um restrito grupo de pessoas tinham acesso a essas correspondências e diários, devido às beligerâncias entre Coroas ibéricas. Esses relatos ajudaram ao governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, e o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria a construírem um “Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa - 1772”. O plano, porém, foi recusado pelo Rei de Portugal.

Tanto o referido Plano como o “Registro de minuta de correspondências dirigidas ao governador da Capitania de São Paulo” foram publicados na

¹²⁶ CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. 2 ed. Curitiba: Livraria e editora do Chain, 1986. p. 48.

¹²⁷ SANTOS, Antonio César de Almeida. “O desbravamento dos sertões da... Op. Cit. p. 11.

coleção Monumenta (da Editora Aos Quatro Ventos), sob organização de Magnus Roberto de Mello Pereira, intitulado *Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)*.¹²⁸ Documentos raros encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Revelam como os relatos contidos em cartas e diários foram utilizados para sustentar a argumentação de se empreender defesa do território português frente aos castelhanos.

Logo após a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (1777), Portugal através da Academia das Ciências de Lisboa, do Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos e do naturalista italiano Domenico Vendeli arquitetaram, ao modelo francês e inglês, uma expedição científica ao Brasil. *Viagem Filosófica*, como ficou chamada a expedição, percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792, sob comando do naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, assistente e discípulo de Domenico Vendeli. De acordo com Ronald Raminelli, caberia a Alexandre Rodrigues Ferreira realizar pesquisas (coletas e classificação) sobre a natureza (fauna, flora e minerais) das regiões percorridas procurando pontuar suas potencialidades, além de “verificar as condições materiais das vilas e fortalezas destinadas a suportar possíveis invasões estrangeiras” e de “conhecer as potencialidades econômicas da região e mapear as fronteiras entre a colônia portuguesa e as áreas de domínio espanhol”.¹²⁹ Essas eram algumas regras que deveriam ser seguidas pelo viajante luso-brasileiro. Regras essas, estabelecidas pela Real Academia de Ciências, publicadas em forma de livro por José Antonio de Sá em 1783, intitulado *Compendio de Observações que formão o plano de Viagem Política, e Filosófica, que se deve fazer dentro da Pátria*.¹³⁰

¹²⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org). *Monumenta – Plano para sustentar a posse...* Op. Cit.

¹²⁹ RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Tempo – Dossiê Escravidão e África Negra*, n 6, vol. 3, dez/1998. p. 4. www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/art6-10.pdf [Acessado em 20/03/2007]

¹³⁰ SÁ, José Antonio de. *Compendio de Observações que formão o plano de Viagem Política, e Filosófica, que se deve fazer dentro da Pátria*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Souza, 1783.

Como se nota, Portugal procurava, com a Viagem Filosófica ao interior do Brasil, cruzar os interesses administrativos e econômicos da Coroa Portuguesa com os interesses da Real Academia de Ciências. Ambas, porém, com objetivos específicos, observa Ronald Raminelli: “Por vezes, ciência e colonização atuavam de forma integrada; em outros momentos, o naturalista abandonava a ciência em nome de interesses administrativos e econômicos”.¹³¹ E mais, destaca Ronald Raminelli:

O trajeto, as áreas visitadas e as memórias eram autorizadas e encomendadas pelas autoridades coloniais. Havia muito pouca autonomia para o naturalista guiar os trabalhos. Em 1789, ele [Alexandre Rodrigues Ferreira] desejou retornar a Lisboa e analisar com segurança o material coletado. O pedido foi negado por Martinho de Melo e Castro. Depois de retornar a Portugal, Ferreira não mais se dedicaria às pesquisas, deixando a enorme coleção abandonada nos depósitos do jardim d’Ajuda. Nem mesmo as memórias escritas nos sertões, praticamente prontas, viriam a público depois do reestabelecimento dos vínculos com a comunidade letrada portuguesa.¹³²

Em fins de setecentos, os viajantes portugueses (ou luso-brasileiros)¹³³ que se deslocavam ao Brasil com a finalidade de empreender pesquisas na área de Ciências Naturais tinham de se enquadrar às regras da Real Academia de Ciência e aos objetivos da Coroa Portuguesa. Portanto, havia tutela e controle sobre o que se pesquisava, escrevia e publicava sobre o

¹³¹ RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre... Op. Cit. p. 6.

¹³² RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre... Op. Cit. p. 18. José Mindlin num artigo publicado na revistas *Estudos Históricos* (RJ) em 1991, informa que boa parte da documentação reunida por Alexandre Rodrigues Ferreira em sua *Viagem Filosófica* foi levada para a França pelas tropas de Napoleão, quando da invasão a Portugal em 1807/1808. Outra parte de suas memórias científicas, centenas de desenhos de autoria dos desenhistas que o acompanharam na viagem, encontram-se na Biblioteca Nacional (RJ) e no Porto. José Mindlin Salienta, ainda, que “a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira teve até agora duas edições, ambas parciais: uma de Edgar Cerqueira Falcão e outra do Conselho de Cultura. A maior parte, porém, ainda aguarda a divulgação que merece” (p. 54). MINDLIN, José. “Viajantes no Brasil: viagem em torno de meus livros”. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 7, 1991. pp. 35-54.

¹³³ Ana Lucia Rocha Barbalho da Cruz faz, em “As viagens são os viajantes”, um detalhado estudo dos viajantes naturalistas brasileiros (ou luso-brasileiros) que empreenderam viagens e estudos na área de botânica ao interior do Brasil, em fins do século XVIII. Cf. CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da. “As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 61-98, 2002.

Brasil. Nem mesmo após a vinda da Família Real e de parte da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, houveram mudanças significativas em relação ao controle sobre o que se escrevia e publicava. Tudo, ou quase tudo, passava pelas mãos dos censores régios, inclusive os livros vindos da Europa.¹³⁴

A abertura dos portos às “nações amigas”, a formação de faculdades de medicina e de escolas militares na Bahia e no Rio de Janeiro, por D. João VI, aos poucos propiciou o surgimento de um “ambiente cosmopolita” na Corte. A vinda da Missão Artística Francesa ao Brasil e a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, eram evidências concretas de que novos rumos iriam ser dados em relação às artes e às pesquisas científicas realizadas por viajantes estrangeiros, portugueses e luso-brasileiros. A natureza (flora, fauna e minerais), os costumes (hábitos cotidianos, comidas, festas, etc) e a sociedade do século XIX passaram a ser o alvo dos membros da Missão Artística Francesa e de viajantes de outras nacionalidades. Os relatos de viagens assumiram características e as “marcas da ciência”, esforço esse, destaca Francisco Moraes Paz, “no sentido de amordaçar a subjetividade e promover a objetividade da descrição”, assim como uma “nova atitude diante das terras desconhecidas”.¹³⁵ Ao contrário dos viajantes dos séculos XVI e XVII, que permaneceram a explorar e relatar apenas as áreas litorâneas, os viajantes do século XIX deslocaram-se ao interior do Brasil a inventariar as riquezas e mazelas das terras distantes. Johann Emanuel Pohl,¹³⁶ Karl Friedrich Phillip von Martius, Johann Baptist von Spix,¹³⁷ Jean Baptist Debret,¹³⁸ Charles-Marie de La Condamine, Georg Henrich von

¹³⁴ Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. “A Corte na América”. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 49.

¹³⁵ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética história – a realização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: editora da UFPR, 1996. p. 205.

¹³⁶ POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil – 1832*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

¹³⁷ VON SPIX, Johann Baptist; VON MARTIUS, Karl Phillip *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1981.

¹³⁸ DEBRET, Jean Baptist. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Serio Milliet. 3 ed. São Paulo: Martins, 1954.

Langsdorff, Vincent Leblanc, John Luccock, Maria Graham,¹³⁹ Maximiliano Wied-Newied,¹⁴⁰ Auguste de Saint-Hilaire,¹⁴¹ Henry Koster, Richard Burton, Ina von Binzer,¹⁴² Francis de Castelnau, Richard Fleckno, Madame Langlet Dufresnoy,¹⁴³ Wilhelm von Eschewege,¹⁴⁴ Marc Ferrez, Raoul Walsh, Daniel Kideer, James Fletcher, Rose de Freycinet,¹⁴⁵ baronesa de Lagnsdorff¹⁴⁶ e Ida Pfeiffer¹⁴⁷ são alguns viajantes europeus e norte-americanos que deixaram testemunhos escritos sobre o que viram, ouviram e refletiram sobre diferentes regiões do Brasil.

Sob a alcunha de viajantes, homens e mulheres de diferentes formações, observa Francisco Moraes Paz: naturalistas (zoólogos, botânicos e geólogos), artistas, educadores, jornalistas, engenheiros, investidores, diplomatas, comerciantes e missionários, de diversas procedências com destaque para ingleses, franceses, alemães e norte-americanos, capazes de reconhecer as diferenças físicas e sociais; de observar de acordo com os princípios comparativos; experiências vividas em bases racionais transformadas em relatos em que denunciavam os princípios da ciência oitocentista. Herdeiros da cultura européia, porta-vozes da civilização, sinaliza Francisco Moraes Paz, ao desautorizar aquilo que contraria o progresso e,

¹³⁹ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Tradução e notas de Américo J. Lacombe. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

¹⁴⁰ WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. Tradução de Sussekind de Mendonça, Edgar e Poppe de Figueiredo. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

¹⁴¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

¹⁴² VON BINZER, Ina. *Alegrias e tristezas de uma Educadora alemã no Brasil*. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹⁴³ DUFRESNOY, Mme. Langlet. *Quinze ans au Brésil ou excursions à la Diamantine*. Avec Préface par Mr. Paul Le Gay. Bourdeaux: Imprimerie de G. Chariol, 1861.

¹⁴⁴ ESCHWEGE, Wilhelm von. *Pluto brasiliensis*. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

¹⁴⁵ FREYCINET, Rose de Saulces. *Journal de Madame Rose de Soulces de Freycinet d'après le manuscrit original accompagné de notes par Charles Duplomb*. Paris: Société D'Éditions Géographiques, maritimes et Coloniales, 1927.

¹⁴⁶ LANGSDORFF, Baronne. *Journal de la Baronne É. de Langsdorff relatant son voyage au Brésil à l'occasion du mariage de S. Musées de la Marine*, 1954.

¹⁴⁷ PFEIFFER, Ida. *Voyage d'une femme autour du monde, traduit de l'allemand avec l'autorisation de l'auteur par W. de Suckau*. Paris: Libraire L. Hachette, 1858.

“acima de tudo, valorizar sua época como etapas preparatórias para as gerações seguintes”.¹⁴⁸

O olhar e o discurso dos viajantes contribuíram de forma significativa para a construção da identidade nacional e de representações sobre o homem, a sociedade e a pluralidade de elementos que formavam os costumes e a cultura luso-brasileira. Os relatos sobre os aspectos geográficos e as populações indígenas também serviram a brasileiros e estrangeiros para embasar e organizar outras viagens e expedições ao interior do Brasil, não mais visando realizar estudos científicos, e sim, de ocupar novas áreas de terras, de promover a expansão da linha de fronteira com a formação de povoados dentro ou à margem das florestas.

Auguste de Saint-Hilaire ao viajar pelo interior da 5^a Comarca da Província de São Paulo (que em 1853, tornar-se-ia Província do Paraná) classificou os Campos Gerais como o “paraíso terrestre do Brasil”, lugar perfeito para se empreender uma “colônia de agricultores europeus”, visto que “eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia”.¹⁴⁹ Essas e outras afirmações feitas por Saint-Hilaire foram utilizadas para divulgar o Brasil e, mais tarde, a Província do Paraná em diferentes países europeus com o advento da política imigratória. Aos diversos escritos de Saint-Hilaire somam-se aos relatos de outros viajantes estrangeiros, que durante o século XIX e princípios do século XX, percorreram e narraram diferentes regiões do Paraná. Johann Jakob von Tschudi,¹⁵⁰ Robert Ave-Lallemant,¹⁵¹ Julius Platzmann,¹⁵²

¹⁴⁸ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética história...* Op. Cit. p 218.

¹⁴⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba...* Op. Cit. p. 27.

¹⁵⁰ TSCHUDI, Johann Jakob von. “Cananéia, Paranaguá, Antonina”. In: TREVISAN, Edilberto (org.). *Visitantes estrangeiros no Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2002. Tais relatos foram extraídos da obra *Viagens pela América do Sul* (Reisen Durch Sud-Amerika), um conjunto de cinco volumes, editados entre 1866 e 1869.

¹⁵¹ AVÉ- LALLEMANT, Robert. *1858, Viagem pelo Paraná*. Curitiba. Fundação Cultural. Farol do Saber. 1995.

¹⁵² PLATZMANN, Julius. “Platzmann”. In: TREVISAN, Edilberto (org.). *Visitantes estrangeiros no Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2002. pp. 75-212.

Thomas Plantagenet Bigg-Wither,¹⁵³ Robert Helling¹⁵⁴ e os irmãos Mirko e Stevo Seljan¹⁵⁵ também deixaram suas impressões de viagens.

É interessante notar que os viajantes estrangeiros acima referenciados chegaram à Província do Paraná via litoral paranaense ou via caminhos terrestres, passando pelos Campos Gerais rumo a Curitiba para chegar a Paranaguá. Rota diferenciada foi percorrida pelos engenheiros iugoslavos Stevo Seljan e Mirko Seljan, em 1904. Partiram de Assunção rumo à Vila Rica via estrada férrea e, desse ponto em diante, cavalgaram até a Serra do Maracajú, de onde seguiram a pé até os saltos de Sete Quedas (que eles denominaram de Salto de Guayra). Assim a descreveram:

Como pintar esse quadro?

Há momentos na vida do homem que não podem ser traduzidos por palavras; o nosso espírito separando-se da terra profana, por estranhas influencias é transportado às esferas superiores e o nosso coração, cheio de sentimentos desconhecidos santos e doces, esquece completamente do mundo. [...]

A mesma sensação que sentimos, coma leitura da Divina Comedia do immortal Dante, apodera-se da nossa alma...

Alvissimos nevoeiros erguem-se das profundezas dos muitos cannaes latteraes, resultando da sua combinação com os raios solares, as mais soberbas cores do arco-iris. Indescriptiveis estrondos, bramidos que se assemelham ao ribombar do trovão, ora ao rugir da tempestade ou o estampido do canhão, ferem nosos ouvidos; e sem embargo, existe em tudo isso uma inexplicável harmonia que domina os nervos!¹⁵⁶

Após terem realizado medições dos saltos de Sete Quedas, desceram pelas margens do rio Paraná até a Colônia Militar da foz do rio Iguaçu, sem, no entanto, relatar algo sobre a situação daquele povoado. Da Colônia Militar, seguiram a cavalo para Guarapuava através da estrada estratégica. Em 02 de

¹⁵³ BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – 3 anos em suas florestas e campos*. Curitiba: Coleção Brasil Diferente, 2002.

¹⁵⁴ HELLING, Robert. "Helling". In: TREVISAN, Edilberto (org.). *Visitantes estrangeiros no Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2002. pp. 275-329.

¹⁵⁵ SELJAN, Stevo. "Viagens de exploração de dois Yugo-slavos pelo Brasil e repúblicas limítrofes". In: *Monumenta – relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870/1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. pp. 87-121.

¹⁵⁶ SELJAN, Stevo. "Viagens de exploração de dois Yugo-slavos pelo Brasil... Op. Cit. p. 118-119.

julho de 1904 já estavam na Capital paranaense. Foram recepcionados pelo Major Domingos Nascimento, secretário do 5º Distrito Militar de Curitiba.

Viagens de exploração de dois Yugo-Slavos pelo Brazil e Repúblicas Limitrophes (publicado no ano de 1919, em Ouro Preto), é a única obra dos iugoslavos publicada no Brasil. Numa nota ao leitor, os engenheiros comentam que estudos mais densos sobre o Brasil e o Paraguai foram publicados em “livros e revistas científicas ilustradas, especialmente para a coletividade lugoslava”,¹⁵⁷ fruto desse, do final da Grande Guerra (1914/18), da qual os viajantes participaram. A publicação deste livro era uma espécie de homenagem póstuma feita a Mirko Seljan, morto durante a Guerra, e também, a Domingos Nascimento, falecido em 1915, “saudoso amigo, incansável investigador dos sertões brasileiros”.

São escassas as informações a respeito dos engenheiros lugoslavos. Num artigo publicado no jornal *A República*, em 02 de julho de 1904, Domingos Nascimento noticia que eles “percorreram a Europa, internaram-se pela África, vieram para o Brasil e penetraram em nossas florestas. [...] Depois de percorrerem o Mato-Grosso, vieram esbarrar na maior maravilha da natureza americana. [...] Seguem agora ainda por terra até o rio da Prata; depois enveredarão pelos confins de Mato-Grosso, penetrarão as entranhas do Brasil até sahirem... pela boca do Amazonas”.¹⁵⁸

Os irmãos Seljam, como os demais viajantes estrangeiros, são representantes da civilização ocidental. Estavam atentos a outros relatos feitos por espanhóis, alemães, portugueses e brasileiros com relação às Sete Quedas, o que permite pensar que eles vieram ao Brasil com os planos já traçados para realizar estudos, descrever e fotografar tais paisagens. O que chama a atenção nos relatos dos engenheiros lugoslavos é que não se preocuparam em escrever sobre a presença indígena, tanto no Paraguai como no Brasil. Também dispensaram poucas palavras para mencionar a passagem pela Colônia Militar de Foz do Iguaçu e pelas Cataratas, valendo-

¹⁵⁷ SELJAN, Stevo. “Viagens de exploração de dois Yugo-slavos... Op. Cit. p. 90.

¹⁵⁸ NASCIMENTO, Domingos. “Sete Quedas”. *A República*. Curitiba, 02/07/1904. p. 2.

se da argumentação de que outros viajantes já haviam destinado dezenas de páginas relatando e pesquisando tais espaços e habitantes.

Românticos ou realistas, positivistas ou darwinianos, nacionalistas ou revolucionários, místicos ou agnósticos, os viajantes, mesmo sob os propósitos da cientificidade, revelaram em seus escritos suas bagagens culturais e intelectuais ao relatar e tentar compreender os povos e os lugares visitados. Isso mostra que os viajantes e seus escritos são frutos de seu próprio tempo, porque ao acreditarem na objetividade da ciência esqueceram os limites da subjetividade e da complexidade do conhecimento. Para dar sentido aos seus discursos os viajantes isolaram, classificaram e organizaram as plantas, animais, insetos, paisagens, minerais e pessoas e hábitos culturais, em busca de um significado comum à sua época, e, ao fazer isso, produziram, intencionalmente ou não, “efeitos de verdade”.¹⁵⁹

A polissemia de olhares sobre as gentes e a natureza que as viagens forneceram aos viajantes fez com que eles enxergassem por outros prismas o mundo à sua volta. No entanto, isso não foi obra apenas dos exploradores e pesquisadores estrangeiros, mas também dos viajantes brasileiros. Pode-se ter uma amostra dos viajantes brasileiros que adentraram os sertões paranaenses a partir dos relatos de viagens editados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Padre Francisco das Chagas Lima,¹⁶⁰ John Henrique Elliot,¹⁶¹ Camilo Lellis da Silva,¹⁶² Joaquim Francisco Lopes,¹⁶³ João da Silva Machado,¹⁶⁴ Nestor Borba¹⁶⁵ e José Francisco

¹⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. p. 11.

¹⁶⁰ LIMA, Francisco das Chagas. “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809)”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1842.

¹⁶¹ ELLIOT, John Henrique. “Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e sertões adjacentes”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1847; _____. “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1848.

¹⁶² SILVA, Camilo Lellis da. “Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paranapanema por Camilo Lellis da Silva, P. d’Armada Imperial e nacional em 23 de maio de 1848”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1848.

¹⁶³ LOPES, Joaquim Francisco. “Itinerário da melhor via de comunicação entre a Província de SP e a de MT”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1850

Thomaz do Nascimento¹⁶⁶ são alguns viajantes brasileiros que tiveram seus nomes impressos na Revista do IHGB que, entre outras coisas, se destinava a recolher e divulgar as narrativas de viagens com o propósito de melhor conhecer e estudar o território.

Diferenciavam-se dos viajantes estrangeiros pelo olhar e a impressão aos lugares percorridos. Não estavam preocupados em pintar e comparar povos, animais, insetos e plantas, e sim, de narrar as aventuras e desventuras das viagens, de descobrir e informar aos leitores os aspectos geográficos e populacionais das terras percorridas e, principalmente, de opinar a respeito das potencialidades econômicas ao se empreender a ocupação e colonização dos lugares narrados. Nem todos eram cientistas a exemplo dos viajantes naturalistas estrangeiros. Parte considerável deles se consideravam mais exploradores e sertanistas, ao modo de muitos bandeirantes portugueses, do que etnógrafos, zoólogos e botânicos. Junto deles, sertão adentro, um grupo maior de pessoas compunham as expedições: indígenas, tropeiros, cozinheiros, médicos e picadeiros. Personagens esses, quase sempre omitidos do cenário histórico quando da construção das narrativas de viagem.

Os relatos de viagens escritos por brasileiros ao serem editados, ora na Revista do IHGB, ora em forma de folhetos e de livros, por si só, indicam o alcance de tais escritos a um público leitor amplo ou restrito, visto que a Revista do IHGB contava com um número pequeno de assinantes no Brasil e no exterior.¹⁶⁷ Também evidenciam que o Governo Imperial e o Governo da Província do Paraná estavam preocupados com a negligência que até então tinha sido tratada a fronteira brasileira com as Repúblicas do Paraguai e

¹⁶⁴ MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina). “Relatório da exploração feita nos campos do Paiquerê e rio Ivaí em 1842 conforme informações do alferes Antônio Pereira Borges”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1842.

¹⁶⁵ BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1876.

¹⁶⁶ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1886.

¹⁶⁷ Cf. SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Campinas: Unicamp, 2003. [Dissertação de Mestrado em Letras].

Argentina. Mais do que proteger a fronteira contra a invasão estrangeira, as viagens e os relatos nascidos das viagens anunciavam e denunciavam as formas pelas quais e por quais caminhos e estratégias de ação ocorria a expansão da linha de fronteira rumo aos sertões a oeste dos Campos de Guarapuava.

Para refletir com mais afinco sobre isso, faremos uso dos escritos de viagens de Nestor Borba, José Francisco Thomas do Nascimento, José Maria de Brito, José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e de Silveira Neto.

1.1.1 O OLHAR E AS MEMÓRIAS DE VIAGENS

Todo livro lido ensina algo. Alguns deles provocam, instigam, chamam à reflexão. Um, dentre tantos livros lidos (desde que decidi tornar-me professor e pesquisador na área de História) me chamou à reflexão sobre o raro uso dos sentidos (visão, paladar, audição, tato e cheiro) como ferramentas de acesso ao conhecimento. *O olhar* é o título do livro, publicado em 1988, pela editora Companhia das Letras. Nele há textos escritos por filósofos, historiadores, literatos, arquitetos, antropólogos, físicos, astrônomos, cineastas e médicos. Todos, procurando fazer uma reflexão criteriosa a respeito do olhar, o mais utilizado dos sentidos humanos para se chegar a um saber.¹⁶⁸

Adauto Novaes começou o seu texto aludindo que a “ciência voltou as costas ao mundo dos sentidos, o mundo que vemos e percebemos”, ao se priorizar os olhos como ferramenta de acesso ao conhecimentos e de descobrir as diferenças. É necessário, segundo Adauto Novaes, “traduzir o visível” e “exercitar o invisível”, pois “o olhar deseja sempre mais do que lhe é dado a ver”. Para isso, lembra Novaes, é necessário retornar à uma velha

¹⁶⁸ NOVAES, Adauto; Et. All. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1ª Ed. 1988]. O livro foi organizado a partir do Ciclo de Conferências “O olhar”, realizadas nos anos de 1987 e 1988 nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Brasília, com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do SESC das referidas cidades, sob coordenação da equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).

questão: “o que é ver? O que é o visível?”. Para responder a essa pergunta, Adauto Novaes faz uso de Merleu-Ponty, que diz: “ver é, por princípio, ver mais do que se vê, é aceder a um ser latente. O invisível é o relevo e a profundidade do visível”.¹⁶⁹

Em “Janela da alma, espelho do mundo”, Marilena Chauí questiona o poder “mágico” dos olhos alardeado por Leonardo da Vinci com a frase: “Não vêes que o olho abraça a beleza do mundo inteiro? [...] É janela do corpo humano, por onde a alma especula e frui a beleza do mundo, aceitando a prisão do corpo que, sem esse poder, seria um tormento”.¹⁷⁰ Para Marilena Chauí, “o olhar sempre foi considerado perigoso”, pois “quem olha, olha de algum lugar” e, ao interpretar o que foi visto, pondera, considera e julga a seu modo determinado objeto ou fato, comumente chamado de “ponto de vista”, ou opinião. É, entretanto, reflexão parcial (e não telescópica ou microscópica) do cenário e dos motivos que levaram ao fato ou à construção do objeto observado. Nesse sentido, pontua Marilena Chauí: “os olhos estorvam a visão. Iludem-nos, mentem-nos”. É necessário que o “ato de ver” resulte no “ato de conhecer”, que se transforme em reflexão, interrogação.¹⁷¹

Mas quem é o sujeito do olhar, o observador, o espectador? Os viajantes que se lançaram a caminhar e cavalgar pela estrada estratégica ou navegar rio Paraná acima rumo à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, são nossos observadores e, também, espectadores do que viram e vivenciaram quando de suas estadias na Colônia Militar. Os relatos de viagens nascidos durante e/ou após as viagens se constituem, mesmo que parcialmente, numa amostra do que viram e viveram naquelas paragens. Esses escritos ajudam a perceber a partir de quais prismas os viajantes olharam e se puseram a interpretar e descrever os cenários vistos e vividos por eles.

¹⁶⁹ NOVAES, Adauto. “De olhos vendados”. In: NOVAES, Adauto; et. all; *O olhar....* Op. Cit. p. 9, 10 e 14.

¹⁷⁰ CHAUÍ, Marilena. “Janela da alma, espelho do mundo”. In: NOVAES, Adauto; et. all; *O olhar....* Op. Cit. p. 31.

¹⁷¹ CHAUÍ, Marilena. “Janela da alma, espelho do mundo”.... Op. Cit. p. 33, 35 e 55.

As viagens, assim como os olhares, geram experiências de estranhamento aos viajantes. Esse estranhamento, geralmente atribuído aos ambientes adversos e distantes visitados pelos viajantes, diz Sergio Cardoso:

alteram e diferenciam seu próprio mundo, tornam-no estranho para si mesmo. Assim, nesse sentimento de estranheza, de ‘alheamento’ e distância, seu mundo não se estreita, se abre; não se bloqueia, mas experimenta a vertigem da desestruturação (sempre, em alguma medida, marcada pela perda e a morte) que lhe impõem as alterações do tempo. É dessa natureza o estranhamento das viagens: não é nunca relativo a um outro, mas sempre ao próprio viajante; afasta-o de si mesmo, deflagra-se sempre na extensão circunscrita de sua frágil familiaridade, no interior dele próprio.¹⁷²

É devido a esse estranhamento que determinados lugares, pessoas e paisagens figuram com maior ênfase nas memórias dos viajantes e, depois, nos diários de viagens. Por não pertencerem aos lugares visitados, os viajantes (na condição de estrangeiros) acabam por valorizar objetos, paisagens, pessoas e histórias que aqueles que viviam ou periodicamente se deslocavam para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu não mais davam valor ou não percebiam a singularidade de determinadas pessoas, histórias e paisagens. Além do mais, diz Tzvetan Todorov (citando Montaigne), o estranhamento e o contato com o outro (o argentino, o paraguaio e o índio) durante as viagens, ajudam a “polir o cérebro” dos viajantes, pois é “explorando o mundo” que eles começam a se descobrir.¹⁷³

O “outro”, para Tzvetan Todorov, tem um significado importante (senão crucial) na bagagem intelectual dos viajantes, visto que:

a existência dos outros ao nosso redor não é um puro acidente, os outros não são simplesmente sujeitos solitários, comparáveis ao *eu* mergulhado em sua meditação; também fazem parte dele: o *eu* não existem sem o *tu*. Não se pode chegar ao fundo de si excluindo-se os outros. O mesmo se dá com os países estrangeiros, com as culturas diferentes: aquele que só conhece o seu corre sempre o risco de confundir cultura e natureza, de instituir o hábito como norma, de generalizar a partir de um exemplo único: ele mesmo.¹⁷⁴

¹⁷² CARDOSO, Sérgio. “O olhar viajante (do etnólogo)”. In: NOVAES, Adauto; et. all; *O olhar....* Op. Cit. p. 359.

¹⁷³ TODOROV, tzvetan. “A viagem e seu relato”... Op. Cit. p. 18.

¹⁷⁴ TODOROV, tzvetan. “A viagem e seu relato”... Op. Cit. p. 19.

A novidade e o estranhamento, portanto, ampliam e tornam cada vez mais complexas (ou detalhadas) as observações e ponderações dos viajantes sobre os lugares visitados. É notório, também, que nem tudo o que foi objeto de atenção e de indagação pelos viajantes irão constar em seus diários de viagens ou cadernos de notas, posteriormente transformados em relatos de viagem. É neles (nos relatos), ou a partir deles, que os viajantes exprimem suas recordações, impressões e opiniões sobre temas diversos e/ou voltados ao ofício desempenhado pelos viajantes.

Mas, o que é um “relato de viagem”? Para Todorov, o relato nada mais é do que “uma narração pessoal e não descrição objetiva, mas também viagem, um marco, portanto, em circunstâncias exteriores ao sujeito”.¹⁷⁵ A construção do relato, segundo Tzvetan Todorov constitui-se em uma outra viagem ao lugar em que determinado viajante esteve. Porém, essa “segunda viagem” quando da construção do relato (ou da versão final dele) sofre interferência de acontecimentos e situações externas às da viagem, além das influências, opiniões e críticas tecidas por outras pessoas com as quais o viajante mantém (ou manteve) contato. Atrelado ao caráter autobiográfico da narrativa de viagem é necessário estar atento à formação profissional e intelectual dos viajantes, porque afetam significativamente na maneira como eles olham, estudam, pesquisam e emitem considerações sobre os lugares percorridos durante e após as viagens. Também refletem diretamente no contato, no envolvimento dos viajantes com a sociedade (ou comunidade) visitada. Assim, a ciência, a narração pessoal e a autobiografia encontram-se misturados nos relatos de viagem. Ao fazerem isso, os leitores irão perceber que os viajantes possuem diferentes interesses, sonhos, projetos, conceitos e idealizações.

Comenta Michel de Certeau, em sua *Escrita da História*, que a produção da escrita se articula a um “lugar de produção”, ou seja, a “uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de

¹⁷⁵ TODOROV, Tzvetan. “A viagem e seu relato”.... Op. Cit. p. 20.

letrados”, submetida à imposições, ligadas a privilégios, enraizadas em particularidades. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.¹⁷⁶ No caso da escrita sobre a história da região oeste do Paraná, mesmo em forma narrativa, seus autores estavam atrelados a um “lugar de produção”: o Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná, à Academia de Letras do Paraná, ao Círculo de Estudos Bandeirantes, ao Museu Paranaense.

Outra característica do relato de viagem é a “localização das experiências contadas pelos relatos no tempo e no espaço”,¹⁷⁷ observa Todorov, chamando a atenção dos leitores para que observem em que lugar e tempo ocorreu a viagem e a construção do texto. Essa prática possibilita aos leitores realizarem, com maior intensidade, uma “viagem no livro” fazendo uso da imaginação e, ao mesmo tempo, perceber como os narradores construíram idéias, valores e representações em relação aos espaços percorridos.

Por que os viajantes escrevem e publicam suas memórias e impressões de viagens? Os motivos são os mais variados. Mas, a primeira coisa a se destacar é o ato de compartilhar com outras pessoas as experiências nascidas com a viagem, além, é claro, de informar aos leitores a respeito das paisagens, das pessoas, dos animais e situações vividas e/ou observadas ao longo da viagem. Os escritos de viagens (mais do que simples panfletos e/ou livros com características de uma obra literária destinada a entreter seus leitores) estão atravessados por questões (econômicas, políticas, sociais e culturais) que afligem os viajantes e o grupo em que estão inseridos. Ao se estudar os viajantes e o contexto histórico e sócio-cultural da época em que realizaram as viagens, é possível perceber nos escritos de viagens alguns indícios e passagens flagrantes, de algumas questões e preocupações dos mentores dos relatos sobre política, economia e cultura. Os viajantes que se deslocaram à região oeste do Paraná (entre 1876 e 1940), por exemplo,

¹⁷⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000. p. 66-67.

¹⁷⁷ TODOROV, Tzvetan. “A viagem e seu relato”.... Op. Cit. p. 21.

foram categóricos ao afirmar que as potencialidades turísticas dos saltos de Sete Quedas (no rio Paraná) e dos saltos de Santa Maria (as Cataratas do Iguaçu) próximo à foz do rio Iguaçu deveriam ser aproveitadas turisticamente, assim como a incentivar a navegação fluvial do rio Paraná por possuir ligação com os países da Bacia do Prata e o Oceano Atlântico.

O gênero narrativa de viagem que geralmente toma forma na descrição do percurso realizado pelo viajante, extrapola a idéia de que o autor apenas teve a intenção de, ao tornar públicas suas memórias de viagens, fazer apologias ao seu heroísmo individual e suas virtudes pessoais frente ao “sertão” desconhecido. A descrição de lugares exóticos, longínquos, ou simplesmente diferente, demonstra a ânsia dos viajantes em explorar as áreas em branco nos mapas com a inscrição “sertão”, em descobrir e nomear rios e córregos, em descrever paisagens, animais, índios, climas, minerais e solos. Tais narrativas refletem, por parte do autor do texto, uma atitude de encantamento para com a natureza ao mesmo tempo em que tenta ver as formas de civilizá-la. Civilizar é afugentar os índios, apossar-se das terras, explorar as matas e os minérios, cultivar a terra e fazer nascer uma comunidade portadora de valores e anseios que se encaixem na ideologia do progresso e da modernidade.

As narrativas de viagens se constituem, para o historiador, em um rico acervo de memórias sobre os aspectos sociais, culturais, geográficos e históricos, como dito antes, textos esses repletos de sentidos e vontades. São memórias que evidenciam, numa mesma sociedade, diversas memórias em um jogo de constantes tensões na busca de tornarem-se legítimas, verdadeiras. Procuram se consagrar na tentativa de serem reconhecidas como histórias. “Mas o fato é que a memória e a história não são sinônimos”, lembra Márcia Motta:

Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Ela é operada com outros sentidos e em outras

direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória.¹⁷⁸

Michael Pollak, por sua vez, salienta que a memória é socialmente construída, assim como a documentação escrita:

Para mim, não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, ao meu ver, ser aplicada à fontes de todo tipo. Deste ponto de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual se apresenta.¹⁷⁹

Assim, os viajantes ao registrarem e organizarem fatos e acontecimentos na forma de relatos, omitem, selecionam, excluem outros fatos e acontecimentos. Os relatos de viagens podem ser considerados “lugares da memória”, na acepção de Pierre Nora e Jacques Le Goff.¹⁸⁰ Mas não uma memória qualquer, e sim, as memórias de pessoas letradas (militares, jornalistas, literatos e engenheiros) preocupadas em pensar a sociedade paranaense e brasileira em seus contextos históricos.

Outra função importante da memória é fornecer um quadro de referências (ou de pontos de referências) que possam reforçar os sentimentos de pertencimento a determinadas identidades, regionais ou não. Para Michael Pollak, a noção de identidade é construída como um “fenômeno que se produz em referência aos critérios da aceitabilidade, de credibilidade, até de admissibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Memória e identidade podem perfeitamente ser negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”.¹⁸¹ Nessa negociação é que ocorre a seleção das memórias que irão ser lembradas nos livros de história, bem como as memórias que deverão ser silenciadas, esquecidas. “Para entendermos como se dão ‘as

¹⁷⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e Memórias” in: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 76.

¹⁷⁹ POLLAK, Michael. “Memórias e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, nº 10. 1992. p. 200.

¹⁸⁰ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Edunicamp, 1994.

¹⁸¹ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”... Op. Cit. p. 204.

regras de exclusão, supressão ou repressão' devemos sempre perguntar: 'quem quer que esqueça o quê, e porquê?'. Em outras palavras, quais os interesses que estão por trás da amnésia que se construiu sobre um fato de outrora",¹⁸² observa Márcia Motta.

A descrição detalhada das matas, dos caminhos, dos rios, dos medos enfrentados durante as viagens, da presença indígena e de pessoas a devastar florestas e fazer roças sertão adentro, são características do avanço da linha de fronteira. Isso leva a dizer que as viagens e os relatos construídos pelos viajantes materializam a fronteira e seu avanço cadenciado rumo ao limite territorial, no caso do oeste do Paraná, à margem esquerda do rio Paraná. Observem que o conceito de fronteira é crucial nessa pesquisa e, portanto, merece maior atenção.

1.2 O OESTE PARANAENSE COMO FRONTEIRA

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular.¹⁸³

José de Souza Martins

Fronteira, neste estudo, não diz respeito ao limite territorial (natural ou artificial) definido entre duas áreas, regiões ou países, como por exemplo, a fronteira Brasil-Paraguai representada fisicamente (e geograficamente) pelo rio Paraná. Não implica em definir uma linha (ou faixa) nítida, mas em definir uma região (ou espaço territorial). O oeste paranaense é nosso foco de atenção. É, ou representa, a fronteira; não fixa, imóvel, e sim em movimento cadenciado (e por etapas) rumo ao limite territorial (o rio Paraná) na medida que o homem avança sobre as florestas em busca de terras devolutas. A fronteira vista como uma região foi criação de Frederick Jackson Turner,

¹⁸² MOTTA, Márcia Maria Menendes. "História e... Op. Cit. p. 80.

¹⁸³ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 150.

historiador norte-americano, em fins do século XIX. Mas, antes de adentrar em uma discussão mais densa sobre a “teoria da Fronteira”, é necessário pontuar o que vem a ser o oeste paranaense em fins do século XIX e princípios do século XX.

O médico e naturalista alemão Robert Ave-Lallemant fez menção inicial ao termo “oeste” em seus escritos de viagem ao discorrer sobre a colônia Teresa (fundada em 1847 pelo médico francês João Mauricio Fraive), situada “no distante ‘Oeste’, como são chamados os distritos provinciais logo a oeste de Curitiba, nas solitárias margens do Ivaí”.¹⁸⁴ Mais adiante, ao narrar sua estadia em Curitiba (entre os dias 6 e 8 de setembro de 1858) volta a referir-se ao “Oeste do Paraná” ao traçar planos para continuar sua expedição pelo interior da Província do Paraná:

Tinha o propósito de viajar de Curitiba para a Lapa e de lá, em excursão para o norte e nordeste, seguir para São Paulo passando por Palmeiras, Ponta Gross e Castro. Embora aquelas regiões não me pudessem apresentar muita coisa inteiramente nova, pois oferecem campos, matas de araucárias, mate, criação de gado e os princípios de uma civilização incipiente, contudo gostaria de fazer a longa expedição de umas cem milhas até a cidade de São Paulo, para ver o quadro completo do ‘Oeste do Paraná’.¹⁸⁵

O “oeste do Paraná”, ao menos para o naturalista alemão, simbolizava as terras que hoje se denomina de “Campos Gerais” e “Norte Pioneiro”, cuja ocupação ocorreu a partir de meados do século XVIII, com a formação de fazendas de invernagem e criação de gado e muas às margens da Estrada da Mata.¹⁸⁶

Em 1900, José Francisco da Rocha Pombo publicou no Rio de Janeiro *O Paraná no Centenário, 1500-1900*. Meticulosamente e a partir de um arcabouço variado de fontes documentais que procuravam descrever as cenas cotidianas, as lidas domésticas, o trabalho laborioso dos imigrantes

¹⁸⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1858, *viagem pelo Paraná...* Op. Cit. p. 68.

¹⁸⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1858, *viagem pelo Paraná...* Op. Cit. p. 71.

¹⁸⁶ Cf. MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*. UFPR, 1968; _____. “Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais”. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, UFPR, 3 : 4-27, jun. 1963.

européus e as potencialidades as terras paranaenses, Rocha Pombo definiu o Paraná como a “terra da promessa”. No primeiro capítulo do livro o historiador preocupou-se em fazer a “descrição física do Paraná”. Para ele, o Paraná apresentava-se dividido em seis zonas, das quais, quatro eram conhecidas: o litoral, o platô de Curitiba, os Campos Gerais e o Planalto de Guarapuava. As duas zonas menos conhecidas, informa Rocha Pombo, “estiveram sob domínio dos espanhóis, tendo os jesuítas sido amparados pelas autoridades de Assunção, fundado ali a sua grande e formosa República de Guayra”.¹⁸⁷ Observem que o passado, a ação dos padres jesuítas espanhóis junto aos índios, entre os anos de 1554 e 1632, foi utilizada como elemento definidor de um espaço territorial. Isso permite pensar que a sociedade paranaense no fim de oitocentos e início de novecentos ao reportarem-se com relação às “duas zonas”, as atrelavam ao passado, à memória histórica daquele espaço, mais especificamente, à “formosa República de Guayra”. E mais, ao denominar a Província do Guairá como “formosa República”, Rocha Pombo estava, em parte, referenciando-se aos complicados anos iniciais do Brasil republicano e, como defensor dos ideais republicanos, entendia a ação missionária levada a efeito pelos jesuítas nas reduções como uma prática republicana.

“A 1ª dessas zonas” do Oeste, descreve Rocha Pombo,

é constituída pelos vales dos rios Iguaçu, Jejuiguaçu, Piquiri e São João, todos afluentes do [rio] Paraná. O maior desses rios, depois do Iguaçu é o Piquiri, que tem suas nascentes na serra de Cantú e do Cavernoso, em um curso demais de 300 quilômetros. Lança-se no Paraná uns 5 quilômetros acima das Sete Quedas. Esta imensa zona que ainda abrange o território das Missões. À margem esquerda do Iguaçu, do Santo Antonio para cima, contém florestas virgens dilatadíssimas e de uma opulência excepcional, e vastas clareiras de campos. [...] A 2ª zona das duas últimas zonas abrange toda a parte setentrional do oeste do Estado e é tão vasta e rica pelo menos como a precedente. Compreende o vale dos grandes rios Ivaí e Tibagi (afluentes e subafluentes do Paraná) e é limitado ao norte pelo [rio] Paranapanema (ainda afluente do Paraná). Uma vasta cordilheira é o divisor das águas dos três rios, do Paranapanema e Tibagi de um lado e do Ivaí de outros.¹⁸⁸

¹⁸⁷ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário, 1500-1900*. Curitiba: 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.p. 45.

¹⁸⁸ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário...* Op. Cit. p. 45-46.

A soma das “duas zonas”, segundo Rocha Pombo, configurava-se no oeste do Paraná. É importante frisar isso, pois, o “oeste” quando referenciado nos livros de geografia e história do Paraná daquele período, nos jornais e revistas, nos relatórios governamentais e nos relatos de viajantes, pelo menos até a década de 1920, representava simbolicamente o espaço geográfico descrito acima. Para fins didáticos, a partir das informações destacadas acima por José Francisco da Rocha Pombo e de um mapa do Paraná (datado de 1896), demarcamos no mapa a extensão territorial do que se compreendia por “oeste do Paraná”. (Ver Figura 01)

Na parte final do livro, ao discorrer sobre o Paraná em fins do século XIX, Rocha Pombo se pôs a construir um olhar sobre as diferentes regiões do Paraná. Em relação ao Oeste do Paraná, argumenta ele:

se acha quase inteiramente despovoado. Erram por ali ainda numerosas hordas selvagens, umas de todo refratárias à civilização, outras procurando de tempos a tempos as povoações mais próximas e parecendo mesmo dispostas a relacionar-se com os conquistadores. [...] E, no entanto, o que se tem de mais gigantesco e descomunal àquela natureza se acha na zona do oeste [...] se encontram maravilhas naturais que excedem a tudo que se conhece e se admira em outras paragens célebres do globo. Todo um grande volume não comportara decerto a descrição, mesmo à *vol d’oiseau*, dos acidentes mais notáveis, das paisagens, dos panoramas, das maravilhas em que a natureza se mostra ali mais formidada.¹⁸⁹

Para escrever sobre o referido espaço, Rocha Pombo fez uso dos escritos de viagens de Nestor Borba e José Cândido da Silva Muricy, publicados em forma de folheto na cidade de Curitiba nos anos de 1876 e 1896, respectivamente. Assim como os viajantes, Rocha Pombo descreveu a região com o olhar citadino, civilizador, construindo e moldando, ao seu modo, o oeste paranaense, ficando ele à margem da civilização, que, no Paraná, tinha Curitiba como expoente máximo da modernidade. O oeste se opunha à capital paranaense.

¹⁸⁹ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário (1500-1900)*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p. 46 e 49.

Pierre Bourdieu entende que essa organização espacial em torno da expressão “oeste” é uma “manipulação simbólica”, pois evidencia que existem “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos”.¹⁹⁰ Noutras palavras, o uso da expressão “oeste” faz com que os sujeitos da história e seus conflitos, desejos, sonhos, esperanças, utopias e poderes sejam substituídos por um conjunto de dados estatísticos, aspectos geográficos e sínteses históricas do referido lugar. A complexidade e a historicidade das ações humanas e suas relações com as diferentes configurações espaciais (fauna, flora, relevos, vales,...) de uma mesma região são ideologicamente suprimidos, resumidos, em favor das ações dos “grandes homens” e seus feitos. Incluem-se nesse rol de personagens, os viajantes, pois também filtraram mediante o olhar astuto as condições, as incoerências e contradições da vida cotidiana dos habitantes e lugares percorridos.

Para Roger Chartier, a construção de sentidos entre um espaço geográfico e a palavra “oeste” pode ser historicamente determinado tendo-se como base o imaginário social, as práticas sociais, políticas e discursivas. Assim, Rocha Pombo ao fazer uso do passado histórico (a República do Guayra) para referir-se à região oeste, o fazia em função do imaginário social criado sobre aquele espaço geográfico. Era, para a sociedade paranaense (de fins do século XIX e início do século XX), mais prático ligar a região oeste a seu passado do que descrever os acidentes geográficos, rios e serras que delimitavam a região. “Formosa República do Guayra” funcionava, naqueles anos, como uma expressão alternativa à palavra “oeste”.¹⁹¹

Os escritos de viagens passaram a utilizar a expressão “oeste” nos títulos das referidas obras somente em 1937, mais precisamente, quando da publicação do livro *Oeste Paranaense*, por José de Lima Figueiredo. Antes disso, os viajantes cariocas, paulistas, paranaenses e estrangeiros que

¹⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 113.

¹⁹¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 27.

percorreram, escreveram e publicaram suas memórias de viagens com relação à região que Rocha Pombo denominou de “oeste”, fizeram uso de nomes de rios (Iguaçu, Paraná, “Alto Paraná”, “sertões do Iguaçu”), das quedas d’águas (Sete Quedas, “saltos da Guayra”, saltos do Iguaçu) e da colônia militar de Foz do Iguaçu como estratégias de referência espacial. Era, também, uma maneira de valorizar e preservar as experiências, as aventuras e sofrimentos tidos em determinados lugares. São palavras, expressões, termos e nomes próprios que carregam, junto de si, histórias e memórias não só dos viajantes, mas também das pessoas que os viajantes conheceram durante a realização das viagens; que os hospedaram em seus lares, ou nos ranchos à beira dos caminhos e rios. Há, ainda, nesse embate, estratégias de mercado editorial e divulgação de determinados cenários turísticos para outras regiões do Brasil e fora dele. Aspecto esse, ainda não pesquisado.

Nas últimas páginas de *O Paraná no centenário*, Rocha Pombo impunha sua bandeira de luta em prol do desenvolvimento da “vasta zona do Oeste”, incentivando a

abertura de um amplo sistema de viação que nos aproxime das grandes artérias fluviais do interior. Pode-se imaginar o que será aquela terra no dia em que tivermos conquistado até o rio Paraná e as imensas regiões cortadas pelo Tibagi, pelo Ivaí, pelo Piquiri e pelo Iguaçu quando tivermos fundado centros de produção nos vales riquíssimos daqueles rios, todos afluentes do majestoso mediterrâneo que nos separa do Paraguai e pelo estabelecemos um vasto comércio interno com as três repúblicas vizinhas.¹⁹²

Quais eram as intenções de Rocha Pombo ao ressaltar a exploração, a colonização e o desenvolvimento econômico da “zona Oeste” do Paraná? Não se tratava das vontades e anseios de Rocha Pombo, e sim, as do governo do Estado do Paraná, visto que o referido livro foi encomendado pelo governo do Paraná com a intenção de participar dos festejos comemorativos dos quatrocentos anos do descobrimento do Brasil, no Rio de Janeiro, em abril de 1900. A obra tinha por objetivo propagar os projetos a serem executados

¹⁹² POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário...* Op. Cit. p. 145.

(ferrovias, pontes, estradas, colonização) nas áreas “quase inteiramente despovoadas” a determinado grupo de pessoas, notadamente, comerciantes, empresários, banqueiros nacionais e estrangeiros que iriam prestigiar o evento comemorativo. Era uma propaganda a médio e longo prazo. “É por isso que daqui aplaudimos, com fervor e esperança, os primeiros sintomas da nova idéia que surge no Paraná, de investir corajosamente sobre a zona do Oeste”, alardeava José Francisco da Rocha Pombo.¹⁹³ O oeste paranaense de Rocha Pombo, com os devidos cuidados, assemelhava-se ao oeste norte-americano, idealizado por Frederick Jackson Turner, em 1893: um espaço a ser explorado, conquistado e colonizado pelos “pioneiros”; uma fronteira a ser ultrapassada rumo ao desenvolvimento econômico, moldando, aos poucos, um “novo homem”.

O significado da Fronteira na história americana é o título do texto apresentado por Frederick Jackson Turner durante a *World's Columbian Exposition*, em Chicago, na noite de 12 de julho de 1893.¹⁹⁴ Neste texto, Turner expõe um conjunto de argumentos que sustentam o que os historiadores (contemporâneos e posteriores a ele) passaram a designar de “Tese da Fronteira”. Não se tratava apenas de compreender o processo de expansão territorial dos Estados Unidos em direção ao Oeste em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, mas de perceber e dar forma à idéia de que fronteira teria promovido a “formação da nacionalidade complexa do povo americano”, assim como o desenvolvimento da democracia norte-americana na medida em que o “homem do Leste” migrava para o Oeste em busca de “terras livres” ou de outras oportunidades de trabalho. Caçadores, mercadores, mineiros, rancheiros e lavradores foram considerados por Turner como personagens chaves do processo de expansão da linha de fronteira, também denominados de “pioneiros”.¹⁹⁵

¹⁹³ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário...* Op. Cit. p. 146.

¹⁹⁴ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira na história americana”. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste americano: quarto ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004. pp. 23-54.

¹⁹⁵ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 33.

A fronteira, segundo Turner, é “o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização”,¹⁹⁶ ou seja, onde estavam os índios “selvagens” e as “terras livres”. Era na fronteira que ocorria a “americanização” ao se retornar às “condições primitivas”, mediante o contato direto com os índios (cheroquis e iorqueses) e seus hábitos seculares. A “natureza inóspita e remota” também contribuiu para que caçadores, mercadores, rancheiros e lavradores trocaram as “roupas da civilização” por “camisa de caça e mocassim”.¹⁹⁷ Note-se, a influência do meio ambiente na construção do “novo” homem norte-americano, tendo Daniel Boone como exemplo.¹⁹⁸

Mas, o que motivou a migração para a fronteira Oeste? Na óptica de Turner, “A exploração de animais selvagens levou caçadores e mercadores para o Oeste, a exploração dos pastos levou o rancheiro para o Oeste e a exploração do solo virgem dos vales dos rios e dos prados atraíram o lavrador”.¹⁹⁹ A possibilidade de recomeçar a vida num novo espaço, na fronteira, atraía não só caçadores e aventureiros, mercadores que negociavam peles com índios, fazendeiros e colonos ao ter acesso a terras livres e grátis, mas também de pessoas que encontravam dificuldades para conseguir empregos e renda para sustentar a família nas cidades e nos campos do Leste. A fronteira tornou-se uma “válvula-de-escape” aos problemas sociais existentes no Leste norte-americano.

A existência de “terras livres” impulsionava rancheiros e lavradores ao avanço da linha de fronteira, afirmou Frederick Jackson Turner, pois o desgaste do solo pela monocultura atrelada à “oferta de terras virgens da fronteira por preços nominais”, fazia o lavrador “marchar em direção ao oeste e continuar exaurindo o solo de uma nova fronteira”.²⁰⁰ O impulso, não era

¹⁹⁶ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 24.

¹⁹⁷ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 25.

¹⁹⁸ Cf. TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 38. Uma análise mais cuidadosa sobre Daniel Boone foi feita por Renata Dal Sasso Freitas. FREITAS, Renata Dal Sasso. *A construção dos homens de fronteira na série de romances ‘The Leatherstocking Tales’ (1823-1841)* de James Fenimore Cooper. Porto Alegre: UFRGS, 2003. [Dissertação de Mestrado em História]

¹⁹⁹ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 38.

²⁰⁰ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 41.

natural, e sim orientado pela “oferta de terras virgens” e pelos “preços nominais”. Existia, assim, um projeto de expansão e, que o avanço da linha de fronteira em direção ao Oceano Pacífico era um empreendimento comercial. As terras não eram “livres”, foram tornadas livres ao se desconsiderar os índios como possuidores de terras.

O avanço da fronteira Oeste norte-americana, segundo Frederick Turner, ocorreu por etapas e de forma cadenciada ao longo dos séculos XVIII e XIX. Os trilhos dos búfalos, os caminhos indígenas, os rios navegáveis, a abertura de canais, os postos militares e, mais tarde, as estradas férreas foram instrumentos poderosos para se conquistar o Oeste, “levando consigo o individualismo, a democracia e o nacionalismo, tendo repercutido poderosamente no Leste e no Velho Mundo”, asseverou Turner.²⁰¹ A conquista, no entanto, não foi pacífica. Turner analisando a história da colonização dos Estados Unidos usando os óculos do colonizador não percebeu (ou não quis atribuir importância) que o avanço da fronteira rumo a Oeste e a “americanização” do homem do Leste, em parte, foi marcado por violências, disputas, injustiças, estranhamentos, resistências e mortes entre os migrantes e os índios, e entre os migrantes.

Essas são algumas críticas que passaram a ser desferidas por um grupo de historiadores norte-americanos desde a década de 1980, grupo esse, conhecido como *New Western Historians*. Os esforços empreendidos por eles ao refletir e apresentar críticas aos escritos de Frederick Turner (sob ênfase da Nova História Social), têm possibilitado mostrar os erros e deficiências da “Tese da Fronteira”.²⁰² Patrícia Nelson Limerick²⁰³ questiona pelo viés antropológico a exclusão das mulheres, dos negros, dos índios e dos espanhóis da história da colonização dos Estados Unidos. Owem D.

²⁰¹ TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 52.

²⁰² Cf. LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América”. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp / São Paulo: Olho D'água, 2003.

²⁰³ LIMERICK, Patrícia Nelson. *The legacy of conquest: the Unbroken Past of the American West*. New York: W.W. Norton, 1989.

Lattimore,²⁰⁴ por sua vez, fez uma análise inversa da “expansão para o Oeste”. Não foi a fronteira que forjou uma nova sociedade, mas o que a sociedade fez com a fronteira. Elliot West,²⁰⁵ percebeu a fronteira como um cenário de conflito, exclusão e marginalização, além da falta de cientificidade da tese defendida por Turner. Richard Slotkin²⁰⁶ afirma que Turner fez uso do “Mito da Fronteira” (a regeneração do homem proporcionado pelas terras livres), reelaborando-o ideologicamente ao seu modo mediante o uso de símbolos, folclore, imagens, histórias e personagens-chave.²⁰⁷

Frederick Turner, no entanto, teve muitos adeptos à sua “Teoria da Fronteira”, dentro e fora dos Estados Unidos. Maria Aparecida de S. Lopes diz que o Oeste americano tornou-se uma área de estudos, e que várias gerações de historiadores tentaram aplicar a tese de Turner em diferentes países, devido à sua “plasticidade”.²⁰⁸ Ray Alley Billington²⁰⁹ e Walter Prescott Webb,²¹⁰ diz Maria Aparecida, revigoraram a “Tese da Fronteira” de Turner ao empreenderem estudos do fenômeno da fronteira em outras sociedades, comparando-as com a expansão norte-americana rumo a Oeste. Muitos dos fatores que impulsionaram os norte-americanos à fronteira Oeste eram únicos, portanto, difíceis de se aplicar em outras sociedades.²¹¹ Alistar Hennessy,²¹² na década de 1970, fez um estudo comparativo entre a América do Norte e a América Latina, buscando apontar o sucesso dos norte-americanos *versus* o fracasso Latino-americano, visto que “as independências

²⁰⁴ LATTIMORE, Owen D. *Studies in Frontier History*. London: Oxford University Press, 1962.

²⁰⁵ WEST, Elliot. *The Way to the West. Essays on the Central Plains*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995.

²⁰⁶ SLOTKIN, Richard. *Regeneration through Violence*. Middletown: Wesleyan University Press, 1973.

²⁰⁷ Cf. AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um pioneiro: a frontiers thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. [Dissertação de mestrado em História].

²⁰⁸ LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o... Op. Cit. p. 14.

²⁰⁹ BILLINGTON, Ray Alley. “Frontiers”. In: WOODWARD, C. Vann (ed) *The Comparative Approach to American History*. New York and London: Basic Book, Inc., Publishers. pp. 75-90.

²¹⁰ WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. New York: Grosset & Dunlap, 1931.

²¹¹ Cf. LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o... Op. Cit. pp. 15 a 17.

²¹² HENNESSY, Alistar. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.

[dos países latino-americanos] trouxeram instabilidade política, as experiências capitalistas produziam dependência econômica e, finalmente, poucas nações conseguiram implementar regimes democráticos”, resume Maria Aparecida Lopes os argumentos de Alistar Hennessy.²¹³

Ligia Osório Silva no texto “Fronteira e identidade nacional” destaca alguns estudos feitos por latino-americanos sob a perspectiva da fronteira turneriana. Victor Andrés Belaúnde²¹⁴ atribuiu à dificuldade de se explorar as “terras livres” por existir um clima tropical (e subtropical) e de serras que dificultavam o trabalho humano e a exploração das “terras livres”; Silvio Zavala²¹⁵ enfatizou que os povos indígenas latino-americanos tiveram crucial importância na construção das sociedades com a mestiçagem; Perla Zusman²¹⁶ ao estudar processos de ocupação territorial em diferentes regiões da América Latina no período colonial percebeu que imaginários geográficos (mito do Eldorado, por exemplo) teriam contribuído no desbravamento de algumas regiões da América do Sul; Hugo Gagiotti²¹⁷ dedicou-se ao estudo do Pampa Rio Platense equiparando o referido espaço aos diferentes “atores sociais” que ali viveram desde o período colonial. A fronteira nômade e improdutiva dos hispano-crioulos passou por transformações no século XIX com a urbanização e a civilização; Carlos Reboratti²¹⁸ centrou atenção ao termo e aos conceitos de fronteira, sugerindo que o estudo da fronteira se

²¹³ LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o... Op. Cit. p. 19.

²¹⁴ BELAUNDE, Victor Andrés. “The frontier in Hispanic América”. In: WEBER, David; RAUSCH, Jane. *Where Cultures Meet. Frontiers in Latin American History*. Jaguar Books in Latin America n.6, Wilmington, 1994. pp. 33-41.

²¹⁵ ZAVALA, Silvio. “The Frontiers of Hispanic América”. In: WEBER, David; RAUSCH, Jane. *Where Cultures Meet. Frontiers in Latin American History*. Jaguar Books in Latin America n.6, Wilmington, 1994. pp. 42-50.

²¹⁶ ZUSMAN, Perla. “Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. Reflexiones a partir del denate Hevilla-Escamilla”. In: *Biblio 3W Revista Bibliografía de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 149.

²¹⁷ GAGIOTTI, Hugo. “La Pampa Rio Platense: un espacio degradado en el imaginario Hispano-Criollo”. *Scripta Nova*, 1998, n. 17.

²¹⁸ REBORATTI, Carlos. “Fronteras agrárias en América Latina”. *Geocritica*, 1990, n. 87. pp. 1-9.

fizesse em quatro etapas: a fronteira potencial, a abertura da fronteira, a expansão da fronteira e a consolidação da fronteira.²¹⁹

No Brasil, a influência dos escritos de Frederick Jackson Turner também se fez presente em diversos estudos buscando interpretar o Brasil, a partir da década de 1920, caracterizada pela erupção constante de críticas e oposições à sociedade oligárquica por artistas, literatos e intelectuais. A realidade brasileira passou a ser o centro das atenções dos intelectuais com o intuito de “decifrar o enigma” do Brasil e, com isso, tornar o “Brasil moderno”. Para isso, houve a redefinição do papel político e social dos intelectuais enquanto “elite pensante”.²²⁰ Nesse contexto, alguns intelectuais lançaram mão de aportes teóricos de Frederick Turner para analisar e sustentar o olhar sobre a realidade brasileira. Paulo Knauss alude que *Evolução do Povo Brasileiro*, ensaio escrito por Oliveira Vianna em 1923, contém algumas relações com os escritos de Turner ao atrelar papel relevante ao meio ambiente como elemento de transformação dos “tipos sociais”, mais precisamente, ao comparar os homens da “região dos canaviais da costa” com os homens do “pastoreio” que desbravaram o sertão por terem “qualidades superiores de coragem e força da nova raça em formação”.²²¹ Tais qualidades estavam associadas aos bandeirantes paulistas, definidos por Oliveira Vianna como “caçadores de índios e mineradores de ouro”.²²²

A semelhança entre o pensamento de Oliveira Vianna e os postulados de Turner, como se nota, era grande. No entanto, em *Evolução do povo brasileiro* não há menção alguma a Frederick Jackson Turner. José Murilo de Carvalho fez uma análise de fôlego à obra de Oliveira Vianna, intitulado “A

²¹⁹ Cf. SILVA, Lígia Osório. “Fronteira e identidade nacional”. www.abphe.org.br/congresso2003/texto/abphe_2003.101.pdf [acessado em 26/03/2005].

²²⁰ Cf. LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização” In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). *A Década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Edunesp/Fapesp, 1997. p. 108.

²²¹ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1933. p. 65 e 67.

²²² VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro...* Op. Cit. p. 91.

utopia de Oliveira Vianna”.²²³ Nesse texto, chamou a atenção para a “maneira peculiar” que Oliveira Vianna empregava para citar autores, quer fossem eles brasileiros ou estrangeiros:

Freqüentemente, pinçava pedaços da obra e desprezava outros, distorcendo o pensamento do autor, numa indicação clara do caráter instrumental ou mesmo ritual da citação. A citação de estrangeiros como ritual de legitimação era, aliás, uma prática generalizada no Brasil. O próprio Oliveira Viana a mencionou para explicar o êxito de Rui Barbosa e o fracasso de Alberto Torres. O primeiro citava torrencialmente, o segundo se recusava a usar ‘o bordão do autor estrangeiro’. Ninguém no Brasil dava crédito ao pensador nacional, por mais original que fosse (Viana, 1991:357-61). Tudo indica que não quis ter o destino de Alberto Torres. Apesar das críticas ao bacharelismo e à nossa alienação mental, sucumbiu à necessidade prática da citação.²²⁴

As informações acima denotam que é necessário cautela ao se afirmar se houve influencia da teoria turneriana na construção da *Evolução do povo brasileiro*. Se citar estrangeiros era uma espécie de “legitimação” e “uma prática generalizada no Brasil”, por que deixar de citar Turner, um historiador de renome internacional? Segundo informa José Murilo de Carvalho, Oliveira Vianna pode ter buscado inspiração para escrever *Evolução do povo brasileiro* em seus “valores paternalistas, familistas e pessoalistas”, visto que “orgulhava-se de ser fazendeiro, de ter por trás de si quatro gerações de fazendeiros”.²²⁵ A experiência histórica acumulada por quatro gerações pode não só ter influenciado o olhar comparativo sobre os “tipos sociais”, mas também de ter elaborado uma linha de raciocínio muito próximo aos de Frederick Turner.

Marcha para Oeste, de Cassiano Ricardo, é outro ensaio que assumiu feições turnerianas. Publicada em 1942, a obra somava-se a outras que tinham por meta incentivar a expandir as fronteiras agrícolas rumo a Oeste através do programa “Marcha para Oeste”, lançado por Getúlio Vargas em

²²³ CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. *Estudos Históricos*. Vol. 4, n. 7, 1991. pp. 82-99.

²²⁴ CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”.... Op. Cit. p. 87.

²²⁵ CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”.... Op. Cit. p. 92.

1937. O título do livro de Cassiano Ricardo é uma menção explícita ao referido programa, porém o objetivo de Cassiano Ricardo, assim como Oliveira Vianna, era buscar uma explicação satisfatória para a realidade brasileira. Tomou como objeto de análise o planalto de Piratininga, onde surgiu São Paulo e fez nascer o “tipo social” bandeirante que, segundo Cassiano Ricardo, possuía índole democrática e poderia servir de inspiração à sociedade brasileira.²²⁶

“Na marcha para Oeste vão todas as raças”.²²⁷ Com essa afirmação, Cassiano Ricardo atribuía papel importante a todos os tipos sociais: “Na formação dessa democracia agreste, o índio entra com a mobilidade social, o negro com a abundância de sentimento e de calor humano, o branco com seu espírito de aventura e de comando”.²²⁸ Note-se que, na bandeira lançada ao interior do sertão, afluíam-se os ideais da democracia social. Mas para isso, vários fatores somavam-se: a origem social da própria bandeira; a solidariedade do grupo; a mestiçagem intensa com aborígenes; o sistema de economia; o poder nivelador do sertão; e o ouro.²²⁹

Cassiano Ricardo vasculhou no passado os elementos legitimadores do governo varguista, para ele, tributário da democracia, como pode-se perceber ao incentivar os brasileiros a marchar para Oeste: “Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. [...] Ontem, eram bandeirantes só os que partiam do Planalto e dos seus subfocos de irradiação; hoje são todos quantos tomam parte da nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos”.²³⁰

Gilberto Freyre, assim como Oliveira Vianna e Cassiano Ricardo, também se dedicou a interpretar o Brasil. *Casa Grande & Senzala* (1933) é um ótimo exemplo do fôlego intelectual e astúcia com que lidava com as fontes documentais, atrelado à sua escrita cativante, envolvente. Sua

²²⁶ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influencia da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2 volumes.

²²⁷ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste:...* (vol. 2) Op. Cit. p. 3

²²⁸ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste:...* (vol. 2) Op. Cit. p. 45.

²²⁹ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste:...* (vol. 2) Op. Cit. p. 81-82.

²³⁰ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste:...* (vol. 2) Op. Cit. p. 391.

formação foi basicamente norte-americana, passando por várias universidades estadunidenses, dentre elas: Universidade de Baylor (Texas) e Universidade de Columbia (New York), sob orientação de Franz Boas.²³¹ Em 1944 proferiu uma série de conferências na Universidade de Indiana (Texas). O Brasil contemporâneo e suas novas pesquisas sobre a formação da sociedade brasileira como um processo de “amalgamento de raças e culturas”, foram temas de debatidos. Os textos preparados para as conferências foram publicados nos Estados Unidos, em 1945, pelo editor Alfred Knopf sob o título *Brazil: An Interpretation*. A publicação em língua portuguesa ocorreu em 1947, com o título *Interpretações do Brasil*.²³²

A influência da “teoria da fronteira” de Frederick Turner sobre os escritos de Gilberto Freyre se mostram em *Interpretação do Brasil*, mais precisamente no capítulo dois, “Fronteiras e plantações”. Referencia Turner ao mencionar a respeito da “fronteira móvel”. Antes, porém, salienta que os novos “tipos sociais” nascidos do cruzamento dos portugueses com os índios (os mestiços), deram nova mobilidade à exploração de novas áreas. Ao contrário dos portugueses que se estabeleceram próximo à costa do Atlântico, os mestiços eram “moradores dos sertões e das fronteiras do Brasil” e, por esse motivo, diz Gilberto Freyre, “a colonização do Brasil logo deixou de ser estritamente européia para vir a ser um processo de auto-colonização: um processo que haveria de tomar, depois da Independência, caráter nacional”.²³³ Os “mestiços” assemelhavam-se aos “pioneiros” norte-americanos. “Ainda que heterogêneos”, afirmou Freyre, os mestiços “dominavam na maioria deles um espírito de aventura e um amor maior à liberdade individual forte demais para que se contentassem em ficar no litoral e viver perto das igrejas e dos edifícios públicos”.²³⁴

²³¹ Cf. REIS, José Carlos. “Gilberto Freyre, poeta do Brasil”. In: LOPES, Marcos Antonio (org). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517.

²³² FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. [Coleção Retratos do Brasil]

²³³ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*.... Op. Cit. p. 114.

²³⁴ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*.... Op. Cit. p. 105.

Bandeirantes e sertanistas, foram denominados por Gilberto Freyre de “homens da fronteira” devido à sua simplicidade, gostos, hábitos, métodos agrícolas e habitação “tão primitivas como as dos índios”. Aqui, novamente, uma releitura do encontro dos “pioneiros” com os índios cheroquis. Práticas cotidianas foram assimiladas pelos “homens da fronteira”, como forma de sobreviver e de se adaptar ao meio hostil. Enquanto isso, os senhores de engenho, do litoral, “importavam os seus vinhos e a maior parte de seus alimentos”.²³⁵

Em relação ao amalgamento das raças e a democracia social e étnica surgida na Colônia, Freyre observou que não foi obra dos padres jesuítas (nas escolas), e sim “produto direto da vida dos bandeirantes nas fronteiras e um resultado indireto do sistema aristocrático de plantação, pela forma em que ele veio favorecer o livre desenvolvimento da miscigenação, à sombra das casas-grandes e dos engenhos”.²³⁶ Também ressalta o papel desempenhado pela natureza na construção do “homem da fronteira” e na “capacidade híbrida que eles têm não somente para a ação independente como para a cooperação” quando dos “ataques dos ameríndios”, ou ainda, “dos piratas ingleses e franceses, especialmente os holandeses”,²³⁷ nos primeiros tempos coloniais. Como nos escritos de Frederick Turner, a democracia social se fez acompanhar dos laços afetivos e de amizades entre diferentes grupos étnicos (portugueses, índios e mestiços). Os conflitos, as tensões e os estranhamentos existentes nos primeiros tempos da exploração e colonização da faixa litorânea quando os portugueses adentravam o sertão em busca de índios tupis e guaranis para fazê-los escravos, cederam espaço a um convívio “pacífico” e “harmonioso”.

Um olhar distinto sobre a figura do bandeirante (e seus descendentes) pode se lido em *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog, publicado em 1954. É outro ensaio dedicado a explicar o Brasil em que figuram alguns indícios dos postulados de Frederick Turner. A história do livro, diz Moog,

²³⁵ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil....* Op. Cit. p. 106-107.

²³⁶ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil....* Op. Cit. p. 111.

²³⁷ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil....* Op. Cit. p. 120-121.

remonta ao ano de 1943: quando “recebi da *Guggenheim Foundation* o convite que possibilitaria minha primeira viagem aos Estados Unidos. [...] O convite continha uma cláusula, ou melhor, uma vaga insinuação de cláusula, que parecia exigir de mim, em troca da viagem, um livro sobre os Estados Unidos”.²³⁸ Das observações e leituras saíram anotações de viagens, que tinham por título “Pare, olhe, escute”, que acabaram “no fundo de uma gaveta, e à chave”, diz Moog: “àquela altura eu queria algo mais: em lugar de um mero livro de viagem eu queria um livro como um *leit-motiv* e unidade interna”.²³⁹ Foi procurando definir os conceitos de “bandeirante” e “pioneiro”, dez anos após àquela primeira viagem aos Estados Unidos, é que surgiu a idéia do livro *Bandeirantes e Pioneiros*.

O conjunto da obra oferece ao leitor uma visão panorâmica sobre a história da colonização do Brasil e dos Estados Unidos. Uma história comparada. Logo no primeiro capítulo (Raça e geografia) Vianna Moog recusa a idéia de raça como elemento definidor para o sucesso ou não de uma civilização: “Não há, pois, atribuir aos anglo-saxões, como raça, os triunfos da civilização norte-americana e menos ainda aos portugueses, ou aos negros, ou aos índios e mestiços, a responsabilidades dos nossos malogros”.²⁴⁰ Para ele, a relação entre cultura e geografia, atrelada à análise do passado seria uma maneira mais adequada para se chegar a conhecer e entender o atual estágio de ambos os países. Ao referir-se à colonização dos EUA e Brasil, Vianna Moog ressalta a figura do “mazombo” (filho de português nascido no Brasil) para contrapor à figura do “pioneiro” e seus descendentes:

Enquanto o mazombo não acredita à primeira vista e quase por princípio, na virtude de ninguém, o descendente do pioneiro é um crente na possibilidade de aperfeiçoamento das coisas; enquanto o mazombo vive de olhos voltados para a Europa e o seu passado europeu, o americano deu as costas à Europa e ao passado; enquanto o mazombo é católico não praticante, o descendente de pioneiro, leitor assíduo da Bíblia, protestante ou católico, é profundamente religioso; enquanto o mazombo sente vexame de

²³⁸ MOOG, Vianna. “Breve história de bandeirantes e pioneiros”. In: _____. *Bandeirantes e pioneiros*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. XV e XVI.

²³⁹ MOOG, Vianna. “Breve história de bandeirantes e pioneiros”.... Op. Cit. p. XXI

²⁴⁰ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*.... Op. Cit. p. 25.

trabalhar com as mãos, o americano só gosta de atividade em que o uso das mãos se imponha.²⁴¹

A lista de “qualidades” dos pioneiros norte-americanos e seus descendentes segue até mesmo em relação à habitação e os móveis existentes nela, ao passo que os “defeitos” e “atrasos” acham-se aos montes e em todos os ambientes onde vivem os “mazombos”. Na citação acima, há indícios da teoria turneriana ao se salientar que o “americano deu as costas à Europa e ao passado”. Um novo homem, inventivo, independente, trabalhador, moralista e portador dos ideais de democracia havia nascido com a colonização do Oeste americano. Para Vianna Moog, “foi o Oeste que salvou a situação”,²⁴² que moldou o americano e seu modo-de-vida. Meio ambiente e cultura (religião, educação e trabalho) eram os fatores preponderantes nessa transformação.

Frente ao contexto histórico brasileiro dos anos 1950, em que se discutia a necessidade de se implementar reformas (agrária, econômica, bancária, política e universitária), Vianna Moog no final de seu livro alude que era necessário operar reformas para que o Brasil viesse, no futuro, a se equiparar aos Estados Unidos:

Reforma agrária, reforma econômica, reforma financeira, reforma constitucional? Certo, o Brasil está necessitando de reformas e realizações de toda natureza [...] O que falta, porém, reclamar, é a reforma no interior dos espíritos. Não tenhamos ilusões: sem a reforma dos espíritos, sem reagir contra o passado, sem um exame de consciência nacional [...] continuaremos a ser o que somos: um País que progride, mas não enobrece, um país sem mensagem para o mundo.²⁴³

Algumas semanas após a publicação de *Bandeirantes e Pioneiros*, Gilberto Freyre escreveu e remeteu ao *Jornal do Brasil* (RJ) um texto intitulado “Vianna Moog, ensaísta literário e sociológico”. Eram as suas considerações a respeito do referido livro e seu mentor, a quem chama de

²⁴¹ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros....* Op. Cit. p. 114.

²⁴² MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros....* Op. Cit. p. 139.

²⁴³ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros....* Op. Cit. p. 183

“homem de letras não apenas belas, porém fortes”.²⁴⁴ A crítica ao livro, mesmo discreta, se fez presente:

A um ensaísta da inteligência viva e atual do Sr. Vianna Moog não era possível que o passado interessasse como conjunto de fatos tristemente mortos. E não interessa. Para ele, o que há de sedutor no estudo da história brasileira é o que nessa história é antecipação de um futuro que começa a ser assunto de cogitação sociológica, não apenas para os brasileiros como para os demais povos do Continente Americano, da Europa, de Orientes, de Áfricas. É natural que assim suceda: afinal, o Brasil ocupa espaço vastíssimo no Continente. Não é quantidade desprezível nem como espaço, nem como população. Há uma América Portuguesa que se contrapõe à Espanhola e à Inglesa por um conjunto inconfundível de particularidades. Inclusive pelos seus processos de expansão no Continente, que se distinguem tanto dos métodos dos conquistadores espanhóis como dos que tornaram célebres os pioneiros anglo-americanos. E ponho o verbo no presente - distinguem - porque nas três áreas - mas principalmente na portuguesa e na espanhola - continua a haver expansão, se não no espaço puramente físico, como é o caso em certas subáreas do Brasil, no espaço social, no econômico e no cultural.²⁴⁵

A crítica a Vianna Moog não foi por ter feito uma história comparada, mas de não ter observado que, enquanto a ocupação e colonização de todo o território norte-americano havia se encerrado em fins do século XIX, a ocupação e colonização do território brasileiro, em grande parte, ainda estavam por se fazer. Gilberto Freyre, no entanto, também teceu elogios à iniciativa de Vianna Moog:

E escreve sobre o assunto páginas que vêm dar novo vigor à sua reputação de ensaísta preocupado, dentro da melhor tradição brasileira - a dos José Bonifácio, a dos Euclides, a dos Alberto Torres, a dos Nabuco, a dos Oliveira Lima, a dos Capistrano, a dos Sílvio Romero - com os problemas nacionais do Brasil, vistos não apenas como problemas estreitamente nacionais, mas na sua confluência com os problemas de outros povos, de outras nações, de outras culturas.²⁴⁶

²⁴⁴ FREYRE, Gilberto. “Vianna Moog, ensaísta literário e sociólogo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 abr. 1955. http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/vianna_moog.htm

²⁴⁵ FREYRE, Gilberto. “Vianna Moog, ensaísta literário e sociólogo”.... Op. Cit.

²⁴⁶ FREYRE, Gilberto. “Vianna Moog, ensaísta literário e sociólogo”.... Op. Cit.

Bandeirantes e pioneiros fez enorme sucesso de vendas. Tornou-se um livro clássico, tanto que em 1978, já estava na 12ª edição. Em *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA* (2000), Lúcia Lippi de Oliveira, faz uma releitura de Vianna Moog, comparando-o aos escritos de Richard Morse e Simon Schwartzman, visando revisitar a polêmica entre iberismo e americanismo.²⁴⁷

Três anos após o lançamento de *Bandeirantes e Pioneiros*, Sérgio Buarque de Holanda, que já havia escrito *Raízes do Brasil* (1936) e *Monções* (1945), legou a seus leitores e leitoras a obra *Caminhos e Fronteiras*, com traços bem distintos das anteriores e, também do olhar de Vianna Moog sobre os bandeirantes.²⁴⁸ Sérgio Buarque de Holanda construiu com farta documentação o cotidiano das expedições bandeirantes do século XVII e das monções de povoamento do século XVIII. No decorrer do livro, Sérgio Buarque vai mostrando como o português passou por um processo de aculturação, e não os índios (os negros da terra), como dito em *Raízes do Brasil*. O meio ambiente estranho e, ao mesmo tempo exótico, fez o português renunciar aos costumes e o tipo de vida europeu e a assimilar muitos dos hábitos, costumes e conhecimentos indígenas para sobreviver. Eis um dos postulados de Frederick Jackson Turner: o meio ambiente e o contato com o indígena na fronteira, somado à distância do contato com os hábitos e costumes europeus, fez o “pioneiro” a se tornar um novo homem.

A mobilidade do bandeirante paulista promoveu uma interiorização territorial, a expansão da linha de fronteira. Para Sérgio Buarque de Holanda, a fronteira é entendida como um espaço fluído, em movimento contínuo. A isso, liga-se ao termo “caminho”, o deslocamento dos paulistas por rios e caminhos sertão adentro como se verifica em “veredas de pé posto”: “Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens [...] sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas

²⁴⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000, 224p.

²⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher o sítio para fazer pouso e plantar mantimentos”.²⁴⁹

Com fôlego, o autor descreve o cotidiano dessas expedições, destacando a contribuição do indígena na caça e coleta, lavoura, folclore, botica e nas trilhas terrestres, fundamentais para a expansão da linha de fronteira e dos ideais democráticos. Da empreitada ao sertão, Sérgio Buarque revisitou ao seu modo o “mito do bandeirante”, não mais como o principal motor da ocupação do território brasileiro, em parte, mediante a leitura e reflexão dos escritos de Frederick Turner. O índio também passou a ter visibilidade nesse processo de expansão territorial. A miscigenação teria acabado com as diferenças entre o branco e o indígena, assim como a violência e os conflitos quando do surgimento da democracia como ordem social.

Em *Capitalismo autoritário e campesinato* (1974), Otávio Guilherme Velho apresentou um olhar diferente sobre o Brasil a partir de uma leitura marxista dos textos de Frederick Jackson Turner. Seu foco não está mais centrado na época colonial e na figura do bandeirante (ou do mazombo e do mestiço) como fizeram Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo, Gilberto Freyre, Vianna Moog e Sérgio Buarque de Holanda. O centro das atenções de Otávio Guilherme Velho é o campesinato (e, por extensão, o camponês) como motor das transformações sociais via revolução, como ocorreu na Rússia Tzarista. Ao contrário dos intelectuais citados acima, Velho não faz uma análise sociológica da fronteira, e sim a partir da fronteira, como bem observou Paulo Knauss.²⁵⁰

Frederick Jackson Turner é objeto de atenção logo no início do texto ao discorrer sobre a “fronteira em movimento”. Em dez pontos, resume a teoria turneriana, para, em seguida, fazer uso dos seguidores e críticos da “Teoria da Fronteira”, notadamente, norte-americanos. Alude que a “obra de Frederick

²⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras...* Op. Cit. p. 19.

²⁵⁰ KNAUSS, Paulo (org.) *Oeste americano...* Op. Cit. p. 20.

Jackson Turner é praticamente ignorada no Brasil”.²⁵¹ Argumento esse, que estamos a questionar ao frisar a influência de Turner em intelectuais brasileiros de grande fôlego, lidos, debatidos dentro e fora do Brasil, desde a década de 1920. Vianna Moog é o referencial utilizado por Otavio Guilherme Velho como referência ao discorrer sobre a colonização do Brasil e compará-la com a dos EUA.

Para Velho, ao contrapor as idéias de Turner com seu olhar sobre o campesinato, destaca que, na prática, mesmo na *fronteira*, a terra não estava inteiramente “aberta a todos sem limite algum”.²⁵² E mais, a fronteira não estava aberta, foi aberta. “Era parte de uma política agrária mais ampla”.²⁵³ Essa afirmação, é importante, pois mostra que a fronteira não avança “naturalmente” como frisou Turner. É, antes de tudo, fruto de um “querer”, de uma “vontade”, de uma “ordem”, de um “projeto”, de uma “ideologia”.

Para Otavio Guilherme Velho, uma Revolução campestre (ao modo da Rússia/URSS) poderia facultar a alteração do “curso da trajetória social” do Brasil ao se quebrar o “monopólio da terra”. Ou, como diz Velho:

A *fronteira* é um *lócus* muito importante para que se dêem esses desenvolvimentos. Na verdade pode ser o *lócus* onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira.²⁵⁴

O “enfraquecimento da subordinação” a que se refere Otavio Guilherme Velho, diz respeito à politização dos “camponeses” em relação ao monopólio da terra. A Reforma Agrária traria a “ascensão social” dos camponeses e, semelhante aos postulados de Turner em relação à fronteira, surgiria um novo homem. Não portador dos ideais democráticos, e sim dos ideais socialistas e comunistas, mais político e consciente de seus direitos. A luta pela posse e

²⁵¹ VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979. [Coleção Corpo e Alma do Brasil]. p. 15. sobre a síntese dos postulados de Turner, ver páginas 17 e 18.

²⁵² VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato....* Op, Cit. p. 101.

²⁵³ VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato....* Op, Cit. p. 101.

²⁵⁴ VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato....* Op, Cit. p. 102.

uso da terra era, nas décadas de 1960 e 1970, um dos caminhos para se chegar a isso.

É bom que se diga que, entre os anos 1950 a 70, a atenção em relação aos problemas agrários voltavam-se à região nordeste do Brasil, pois era lá que os movimentos de luta contra os desmandos e o arbítrio secular dos latifundiários locais estavam sendo questionados pelas Ligas Camponesas, com apoio (oficial ou não) do Partido Comunista e do Partido Comunista do Brasil.²⁵⁵ Márcia Motta salienta que “as Ligas Camponesas tornaram-se um exemplo da luta pela terra de uma comunidade de foreiros que ousou discutir o poder até então incontestado do fazendeiro”.²⁵⁶

Capitalismo autoritário e campesinato facultou aos pesquisadores brasileiros da década de 1980 e 90, junto com uma nova safra de historiadores norte-americanos que passaram a desmistificar a “Teoria da Fronteira” de Turner, perceberem a fronteira pela óptica da violência, do conflito. Refiro-me aqui a um estudo minucioso e de grande fôlego: *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do Humano* (1997), de José de Souza Martins.²⁵⁷ Para este sociólogo, a fronteira não se resume à fronteira geográfica,

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. É, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.²⁵⁸

Para chegar a essa definição, José de Souza Martins teve de empreender pesquisas de campo em diferentes frentes pioneiras do Brasil (Mato Grosso, Acre, Rondônia, Pará, Goiás, Tocantins e Maranhão) nas

²⁵⁵ Cf. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 173.

²⁵⁶ MOTTA, Márcia. “Ligas Camponesas”. In: MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 283.

²⁵⁷ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁵⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira...* Op. Cit. p. 13.

décadas de 1970 a 90, cuja figura central não era o “pioneiro”, e sim a “vítima” do complexo cenário fronteiriço. Populações indígenas e camponesas foram vistas como vítimas e, ao mesmo tempo atores e cúmplices das violências e das mortes, como bem mostrou Martins ao estudar diferentes casos de raptos de mulheres e crianças, “seja por grupos tribais entre si, seja pelas tribos indígenas em relação aos regionais, seja pelos regionais em relação ao índio”.²⁵⁹

A escravidão por dívidas e a luta (e morte) pela terra (com ênfase ao olhar das crianças) são outros temas abordados por José de Souza Martins no referido livro. É leitura (e releitura) obrigatória a aqueles que pretendem (ou dedicam-se) a pesquisar a temas ligados à frente de expansão da fronteira.²⁶⁰ Outro texto de José de Souza Martins que também merece atenção dos historiadores é “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”, publicado no volume quatro da *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Lilia Moritz Schwarcz.²⁶¹ A partir das práticas cotidianas de homens, mulheres e crianças em regiões de expansão da fronteira Martins deu visibilidade a um “modo de vida construído com base no provisório, no inseguro e no instável”.²⁶²

Entre os historiadores brasileiros, pode-se dizer que é recente a utilização do termo fronteira (e suas variantes e definições) no estudo da História Agrária. Destacam-se *Nas fronteiras do Poder* (1998),²⁶³ de Márcia Motta; *A fronteira e outros mitos* (2001),²⁶⁴ de Lígia Maria Osório Silva;

²⁵⁹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira...* Op. Cit. p. 32.

²⁶⁰ José de Souza Martins, no quarto capítulo do livro, faz uma discussão historiográfica sobre o conceito de fronteira, e os termos “zona pioneira”, “frente pioneira” e “frente de expansão”.

²⁶¹ MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil* (4). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁶² MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas...” Op. Cit. p. 688.

²⁶³ MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

²⁶⁴ SILVA, Lígia Maria Osório. *A fronteira e outros mitos*. Campinas: Unicamp, 2001. [Tese de Livre-Docência]

Fronteiras em Movimento (2001),²⁶⁵ de Maria Verônica Secreto; e *Leis para terras de uma fronteira étnica* (2007),²⁶⁶ de Marina Monteiro Machado, são alguns estudos recentes.

Em nossa pesquisa, a fronteira é um espaço em constante transformação onde marcam presença antagonismos e laços de solidariedade, a afirmação e negação de identidades, a (re)elaboração de representações, a (re)invenção de lendas e tradições, o (des)encontro dos homens, os conflitos e as conquistas materiais. Definição essa, que consta no *Dicionário da Terra*, organizado por Márcia Motta.²⁶⁷

1.3 HISTORIADORES E MEMORIALISTAS A HISTORAR A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU

Esta parte do capítulo tem por objetivo fazer uma discussão sobre a memória histórica construída por historiadores e memorialistas com relação a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, procurando perceber e refletir sobre as memórias edificadas e as memórias silenciadas. Em linhas gerais, mesmo baseando-se em relatos de viagens, os historiadores procuraram tecer uma memória positiva da Colônia Militar; destacando a preocupação com a segurança e proteção nos limites territoriais do Brasil contra uma possível invasão argentina; a ocupação e a colonização do extremo-oeste paranaense com auxílio do exército e de colonos nacionais e estrangeiros; e da concessão e venda de terras como a única forma de garantir a posse definitiva das terras ao Brasil.

²⁶⁵ SECRETO, Verônica Maria. *Fronteiras em movimento*. Oeste paulista e sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX – História Comparada. Campinas: Unicamp, 2001. [Tese de doutorado em História Econômica]

²⁶⁶ MACHADO, Marina Monteiro. “Leis para terras de uma fronteira étnica: a questão indígena no império brasileiro”. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (orgs). *Campos em disputa: História Agrária e Companhia*. São Paulo: Annablume/Núcleo de Referência Agrária, 2007. pp. 321-348.

²⁶⁷ MYSKIW, Antonio Marcos. “Fronteira”. In: MOTTA, Márcia (Org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 226-229.

As obras a serem alvos de nossa análise são: *Chorographia do Paraná* (1899),²⁶⁸ de Sebastião Paraná; *História do Paraná* (1937),²⁶⁹ de Romário Martins; *Esboço da História do Oeste do Paraná* (1940),²⁷⁰ de Eurico Branco Ribeiro; *Retrospectos Iguaçuenses* (1970),²⁷¹ de Otília Schimmelpfeng; *Obrageiros, mensus e colonos* (1986),²⁷² de Ruy Wachowicz; *Obrages e companhias colonizadoras* (1988),²⁷³ de José Augusto Colodel. São textos considerados clássicos, utilizados como referência em dezenas de outros artigos, livros, dissertações e teses de doutorado.

²⁶⁸ PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1899.

²⁶⁹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 7ª ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

²⁷⁰ RIBEIRO, Eurico Branco. *Esboço da História do Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia DR/PR, 1940.

²⁷¹ SCHIMMELPFENG, Otília. *Retrospectos Iguaçuenses: narrativas históricas de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Tezza Editores, 1970.

²⁷² WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageiros, Mensus e colonos. História do Oeste Paranaense*. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

²⁷³ COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

2

NOS RELATOS DE VIAGENS, A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA

O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser.²⁷⁴

Pierre Bourdieu

O “auctor” a que se refere Pierre Bourdieu são, nesse estudo, os viajantes (militares, sertanistas, engenheiros e literatos). Ao narrarem suas aventuras e desventuras na região Oeste do Paraná, o fizeram, cada um, a seu modo. Portanto, produziram uma “mudança no ser”, mesmo quando apenas se limitaram a “enunciar”, dizer, descrever suas memórias da viagem. A “autoridade” lhes foi conferida, por um lado, pelo fato deles (os viajantes) terem conhecido *in loco* a região narrada. Por outro lado, pelo ofício exercido por eles, visto que, perante a sociedade (ou numa diminuta parte dela) possuem prestígio e reconhecimento social. Há, ainda um terceiro lado. A publicação dos relatos de viagens em forma de livros, folhetos, artigos de revistas e jornais constituem-se noutra manifestação de “autoridade”, pois os textos passaram pelo crivo de outras pessoas (editores, por exemplo) e delas receberam a chancela para a publicação. Os viajantes foram autorizados a tornar públicas (ou acessível a um número maior de pessoas) suas narrativas

²⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. “A idéia de região”. In: _____. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 114.

de viagens por meio da linguagem impressa, veículo esse, de conhecimento, de poder e de política, destaca Pierre Bourdieu.²⁷⁵

Os relatos de viagens transformados em livros, folhetos, páginas de revistas e artigos de jornais, passaram a ser mercadorias (“bens simbólicos” na acepção de Pierre Bourdieu), destinadas, por sua vez, a um restrito número de leitores interessados em obter informações sobre a Fronteira, sobre o Oeste Paranaense. Havia uma procura por obras contendo relatos de viagens ao interior do Paraná. Eram fontes de inspiração a poetas, pintores, literatos e historiadores, todos, a construir e/ou reconstruir idéias, valores, sentimentos de pertencimento e identidades regionais. Sebastião Paraná, Rocha Pombo, Dario Vellozo, Euclides Bandeira e Romário Martins, fizeram uso de relatos de viagens e de outros instrumentos de comunicação (pintura e escultura) com tais finalidades. Num texto intitulado “Curitiba, República das Letras (1870/1920)”, centrei atenção ao estudo do cenário cultural e intelectual de Curitiba com ênfase na produção e circulação da cultura impressa na Capital Paranaense. Houve um esforço conjunto de intelectuais, literatos, jornalistas e poetas, dos editores de diferentes casas tipográficas e oficinas de redação em construir hábitos de leitura e de consumo de livros, revistas e jornais na população curitibana (ou em parte dela).²⁷⁶ Nesses “bens simbólicos”, ou melhor, dentro deles, um conjunto complexo de idéias faziam-se presentes na medida em que os “auctores” imprimiam nos textos seus valores, crenças e posturas políticas.²⁷⁷

Os relatos de viagens e seus mentores não estão destituídos de vontades e quereres particulares. As viagens, como dito no capítulo anterior, servem de pretextos para os viajantes dizerem algo, sobre o lugar visitado e outros temas e problemas que os afligem quando da construção dos relatos e/ou da escritura do livro (ou diário) de viagem. Se o olhar seleciona, classifica

²⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 31.

²⁷⁶ MYSKIW, Antonio Marcos. “Curitiba, ‘República das Letras’ (1870/1920)”. In: *Revista História em Reflexão*. Campo Grande, UFGD, fev/2008.

²⁷⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. “O mercado de bens simbólicos” In: *A economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 135 e seguintes.

e descarta. Os relatos de viagens constroem o cenário visitado com as memórias que restaram. Esse cenário, nesta pesquisa, é a Fronteira, o Oeste Paranaense.

O objetivo deste capítulo é evidenciar como os viajantes narraram o referido espaço e construíram a Fronteira. Mas, para chegar a isso, é necessário pensar outras coisas. Quais interesses, públicos e particulares, moveram os viajantes brasileiros à fronteira? O que levou o Ministério da Guerra a fundar Colônias Militares nos limites do território brasileiro?

Os escritos de viagens de Nestor Borba, José Francisco Thomas do Nascimento e de José Maria de Brito serão utilizados para abordar as questões acima pontuadas, entre os anos 1876 e 1889. Além desses relatos, far-se-á uso dos Relatórios Provinciais visando perceber as preocupações do Governo da Província do Paraná com relação à Fronteira Oeste e, os planos de ocupação e colonização dos campos a oeste de Guarapuava. O cruzamento dessas fontes documentais permite refletir sobre a expansão da linha de Fronteira rumo a Oeste.

Nessa empreitada, algumas reflexões feitas por Frederick Jackson Turner sobre a conquista e a colonização do oeste norte-americano no decorrer dos séculos XVIII e XIX, ajudam a perceber alguns mecanismos e dinâmicas de avanços lentos e contínuos da linha de Fronteira, que o historiador estadunidense denominou de “ondas” ou “etapas”. As viagens exploratórias e de abertura de caminhos, a formação de aldeamentos indígenas e colônias militares eram “ondas” distintas do avanço da linha de Fronteira. E mais, os escritos de viagens nascidos durante e/ou após a realização das viagens, mesmo com objetivos diversos, cumprem um papel importante com relação ao avanço da linha de Fronteira, pois divulgam a existência de terras férteis e devolutas, propícias ao cultivo de sementes, à criação de animais, a investimentos comerciais e industriais.

2.1 RUMO AOS SALTOS DE SETE QUEDAS, OS IRMÃOS BORBA

Transcorrido pouco mais de seis anos do final da Guerra do Paraguai (1864/69), o capitão Nestor Borba²⁷⁸ junto de Telêmaco Borba, seu irmão, arquitetaram uma viagem cujo destino era conhecer, explorar e realizar estudos na (e da) fronteira oeste da Província do Paraná. E lá chegando, iriam

visitar a catarata de Sete Quedas, ou Salto de Guayra, que conhecíamos unicamente pelas descrições feitas, no século passado, por Azara e pelos commissarios portugueses, demarcadores dos limites entre o Brazil e as possessões hespanholas; mas que, por incompletas, não satisfaziam nossa curiosidade. Resolvemos ir verificar o que havia de verdadeiro a esse respeito.²⁷⁹

A leitura dos escritos de Felix de Azara²⁸⁰ e dos relatórios tecidos pelos “commissarios portugueses” demarcação dos limites territoriais entre Portugal e Espanha (datados de meados do século XVIII) foi uma forma encontrada, segundo Nestor Borba, de realizar uma “viagem imaginária” ao interior de si próprio mediante a leitura. A prática da leitura com relação a lugares a serem percorridos na viagem não estava restrita a Nestor Borba, em meados do século XIX. Era uma tarefa indispensável a todo viajante estrangeiro e/ou brasileiro, pois as narrativas editadas em forma de livros, folhetos, nas páginas da Revista do IHGB, ou ainda, nos periódicos, acabavam por prepará-los psicologicamente para enfrentar situações adversas em lugares

²⁷⁸ Nestor Borba, Telêmaco Borba e Jocelin Borba eram os três filhos homens da família Borba, do total de nove filhos nascidos de Joana Hilária Morocines Borba e de Vicente Antonio Rodrigues Borba, veterano dos combates de Cisplatina após ter engajado nas fileiras de uma divisão paulistana. Residiam, em meados do século XIX, na vila da Borda do Campo, local de descanso e passagem de tropeiros e suas referidas tropas de muares e bovinos conduzidos rumo a São Paulo e Minas Gerais. Crescidos em meio ao sertão junto a indígenas (guaranis, caiguás e kaingangs) e negros escravos e libertos que trabalhavam nas fazendas de criação de gado, com formação escolar rudimentar, os irmãos Borba tentavam seguir os passos do pai, misto de sertanista e militar de linha dura. Cf. VARGAS, Túlio. *O maragato: a vida lendária de Telêmaco Borba*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2001.

²⁷⁹ BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas” (1876). In: *Monumenta – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 21.

²⁸⁰ Cf. AZARA, Félix. *Viajes por la América Meridional*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 1998.

pouco conhecidos, ao mesmo tempo em que aguçava a curiosidade em relação à veracidade das informações relatadas pelos viajantes que os antecederam.

Mas, quem era Telêmaco Borba e Nestor Borba? Telêmaco Borba quando aceitou realizar a viagem aos saltos de Sete Quedas junto de Nestor Borba, já era considerado um sertanista de grande fôlego perante a sociedade curitibana e dos Campos Gerais do Paraná, pontua Túlio Vargas.²⁸¹ Conhecia como poucos os precários caminhos e os perigosos rios então utilizados para empreender viagens pelos sertões do Paraná, em parte, resultados do ofício desempenhado desde 1863, quando passou a ocupar o cargo de administrador do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, situado numa das margens do rio Tibagi (hoje, Norte do Paraná). Além de prestar auxílio (acampamento e comida) às tropas de soldados que se deslocavam para Mato Grosso anterior e durante a Guerra do Paraguai, destaca Túlio Vargas, Telêmaco Borba coordenava os trabalhos de catequese e civilização dos indígenas kayovás e kaingangs ali aldeados. Na outra margem do mesmo rio estava a Colônia Militar do Jataí, criada pelo Governo Imperial em 1855, visando dar suporte ao referido aldeamento e servir de ponto estratégico de defesa dos sertões brasileiros contra possíveis invasões estrangeiras.

Conta Lúcio Tadeu Mota que, tanto a Colônia Militar do Jataí como os vários aldeamentos indígenas postos em funcionamento ao norte do território paranaense possuíam (além das funções de defesa estratégica, da catequização e civilização de indígenas) ligações estreitas aos interesses dos fazendeiros dos Campos Gerais, a começar pelo Barão de Antonina, João da Silva Machado: “Havia uma triangulação entre o Barão, que criava e dirigia os aldeamentos indígenas no norte da província e na rota do Mato Grosso; o Ministério do Império, que atendendo ao Barão, repassava as verbas para a

²⁸¹ VARGAS, Túlio. *O maragato...* Op. Cit.

presidência da província do Paraná; e esta, que mandava executar as obras requeridas pelo Barão”.²⁸²

À política de aldeamentos indígenas²⁸³ estava atrelada a política de apossamento das terras indígenas, no caso do Barão de Antonina, financiada pelo Império. No Relatório Provincial de 1865, verifica-se que a concessão das terras indígenas estendia-se também àqueles que trabalhavam no aldeamento de São Pedro de Alcântara. Dos 14 assalariados agraciados com a concessão autorizada por Manoel Alves de Araújo (Vice-Presidente da Província do Paraná), estavam Telêmaco Borba e seu irmão mais velho, Jocelin Borba, que atuava como diretor do aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema, localizado na foz do rio Santo Inácio com rio Paranapanema, nos limites territoriais da Província de São Paulo com as Províncias do Paraná e Mato Grosso.²⁸⁴

Entre 1874 e 1875, pouco antes da viagem à fronteira, Telêmaco Borba guiou uma missão inglesa pelo interior dos Campos Gerais: a *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*, chefiada por Christian Palm e William Lloyd.

²⁸² MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000 p. 9.

²⁸³ A formação e a estruturação dos aldeamentos indígenas a partir do segundo império, sinaliza Marina Monteiro Machado, remonta ao Decreto 426, de 24 de julho de 1845 (popularmente conhecido como “Regulamento das Missões”), que tinha por objetivo regulamentar a situação dos índios do Brasil. “A condição de índio aldeado implicava uma postura de aliança com o Governo, aliança que embora muitas vezes imposta por meio da força representava a atuação diferente dos errantes, caracterizado como selvagem, aos olhos dos governantes e, enquanto tal, não aceitava nem as vantagens nem as desvantagens de estar colaborando com a Coroa no projeto que se vinha desenvolvendo. [...] O Regulamento das Missões reconhece o direito de posse das terras pelos índios, mas não parece considera-los direito originário, pois não o estende aos índios selvagens. O direito à terra está atrelado ao aldeamento. [...] Ainda assim, diferentemente de outrora, apenas aldear-se não era garantia para posse da terra. Para garantir que as terras continuem de posse dos índios a lei aponta a necessidade de demarcação nas conformidades do governo”, assevera Marina Monteiro Machado, porém, havia dificuldade em demarcar as terras indígenas, que segundo o Regulamento das Missões, estava facultada aos Diretores Geral dos índios nas Províncias. (Cf. MACHADO, Marina Monteiro. “Leis para terras de uma fronteira étnica: a questão indígena no império brasileiro”. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs). *Campos em Disputa: história Agrária e Companhia*. São Paulo: Annablume, 2007. pp. 327 e 331.

²⁸⁴ ARAUJO, Manoel Alves de. *Relatório com que o Exm. Sr. Vice-Presidente da Província Sr. Manoel Alves de Araújo passou a administração ao Exm. Sr. Presidente Dr. André Augusto de Pádua Fleury, no dia 19 de agosto de 1865*. Curitiba: Tipographia de Cândido Martins Lopes, 1865. p. 22.

Tinham por objetivo dar continuidade à realização de explorações, mapas e projetos visando abrir uma estrada férrea passando pelo centro do continente sul-americano, do Atlântico ao Pacífico, após conseguir apoio e financiamento do Governo Imperial brasileiro através do Barão de Mauá. Algumas das aventuras de Telêmaco Borba como guia dessa expedição foram relatadas por Thomas Plantagenet Bigg-Wither (engenheiro que integrou tal expedição) no livro *Pioneering in South Brazil: three years of Forest and prairie life in the Province of Paraná*, publicado em Londres no ano de 1878. O livro foi traduzido e editado em português por Temístocles Linhares em 1974, sob o título *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/75*.²⁸⁵

Nestor Borba, por sua vez, procurava seguir os passos do pai, Vicente Antonio Rodrigues Borba, militar ex-combatente da guerra da Cisplatina. Aos 18 anos completados em 1863, foi nomeado alferes de polícia em Curitiba. Em novembro desse mesmo ano foi destacado à vila de Guarapuava junto de 25 outros praças da guarda nacional com a finalidade de “garantir a segurança individual e de propriedade” naquela vila, pois, não havia militares “disponíveis no corpo da guarnição e companhia de polícia [...] a fim de poder-se repellar os índios, se por ventura, de novo aparecessem com intenções hostis”, diz Sebastião Gonçalves da Silva, Vice-Presidente da Província do Paraná.²⁸⁶

As “intenções hostis” movidas pelos índios a que se refere Sebastião Gonçalves da Silva dizem respeito aos dos assaltos praticados a fazendas e sítios alocados nos arredores da vila de Guarapuava, mais precisamente, nas

²⁸⁵ BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/75*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. Foi reimpresso pelo governo do Estado do Paraná no ano de 2002, visando as comemorações dos 150 anos de emancipação política, que ocorreram em dezembro de 2003.

²⁸⁶ SILVA, Sebastião Gonçalves da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª Legislatura em 21 de fevereiro de 1864*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1864. p. 35.

localidades de Laranjeiras e no Cavernoso, em meados de 1863, como se verifica abaixo:

No dia 1º de julho último, appareceram cerca de cem índios armados junto a casa de Joaquim de Freitas, no logar denominado – Cavernoso – no districto de Guarapuava, 8 léguas distante da villa. As pessoas, que se achavam na mesma casa, fecharam-se, e procuraram os meios de justa defesa.

O alarido, que fizeram os índios e os sons de suas bozinas foram ouvidos na visinhança; e Manoel Pereira do Valle, que ouvira, dirigiu-se para aquelle logar, onde encontrou os índios, segundo elle diz, alguns vestidos burlescamente, e outros com baetas vermelhas e azues, pelo que suppõe-se serem elles dos que teem sido brindados n'esta capital.

Consta que esse indivíduo procurou chamar os selvagens a sentimentos pacíficos; o que suppunha ter obtido, quando foi traiçoeiramente ferido nas costas por uma flecha, encontrando na fuga, à galope, a conservação da vida, que sem duvida pretendiam arrancar-lhe. Manoel Pereira encontrou algumas pessoas, à quem relatou o facto; aquelas, porém, quando chegaram ao logar, os selvagens já tinham se entranhado no matto.

O director geral dos índios, relatando-me este acontecimento, em offício de 4 de julho, assim exprime: 'Teme-se ter havido outros sinistros acontecimentos praticados pelos mesmos selvagens em famílias, que habitam o logar denominado – Laranjeiras – por onde tinham de passar os ditos índios, e que se acha à nove léguas além do logar onde foram encontrados'.

E o director geral foi propheta.

Em offício de 19 de julho participava-me a terrível catastrophe de terem sido, nos princípios daquele mez, barbaramente assassinado onze pessoas da família Nogueira, onde mora no logar Laranjeiras, por occasião que colhiam uma roça no Chagú, logar que dista da villa de Guarapuava vinte léguas.

Foram victimas d'estes barbaros:

Duas mulheres;

Três homens;

Seis meninos.²⁸⁷

Os enfrentamentos e mortes ocorridos entre “brancos” e indígenas era resultado do avanço da linha de fronteira em direção a Oeste. A morte de “brancos” era, para Sebastião Gonçalves da Silva, uma “terrível catastrophe”, ao passo que a morte de indígenas “selvagens” e “bárbaros” parecia fazer parte do avanço da linha de fronteira, que em meados de 1863, situava-se

²⁸⁷ SILVA, Sebastião Gonçalves da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª Legislatura em 21 de fevereiro de 1864*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1864. p. 34.

entre as fazendas próximas ao rio Cavernoso e as roças junto ao rio Chagú, a 20 léguas de Guarapuava. Longe de ser o território do novo e da inovação, argumenta José de Souza Martins, a fronteira se revelava o “território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas conseqüências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos”.²⁸⁸

Como se nota, atuar como policial na fronteira, não era uma tarefa simples, ainda mais quando a empreitada era tentar diminuir (ou ao menos conter) as ações belicosas entre brancos e indígenas. Nestor Borba e os demais policiais materializavam a presença e os olhos do Governo na fronteira. Com o início da Guerra do Paraguai (em 1864), um numero ainda maior de policiais foram deslocados para a vila Guarapuava ao ser instalada uma unidade militar, confiada ao coronel Antonio de Sá Camargo (futuro visconde de Guarapuava).²⁸⁹

A Guerra do Paraguai aguçou os ideais patrióticos de Nestor Borba que, em 11 de março de 1865, entregou uma petição àquela companhia militar solicitando seu ingresso no quadro de “Voluntários da Pátria”. Em 24 de maio, por ocasião do embarque rumo à Guerra, Nestor Borba publicou uma “mensagem de despedida” no jornal *Dezenove de Dezembro*:

Do lugar onde nasceu não há ninguém que se aparte sem dolorosa e mui pungente impressão; mormente quando a terra natal vai ser deixada por terra estrangeira e inimiga, quando a convivência da amizade e os carinhos da família vão substituir os olhos dos indiferentes e os perigos da guerra.²⁹⁰

O retorno de Nestor Borba à Província do Paraná deu-se após ter sido ferido em batalha, segundo noticiou o jornal *Dezenove de Dezembro*, edição de 25 de maio de 1867:

²⁸⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 16.

²⁸⁹ Ver SANTOS, Zelo Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na História do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2005. [Tese de doutorado em História].

²⁹⁰ BORBA, Nestor. “Despedida”. *Jornal Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 24/05/1865. p. 1.

Chegou ontem a esta capital o Sr. Capitão honorário do exército Nestor Augusto Morocines Borba, um dos primeiros Voluntários da Pátria que desta província marcharam para o teatro da guerra. Gravemente ferido em combate (por uma bala que lhe atravessou o peito) este denodado paranaense teve de retirar-se da campanha por não poder continuar a prestar à Pátria os seus valiosos serviços.²⁹¹

David Carneiro, no livro *O Paraná na Guerra do Paraguai* (1907), destaca que Nestor Borba permaneceu por vários meses em Montevideu, no Uruguai, se recuperando dos ferimentos e, também, no auxílio a seu cunhado, Previsto Columbia, também ferido gravemente em combate.²⁹² Em 1869, Nestor Borba contraiu matrimônio com Adelaide (filha de Cândido Martins Lopes, proprietário do jornal *Dezenove de Dezembro* e da Typographia Cândido Martins Lopes), fixando residência na capital do Paraná. A permanência de Nestor em Curitiba rendeu-lhe novas amizades, em parte, devido à proximidade com o círculo de afeições cultivada pela família de seu sogro, personagem influente na sociedade curitibana, que além de editor, exercia as funções de procurador interino da Tesouraria Provincial, Juiz de Paz, Delegado de Polícia e Vereador, pontua Cassiana Lacerda Carollo no verbete “Dezenove de Dezembro” do *Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná*.²⁹³

Na nota de falecimento do pai de Nestor Borba publicada no jornal *Dezenove de Dezembro* em fevereiro de 1869, pode-se ter uma noção do círculo de amigos da família Borba:

Nestor Augusto Morocines Borba, sua mulher, irmãs, irmãos, cunhadas (ausentes) e cunhados, agradecem a todas as pessoas que os atenderam em sua aflição e se dignaram auxiliá-los no tratamento e enterro de seu bom pai e sogro, o capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba, e em especial ao Dr. Joaquim Dias da Rocha, ten. Coronel João Manuel da Cunha, alferes Antonio R. Santos Rangel, Antonio Cardoso de Aboim, Capitão Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes, José Otaviano de Paula, Francisco J. P.

²⁹¹ Jornal *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 25/05/1867. APUD. CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Farol do Saber, 1995. p. 88.

²⁹² CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai...* Op. Cit. p. 88.

²⁹³ Cf. verbete “Dezenove de Dezembro – Imprensa Paranaense”. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná...* Op. Cit. p. 123.

Pinto Requião, e ao velho e sempre dedicado amigo de nossa família, Dr. Augusto Lobo Moura.²⁹⁴

Militares, médicos, engenheiros e bacharéis em Direito. Personagens que ocupavam cargos de destaque em muitos órgãos do governo provincial e imperial, resultado esse, do deslocamento do controle das atividades agrícolas e pecuárias para as atividades burocráticas na administração da Província do Paraná. A prática da medicina e da engenharia levou a muitos médicos e engenheiros a se dedicarem à política (prefeitos, vereadores, deputados). Já, os bacharéis em Direito eram considerados por muitos contemporâneos como figuras importantes no debate das idéias, na literatura, no jornalismo e na própria formação da inteligência nacional e regional.

Como se observa, Nestor Borba mesmo não tendo formação superior tinha relações amistosas com pessoas ligadas umbilicalmente à administração provincial, a começar por seus pais, irmãos, sogro e cunhados. A rede de relações conquistada junto à sociedade curitibana e do governo provincial, aos poucos, abriu oportunidade para tornar realidade alguns desejos de Nestor Borba, dentre eles, o de realizar uma excursão às cataratas “de Sete Quedas” ou “Salto de Guayra”, como eram denominadas em fins do século XIX. Resultado esse, alude Nestor Borba em seus relatos, das conversas tidas com Adolpho Lamenha Lins (presidente da Província do Paraná – 1875/77) e o engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho, que apoiaram tal idéia ao frisar a necessidade de se conhecer melhor a fronteira.

Desta feita, a expedição a Sete Quedas iria atender não só aos desejos de Nestor Borba, mas também a alguns projetos do governo provincial, dentre eles, a construção de uma estrada férrea ligando Curitiba a Miranda, na província do Mato Grosso. Adolpho Lamenha Lins, em seu Relatório Provincial de 1876, salienta que os saltos de Sete Quedas se constituíam num lugar estratégico para edificar uma ponte metálica rumo ao Mato Grosso, visto que

²⁹⁴ JORNAL *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 07/02/1869. p. 08.

as margens do baixo Ivahy e Ivinheima ficam completamente submersas nas enchentes, e o lançamento de uma ponte no gigantesco Paraná é empreza quase impossível. [...] Tratando desse assumpto com o illustrado engenheiro Tourinho, sugeriu-me elle a possibilidade de uma ponte sobre o Salto Grande das Sete Quedas, fazendo-me a respeito, judiciosas e importantes considerações. [...] Pensa o engenheiro Tourinho que não será difficil a construção de uma ponte, e por associação indica os valles do Iguassú e Piquery como os mais vantajosos para a construção da estrada de ferro Curitiba a Miranda.²⁹⁵

No referido relatório, Adolpho Lamenha Lins sugeria a construção da estrada férrea passando pelo Valle do rio Piquery a partir de Guarapuava, aproveitando o leito do referido rio para a navegação fluvial: “além de maior facilidade nos transportes fluviais e talvez menor despezas de construcção, esse caminho de ferro nos conduzirá aos pontos mais importantes da nossa fronteira, onde altos interesses temos de promover e superintender em futuro mais ou menos próximo”,²⁹⁶ acenou Lamenha Lins. A realização de medições detalhadas dos saltos de Sete Quedas pelos irmãos Borba serviria para comprovar, *in loco*, as reais possibilidades da construção de uma ponte metálica sobre os saltos aproveitando a estrutura rochosa como base de sustentação, além de explorar a margem esquerda do rio Paraná e a navegabilidade do rio Piquiri.

Em seus escritos, Nestor Borba informa que a referida viagem teve início em 04 de dezembro de 1875, saindo de Curitiba rumo à Colônia Militar do Jataí, onde encontraria Telêmaco Borba. Na bagagem, além de roupas, arma de fogo, munições e presentes aos índios, escreveu Nestor Borba, levava-se também “um pantômetro para levantamento de plantas e uma câmara escura para tirar vistas [...] acondicionados no lombo de uma mula”. Note-se que a Colônia Militar do Jataí era um lugar estratégico para a o cumprimento dos próximos passos da viagem exploratória, pois ligava-se a “uma ampla rede interna de rios navegáveis rumo ao norte, sul e oeste, cuja

²⁹⁵ LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província, o excelentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da Viúva Lopes, 1876. p. 73 e 74.

²⁹⁶ LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da...* Op. Cit. p. 74.

total extensão interligada, aproveitável em parte com a navegação de vapores de pequeno calado e em parte por canoas de grande tamanho, alcança não menos de 1.290 milhas”,²⁹⁷ informou o engenheiro Thomas Plantagenet Bigg-Wither quando de sua passagem pela Colônia Militar de Jataí em 18 de junho de 1874.

Nestor Borba chegou à Colônia Militar em 17 de dezembro, tendo Telêmaco Borba “pondo à nossa disposição suas canoas e tudo, quanto mais pudesse prestar-nos”, lembrou Nestor Borba.²⁹⁸ A organização e os rumos a serem tomados pela expedição rumo à fronteira ficaram a cargo de Telêmaco Borba. Seguir o leito dos rios Tibagi e Paranapanema era, para o sertanista, o trajeto mais adequado, rápido e seguro para chegar ao rio Paraná. Percursos estes, já explorados anteriormente por Telêmaco Borba e outros sertanistas.²⁹⁹ Iriam integrar a expedição, além de Nestor e Telêmaco Borba, mais oito tripulantes indígenas de origem “cayguás, guaranys e mais dous coroados”, destacou em seus escritos Nestor Borba, para em seguida informar que alguns deles iriam ter a tarefa de conduzir as duas canoas e os demais iriam servir de intérpretes com os índios “payquerês”, nas margens e barrancas do rio Paraná.³⁰⁰

No diário de viagem escrito por Nestor Borba, que mais tarde serviria para dar origem ao texto publicado na Revista do IHGB aos cuidados de

²⁹⁷ BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Novo caminho no Brasil...* Op. Cit. p. 423.

²⁹⁸ BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas” (1876)... Op. Cit. p. 22.

²⁹⁹ Nas décadas de 1840 e 1850, os Campos Gerais e os sertões da então 5ª Comarca da Província de São Paulo e a fronteira com a província de Mato Grosso foram objetos de exploração pelos sertanistas João Henrique Elliot e Joaquim Francisco Lopes. Dessas viagens exploratórias nasceram algumas publicações. ELLIOT, John Henrique. “Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e sertões adjacentes”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (9). Rio de Janeiro, 1847, pp. 17/42; _____. “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (10). Rio de Janeiro, 1848, pp. 153/177; _____. “Itinerário de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões adjacentes mandado fazer pelo Barão de Antonina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. (28). São Paulo, 1930, pp. 230/267; LOPES, Joaquim Francisco. “Itinerário da melhor via de comunicação entre a Província de SP e a de MT”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (13). Rio de Janeiro, 1850, pp. 315/335.

³⁰⁰ Entre os índios nominados estavam o cacique Bandeira e os índios Bruno, Bento e Avarevi. BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 22.

André Rebouças, consta uma descrição detalhada das referidas canoas. A primeira canoa, anotou Nestor Borba,

feita em tronco de peroba medindo dezesseis metros de comprimento por um de largura, está carregada de sacos de farinha, feijão, toucinho e outras iguarias. Perto da popa, um toldo de dois metros de extensão de folhas de palmeira; [...] No improvisado mastro, a bandeira do Brasil. A outra canoa, menor, de cedro, tem dez metros de comprimento e setenta centímetros de largura. No seu interior, quatro cães atrelados e indóceis; arpão, linhas, anzóis, baús, cartuchos, pólvoras, chumbo, espoletas, pequenas facas e quatro espingardas.³⁰¹

Cães, armas, anzóis, sacos de farinha e feijão e outras iguarias serviriam para dar sustento e defesa à equipe de viagem. O tamanho das canoas, a carga e a tripulação, somada às dificuldades impostas pela navegação rio abaixo, davam amostra das dificuldades e os esforços que iriam ter de enfrentar os índios na condução das canoas.

De acordo com os escritos de Nestor Borba, a expedição saiu da Colônia Militar do Jataí na manhã do dia primeiro de janeiro de 1876, saudada pelo “povo de Jatahy e de S. Pedro de Alcântara, que lhe fica fronteiro, para, diziam eles, dar o ultimo adeus, aquella pobre gente (como nos chamavam) que não tinham esperanças de tornar a ver”³⁰², descreveu Nestor Borba, percebendo a inquietação da população ribeirinha a observarem, esperançosos e aflitos, os homens a navegar rio Tibagi abaixo. A aflição, em parte, devia-se à existência de diversas corredeiras, cachoeiras e saltos que ofereciam perigo aos viajantes e à tripulação, como as corredeiras

³⁰¹ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato: a vida lendária de Telêmaco Borba*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2001. p. 85-86.) Telêmaco Borba é o bisavô materno de Túlio Vargas. Apesar de conter fragmentos de fontes documentais para dar suporte à história e à “lenda” de seu bisavô, há muitos desencontros de acontecimentos, datas e informações, se comparado com outros escritos contemporâneos à época de Telêmaco Borba, além, é claro, de uma atualização dos escritos para o português atual. Desta obra, utiliza-se apenas os fragmentos de fontes documentais como suporte para a construção do personagem Nestor Borba.

³⁰² BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 22.

do “Tira Fubá” (a 20 Km de distância da Colônia Militar do Jataí), do “Cerne”, de “Congonhas” e das “Sete Ilhas”, cita Nestor Borba.³⁰³

Na manhã do terceiro dia de viagem, após terem pernoitado nos dias anteriores na “ilha dos cágados”³⁰⁴ e na “foz do ribeiro do Jacu”, narra Nestor Borba, entraram nas águas do rio Paranapanema, sendo as terras do vale “fertilíssimas e próprias para plantas dos climas tropicais; observa-se com freqüência, enroscados nas árvores, os cipós de baunilha aromática. Há limoeiros, laranjeiras, cidreiras, goiabeiras e taquaras do reino. Indícios seguros de área habitada outrora”.³⁰⁵ Referia-se Nestor Borba a alguns vestígios das transformações da paisagem feitas pelos padres jesuítas à flora original do vale do Paranapanema, entre fins do século XVI e princípios do século XVII.

O aldeamento indígena de Santo Inácio do Paranapanema foi o local de descanso no quinto dia de viagem rumo à fronteira, “onde fomos recebidos e obsequiados pelo diretor Sr. José Antonio Vieira de Araújo e sua Exma. família, com tanta bondade, que muito nos cativou”,³⁰⁶ relatou Nestor Borba, dizendo ainda, que o referido aldeamento foi

fundado sobre as ruínas da redução jesuítica de Santo Inácio, destruída pelos bandeirantes paulistas em 1631. [...] Os destroços de Santo Inácio, bem visíveis, oferecem pálida idéia da prosperidade da antiga redução. Rivalizou, na época, com as melhores povoações do Paraguai. As igrejas eram ainda maiores que as existentes em Assunção. Foi a primeira redução edificada ao oriente do rio Paraná.³⁰⁷

³⁰³ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 87.

³⁰⁴ Recebeu tal denominação porque as tartarugas de água doce depositavam, naquela ilha, os ovos, cuja ninhada “era composta de dezesseis a vinte ovos. A tripulação dedica-se à busca desse tesouro alimentar”, escreveu Nestor Borba. BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. 86.

³⁰⁵ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 88.

³⁰⁶ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 22.

³⁰⁷ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 88.

O passado daquele aldeamento, para Nestor Borba, mereceu destaque em seu diário de viagem. Pontuava que em terras pertencentes à Coroa espanhola, portugueses, jesuítas, índios e espanhóis haviam entrado em conflito, culminando na destruição da redução jesuítica de Santo Inácio. Por outro lado, Nestor Borba sinaliza que, mediante o esforço de lusos e brasileiros, um novo aldeamento foi edificado visando catequizar e civilizar os índios aldeados.

Do referido aldeamento à foz do rio Paranapanema junto ao rio Paraná restavam percorrer aproximadamente 200 km seguindo o leito do rio. “No dia 6 continuamos a viagem pelo Paranapanema. No dia 10, às 4 ½ da manhã, não era bem claro ainda, nós na tolda da canoa, ouvimos o proeiro dizer, com muito respeito: *Bom dia Paraná*. Entramos nas águas do majestoso rio”,³⁰⁸ anotou Nestor Borba em seu diário. O primeiro contato com o rio Paraná seguido de um sonoro “Bom dia Paraná” dito pelo proeiro Bruno (índio Cayguá) era “uma forma de reverência, respeito e temor”, ressaltou Nestor Borba, a aqueles que navegam nas águas cujas histórias contadas, nalgumas vezes, acabaram em morte. Foi pensando na segurança da tripulação e no sucesso da expedição que Telêmaco Borba planejou ir rio Paraná abaixo até os saltos de Sete Quedas pela margem direita, “por ter sido ella explorada e estudada, até a boca do Ivinheima por duas commissões scientificas”, dentre elas, a expedição inglesa da qual Thomas Bigg-Wither integrou realizando medições e desenhando mapas detalhados da foz do rio Paranapanema com o rio Paraná, e, também, de estudos topográficos na margem direita do rio Paraná que delimitava o território da Província do Mato Grosso com o Paraguai. Telêmaco Borba tinha em mãos um mapa produzido pelos engenheiros da referida expedição, provavelmente, obtido junto ao governo da Província do Paraná.

Com o auxílio das informações e desenhos impressos naquele mapa, destaca Nestor Borba pode-se fazer uso de caminhos alternativos no dia 11

³⁰⁸ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 22.

de janeiro de 1876, “em conseqüência de grande tormenta de vento e chuva, que não nos deixava navegar, fomos obrigado a subir o Curupanã, uma das bocas do Ivinheima”, e, no dia seguinte, pelo rio Naranhay, “que deságua no Ivinheima por duas bocas [...] às 2 horas da tarde entramos de novo nas águas do Paraná e as navegamos”,³⁰⁹ seguindo, nos três dias posteriores pela “bocca” dos rios Samambaigussú, Maracahy, Itaquatia, Itaquarahy e Iguatemy, este último, distante “pouco mais de uma légua” dos saltos de Sete Quedas.³¹⁰

O mapa a que se refere Nestor Borba permitiu aos viajantes vencer alguns obstáculos. Para o Governo da Província do Paraná, o referido mapa tinha por função delimitar, demarcar, legitimar um território até então pouco conhecido e explorado. “Antes de significar a mera descrição física”, pontua Liliane da Costa Freitag, “estabelecia um território de pertencimento não como um mero lugar geográfico, mas como um fundamento normativo e constitutivo de uma identidade territorial”.³¹¹ Frente a isso, a viagem de Nestor e Telêmaco Borba, bem como os relatos nascidos desta viagem (intencionalmente ou não), revelavam as pretensões políticas da Província do Paraná: conhecer, explorar, integrar e fazer progredir, via construção de ferrovias, as terras, as serras e os rios existentes nos sertões a oeste da Província do Paraná. Voltar-se-á a esse assunto mais adiante.

O rio Paraná, descreve Nestor Borba,

antes de começar a formação das quedas, tem largura de 4.200 metros. Nesse ponto não há ilha a interromper a corrente. Parece lagoa de águas serenas sobre as quais se debruçam, balançadas pela brisa, as belas palmeiras bocagi. À margem ocidental, o barranco é baixo, alagadiço e coberto de capim bravo. À distância de três quilômetros principia a formar-se espigão coberto de grossos bambus, entremeados de palmeiras e frondosas árvores. Sobressaem os taquaruçus. Na outra margem tudo é diferente. O

³⁰⁹ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 23.

³¹⁰ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 24 - 25.

³¹¹ FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Franca/SP: Unesp, 2007. p. 43-44.

barranco alto e firme. O espigão que nele finda é recoberto de vasta floresta virgem. A primeira impressão é de espanto.³¹²

Margem de um lado, barranco de outro. Eis algumas características naturais que, a partir dos relatos de Nestor Borba, passaram a ser utilizadas como referência simbólica do limite territorial entre Brasil e o Paraguai. A descrição da tipologia da vegetação e os saltos de Sete Quedas também funcionam como elementos que, somados às características naturais, definem com maior precisão o limite de um território de pertencimento, e não apenas o rio Paraná, como figuram nos mapas desse período. O limite natural do território paranaense, ao ser descrito por Nestor Borba, poderia ser imaginado pelos leitores. E mais, até naquelas paragens o território paranaense legava aos viajantes espanto e admiração visando expressar seus sentimentos ao estar, ver e descrever o limite territorial entre duas nações; os elementos que as separavam e, ao mesmo tempo, as uniam. Era, para Nestor Borba, seu irmão Telêmaco e os índios que compunham a expedição, um momento único e, naquela época, relegado a poucas pessoas.

“Eh! Pucha... Diabo! O salto!”, anotou Nestor Borba em seu diário de viagem a frase dita pelo índio Bruno ao visualizar os saltos de Sete Quedas. Também maravilhado com os saltos, assim os descreveu Nestor Borba:

Tudo parece tremer e o rumor ensurdece. Vistas fantásticas. São vinte e duas quedas. Contemplar tal quadro produz religioso terror. Refrescante e agradável, quanto grandioso e terrível. A duzentos metros da margem ocidental, forma-se canal de trinta e poucos metros de largura abertos pelas águas na rocha negra luzidia. É o novo leito do rio. Precipita-se quase verticalmente de oito a dez metros de altura. E com rapidez rolam essas águas que, na distância de trezentos metros, a profundidade atinge trinta metros. Recebe ainda a precipitação das águas laterais formando a série de onze quedas. [...] As quedas mais grandiosas, tanto pelo volume de água quanto da altura em que estatelam, são a quarta e a sexta, contadas debaixo para cima.³¹³

³¹² BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 94..

³¹³ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 94..

Foi nesse cenário que os membros da expedição permaneceram por três dias realizando o reconhecimento daquele lugar e fazendo medições dos saltos de Sete Quedas, um dos objetivos iniciais daquela expedição, pois, como dito antes, a intenção era edificar uma ponte férrea sobre os saltos. “No caso de querer-se construir ahi uma ponte, não se tem de calcular despesas com cabeceiras; porque lá estão ellas promptas, offerecendo a solidez necessária e uma forma original”,³¹⁴ deu o veredicto Nestor Borba após concluir os trabalhos de medição e reconhecimento.

Antes de partir, no entanto, os irmãos Borba deixaram “a inscrição testemunhal do grande feito” gravado nas rochas frente à quarta e à sexta queda: “T. BORBA – 16.01.1876” e “NESTOR – 1876”, ambas do lado paraguaio.³¹⁵ Vestígios, rastros da passagem dos viajantes pelos “Saltos da Guayra” transformado em monumentos com o intuito de fazer ver, crer e de confirmar o que seria falado e escrito por eles a respeito dos limites territoriais a oeste da província do Paraná; dos saltos de Sete Quedas e das medições então realizadas, a fim de “rasgar, por assim dizer, esse véo mysterioso, que há quase um século, escondia, com versões espantosas, uma das bellas maravilhas da natureza”,³¹⁶ asseverou Nestor Borba, enfatizando ainda mais seus feitos e resultados obtidos com a viagem.

Os irmãos Borba e a tripulação partiram de Sete Quedas no dia 20 de janeiro. O roteiro construído por Telêmaco incluía a exploração da margem esquerda do rio Paraná acima dos saltos. “A margem é elevada, dois a quatro metros de altura”, destaca Nestor Borba em seu diário, “formada de barranco de grés vermelho compacto, sobrepostos à rocha basáltica, encimada por espessa camada de terra vermelha arroxada. A vegetação exuberante.

³¹⁴ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 26.

³¹⁵ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 96. Essas inscrições feitas nas rochas foram objetos de descrição dos relatos de viagem de Arthur Martins Franco, ao visitar os saltos de Sete Quedas em outubro de 1904. Cf. FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagem ao Alto Paraná*. Curitiba: s/ed, 1973.

³¹⁶ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 21.

Perobas, cabriúvas, cabiúnas, jataí, canafístulas, cedro, louro e outras”.³¹⁷ Por volta das cinco horas da tarde avistaram a foz do rio Piquiri, distante uma légua e meia de Sete Quedas. [Ver Figura 02]

Conta Nestor Borba que seu irmão estava ansioso em explorar aquelas margens, pois, sabia-se a partir dos relatos de Felix Azara, que naquelas imediações se achariam as ruínas da Ciudad Real del Guairá. A descoberta se deu a “trinta metros das barrancas” do rio Piquiri, noticiou Nestor Borba:

As ruas formadas de paredões de taipa. Há fossos e a praça central. Restos de templo religioso. Grande quantidade de telhas. A vegetação sobre os escombros é de taquaruçu, laranjeiras, limoeiros e goiabeiras. Nota-se perfeito sentido de organização e sinais evidentes de grandeza passada. Há simetria no ornamento das ruas. Trabalhos de cerâmica.³¹⁸

No dia seguinte, como previsto no roteiro da viagem, iniciaram a exploração do rio Piquiri. Próximo à hora do almoço, “saltamos para almoçar e ahi nos appareceram 22 indios coroados, que os do Jatahy chamam de *cho rens* (homens bravos); os quaes habitam em toda a região entre o Piquiry e o Iguassú, a que denominam *Paigueré* [...] Fizemos alguns presentes e continuamos nossa viagem” rio acima. No dia 22, próximo à corredeira *Nhá Bárbara*, a espera dos viajantes estavam

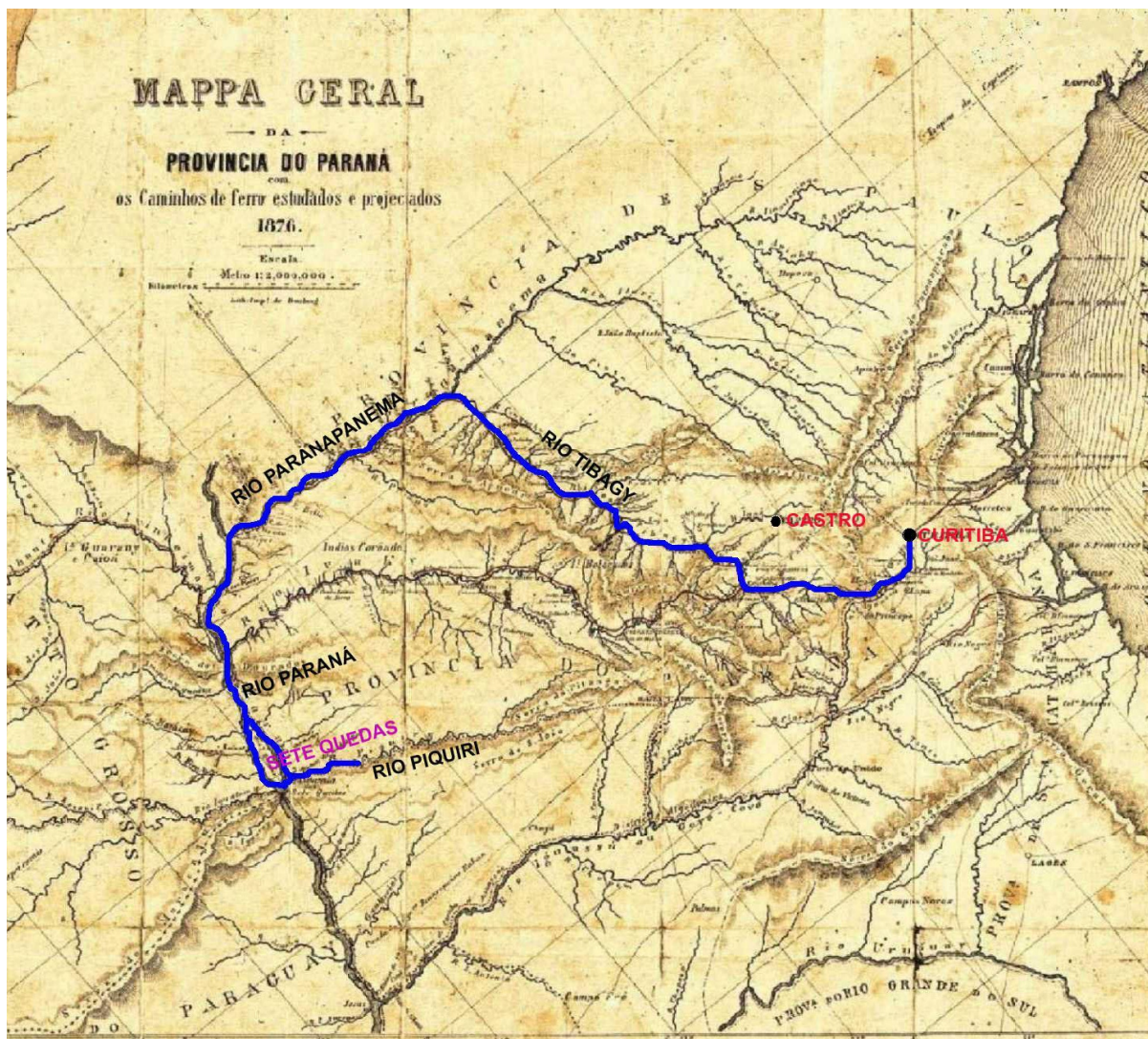
cento e tantos índios, dos quaes apenas três tinham estado entre gente civilisada no Jatahy. [...] manifestaram grande contentamento em nos ver. [...] Demo-lhes os brindes, que levávamos com este destino. Resolvemos deixar ahi com esses índios os dous coroados, que trouxemos para servir-nos de interpretes afim de servirem de guia aos que desejassem ir ao Jatahy, reconhecendo terreno entre esses dous pontos, colhendo-se assim duas grandes vantagens – o de adquirir-se conhecimento daquella grande zona de terrenos fertilíssimos, e attrair aqueles selvagens à catechese.³¹⁹

³¹⁷ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 96.

³¹⁸ BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato...* Op. Cit. p. 97.

³¹⁹ BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 28.

FIGURA 02 – Roteiro de viagem de Nestor e Telêmaco Borba



LEGENDA

 ROTEIRO DE VIAGEM DOS IRMÃOS
NESTOR E TELÊMACO BORBA,
1875/76

FONTE: Mapa Geral da Província do Paraná, 1876. Com alterações do autor.
<http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/def/areas/historia/1876.jpg>
Acessado em 09/02/2008, 16:48

A utilização do conhecimento indígena a respeito dos lugares ainda não conhecidos, como se nota nos relatos de Nestor Borba, era uma prática antiga entre os viajantes e sertanistas. O espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca ao atravessar a pé, em 1541/42, parte do atual território de Santa Catarina e Paraná rumo a Assunção (Paraguai) fez uso intenso dos conhecimentos indígenas em relação aos caminhos (Caminhos do Peabirú, por exemplo) e rios que deveria seguir.³²⁰ A ação dos bandeirantes paulistas na busca de metais preciosos e na caça e apresamento indígena nas reduções jesuíticas do Guairá (nos séculos XVI e XVII) contou com intermediação dos índios Tupis e Tememinós à medida que se distanciavam de São Paulo, pois além de não conhecerem o sertão, dependiam das habilidades guerreiras desses índios para capturar os guaranis.³²¹

Nestor Borba, Telêmaco e o restante da tripulação retornaram às águas do rio Paraná em 23 de janeiro, admirando suas paisagens e margem esquerda pontuando Nestor em seu livro de viagem a respeito dos “lugares bellissimos e apropriados para estabelecimento de povoações [...] além de quotidianas caçadas, que nos offereciam, com a pesca, alimentação fresca e saborosa”. A chegada a Colônia Militar do Jatay deu-se no dia 14 de fevereiro de 1876, onde foram “recebidos por aquelle bello povo com as maiores demonstrações de regozijo; tendo gasto 45 dias de ida e volta, sem termos de lamentar perda de companheiro algum”, encerra o relato Nestor Borba.³²²

Um mês após o final da viagem à Sete Quedas Nestor Borba já havia escrito uma versão menor dos relatos da referida viagem, se comparado com as informações presentes no diário de viagem. Entregou-o ao engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho e a Adolpho Lamenha Lins como forma de relatório das atividades então realizadas nos saltos de Sete Quedas. Junto

³²⁰ Cf. CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufrágios e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

³²¹ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.62 e seguintes.

³²² BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 29.

aos relatos, algumas fotografias e amostras de rochas que formavam os diversos saltos.

Outro engenheiro a ter acesso aos relatos de viagem de Nestor Borba foi André Rebouças. De acordo com Ricardo Costa de Oliveira, o engenheiro André Rebouças veio à Província do Paraná em 1864, para, junto de seu irmão, Antonio Rebouças Filho, dar continuidade à construção da Estrada da Graciosa, finalizada na década de 1873. Chegaram a fazer um pedido de concessão para construir uma ferrovia entre Antonina e Curitiba, projeto esse que não frutificou devido à oposição de algumas “famílias dominantes” de Paranaguá, os Correia e Guimarães. Após a morte prematura de Antonio Rebouças, em 1874, André Rebouças interrompeu seus projetos na Província do Paraná. Mesmo migrando para a Corte Imperial, vinha esporadicamente à Curitiba para rever amigos e fazer negócios.³²³ Numa dessas viagens, em princípios de 1876, chegou às suas mãos os escritos de Nestor Borba, e, após lê-lo, teceu algumas “notas e considerações gerais”, comparando os saltos de Sete Quedas com as cataratas do Niágara e com o “Canyon do Yellowstone”. As intenções de André Rebouças no texto que produzira era propor a criação de um parque nacional na fronteira visando a exploração turística das paisagens e belezas naturais que o “Creador concedeu à nação brasileira”:

Desde a foz do Ivahy até à do Iguassú, o rio Paraná reúne todas as gradações possíveis do bello ao sublime e do pittoresco ao assombroso! É a região das cascatas e das cataratas por excellencia. Só no Guayra – 7 – formando uma prodigiosa escala de menor a maior e de maior a menor, o *maximum* de belleza e de magestade pertencendo à quinta cataracta! [...] Será difficil que o *Canon* de Yellowstone seja mais pittoresco do que o do Guayra, opulentamente adornado de palmeiras, de fetos arborecentes e das mais bellas árvores da flora brasileira; quando lá a rocha é nua e queimada pelas emanações vulcanicas, deixando apenas ver, de longe em longe, um melancólico grupo de tristes coníferas.³²⁴

³²³ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silencio dos vencedores...* Op. Cit. p. 120/121.

³²⁴ REBOUÇAS, André. “Notas e Considerações Gerais”. In: BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 40 e 41.

Nesse período, André Rebouças atuava como engenheiro e empresário liberal. Entre seus pares, era considerado empreendedor, ativo e pioneiro por valorizar a iniciativa privada e não a ação do governo imperial nos projetos modernizantes para a sociedade brasileira. Era reflexo de sua estadia nos Estados Unidos, aludem Alexandro Dantas Trindade, Joselice Jucá e Maria Alice Rezende de Carvalho.³²⁵

André Rebouças, mediante autorização de Nestor Borba, encaminhou ambos os textos para publicação na Revista do IHGB, do qual era sócio. A publicação deu-se ainda no ano de 1876 sob o título “Excursão ao salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”.³²⁶ Outra edição na forma de folheto circulou pela capital da Província do Paraná sob o mesmo título, contendo o texto e as notas tecidas pelo engenheiro André Rebouças. A repercussão da referida publicação, tanto no Rio de Janeiro como em Curitiba, parecem ter sido grande. Adolpho Lamenha Lins em seu relatório provincial de 1877 diz que “logo em seguida foi nomeado uma distincta commissão, tendo por presidente o insigne estadista visconde do Rio Branco, com o fim de estudar os diversos projectos apresentados para a estrada de ferro de Matto Grosso e de proferir o mais vantajoso sob o ponto de vista econômico e estratégico”.³²⁷

A formação dessa “commissão” anunciava mais um capítulo nas disputas por investimentos financeiros na província do Paraná. A nomeação do visconde Rio Branco sinalizava que o Rio de Janeiro tinha ligeira preferência como ponto de partida da estrada de ferro para Mato Grosso. Para manter o Paraná como ponto estratégico visando receber as obras da

³²⁵ A respeito de André Rebouças há muitos estudos de fôlego, dos quais destacam-se: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1998; TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Campinas: Unicamp, 2004. [Tese de doutorado]; JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: Reforma & Utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

³²⁶ BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n 97, 1876. pp. 65-87

³²⁷ LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da viúva Lopes, 1877. p. 78.

referida estrada férrea, Adolpho Lamenha Lins utilizava como argumentação os perigos existentes nos limites territoriais da província do Paraná relacionados às

hordas de vandalos profanando o solo pátrio com toda a sorte de depredações [...] Felizmente parece também que o anjo tutelar dos destinos do Brazil quando nos observa mais descuidosos no sonno da imprevidência, quer despertar-nos com factos na apparencia insignificantes.

No momento em que o governo imperial trata de construir uma estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayan; no momento em que fixando-se o Rio de Janeiro como ponto de partida da estrada de ferro para Matto Grosso, fica esquecida a província do Paraná, fronteira com duas repúblicas, uma pequena turma de aventureiros argentinos acaba facilmente de romper a orla do matto que separa o Campo-Erê dos Campos de Corrientes.³²⁸

A construção da estrada de ferro partindo do litoral paranaense sinalizava, para Adolpho Lamenha Lins, a solução de importantes questões de ordem econômica, política e militar. A ferrovia, segundo Lins, viria a auxiliar na “defeza de nossas fronteiras no caso de qualquer invasão por parte da confederação Argentina, Paraguay ou Bolívia. É muito provável que essa via férrea creando intimas relações entre o povo brasileiro e o dessas republicas, amortença ódios tradicionais de raças, dissipe injustas prevenções e nos traga a sincera amisade desses povos”, além do incentivo à imigração para além dos Campos Gerais do Paraná rumo ao oeste, tendo como alavanca a construção de uma “via férrea as Sete Quedas, cortando de leste a oeste todo o território da província”.³²⁹

Adolpho Lamenha Lins tinha esperança de que o governo imperial viria a acenar positivamente aos anseios referentes à construção daquele ramal férreo cortando o Paraná de leste a oeste, pois era um instrumento poderoso de penetração ao interior da província do Paraná e, junto da ferrovia, chegariam os imigrantes e brasileiros laboriosos que iriam erigir vilas e cidades. O sertão deixaria, aos poucos, de existir, cedendo lugar aos sons da

³²⁸ LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877...* Op. Cit. p. 79.

³²⁹ LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877...* Op. Cit. p. 77

locomotiva e dos vagões deslocando-se para o litoral num ritmo cadenciado, deixando para trás as nuvens de fumaça produzidas pela caldeira-vapor.

O idealismo e o entusiasmo manifestado pela elite paranaense, no entanto, logo foi solapada ao saberem que o Governo Imperial havia decidido a favor de Rio de Janeiro e São Paulo com relação à construção da estrada férrea rumo a Mato Grosso. Esta disputa que acabava de ser travada iria dar origem, em 1905, à construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Bauru (SP) a Corumbá (MS)³³⁰, bem como o pedido de demissão de Adolpho Lamenha Lins do cargo de Presidente da Província do Paraná, em julho de 1877, para assumir o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização no Paraná, dando seqüência à sua política de imigração e colonização ao redor de Curitiba com base na pequena propriedade da terra, cuja produção agrícola e pastoril voltavam para o mercado local.

2.2 AS COLÔNIAS MILITARES DE CHOPIM E CHAPECÓ

Joaquim Bento de Oliveira Júnior ao assumir o governo da Província do Paraná, em 17 de agosto de 1877, logo tomou ciência das discussões a respeito dos limites territoriais com a Província de Santa Catarina, assim como as preocupações relacionadas aos limites internacionais com Argentina e Paraguai. Em seu relatório provincial datado de 07 de fevereiro de 1878, salientava que as calorosas discussões na Assembléia Provincial com relação aos limites territoriais com Santa Catarina em nada tinham resultado, continuando “as cousas no mesmo pé em que se achavam”. Apreensões mais sérias deveriam ser tomadas com relação aos “nossos vizinhos de Corrientes que sob innocentes pretextos vão sorateiramente devassando nossas fronteiras”, pontua Joaquim Bento de Oliveira Junior, atentando-se para alguns acontecimentos noticiados pela Câmara Municipal de Guarapuava:

³³⁰ Cf. QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil*. (1904-1908). Assis: UNESP, 1992. p. 151. [Dissertação de Mestrado em História].

Já em primeiro do anno passado [1877] a Câmara Municipal de Guarapuava officiou dando notícia de nova banda exploradora composta por 9 pessoas que se havia apresentado no Campo-Erê, tendo partido da barra do Pirahy, margem do Paraná e que engrossada com mais 16 homens voltaram abrindo uma picada para communicar os campos de Palmas com a fronteira Correntina. Consta que essa picada é hoje uma estrada regular para cargueiro e della se servem os argentinos para transportar madeira e erva-mate colhidas na Província [do Paraná].

Consta ainda que diferentes emissários tem vindo àquellas paragens sob pretextos comerciais procurando encaminhar as relações do sertão para a república e adulando a população de Guarapuava com a idéia de lhes facilitar um porto de embarque no Paraná, com pequeno trajeto de 50 léguas.

Todos estes factos são já bastante significativos e devem chamar a attenção do Governo sobre aquellas paragens que não poderão continuar abandonadas sem grave prejuízo e perigo para o paiz.³³¹

O ofício emitido pela Câmara Municipal de Guarapuava relatando a presença e a exploração das terras paranaenses por argentinos tornava oficial e público a presença de estrangeiros de adentrando de forma irregular em território brasileiro e explorando as riquezas naturais sem o pagamento de tributos. O documento também atestava que a atuação dos argentinos estava em fase inicial porque “adulavam” os guarapuavanos para que edificassem um porto de carga e descarga nas barrancas do rio Paraná. Além do mais, os mesmos caminhos carroçáveis que estavam a facilitar a vida dos homens na Fronteira, também eram utilizados pelos argentinos para percorrer, conhecer vasta extensão do território paranaense.

Joaquim Bento de Oliveira Junior ao alertar o Governo Imperial com relação à situação que se apresentava nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e a Argentina, apregoava que algumas “medidas provisórias” precisavam ser tomadas, a começar pelo

estabelecimento de uma Colônia Militar em Santa Maria, no baixo Iguassu, a qual se comunica com Guarapuava pela picada aberta pelo engenheiro Beaurepaire; essa colônia seria por sua posição a guarda de nossas fronteiras com a República Argentina, pela pequena distância em que ficaria de Campo-Erê e com o Paraguay

³³¹ Relatório com que excelentíssimo senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Província ao 1º Vice-Presidente, o excelentíssimo senhor conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 07 de fevereiro de 1878. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1878. p. 3 e 4.

pela proximidade do Paraná que ao norte do Iguassú é o limite entre esta província e a República.³³²

A instalação de colônias militares na fronteira com a Argentina e o Paraguai, no entanto, já havia sido pensada e decretada pelo Governo Imperial no ano de 1859 (Decreto Imperial nº 2.502, de 16/11/1859), tendo por finalidade a defesa da região limítrofe e a proteção dos habitantes dos campos de Palmas, Campo-Erê, Chagu e Guarapuava contra incursões indígenas. Leônidas Boutin, em seu estudo sobre as *Colônias Militares na Província do Paraná* destacou que o governo Argentino ficou apreensivo com o Decreto Imperial nº 2.502 que criava e regulamentava as condições e localizações das colônias militares de Chopin e Chapecó. Pediu formalmente ao governo do Brasil para que adiasse a instalação efetiva daquelas colônias pelo fato de haver um litígio sobre a região situada entre os rios Iguazu e Uruguai.³³³ [Ver Figura 03]

Sobre esse litígio Demétrio Magnoli destaca que

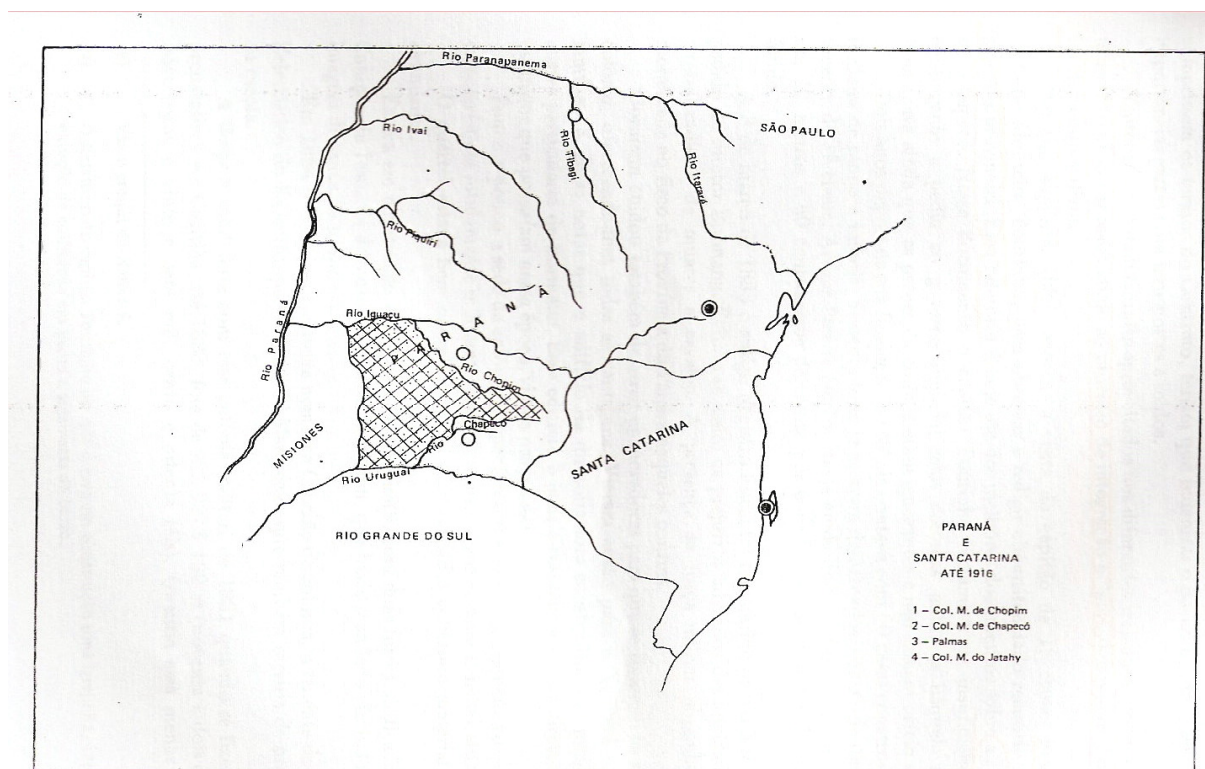
desde os primeiros tempos do Império, a cunha formada por esses dois rios era uma fonte de tensão latente. Na década de 1830, o governo do Rio de Janeiro projetava instalar uma base militar em algum ponto da região, e o visconde de São Leopoldo (1839) alertava para a vulnerabilidade da então Província de São Paulo pelo lado sudoeste, em virtude da nulidade do Tratado de Santo Idelfonso e da falta de demarcação, 'sempre baralhada pelas intrigas e tergiversações do Segundo Comissário Espanhol'. O desmembramento que originou a Província do Paraná, em 1853, foi condicionado, até certo ponto, por esse impasse fronteiriço.

Em 1857, a área tornou-se objeto de um tratado, negociado pelo visconde do Rio Branco, que não chegou a ser ratificado, pois a Confederação Argentina esperava, como retribuição, o engajamento do Império contra a Província de Buenos Aires, o que não ocorreu.³³⁴

³³² Relatório com que excelentíssimo senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Província ao 1º Vice-Presidente, o excelentíssimo senhor conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 07 de fevereiro de 1878. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1878. p. 4.

³³³ BOUTIN, Leônidas. "Colônias Militares na Província do Paraná". In: Separata do Boletim n. XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Curitiba, nov/1977. p. 31.

³³⁴ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808/1912)*. São Paulo: Editora da Unesp/Moderna, 1997. p. 263.

FIGURA 03 – Área em litígio entre Brasil e Argentina

FONTE: BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim nº XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Nov/1977. p. 33.

O adiamento na instalação de uma colônia militar na fronteira oeste da Província do Paraná e a indefinição dos limites territoriais entre as duas nações acabou gerando um clima de apreensão junto ao Governo da Província do Paraná devido à presença de argentinos extraíndo erva-mate e madeira em território paranaense. “Continua a merecer a mais séria atenção do Governo Geral, em vista do procedimento d’esses nossos vizinhos, que pouco a pouco vão penetrando no rico território d’esta província”, expunha Manoel Pinto de Souza Dantas Filho no Relatório Provincial de fevereiro de 1880. Solicitava ao Governo Imperial que viesse a adotar “providencias de maneira a não ser dificultada no futuro a ratificação dos limites por esse lado da fronteira”, pois, não cabia à Província do Paraná “tomar deliberação alguma sobre tal assumpto”.³³⁵

É certo que tal assunto foi objeto de discussões entre o Governo Imperial, políticos e oficiais do exército. José Maria de Brito, sargento assentado no Rio de Janeiro que integrou a comissão encarregada de abrir uma picada ligando Guarapuava ao rio Paraná, em 1888, noticiou em seus escritos de viagem que, desde o ano de 1880, a fundação de Colônias Militares na fronteira sudoeste e oeste da Província do Paraná passou a ser um assunto debatido entre os oficiais do Exército mais próximos ao Ministério da Guerra. “Contudo nada mais se adiantou”, disse José Maria de Brito, “devido aos políticos que, segundo era notório, já se congregavam para hostilizar o Exército [...] perseguição contra muitos oficiais do Exército, por tomarem parte na propaganda republicana dirigida por um grupo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha”.³³⁶

Algumas medidas, no entanto, foram tomadas pelo Exército e pelo Governo Imperial. De acordo com Sebastião Paraná, em sua *Chorographia do Paraná* (1899), em 20 de setembro de 1881 foram nomeadas as comissões encarregadas da fundação das colônias militares de Chopim e Chapecó, na

³³⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880, pelo Presidente da Província, o Exmo. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho. Curitiba: Typographia Perseverança, 1880. p. 6.

³³⁶ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. p. 30.

região pretendida pela Argentina. A comissão de Chopim foi composta pelo: “Capitão engenheiro Francisco Clementino de Santiago Dantas; ajudantes, os capitães Antonio Tertuliano da Silva Mello e Belarmino Augusto de Mendonça Lobo; escrivão, o Tenente José Lucas Barbosa; medico e encarregado da pharmacia, o Dr. Cezar Ferreira Pinto”. A comissão de Chapecó, por sua vez, foi composta pelo “Capitão do Estado-Maior de 1ª classe engenheiro José Bernardino Bormann; ajudantes, o capitão Marciano Augusto Botelho de Magalhães e o tenente Antonio Geraldo de Souza Aguiar; medico e encarregado da pharmacia, o Dr. Ismael da Rocha; e escrivão e almoxarife, o Alferes honorário do Exército Joaquim Pinto de Assumpção”.³³⁷ É importante mencionar que os militares acima nominados migraram, em sua maioria, do Rio de Janeiro e, junto deles, suas respectivas famílias.

Abre-se um parêntese para enfatizar a respeito do ofício de escrivão/almoxarife e do médico nas Colônias Militares. Cabia, naquela época, ao escrivão/almoxarife desempenhar a parte burocrática da administração da Colônia Militar e as atividades referentes à escrita, envio e recebimento de correspondências, relatórios, cargas de mantimentos, materiais bélicos, o controle da chegada e encaminhamento dos colonos a suas respectivas áreas de terras, bem como posterior expedição de documentos provisórios de posse de terras e, nalguns casos, a responsabilidade de providenciar a comercialização de cereais (arroz, milho, feijão, mandioca, hortaliças, açúcar mascavo e água ardente de cana) e animais (bovinos, muares, lanígeros e suínos), no distrito de Mangueirinha (7 léguas), na vila de Bella Vista (17 léguas), ou ainda, nas cidades de Palmas (22 léguas) e Guarapuava (24 léguas), no caso da colônia militar de Chopim.³³⁸ Já, o ofício de médico e de responsável pela “Pharmácia” desempenhado pelo Dr. Cezar Ferreira Pinto e o Dr. Ismael da Rocha, eram de grande utilidade aos que empreenderam viagem e moradia nas Colônias Militares de Chopim e Chapecó. Além das enfermidades de febre e ferimentos diversos, há de se lembrar que as

³³⁷ PARANÁ, Sebastião. *Corographia do Paraná*. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica Annibal, Rocha e Cia, 1899. p. 404 e 407.

³³⁸ PARANÁ, Sebastião. *Corographia do Paraná*.... Op. Cit. p. 407.

expedições e os colonos que iriam residir nas colônias militares estariam a mercê de animais e insetos de toda ordem, e mais, em lugares distantes e isolados em meios à mata e caminhos quase impraticáveis.

A chegada das referidas comissões em Curitiba deu-se em 31 de outubro de 1881, onde seus integrantes permaneceram alguns dias descansando e organizando as caravanas com mantimentos, roupas, equipamentos, armas e selecionando colonos para desmatar, limpar e formar as primeiras roças das colônias. Conta Sebastião Paraná que a comissão encarregada de fundar a colônia militar de Chopim partiu de Curitiba em 3 de novembro de 1881, rumo à Guarapuava fazendo uso de vários carroções e cavalos. Em 29 de novembro chegaram ao

Districto Algodociro, à margem do rio *Iguassú*, ahi acampou e estabeleceu a sua primeira base de explorações e em seguida procedeu à do lugar mais conveniente para fundar a colônia, organisando o chefe da commissão duas expedições simultâneas, uma pelo rio, descendo o *Iguassú*, em demanda da foz do *Chopim*, e outra por terra, tendo o mesmo objectivo e que servisse de viação ao gado que deveria alimentar a população da colônia no seu início. [...] A fluvial, tendo seguido a 6 de dezembro, chegou nesse dia à barra do *Cavernoso*, a 7 aportou à *Ilha do Herculano*, a 8 encontrou outra ilha a que denominou *Dória*, deparando mais abaixo com um archipelago ao qual denominou *Saraiva*. Continuando sua derrota enfrentou uma catadupa, que forçou o chefe da commissão [Capitão Antonio Tertuliano da Silva e Mello] a retroceder e concentrar todos os esforços na abertura da picada [que estava sendo] aberta pelo engenheiro Berlamino de Mendonça, e por onde se poderia transportar viveres para os pontos a explorar.

Chegando a expedição ao *Chopim* e descendo este rio em demanda de sua confluência com o *Iguassú*, encontrou uma ilha que denominou *Affonso Penna*, e mais além um salto que denominou *Tertuliano*, apresentando o *Chopim* aquém desse lugar, uma largura de 400 metros. [...] A vegetação das margens do *Chopim* é igual à da zona intertropical. As planuras e as pequenas elevações próximas ostentam a luxuriante vegetação do clima quente.

Escolhido o local onde se deveria edificar a colônia, foi esta fundada a 27 de dezembro de 1882, à margem esquerda do *Iguassú* e à direita do *Chopim*, tributário daquele. Sua sede cortada pelo rio *Pedrosa*, afluente do *Iguassú*, contém 5 kilometros quadrados e tem a seguinte posição geographica: 25° 46' de Lat. Sul; e 9° 27' de Long. Oeste do Rio de Janeiro.³³⁹

³³⁹ PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 404 a 406. [Grifos meus]

A descrição do percurso seguido pela expedição, sob o crivo de Sebastião Paraná, chama a atenção para o ato de atribuir nomes a rios, córregos, ilhas e arquipélagos, pelo capitão Antonio Tertuliano da Silva Mello. O salto Tertuliano, se refere ao seu segundo nome; à ilha Affonso Penna, ao nome de Affonso Augusto Moreira Penna, que, em 1882, exercia o cargo de Ministro da Guerra do governo Imperial; ao arquipélago Saraiva, fazia uma homenagem a José Antonio Saraiva, ex-ministro da Marinha e da Guerra, político liberal que exerceu a presidência do Conselho de Ministros no anos 1880/81. Nesse período coordenou a reforma eleitoral instituindo a eleição direta. Tais detalhes levam à afirmação de que a escolha de determinados nomes para lugares ou acidentes geográficos, possui ligação estreita a acontecimentos e/ou personagens que influenciaram, direta ou indiretamente, a vida daquele que concedeu o nome. Além de constar em relatórios e diários de viagens, os nomes dados atribuíam uma identidade e nacionalidade à região de fronteira através dos feitos dos personagens eleitos.

Ainda em relação à citação acima, pode-se perceber que os membros da expedição tiveram dias difíceis para chegar ao lugar em que seria instalada colônia militar do Chopim. Mas, além dos militares designados para a fundação da referida colônia militar, quem mais seguia viagem? De acordo com a “Acta de fundação da Colônia Militar do Chopim” lavrada pelo alferes Saturnino Augusto de Mendonça Lobo (datada de 27 de dezembro de 1882), junto da comissão principal seguiram viagem, a partir de Curitiba, 30 praças (muitos deles com esposas e filhos) e 7 famílias de colonos, ao todo, 99 pessoas. O soldado Antonio Gonçalves de Andrade trazia consigo sua esposa, Eulália Francisca de Andrade, e seus quatro filhos: Cândido Gonçalves de Andrade, Adelino Gonçalves de Andrade, Ignácio Gonçalves de Andrade e Maria Izabel de Andrade. Napoleão do Rego Brasileiro seguia viagem com Carolina Vogler Brasileiro, sua esposa. Na condição de colonos seguiam os pais e irmãos de Carolina Vogler: Valentim Vogler (pai), Maria Cristina Vogler (mãe), Valentim, Maria, Luiz e Henrique Vogler (irmãos). O colono Francisco Xavier dos Santos Pacheco e sua esposa Idalina Maria migravam junto de

seus seis filhos: Eulálio, Manoel Ursolino, Cezario, José Pedro, Francisco e Maria Francisca dos Santos Pacheco.³⁴⁰

Embrenhar-se floresta adentro via estradas e caminhos, ou ainda, sobre algumas embarcações rios Iguaçu e Chopim abaixo, com crianças, famílias, tralhas de toda espécie, além de equipamentos, alimentação, ferramentas, armas e munições, não era uma viagem agradável, confortável, prazerosa. Os primeiros meses, ao que parece, também não foram, descreveu Leônidas Boutin: “Os trabalhos na colônia eram absorventes. Derrubavam-se pinheiros (Araucária Angustifólia) abundantes, procedia-se à abertura de caminhos para a medição e demarcação dos terrenos, construía-se casas” para os soldados e colonos. “Nas quartas-feiras não se trabalhava. Esse dia era reservado aos exercícios militares, revistas e limpeza do armamento”.³⁴¹ Nalgumas vezes os colonos eram convocados para realizar serviços de manutenção da colônia militar, tais como roçadas, abertura de novos caminhos e estradas carroçáveis.

As condições de viagem da comissão encarregada da fundação da colônia militar de Chapecó eram semelhantes à de Chopim, descreveu Leônidas Boutin. Partiram de Curitiba em 14 de novembro de 1881, tendo a caravana seguido

pela estrada carroçável até Porto Amazonas, de onde seguiram descendo o rio Iguaçu (Registro) até Porto União da Vitória, em sete grandes canoas à remo e vara. Daí em diante, até Palmas, usaram 52 animais de carga e montaria. [...] De Palmas em diante não havia outro caminho que não fosse trilha incerta por onde circulavam os tropeiros intrépidos. Finalmente a comissão atinge a região conhecida pelo nome de Campo do Erê, região de limites indefinidos, situada além do rio Chapecó, onde se fundou oficialmente a colônia, quatro meses depois de terem partido de Curitiba. [...] Sabemos que foram gastos um conto seiscentos e noventa e quatro mil e seiscentos quarenta réis (1:694\$,640rs) com a organização, compra de material e outros pagamentos feitos pela comissão. É evidente que a região toda já possuía alguns moradores caboclos bem como alguns imigrantes, principalmente italianos. Além desses havia por toda a região grande quantidade de indígenas Caingangs.³⁴²

³⁴⁰ ACTA DE FUNDAÇÃO da Colônia Militar do Chopim. 27/12/1882. Documento manuscrito. Arquivo Público do Paraná.

³⁴¹ BOUTIN, Leônidas. “Colônias Militares na Província do Paraná”... Op. Cit. p. 51.

³⁴² BOUTIN, Leônidas. “Colônias Militares na Província do Paraná”... Op. Cit. p. 32.

Ainda em 1882, descreve Leônidas Boutin, chegaram os primeiros colonos contratados. O transporte dos colonos (imigrantes e nacionais) de Curitiba à colônia era por conta da Província do Paraná, além de direito à alimentação diária até a primeira colheita na colônia; da gratificação financeira até a referida colheita (colono, cinco mil réis e cada mulher e filho duzentos réis mensalmente); além de ferramentas de trabalho (foice, machado, enxada, facão e pá) e o direito à posse de um terreno cuja área variará de 25 a 50 alqueires, conforme o número de pessoas de cada família após dois anos de cultivo habitual.³⁴³ “Dois anos depois de sua fundação”, diz Leônidas Boutin, “a colônia contava com 60 casas construídas de madeira de pinho e imbuia. Sessenta lotes já estavam demarcados sob a orientação do tenente de 1ª classe, Arthur Pereira Durão. Havia ainda dois depósitos medindo cada um 17 metros e 60 centímetros de frente por 6 metros e sessenta centímetros de fundo” destinados ao armazenamento de milho, feijão, açúcar e água ardente de cana, produtos esses, extraídos das roças cultivadas por colonos, indígenas e militares.

De acordo com o mapa produzido por Leônidas Boutin, as colônias militares de Chopim e Chapecó foram fundadas fora da área em litígio entre a Argentina e o Brasil [ver Figura 04]. O governo argentino ao saber das ações levadas a efeito pelo governo Imperial, criou a *Província de Misiones*, com território entre os rios Paraná, Iguazu e Uruguai, incluindo a região em disputa como parte de seu território. Com esse ato, diz Ruy Wachowicz, a Argentina definiu claramente sua interpretação do Tratado de Santo Idelfonso. Segundo este país, o rio Peperi-Guaçu dos brasileiros era o rio Chapecó e o rio Santo Antonio era o rio Chopim. As conversações a respeito do litígio entre o Brasil e a Argentina se arrastaram lentamente até 1885, ano em que foi nomeada

³⁴³ MAGALHAES, Marciano Augusto Botelho de. *Condições de contracto de colonos*. Curitiba, 20 de julho de 1884.

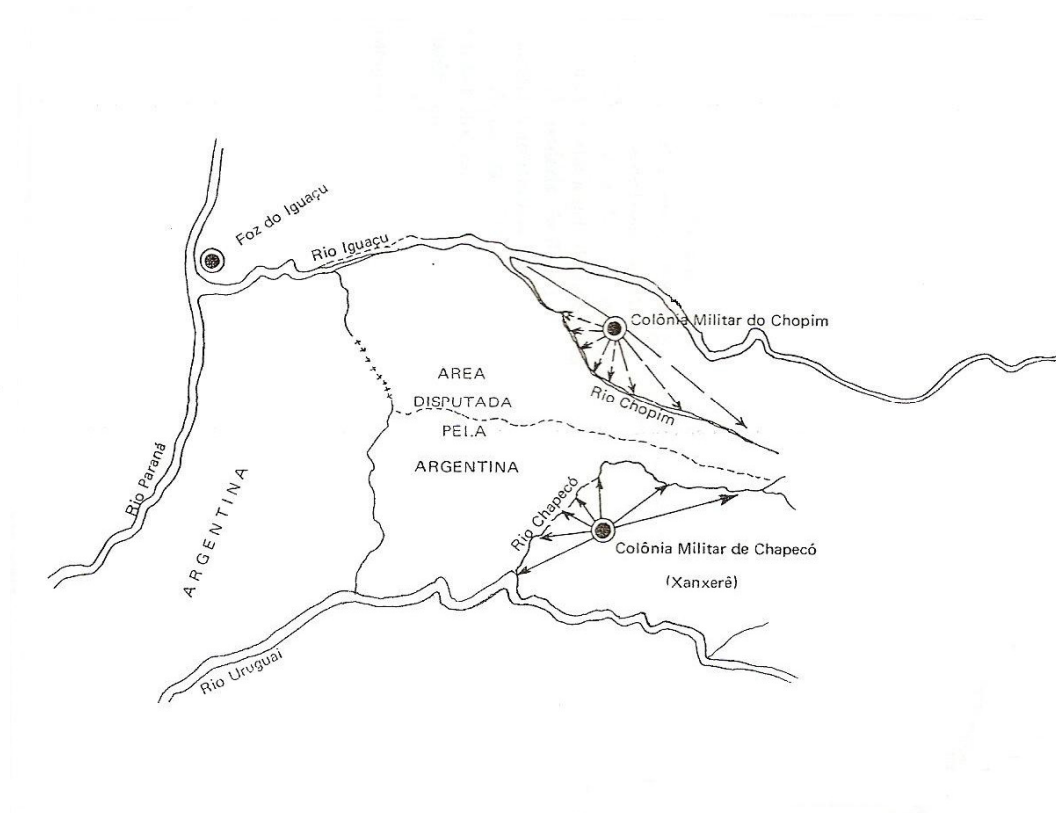
uma “Comissão Mista” com o objetivo de estudar a questão e propor um acordo que viesse agradar a ambos os países.³⁴⁴

No relatório provincial de 1886, o Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho salientava que a colônia militar de Chopim contava com “72 casas, uma capella, um quartel, um paiol e 15 monjolos, dos quaes 2 pertencentes à colônia, sendo toda a construcção feita de pinho com esteios de madeira de lei”. A população chegava a 289 pessoas (103 homens, 59 mulheres, 127 crianças), destacando que desse montante, eram brasileiros 67 homens, 45 mulheres e 92 crianças. O crescimento era lento, segundo Faria Sobrinho, devido ao difícil acesso via terrestre à colônia militar por parte dos imigrantes. A abertura de estradas ligando o lote dos colonos à sede da colônia militar e dela aos rios Chopim e à cabeceira do rio Dória, que por sua vez levaria ao rio Iguaçu, estava a “empregar actualmente quasi todo o pessoal da colonia”.³⁴⁵ Com relação à colônia militar de Chapecó, noticia Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho, “que à intelligência e tino administrativo do director e no efficaz auxilio que lhe tem prestado os demais membros da commissão, deve-se o progresso e o bello desenvolvimento que tem adquirido a colônia. [...] há uma regular e espontânea corrente emigratória em direcção sempre à colônia em questão, circunstância que muito alto falla em seu favor e é para ela futurosos auspicios”. Faltava, no entanto, “dotar o estabelecimento de boas vias de communicacão para os dois mercados consumidores mais próximos – villa de Palmas, nesta província, e freguesia de Nonohay, na visinha província do Rio Grande do Sul”.³⁴⁶

³⁴⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995. p. 182.

³⁴⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná, em 30 de outubro de 1886, pelo Presidente da Província Exmo Snr. Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ da Gazeta Paranaense, 1886.p. 93 e 94.

³⁴⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembléia... Op. Cit. p. 95 e 96.

FIGURA 04 – Localização das Colônias Militares de Chopim e Chapecó

FONTE: BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim nº XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Nov/1977. p. 49.

2.3 JOSÉ FRANCISCO THOMAZ DO NASCIMENTO E OS SERTÕES A OESTE DE GUARAPUAVA

A região margeada pelo rio Paraná (fronteira com a República do Paraguai) voltou a ser objeto de interesse dos viajantes somente em 1885, visto que, o litígio entre a Argentina e o Brasil contribuiu significativamente para relegar maior atenção do Governo Imperial e da Província do Paraná à exploração e ocupação da região oeste e sudoeste do Paraná após a implantação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó. Refiro-me à viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento ³⁴⁷ aos “desconhecidos sertões de Guarapuava”, entre maio e julho de 1885. Tinha por objetivo, aludiu José Francisco em seu escritos,

fazer uma picada, do Chagú ao rio Paraná, com o fim único de dar aos moradores de Guarapuava um porto de embarque naquele rio, ou no do Iguassú, do salto de Santa Maria para baixo, no lugar onde antigamente existiu uma povoação denominada Santa Maria D’Antevero; para nos ajudar na abertura dessa projectada picada de estudos, para mais tarde ser convertida em estrada, único futuro do progresso do interior desta província.³⁴⁸

Na citação acima, o viajante ao por em prática a idéia de abrir uma picada partindo do Chagú rumo ao rio Paraná, e na margem esquerda desse rio edificar um porto, tinha a intenção de lucrar com tal façanha na medida em que o porto poderia torna-lo um grande comerciante ao intermediar a venda de produtos brasileiros no mercado platino e vice-versa.

³⁴⁷ A falta de informações sobre José Francisco Thomaz do Nascimento (origens, trajetória, profissão e pensamento) dificulta a análise de seus escritos de viagem. Há de se fazer pesquisas mais detalhadas no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³⁴⁸ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares” In: *Monumenta – documentação sobre povos indígenas, séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 89. Ana Luisa Fayet Sallas organizou esta coletânea de documentos. Com relação a esse documento, pontua a historiadora, fora ele publicado anteriormente em dois lugares: sob o título “Echo do Brazil” no jornal *A Pátria*, de Montevidéu, nos dias 14, 15 e 16 de maio de 1886, e, neste mesmo ano, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), n. 49, pp. 267-281.

Junto de José Francisco, seguiam outros cinco “camaradas” (índios kaingangs, denominados pelo viajante de “coroados”)³⁴⁹ e oito cargueiros contendo mantimentos, roupas, tralhas de viagem, armas, munições, facões, machados, foices e medicamentos. Dos campos do Chagú (hoje Nova Laranjeiras) até Guarapuava existia uma estrada carroçável denominada “Estrada das Missões” por onde passavam, desde meados do século XIX, tropas de bois e de muares oriundos da região das Missões com destino a Sorocaba, o que facilitou, em parte, o deslocamento de José Francisco até Chagú. Se o progresso e o futuro do interior da Província do Paraná não chegariam pelos trilhos, viriam, segundo o viajante, pelas estradas.

Ainda antes de chegar aos campos do Chagú, José Francisco Thomaz do Nascimento e seus “camaradas”, fizeram contatos com índios kaingangs nos “campos de Juquiá” (hoje Laranjeiras do Sul), a aproximadamente 18 léguas de Guarapuava. “Tinham por chefe o capitão Nhon-Nhon (que quer dizer minhoca, verme que se cria em terra lodosa)”, narra o viajante,

rapaz de seus vinte e quatro anos de idade, bem figurado e inteligente, casado com uma rapariga de dezessete a dezoito annos de nome Anna Dona. Aquela gente nada fallava o nosso idioma, e como eu tinha um bom intérprete, conversava com eles largamente. Preparei o nosso Nhon-Nhon e sua gente da fôrma seguinte: Vesti-lhe uma camisa (pois elles vinham semi-nús), calça de algodão riscano nacional, uma farda de baetão azul forrada de baeta vermelha, com galão de capitão, botões de latão, bonet agalado, um fio de contas vermelhas ao pescoço, gravata, lenço da mesma cor, machado, facão, fouce, enxada, faca, tesoura, pente, curú (coberta de algodão grosso), pistola de dous cannos, pólvora, chumbo e espoletas, remédio contra o veneno das cobras, anzões e linhas de pescar. À Anna Dona vesti-lhe camisa de algodãozinho, vestido de chita, com babados na frente e de cores variadas, casaco com algibeiras, chaile vermelho com ramagem amarella, lenço da mesma cor, contas em forma de rosário e bracetetes, chapéo enfeitado, espelho, pente, tesoura, agulhas e linhas para pesca,

³⁴⁹ De acordo com o Frei Luiz de Cemitille, que viveu durante algum tempo no aldeamento de São Jerônimo (no norte do Paraná) afim de civilizar os índios ali localizados, diz em seus escritos que os Índios coroados são assim denominados pelos brasileiros “pelo costume de cortarem os cabelos à maneira dos frades franciscanos; não gostam, porém, deste appellido e a si mesmos se chamam Caingang (ou Kaingang), que em língua prtugueza quer dizer índio ou antes aborígene”. Em muitos documentos e missivas, o índios Kaingangs são também nominados de “Camés”. CEMITILLE, Frei Luiz. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 320.

curú, cassarola, panella de ferro, faca, prato, caneco, colher de ferro estanhado, de que ficou muito contente e faceira.³⁵⁰

A descrição minuciosa dos presentes dados a Nhon-Nhon, a Anna Dona e também a outros índios, evidencia, em parte, a bagagem de viagem que estava acondicionada nos cargueiros. A estratégia de José Francisco em presentear e vestir os índios kaingangs não mostra apenas o olhar e a ação civilizadora, comum aos homens ditos civilizados. Estabeleceu, junto àquele grupo de índios, uma relação de troca entre ambos, a começar com o auxílio nos trabalhos de abertura da picada rumo ao rio Paraná. Nhon-Nhon cedeu alguns índios para seguir viagem junto com a expedição rumo aos campos do Chagú, cuja chegada deu-se em 13 de maio de 1885. “Depois de 26 dias de tempo chuvoso e frio conseguimos, com dificuldade, abrir 9 léguas de picada, por onde passavam 6 cargueiros carregados. No lugar onde fazia as 9 léguas de picada, tivemos de invernar 11 dias, por causa das chuvas e ribeiros cheios”.³⁵¹

Nesse intervalo, José Francisco retornou aos campos do Juquiá, mais precisamente, à fazenda do Sr. Leandro Soares. Lá, encontrou outro grupo de índios kaingangs chefiados pelo cacique capitão Janguiô, “homem de estatura média, de seus quarenta anos de idade, semblante carregado para os de sua comitiva, de poucas palavras, olhar penetrante e desconfiado, traz um minguado bigode, barba e sobrancelhas raspadas, trazendo por armas uma grande e aguçada lança que não largava da mão”, lembrou o viajante.³⁵² De acordo com Sebastião Paraná, o cacique Janguiô (ou longjó) prestou relevantes serviços na conversão de índios kaingangs na comarca de Guarapuava, e, também atuou como guia em várias expedições científicas.³⁵³

³⁵⁰ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 88.

³⁵¹ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 89.

³⁵² NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 90/91.

³⁵³ PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. P. 414.

No dia 15 de junho, após presentear e vestir os índios kaingangs, pediu a Janguiô “que mandasse sua gente voltar e abrir caminho para passarmos, prontamente elle mesmo foi; seis dias depois chegou de Guarapuava Nhon-Nhon com sua comitiva; aos quaes mandei que seguissem sertão adentro, o que immediatamente fizeram”. Quinze dias depois chegaram no rio Piquiri, que, devido às chuvas dos dias anteriores, “tinha bastante água, e com dificuldade o atravessamos, passando os índios e meninos nas ancas dos nossos animaes. Do outro lado do rio encontramos os seis índios que Nhon-Nhon tinha mandado adiante; estava assando carne de um Ogoró (anta)”.³⁵⁴ Noutro dia, disse José Francisco, “seguiram os seis limpadores de caminho, e à tarde seguimos com a nossa caravana”. Após atravessarem o rio Cantú e permanecerem alguns dias invernados devido às chuvas, chegaram a “Pary” no dia 15 de julho,

lugar feito com pedras arrumadas em forma de ângulo obtuso, nos lugares das corredeiras menos fundas do rio; é ahi que elles encurralam os peixes, que ficam presos em tecidos de taquara. [...] Naquelle lugar há quatro toldos, sendo um do capitão Nhon-Nhon, outro de Raphael, pae do mesmo, outro do capitão Manoel, e o quarto do cadete; alli só se encontram milho, algumas abóboras, pouco feijão silvestre e poucas galinhas. [...] Com difficuldade alli nos pudemos demorar quatro dias visto que os nossos mantimentos mal nos poderiam chegar para a volta (visto tel-os repartido com os índios), pois preparados íamos somente para a viagem que tencionávamos fazer até as Sete-Quedas.³⁵⁵

De acordo com José Francisco, Pary era o lugar em que os índios kaingangs viviam, “donde estão acostumados e onde tem seus cemitérios, além do que, dizem elles, aquellas terras são melhores que as do Ivahy”.³⁵⁶ Situava-se a 28 léguas dos campos de Juquiá, próximo às margens do rio Piquiri e Cantú. Os escritos de José Francisco pontuam, num primeiro momento, o hábito alimentar dos índios coroados, para, em seguida, anunciar

³⁵⁴ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 92.

³⁵⁵ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 93/94.

³⁵⁶ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 94.

a mudança nos planos de sua viagem. Não mais iriam continuar a abrir picadas rumo a Santa Maria D'Anteveros, no rio Paraná, ou aos saltos de Santa Maria, no rio Iguazu. A nova meta era visitar os saltos de Sete Quedas, como fizeram Nestor e Telêmaco Borba, em 1876. [Ver Figura 05]

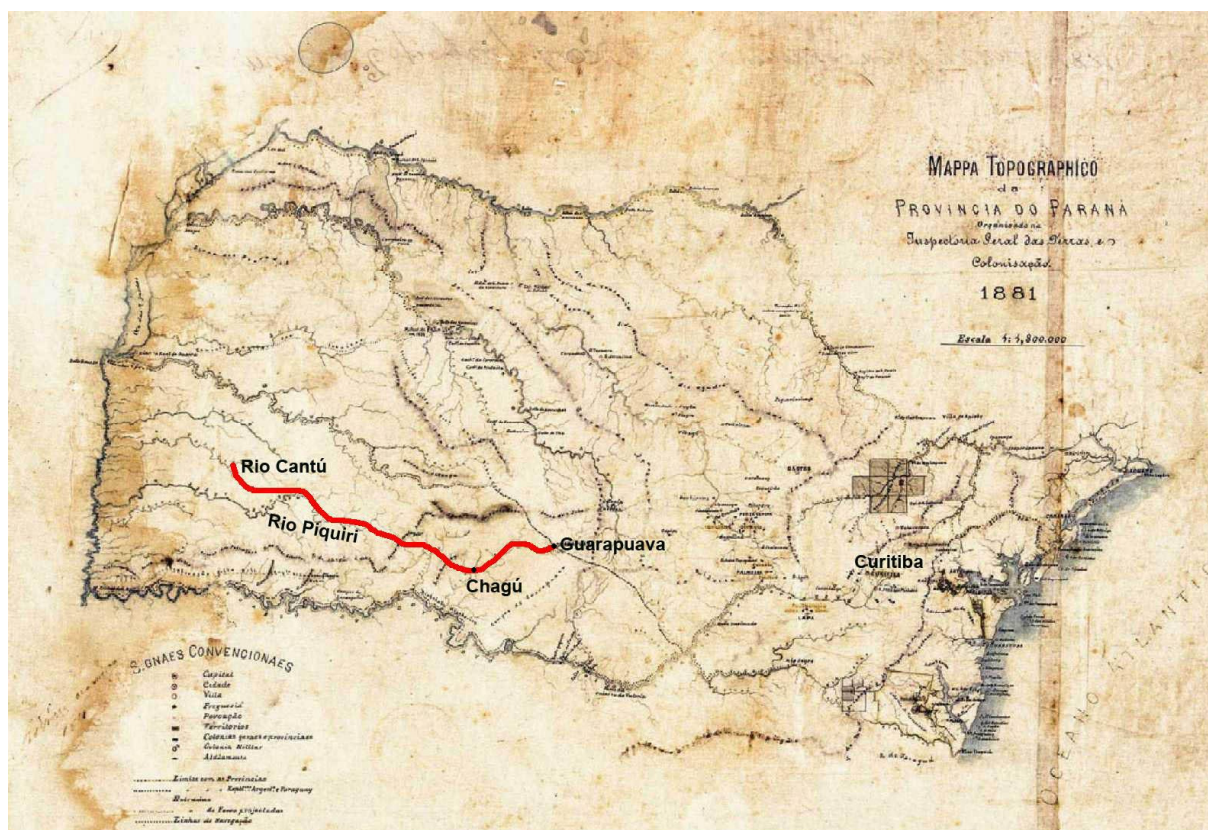
A viagem à Sete Quedas também malogrou, mesmo sabendo pelo cacique Janguio que já existiam picadas feitas pelos índios kaingangs até Sete Quedas, a uma distância de 12 a 14 léguas de Pary. “Antes de minha despedida”, discorre o viajante, “recommendei-lhes muito que fizessem grandes roças e plantações, o que me prommeteram fazer. Com elles distribui mudas de mandioca, maçã, bananeiras, lorangeiras, sementes de abóboras, feijão, café, algodão, canna e verduras, ensinando-lhes como deviam plantar; dei-lhes alguns cachorros, de que muito gostaram”.³⁵⁷ A data em que iniciou a viagem de retorno a Guarapuava não foi informada por José Francisco, bem como são breves os relatos a respeito do itinerário seguido e das aventuras tidas nos “desconhecidos sertões” paranaenses até chegar à cidade de Guarapuava em novembro de 1885. Destacou, no entanto, seu encontro com outro grupo de índios kaingangs às margens do rio Piquiri. “Aquelles índios nunca tinham visto nem conheciam os christãos”, salientou o viajante, para, mais tarde, atribuir nomes àqueles índios, tais como Tobias, Bernardo, Bertholdo,... este último, um velho índio que lhe contou “muitas façanhas de valentes”, frisou o narrador:

Aquelle velho me contou que os Guaranyes, de quem elles muito se temem, vieram dos lados do Paraguay; pelo que colligi e mais tarde foi verificado, não são todos bravios, porque desde o começo da guerra que tivemos com os paraguayos, os índios coroados se retiraram das visinhanças dos campos das Lorangeiras, por onde fizeram grandes estragos, matando famílias inteiras e roubando; até essa época elles brigavam com os Guaranyes bravios, para os apanhar e captivar, como tive occasião de ver alguns desses miseráveis escravos tão maltratados, que lhes chamam caporão. Disse mais, que os Guaranyes trabalhavam para as gente do outro lado do rio Iguassú, que tem casas, andam caminhando com fogo por cima d'água (embarcação a vapor).³⁵⁸


³⁵⁷ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 96.

³⁵⁸ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 99.

FIGURA 05 – Roteiro de viagem de José Francisco T. do Nascimento



LEGENDA

 Roteiro de viagem de José Francisco Thomaz Mascimento, em 1886

FONTE: Mapa Topographico da Provincia do Paraná - 1881.
<http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/def/areas/historia/1881.jpg>
 [Acessado em 10/02/2008, as 22:13. Com alterações do autor]

A guerra entre guaranis e kaingangs a que se refere o velho índio Bertholdo nos campos das Larangeiras era fruto, em parte, dos embates e laços de amizade estabelecidos entre fazendeiros dos campos de Guarapuava, ora com índios guaranis, ora com índios kaingangs visando a expulsão dos rivais das terras, florestas e rios em que viviam. Conseguia-se, assim, além das terras indígenas, proteção às fazendas que se estabeleciam nos campos das Larangeiras e do Chagú, e ainda, auxílio às futuras ocupações brancas rumo à fronteira oeste da Província do Paraná como estavam a fazer os índios kaingangs segundo os relatos de José Francisco Thomaz do Nascimento. Entre fins da década de 1850 à década de 1880, diz Lúcio Tadeu Mota, os campos do Chagú representavam uma “grande fatia de pastagens que os vereadores fazendeiros de Guarapuava intencionavam tomar dos índios. [...] Por um longo tempo a região foi palco de combates entre os índios e os fazendeiros brancos que ali teimavam em se instalar”.³⁵⁹

José Francisco, ao que parece, estava curioso com relação aos índios guaranis. Ainda durante a viagem de retorno a Guarapuava, conseguiu dialogar com dois índios guaranis que dominavam a língua portuguesa, sem, no entanto, dar detalhes do local e data de encontro com os mesmos. Porém, diz o viajante:

me contaram que são naturaes do Guatemy, fronteira do Paraguay, que para não serem presos pelas gentes de [Francisco Solano] Lopes. Fugiram e andaram pelos campos e mattos do Iguassú, e alli encontraram gente portugueza, e com os Guaranys tiravam madeira e faziam erva-matte, que os barcos levavam rio Paraná abaixo.³⁶⁰

As informações pontuadas por José Francisco são importantes, pois vão de encontro às informações existentes em alguns relatórios de presidentes da Província do Paraná relativo à presença de trabalhadores argentinos extraindo e contrabandeando erva-mate e madeira dos campos e florestas próximas aos rios Iguaçu e Paraná. Havia, também, brasileiros (ou

³⁵⁹ MOTA, Lúcio Tadeu. *Colônias indígenas no Paraná Provincial...* Op. Cit. p.147.

³⁶⁰ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava...” Op. Cit. p. 99

“gente portuguesa”) cortando madeira e preparando erva-mate para posterior comercialização na Argentina, no Uruguai e no Chile, sem o pagamento de impostos e taxas alfandegárias. Sebastião Paraná, na sua *Chorographia do Paraná*, informa que os principais exportadores de madeira e erva-mate da região de fronteira com a Argentina e o Paraguai “eram os hespanhoes Lorenzo Vila e Jacinto Palacin, e o brasileiro João de Oliveira, residentes em Pozadas, tendo o 1º e o 3º por prepostos no nosso território os hespanhoes Lino Izaquirre e Manoel Gonzáles, e o terceiro o brasileiro Leopoldo de Oliveira”.³⁶¹ Os “hespanhoes” a que se refere Sebastião Paraná, não são espanhóis, e sim, argentinos.

É importante salientar que, na década de 1880, os impostos arrecadados com a venda e exportação de erva-mate e madeira eram as grandes fontes de renda aos cofres públicos da Província do Paraná. A economia baseada no mate e na madeira estimulou, segundo a historiografia, a estruturação de um sistema de transportes terrestres (Estrada da Graciosa), ferroviário (a estrada de ferro entre Paranaguá e Curitiba) e a navegação fluvial a vapor (no rio Iguaçu, entre Porto Amazonas até União da Vitória) e a modernização dos portos de Antonina e Paranaguá, assim como desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia, composta de produtores e exportadores, os quais, devido às posições conquistadas na sociedade, passaram a exercer influência significativa na política local e regional.³⁶² Idelfonso Pereira Correia (o Barão do Serro Azul), Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nácar), Modesto Gonçalves Carneiro, Manoel Gonçalves Marques e Manoel Leocádio de Oliveira constituem-se em

³⁶¹ PARANÁ, Sebastião. *Corographia do Paraná...* Op. Cit. p. 412.

³⁶² Cf. PAZ, Francisco Moraes (Org.) *Paraná: cenários de economia e sociedade*. Curitiba: Prephacio, 1993; MIRANDA, Nego; URBAN, Tereza. *Engenhos e Barbaquás*. Curitiba: Posigraf, 1998; LINHARES, Temístocles. *História econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969; PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981; CARON, Lucrecia de Araújo.A. *Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná – 1897/1977*. Curitiba: UFPR, 1978. [Dissertação de Mestrado em História]; LAVALLE, Aída Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: UFPR, 1995. [Dissertação de Mestrado em História]; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Fazendeiros industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)*. Curitiba: UFPR, 1990. [Dissertação de Mestrado em História].

exemplos de lideranças políticas a nível local e regional, no Paraná, no decorrer do século XIX.³⁶³

Retornando aos escritos do viajante José Francisco Thomaz do Nascimento, como sugestão ao estado de abandono dos limites territoriais no oeste da Província do Paraná ele propunha que fossem abertos caminhos, “o que se pode fazer com pouco dispêndio; basta o Governo querer e estará por alli tudo povoado, e a fonte aberta para o commercio e riqueza!”, pois, “o certo é que as nossas fronteiras com o Paraguay e Corrientes só tem por guardas os rios Paraná e Iguassú”.³⁶⁴ Havia, segundo o viajante, necessidade de proteger a os limites a oeste da Província do Paraná. José Francisco ignorava (ou desconhecia), no entanto, a existência e os trabalhos desenvolvidos pelos militares e colonos que estavam a residir nas Colônias Militares de Chopim e Chapecó. Diferentemente de Nestor Borba e Telêmaco Borba, José Francisco ao percorrer parte considerável dos lugares ignotos do Paraná não estava atento aos projetos que estavam sendo executados na fronteira, pelo governo provincial, ou ainda, pelo Governo Imperial através do Ministério da Guerra. Sabe-se apenas que José Francisco teve auxílio financeiro do Ministério da Agricultura, mais precisamente, do montante de 702\$320 réis. Segundo o viajante, os 1:382\$320 réis gastos com “os objectos que reparti com os índios, não incluindo as despesas de conducção do porto de Antonina aos lugares de distribuição [...] foi feito à minha custa; o que dou por muito bem empregado”.³⁶⁵

O fato de José Francisco ter feito uma expedição ao interior da Província do Paraná sem vínculos financeiros e políticos com o governo provincial lhe permitiu, em certa medida, conhecer, pensar e escrever a respeito dos lugares percorridos sob uma óptica singular. Tendo por companhia e guia os índios kaingang, fez aflorar uma narrativa de viagem

³⁶³ Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. “Ação e representação da Classe Dominante”. In: *O silêncio dos vencedores...* Op. Cit. pp. 150/152.

³⁶⁴ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 99.

³⁶⁵ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 102.

preocupada em evidenciar os contatos tidos com os índios e as experiências nascidas deste contato, como por exemplo, quando do encontro de toldos de índios Guaranis: “Os índios que andavam em minha companhia me fizeram ver que aquelles toldos e flexas eram de Guaranys que viviam dalli até o [rio] Paraná e com que elles têm tido várias guerras. Entendemos ser prudente voltar, por não ter levado interprete que servisse para relacionar-me com aquelles valentões”.³⁶⁶

A interação mantida entre indígenas e o viajante vêm de encontro ao estudo de Mary Louise Pratt, intitulado *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Mary Louise fez uso da expressão “zona de contato” para dar vez e voz aos sujeitos históricos que figuram na trama discursiva do viajante-escritor. No decorrer desta obra, Mary Louise Pratt procura valorizar as relações entre colonizadores e colonizados, os viajantes e visitados, não em termos da separação ou segregação, mas em termos de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, freqüentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder, em diferentes tempos e lugares (Europa, América e África, entre 1750 a 1980). Nessa empreitada, pontua como os viajantes europeus inventaram e reinventaram discursivamente a África (Meridional e Ocidental) e a América do Sul.³⁶⁷

A “mística da reciprocidade” é um dos temas abordados por Mary Louise através dos escritos de viagem de Mungo Park ao interior da África, na década de 1860. Ajudam a refletir sobre as narrativas de José Francisco. Nos escritos de Park, diz a autora, “o que estabelece o drama e a tensão é quase que invariavelmente o desejo de se atingir a reciprocidade, de se alcançar o equilíbrio por meio da troca”,³⁶⁸ quer seja por mercadorias européias, por informações que fizessem saciar as curiosidades dos nativos em relação ao

³⁶⁶ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 90.

³⁶⁷ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. p. 32.

³⁶⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império:...* Op. Cit. p. 145.

viajante, suas roupas, instrumentos, ou mesmo a cor da pele. Isso lhe dava uma espécie de “salvo-conduto” entre os nativos africanos.

José Francisco, desde o início de sua narrativa optou por construir seu texto valorizando a ação recíproca junto aos índios kaingangs, ora na forma de mercadorias e presentes, ora na distribuição de sementes e plantas, ora ainda, nos ensinamentos compartilhados entre ambos com relação aos produtos farmacêuticos utilizados por ele e/ou pelos índios. A reciprocidade funcionava como base da interação social, mesmo havendo, nalguns casos, os interesses pessoais. A abertura da picada rumo às barrancas do rio Paraná tendo como “picadeiros” os índios kaingangs, constitui-se num exemplo.

Não houve menção alguma a respeito da viagem realizada por José Francisco Thomas do Nascimento aos campos de Guarapuava nos periódicos e semanários que circulavam pela capital da Província do Paraná. O mesmo silêncio ocorreu nos relatórios provinciais relativos ao ano de 1886, editados e aprovados pela Assembléia Legislativa do Paraná em princípios de 1887. Os relatos da referida viagem foram concluídos por José Francisco no mês de março de 1886, na villa de Pirahy (hoje município de Piraí do Sul, situada nos Campos Gerais do Paraná), onde estava José Francisco a conhecer as práticas colonizatórias levadas a cabo pelo governo da Província do Paraná com imigrantes europeus. Aconselhava aos nacionais e indígenas não possuidores de terras daquela região a requererem terras ao Presidente da Província e formassem “colônias gratuitas”, ao invés de “invadirem terrenos nacionaes devolutos, e assim os vão estragando, sem formarem domicílio certo”.³⁶⁹ Eram indícios fortes de que havia uma disputa acentuada pela posse das terras devolutas entre os brasileiros (fazendeiros, posseiros, arrendatários e meeiros), os indígenas e os imigrantes que não tinham sido contemplados com áreas de terras em núcleos coloniais, ou tinham sido expulsos por desordens e não cumprimento das regras e trabalhos obrigatórios a eles impostos como forma de pagamento das terras, instrumentos, casa, animais e

³⁶⁹ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava... Op. Cit. p. 101.

comida, distribuídos quando da chegada dos mesmos às colônias. Roberto Edgar Lamb fez um estudo de fôlego sobre os conflitos agrários decorrentes dos projetos de colonização com imigrantes europeus na Província do Paraná, intitulado *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867-1882*. “Quando estive ciente de que sua empreitada civilizatória se fazia acompanhar de tensões, queixas, reivindicações e distúrbios”, alude Roberto Edgar Lamb, “o governo não se restringiu a práticas colonizatórias, e, mesmo incluiu nelas constantes medidas de controle social”, a começar pela elaboração de um regulamento para as colônias da Província (sancionado em 19 de janeiro de 1867).³⁷⁰

As colônias militares de Chopim e Chapecó, mesmo sendo administradas por militares vinculados diretamente ao Ministério da Guerra e à Guarda Nacional, também possuíam um conjunto de regras a serem seguidas (já pontuado anteriormente). Uma queixa tecida pelo tenente ajudante de ordens da Polícia Militar do Paraná, Felipe Schmidt, quando da redação do texto em que expunha os “negócios relativos aos assumptos militares d’esta Província” visando ser anexado ao Relatório Provincial de princípios de 1887, referia-se à dificuldade em se obter notícias recentes das duas colônias militares instaladas na fronteira com a Argentina. “Seria desejável que fosse possível dar delles um quadro completo para que mais uma vez tivesse a província sciencia dos esforços que tem empregado os dignos officiaes alli commissionados”, porém,

a falta de informações que a isso me habilitem, visto terem sido transmitidos para a Corte os relatórios que ao Ministério da Guerra e por intermédio dessa Presidência enviaram ultimamente os Diretores desses dois estabelecimentos, sem que delles fosse possível extrahir cópia nesta Secretaria, attenta a urgência que havia em ser feita a remessa, orbiga-me, bem o meu pezar, a passar silenciosamente sobre o que alli se há feito durante esse lapso de tempo.³⁷¹

³⁷⁰ LAMB, Roberto Edgar. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867-1882*. Curitiba: UFPR, 1994. p. 52. [Dissertação de Mestrado em História].

³⁷¹ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 17 de fevereiro de 1887, pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Tip. Da Gazeta Paranaense, 1887. p. 137.

Os motivos que resultaram na remessa, em caráter de urgência, dos referidos relatórios ao Ministério da Guerra (na Corte Imperial) estavam ligados à demissão do Ministro da Guerra, o conselheiro Alfredo Chaves, que, ao repreender os coronéis Cunha Matos, Sena Madureira e Deodoro da Fonseca, na tentativa de frear as manifestações políticas feitas na imprensa em prol dos ideais positivistas, republicanistas e abolicionistas, acabou por acirrar ainda mais a “Questão Militar”.³⁷² O pedido de demissão do Ministro da Guerra deu-se em função da não aceitação à proposta de encerramento da carreira militar de Deodoro da Fonseca por D. Pedro II.

O novo Ministro da Guerra (Joaquim Delfino Ribeiro da Luz) e o Governo Imperial passaram a negociar e dialogar com mais prudência a participação dos militares no conturbado cenário político, visto que os militares vinculados ao exército haviam se afirmado publicamente como uma “classe militar” ao enfrentar o Ministro da Guerra e o Gabinete Cotegipe. Exemplo desse diálogo foi a nomeação, ainda no ano de 1887, de uma “Comissão Brasileira de demarcação de limites com a República da Argentina”, chefiada pelo engenheiro Major Honorário Titular do Exército Guilherme Schüch de Capanema (o Barão de Capanema), amigo de infância e conselheiro de D. Pedro II.³⁷³ Compunha a referida comissão, o Tenente-coronel de

³⁷² Celso Castro ao fazer um brilhante estudo da Proclamação da República sob uma óptica antropológica e biográfica partindo da Escola Militar da Praia Vermelha, dos alunos aos militares de alta patente, das aulas ministradas à militância política. Para Celso Castro, a “Questão Militar” nada mais é do que o nome dado a uma série de conflitos entre militares e o governo, iniciados em agosto de 1886 e que se prolongaram até maio de 1887. A repreensão feita a Cunha Matos, Sena Madureira e a Deodoro da Fonseca, pelo Ministro da Guerra Alfredo Chaves, não era um caso isolado de indisciplina ou de perseguição política. No entanto, não mobilizou toda a instituição, nem mesmo sua maioria. “Nas manifestações que ocorreram não houve participação da Marinha, nem da maioria dos oficiais superiores – para não falarmos de oficiais-generais. Além disso, as principais adesões ficaram restritas à guarnição da província do Rio Grande do Sul”. CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 31.

³⁷³ Guilherme Schüch de Capanema (1824/1906) era filho de Roque Schüch, o bibliotecário e professor de língua italiana e alemã da imperatriz D. Leopoldina e de D. Pedro II. Era amigo de infância do imperador D. Pedro II, tanto que foi enviado à Europa para cursar engenharia na Escola Politécnica de Viena (na Áustria) sob cuidados da Família Imperial e do Visconde de Barbacena. Ao retornar ao Brasil, doutorou-se em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar do Rio de Janeiro (futura Escola Politécnica). Ocupou cargo de diretor adjunto na seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional (de 1849 a 1876). Foi, também, sócio ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundou, em 1852, o

engenheiros Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, o Capitão de fragata Guilhobel, o Major José Jardim, o 1º Tenente Frederico de Oliveira, o Tenente do Estado Maior João do Rego Barros, o Major Estevão Joaquim de Oliveira Santos (secretário da Comissão), o Dr, Ismael da Rocha (médico) e o Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar (farmacêutico).³⁷⁴

De acordo com o relatório provincial apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, a Comissão brasileira de demarcação chegou a Curitiba em 30 de março de 1888. Junto dela, o contingente de 50 praças do Batalhão de Engenheiros, com os oficiais Tenentes Antonio Leite Ribeiro Junior, Antonio Sebastião e Basílio Pyrrho, sob o comando do Capitão Joaquim Fernandes de Andrade e Silva. “Alguns dias depois seguiu viagem a comissão e a 24 de maio deu princípio a seus trabalhos, sahindo de Palmas para os pontos iniciais do serviço as respectivas turmas. Sabemos que os trabalhos prosegem com grande actividade e a maior harmonia entre as comissões Brasileiras e Argentina.”³⁷⁵

A Comissão de brasileira de demarcação de limites foi acolhida, nas colônias Militares de Chopim e Chapecó. Em abril de 1888, relatou o Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves Filho (então diretor de Obras

Telégrafo Nacional no Campo de Santana (hoje quartel do corpo de bombeiros da Praça da República, no Rio de Janeiro), ocupando a função de diretor. Três anos depois teve início a construção da linha telegráfica entre Rio de Janeiro e Petrópolis (que passou a funcionar em agosto de 1858). Em 1858 foi engenheiro chefe da estrada de ferro que ligaria Niterói a Campos. O sucesso dos projetos e inventos de Guilherme Capanema legaram-lhe o convite para compor a primeira expedição de naturalistas e engenheiros brasileiros: a “Comissão Científica de Exploração do Ceará” (1859/1861). Foi proposta pelo IHGB, pelo SAIN e pela Sociedade Vellosiana visando a consolidação das ciências naturais no Brasil, junto ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Além de explorar uma das províncias menos conhecidas do Brasil, a referida comissão tinha por objetivo formar uma coleção de produtos do reino orgânico, inorgânicos, fósseis, usos e costumes dos indígenas daquela região para ampliar as coleções do Museu Nacional. A expedição partiu do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1859, rumo ao Ceará. O retorno deu-se em meados de 1861. Além do título de Barão, recebeu outras condecorações do Império, como a Ordem das Rosas, Major Honorário Titular do Exército, Conselheiro do Imperador e a Ordem de Cristo. (Cf. PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856): na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Campinas: Unicamp, 2002. p. 27-28. [Dissertação de Mestrado em Geociências]; ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2005.)

³⁷⁴ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Tip. da Gazeta Paranaense, 1888. p. 10.

³⁷⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná... Op. Cit. p. 10.

Públicas da Província do Paraná), o Barão de Capanema expediu ofício ao presidente da Província do Paraná em exercício (Idelfonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul) noticiando a ele e ao Governo Imperial, a urgência de serem atendidos os reclamos dos povos das paragens do Rio Paraná”,³⁷⁶ isto é, a abertura de vias de comunicação direta com o restante da província, visto que estavam excluídos da proteção da administração provincial e imperial.

Foi por influência do Barão de Capanema que ocorreu a formação e nomeação da “Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná”, com apoio do recém empossado Ministro da Guerra, Thomaz José Coelho de Almeida. Já, a escolha do Capitão e Engenheiro Militar Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, ao que parece, deu-se em função dos serviços prestados junto à Colônia Militar de Chopim, entre os anos de 1881 e 1884. No período em que lá esteve, o referido engenheiro Militar organizou várias expedições com o objetivo de explorar e manter contatos com as populações (indígenas, brasileiras e estrangeiras) que viviam da extração de erva-mate e da derrubada de madeira próximo às barrancas e margens dos rios Paraná e Iguazu. Conhecia, como poucos, as adversidades que a Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná iria enfrentar para cumprir as seguintes metas:

Continuar a estrada de rodagem que parte da cidade do Porto da União para a de Palmas; ligar aquela cidade à de Guarapuava; abrir uma estrada que partindo desta atingisse o rio do Cobre; seguir por este abaixo até sua confluência com o Pequery; por este abaixo até sua foz no Rio Paraná; atravessar este rio com o fim de ligar a Província do Paraná à de Mato Grosso; construir estradas estratégicas naquela Província; descobrir a foz do Rio Iguassú; fundar uma Colônia Militar na mesma foz.³⁷⁷

De Guarapuava ao rio do Cobre, deste ao rio Piquiri, que deságua no rio Paraná corresponde ao trajeto, em parte, percorrido por José Francisco

³⁷⁶ RELATÓRIO que o Exm Snr. Comendador Idelfonso Pereira Correia, 2º Vice-Presidente da Província do Paraná apresentou ao Exm Snr. Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Paranaense, 30/06/1888. p. 40.

³⁷⁷ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. p.43/44.

Thomaz do Nascimento quando de sua viagem aos “sertões de Guarapuava”. O caminho inicial então traçado pela Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná deu-se, ao que parece, em função da narrativa de viagem publicada por José Francisco na Revista do IHGB, em 1886.³⁷⁸

A escolha de Guarapuava como a base de operações da “Comissão de Estradas Estratégica no Paraná” ocorreu devido à sua posição geográfica: situava-se na região central do território da Província do Paraná, de onde partiam estradas e caminhos para os Campos de Palmas (Sul), os Campos do Chagú (Oeste) e às Colônias Militares de Chopim e Chapecó (Sudoeste). É certo que avanços distintos da linha de fronteira tinham acontecidos, como frisou José Francisco ao percorrer e narrar (mesmo de maneira breve) sobre a existência de fazendas de criação de bovinos nos Campos do Chagú, Juquiá. Outros fatores, porém, contribuíram para a escolha de Guarapuava como centro de operações da “Comissão de Estradas Estratégicas”. A cidade era sede de Comarca e possuía uma estação de telégrafo, o que facilitava as comunicações com a Corte, no Rio de Janeiro; também contava com os serviços de correios, além de casas de comércio e o Quartel Militar para acolher os militares que compunham a referida Comissão.

2.4 JOSÉ MARIA DE BRITO E A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR NA FOZ DO RIO IGUAÇU

Para discorrer sobre os trabalhos de abertura de uma picada rumo ao rio Paraná e a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu com o rio Paraná, utiliza-se os relatos do Sargento José Maria de Brito, que integrava a “Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná” e acompanhou os trabalhos de abertura da picada e a fundação da Colônia Militar. Ao contrário dos relatos de viajantes anteriores, cujos escritos foram publicados logo após as

³⁷⁸ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares”. *Revista do IHGB*, 49 (1886). pp. 267/281.

viagens, as memórias de José Maria de Brito foram escritas entre os anos 1936 e 1937.³⁷⁹

Além de ter sido escrito a mais de quarenta anos após a realização da viagem, a forma em que os relatos foram organizados também se diferencia dos relatos abordados anteriormente. José Maria de Brito narrou suas aventuras de acordo com suas lembranças, sem se preocupar com as datas, o nome dos demais membros das duas expedições em que participou e, muito menos, de guiar a escrita seguindo o itinerário da viagem, como era comum entre os viajantes. Sua estratégia de construção textual foi dividir a obra em três grandes partes: “A fronteira no fim do Império”, “A Expedição” e “A fundação da Colônia Militar”. No interior de cada tópico, as memórias do “veterano descobridor”, ex-sargento e ex-professor de escola rural, deram origem ao texto que agora se utiliza como fonte documental.

Beto Maciel ao prefaciá-los os escritos de José Maria de Brito (reeditado na forma de livro em 2005, pela editora Travessa dos Editores de Curitiba), salienta que o sargento após passar por vários ofícios acabou como professor numa escola rural de Foz do Iguaçu e, mais tarde, ao ser demitido de sua função foi abandonado, doente e sem recursos, não lhe restando outra alternativa a não ser escrever um livro e, assim, “contar a fantástica aventura de enfrentar a mata, rios, bichos (‘tigres’) e uma bugrada até aqui mui amistosa. [...] Morreu pouco tempo depois, em 1942, num dos leitos da recém criada Santa Casa Monsenhor Guilherme [...] na companhia de uma filha e da enfermeira Irene Vera.³⁸⁰

Na busca pelo reconhecimento dos trabalhos realizados, perante a sociedade que se formara em Foz do Iguaçu, José Maria de Brito lançou-se a

³⁷⁹ José Maria de Brito pontua na introdução que começou a escrever suas memórias após 48 anos de sua chegada a Foz do Iguaçu, portanto, em 1936. O manuscrito foi editado pela primeira vez em 1938, pela Tipografia João Haupt, de Curitiba. Foi republicado no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, em 1977, sob o mesmo título “Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar”. O folheto foi resgatado e publicado pela Travessa dos Editores em 2005, com prefácio e apresentação de Beto Maciel e Fábio Campana, este último, editor chefe da referida casa editorial.

³⁸⁰ MACIEL, Beto. “Prefácio” In: BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 10 e 11.

escrever suas memórias sobre Foz do Iguaçu. Se a memória oficial, pública e política, não tinham lhe reservado um espaço durante todos esses anos, cabia a ele galgar, com esforços próprios, o seu lugar entre os fundadores, “pioneiros” e memorialistas. Sabia ele da importância de suas memórias para com a história daquela comunidade fronteiriça, bem como do que deveria lembrar e esquecer em suas narrativas. Suas lembranças, mesmo lapidadas com o passar do tempo e mediante as influências da época e das condições em que estava a escrever a obra, transformaram-se em “instrumento e objeto de poder”, referencia Jacques Le Goff.³⁸¹ Revelava, a si próprio e aos futuros leitores, que os “esquecimentos e os silêncios” da história também eram frutos de uma manipulação (ou controle) por parte de um ou mais grupos de pessoas e/ou instituições, pois, em meados da década de 1940 não era importante lembrar os anos iniciais da cidade de Foz do Iguaçu, e sim, de que a cidade marchava para a “vanguarda do progresso” com a construção do campo de aviação, da construção de uma dezena de casas comerciais, várias fábricas e serrarias, informa José Maria de Brito como sinal do progresso incontestemente de Foz do Iguaçu.

Feito tais observações, é hora de voltar a Guarapuava, em meados do ano de 1888. Segundo os escritos de José Maria de Brito, a escolha do engenheiro Firmino³⁸² para coordenar as atividades de abertura de picadas ao rio Paraná e a fundação da Colônia Militar foi visto com ressalvas junto aos demais oficiais que compunham a referida comissão. Era o mais novo militar entre os oficiais, além de ser a primeira viagem que estava a fazer distante de sua terra natal, o Rio de Janeiro. Por ser inexperiente lhe diziam em tom de desafio que “a empresa é hercúlea [...] principalmente em uma região da ordem da do Oeste paranaense que, atravessada pela cordilheira do Maracajú, imaginavam-na cheia de extensos e emaranhados alcantis. O

³⁸¹ LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 476.

³⁸² Até o momento não foi possível encontrar informações mais densas a respeito do Tenente José Joaquim Firmino. As poucas informações encontradas figuram no texto.

ataque de feras e outros fatores próprios da natureza de matas seculares que o explorador teria que percorrer previa o fracasso”.³⁸³

Assim como outros viajantes e exploradores, José Joaquim Firmino, segundo os relatos de José Maria de Brito, ficou apreensivo frente aos comentários tecidos pelos militares mais experientes em relação aos medos e adversidades que teria de enfrentar. O anúncio de que o oeste paranaense era praticamente desconhecido, com matas seculares e animais bravios parecia manifestar maior interesse em firmar pulso e fazer jus à escolha feita por Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Além do mais, as adversidades que ele e sua equipe de trabalho iriam enfrentar floresta adentro serviriam como bagagem, experiência pessoal em outras viagens exploratórias que, por ventura, viessem a ser convocados.

Nas memórias de viagem de José Maria de Brito, a data de saída de Guarapuava, as condições em que a expedição deu início à viagem e a repercussão na sociedade local de tal empreitada não foram objetos de menção. A narrativa da viagem propriamente dita inicia-se em 24 de novembro de 1888, quando da chegada do engenheiro José Joaquim Firmino e sua equipe de trabalho aos Campos do Chagú.³⁸⁴ Foram vários dias de viagem sob lombo de cavalos, mulas e bois que traziam equipamentos, tralhas de acampamento e a alimentação (sal, açúcar, charque, feijão e arroz) através da Estrada das Missões que se encontrava em péssimo estado de conservação, destacou José Maria de Brito. No dia seguinte, Firmino se pôs a trabalhar, narra José Maria de Brito: “colocou seu teodolito, fez a primeira visada, leu o rumo que deveria seguir – 180° –, esqueceu das elegantes e atraentes ruas do Rio de Janeiro, para lembrar somente do compromisso assumido”.³⁸⁵

³⁸³ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Op. Cit. p.44/45.

³⁸⁴ Também descrito nos relatos de José Maria de Brito como “Fazenda do Chagú”, “Bocca do Sertão” e “Bocca da Picada”.

³⁸⁵ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 45.

De acordo com as instruções recebidas do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, José Joaquim Firmino noticiou a Salvador do Mato (o primeiro picador) que a picada deveria ter três metros de largura, pois a densa floresta que iriam enfrentar fazia-se acompanhar de “taquaral e taquarussusal (bambu com espinho)”. Era uma cana “muito difícil para roçar” e o seu rápido crescimento durante as estações quentes e chuvosas atrapalhava consideravelmente na manutenção dos caminhos até então abertos a ponto de obstruir completamente a passagem de pessoas e animais em poucos meses.³⁸⁶

Às dificuldades iniciais devido à densidade da floresta, seguiram-se outras, relembra José Maria de Brito:

Das primeiras sete léguas de picada por diante apareceram vestígios de índios selvagens, fato que ocasionou ter sido o explorador abandonado por alguns operários da turma e o descontentamento no ânimo dos que ficaram, sendo necessário ao tenente Firmino usar de sagacidade e desenvolver muita habilidade para levantar o ânimo dos seus homens, que viam índios em todos os sítios! Além disso, o terreno acidentadíssimo; o ataque de tigres [onças pintadas] que rondavam e investiam contra o pessoal da turma e os animais pertencentes à mesma a ponto de devorar alguns destes.³⁸⁷

Das inúmeras aventuras lembradas pelo sargento José Maria de Brito, algumas ganharam espaço em sua narrativa, dentre elas, um “episódio interessante” envolvendo um “tigre” e um tropeiro (responsável pela condução, alimentação e guarda dos animais utilizados pela equipe de trabalho durante a expedição). “Para evitar que os tigres continuassem a causar prejuízos, devorando animais da tropa que acompanhava a turma”, destaca o sargento:

o chefe expedicionário ordenou ao tropeiro que tirasse folhas de palmeira e atasse os animais à noite próximo ao acampamento e rondasse juntamente com o cozinheiro.

Em cumprimento a essa ordem, estava o tropeiro trepado em uma palmeira, quando sentiu uma bulha em baixo; atendeu e... qual não foi a sua estupefação ao deparar com uma fera de camisa pintada,

³⁸⁶ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 56.

³⁸⁷ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 46.

sentada, mirando para cima, maneando a cauda com um sorriso a esboçar-lhe nos lábios em sinal de alegria! O felino parecia dizer: 'Apanhei-te Cavaquinho'. O tropeiro quase caiu de susto, não obstante no olho da palmeira!

O bicho todo prazenteiro se lambendo julgou-se seguro da posse daquela presa.

O tropeiro disparou dois tiros de pistola, tantos quantos possuía na sua arma que por esquecimento ou providencial, trepara com a mesma na cintura. Feriu o pintado mal e este em urros pavorosos conservou-se no mesmo sítio a espera que o seu ofensor descesse! Que apuro o do tropeiro. Sentenciado a passar a noite que se aproximava, tendo por uma cama uma palmeira entre as pernas e aos pés uma peia que amparava visto não ter a palmeira ponto de apoio!

Em tempo teve a feliz lembrança de gritar, o que ouvido, bem como os disparos da pistola, fez vir os companheiros de acampamento que o libertaram de tão desagradável visita.³⁸⁸

Além dos temidos “visitantes”, as constantes chuvas ocorridas nos meses de abril e maio de 1889 também vieram a atrasar os trabalhos de abertura da picada rumo ao rio Paraná: “os rios encheram-se pavorosamente não permitindo atravessa-los em muitas ocasiões, sobrevindo, em conseqüência desse fato, bastante fome”, alude José Maria de Brito. Nem militares, nem os “filhos das selvas”, exímios nadadores e conhecedores do sertão conseguiam chegar até o acampamento, narra o sargento contando em detalhes uma “certa ocasião” em que quatro índios tentaram atravessar o “rio Guarany, levando sal, açúcar, charque, etc”.³⁸⁹ Um dos índios desceu rio abaixo levado pela forte correnteza. Os índios que conseguiram atravessar chegaram ao acampamento trazendo somente “com uma manta de charque”.

A equipe de trabalho teve de sobreviver, sem farinha e sem sal, abastecendo-se de carne de animais e aves silvestres. Permanecer em barracas nos dias e noites chuvosas era, para a equipe de trabalho e para José Maria de Brito, muito desconfortante, pois as barracas, além de pequenas, deveriam abrigar duas pessoas. “Molhava-se tudo que existisse nas mesmas: habitantes, roupas, etc., ficando esta mofada e os respectivos donos igualmente com cheiro de bolor! O terreno no acampamento, um

³⁸⁸ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 47 e 48.

³⁸⁹ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 50 e 51.

lodaçal, quase intransitável!”. Desta situação a várias pessoas “sobrevieram constipações que, por não serem curadas em tempo e convenientemente, transformaram-se em bronquites”.³⁹⁰

Às margens do rio Henrique Dias, a aproximadamente 40 km de distância do rio Paraná, rompia-se o mês de junho de 1889. Os dias e noites frias do inverno seguiam-se invariavelmente, quase sempre, monótonos, quebrado com a algazarra criada pelos membros da expedição ao fazer a travessia do referido rio no inverno. Salvador do Mato, o primeiro picadeiro, ao cruzar o rio e tomar certa distância do grupo, lembra José Maria de Brito, gritou: “óia uma picada aqui”. Tanto José Joaquim Firmino como os demais integrantes da turma “se precipitaram para frente, com o fim de verificar o que afirmava Salvador do Mato”. A picada era recente, disse o picador ao verificar os galhos das árvores e arbustos ainda verdes no chão, sinal incontestado de que outras pessoas haviam passado por ali. Para os homens ali presentes, diz o sargento, a emoção foi grande. “Não era para menos”, continua ele, porque estavam a

tantos meses internados, passando a mesma vida sem mutação de painel, sem atrativos, insípida, sem notícias, onde as únicas vozes diferentes que ouviam era o canto estridente da araponga no píncaro da perobeira, o grasnar da arara e o bramir das feras que se anunciavam na quebrada da serra. Sem esperança de volver entre os seus, tudo lhes fazia meditar no dia do amanhã.³⁹¹

O tenente Firmino suspendeu os trabalhos pelo resto do dia e, junto de mais alguns homens, seguiu picada adentro. “Na distância de uma légua aproximadamente, encontraram um acampamento de ervateiros paraguaios; estes por vez experimentaram grande surpresa deparando com um grupo de homens estranhos àquelas paragens. Tão grande a surpresa que ficaram atoleimados”. Mas, logo nas primeiras conversas travadas com aquele “grupo de homens estranhos” tiveram informações preciosas, relembra José Maria de

³⁹⁰ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 52

³⁹¹ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 53 e 54.

Brito: “informaram que o rio Paraná estava perto, fato que o pessoal da turma, inclusive o chefe, ignorava; que a costa brasileira era habitada por cerca de mil almas”.³⁹²

O restante daquele dia foi alegre entre os membros da expedição. Tanto para o tenente Firmino como para os demais trabalhadores, pois o final da empreitada deixou de ser um sonho distante. O trabalho de abertura da picada seguiu seu curso nos dias e semanas seguintes. A chegada às margens do rio Paraná e a descoberta da foz do rio Iguazu deu-se em 15 de julho de 1889. Foram 7 meses e 20 dias de árduos trabalhos para abrir 40 léguas (264 km) de picadas transpondo florestas, rios, serras e vales. Como informado pelos ervateiros paraguaios, os membros da expedição puderam ver com os próprios olhos que nos limites do Brasil com o Paraguai e a Argentina havia brasileiros e estrangeiros morando naquelas paragens há alguns anos. Nas duas semanas em que ficaram na foz do rio Iguazu, os militares realizaram um levantamento populacional, menciona José Maria de Brito, onde constataram que, entre os rios Ocohy e Iguassú, existiam “324 almas, assim descritas: brasileiros, 9; franceses, 5; espanhóis, 2; argentinos, 95; paraguaios, 212; inglês, 1”.³⁹³

³⁹² BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 54

³⁹³ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit.p. 57. Sebastião Paraná, na obra *Chorographia do Paraná* (1899), por sua vez, noticia que entre a foz do rio Ocohy e do rio Iguassú, foram “encontrados 35 fogos habitados por 324 pessoas, sendo 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 orientaes, 2 hespanhoes e um inglez. Destes, 220 pertencentes ao sexo masculino e 104 ao feminino”.³⁹³ O fato de Sebastião Paraná não informar de onde extraiu tais informações, bem como a data em que foi realizado o levantamento populacional não permite ao historiador problematizar e refletir sobre, por exemplo, a presença de 93 brasileiros na região de fronteira, bem como a redução do número de argentinos e a presença de dois orientais (seriam uruguaios, da banda oriental do Prata?). O sargento José Maria de Brito, em suas narrativas, informa que o tenente José Joaquim Firmino ao retornar a Guarapuava, em agosto de 1889, escreveu um relatório sobre os trabalhos realizados na expedição rumo à fronteira, cuja versão final foi passado a limpo por suas mãos. O referido relatório, ou ao menos uma cópia dele, foi endereçado ao capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, chefe da “Commissão de Estradas Estratégicas do Paraná”. Dias depois, o relatório, ou uma versão resumida dele, chegou às mãos do então Ministro da Guerra, Vice Almirante Barão de Ladário José da Costa Azevedo.. O acesso a esses documentos pode trazer novas pistas com relação aos dados apresentados. (PARANÁ, Sebastião *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 412)

A presença acentuada de estrangeiros na fronteira explorando erva-mate e madeira fez com que o tenente Firmino tomasse algumas providências com o fim de “coibir abusos no território descoberto”, pontuou José Maria de Brito. Além de ter “dividido o território habitado em dois distritos, nomeou dois inspetores coloniais. Para o primeiro nomeou Feliciano de Araújo e para o segundo, o ex-alferes de voluntários da Pátria, Pedro Martins, que residia em Itacorá, último ponto habitado; ambos brasileiros”.³⁹⁴ Eis, de forma civilizada, as primeiras imposições, voltadas à posse, controle e demarcação territorial daquele espaço recém “descoberto”.

A equipe de trabalho retornou a Guarapuava em agosto de 1889. José Maria de Brito, lembra que a chegada deles em Guarapuava causou grande alvoroço entre os militares e cidadãos: “Muitos crentes na tradição, queriam acompanhar a expedição [de fundação da Colônia Militar], ansiosos para contemplarem as Sete Quedas e recolherem ouro em pó, que afirmavam existir nos sítios das quedas d’água!”.³⁹⁵ Ainda nesse mês, José Joaquim Firmino elaborou um relatório das atividades realizadas pela equipe, bem como uma detalhada descrição do cenário fronteiriço. O documento foi apresentado ao capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, chefe da “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná”.

Após aprovação do Vice-Almirante Barão de Ladário José da Costa Azevedo, Ministro da Guerra, o capitão Bellarmino tratou de organizar a expedição que iria fundar a Colônia Militar. Antonio Baptista da Costa Junior (1º tenente) foi nomeado para exercer as funções de Vice-Diretor da Colônia Militar e encarregado de fundá-la e José Maria de Brito (2º sargento) para executar os trabalhos de Almojarife da futura Colônia, além dos cargos de Agente de Companhia de Vapores (La Platense), de sargento do Destacamento e de feitor das turmas de trabalhadores militares e civis que

³⁹⁴ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 73.

³⁹⁵ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 74.

iriam construir a infra-estrutura (prédios, galpões e casas) inicial da Colônia Militar na foz do rio Iguassú.³⁹⁶

Além dos dois militares acima mencionados, mais 34 soldados, 12 operários civis, 3 mulheres casadas com soldados e 4 tropeiros (encarregados de guiar 34 cargueiros carregados de comida, material, bagagens, ...) partiram rumo à fronteira oeste do Paraná em 13 de setembro de 1889. A expedição ao chegar na Fazenda do Chagú foi surpreendida por um “temporal que durou seis dias, obrigando-nos a permanecer ali 13 dias esperando que as águas do perigoso rio das Cobras, situado a uma légua e tanto em nossa frente, permitissem vadeá-lo”, narra José Maria de Brito, e continua:

Embora livres do caudaloso rio das Cobras, a marcha foi morosa devido ao estado da picada, quase obstruída pela vegetação exuberante do oeste paranaense. Em lugares de taquaral e sobretudo taquarususal estavam completamente acamados, de modo a impossibilitar a marcha. Não obstante, os 2 ziguezagues feitos na Serra do Archimedes, a descida para o rio foi com dificuldade. Na serra dos Andrada e do Boi Preto foi necessário puxar os cargueiros um por um para evitar que as bestas se precipitassem no abismo!³⁹⁷

Após atravessar o rio Tiradentes, a 24 léguas de distância dos campos do Chagú, a expedição fez uma parada estratégica de alguns dias, tendo por objetivo “fazer uma roça que prestasse recursos aos viandantes que se aventurassem por aqueles ermos”, e “traçar as bases para a construção de uma casa para depósito de víveres” e outros materiais e equipamentos procedente de Guarapuava. O referido local foi batizado com o nome de “Posto das 24”. Lá fizeram 10 alqueires de desmatamento, para posterior limpeza e plantio de cereais (milho, feijão, arroz, mandioca,...). Os colonos civis Benedito Theodoro Cordeiro, Henrique Enck e Francisco de Tal receberam

³⁹⁶ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 74 e 75.

³⁹⁷ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 75 e 76.

ordens para continuar os trabalhos agrícolas e dar início às obras de edificação do depósito.³⁹⁸

Antes de reiniciarem a marcha rumo à fronteira, foram visitados por uma “turma de paraguaios, que vinha se embrenhando em demanda da erva-mate”, relembrou o sargento, utilizando a picada aberta por eles a poucos meses. “O tenente encarregado da fundação da Colônia vedou-lhes a marcha para frente, explicando que daquela data por diante não seria permitido explorações nas matas brasileiras sem prévia autorização do Governo”, destacou José Maria de Brito, visto que essas eram as ordens do capitão Bellarmino. [Ver Figura 06]

Após percorrer 9 léguas, destacou o sargento, a expedição chegou à Serra de Bela Vista, que leva este nome devido às transformações visíveis com relação aos aspectos geográficos, climáticos, fauna e flora. “Bandos de araras adejavam o vôo e desferiam-no rumo ao grande rio [Paraná] em um grasnar ensurdecador, assustadas, dando a entender àqueles homens que penetravam em seus domínios para perturbar a paz de que gozavam desde eras remotas”.³⁹⁹

Após 69 dias de viagem pela picada aberta alguns meses antes, a expedição chegou na foz do rio Iguaçu. No dia seguinte, em 23 de novembro de 1889, o Vice-Diretor da Colônia Militar (Antonio Baptista da Costa Junior) ao assinar a “Ordem do Dia n° 01”, “tomou as providências necessárias para que a população iguaçuense e as repúblicas vizinhas tivessem conhecimento que na foz do Iguaçu já havia autoridade constituída para todos os efeitos legais”, salienta José Maria de Brito, espalhando e fixando “editais avisando que naquela data iniciava os trabalhos de fundação da Colônia, bem como tinha competência para conceder lotes de acordo com a lei, que aos quisessem se matricular colonos”.⁴⁰⁰

³⁹⁸ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 76.

³⁹⁹ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 78.

⁴⁰⁰ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar....* Op. Cit. p. 78 e 79.

Nas últimas páginas de suas memórias sobre a descoberta e fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, o sargento José Maria de Brito se pôs a narrar sobre o lugar determinado para assentar e erigir as edificações da Colônia Militar:

Deveria ser traçada uma linha a partir do ângulo formado pelos dois grandes rios, para o centro 4 quilômetros de distância fundada a Colônia, sítio este em que assentaria a futura cidade da Foz do Iguaçu; no quilômetro quatro seria considerado centro da população; aí construído um edifício com 4 metros de altura e as faces voltadas para os 4 pontos cardeais, com mirante de modo a facilitar observações a grandes distâncias.⁴⁰¹

Essas instruções foram dadas ao Vice-Diretor Antonio Baptista da Costa Junior pelo capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo numa reunião feita em Guarapuava, antes da partida da expedição rumo à fronteira. Como dito anteriormente, a expedição chegou às margens do rio Paraná e Iguaçu em 22 de novembro de 1889. Ainda no mesmo dia, passaram a levantar o acampamento próximo ao lugar então definido. Lembra José Maria de Brito, que o lugar não era apropriado para a formação do povoado, devido à ausência de “veios d’água para dar de beber aos animais, militares e colonos” que iriam residir no futuro núcleo urbano. Frente à dificuldade inicial, o Vice-Diretor teve a idéia de “mudar o acampamento provisoriamente, note-se, provisoriamente, até que fosse conhecido e preparado o local onde deveria ser estabelecida a Colônia”. A partir de então, alguns militares receberam ordens para “achar” o ponto mais adequado para “satisfazer com vantagem as necessidades do momento”. A cinco quilômetros da foz do rio Iguaçu e a pouca distância da barranca esquerda do rio Paraná, junto “à barra do arroio que banha a cidade, estabelecemos o novo acampamento”.⁴⁰²

⁴⁰¹ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do...* Op. Cit. p. 84.

⁴⁰² BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do...* Op. Cit. p. 85. O sargento, em seus escritos, não menciona o nome do arroio que banhava a cidade de Foz do Iguaçu em meados da década de 1930. Os relatos de José Cândido da Silva Muricy e de Domingos Nascimento apenas informam que a cidade foi fundada 5 km acima da foz do rio Iguaçu. Mediante a essa informação, presume-se que o arroio mencionado por José Maria de Brito venha a ser o atual rio Mboicy.

Izaias Penna e Joanna Roza, ele brasileiro, ela uruguaia, moravam desde 1887 junto ao arroio onde foi levantado o acampamento militar. Não muito longe, numa cabana feita de troncos de pequenas árvores residiam Feliciano d'Araujo (brasileiro) e Andréa Vera (paraguaia). Ambos os casais, asseverou Jose Maria de Brito, prestaram “relevantes serviços à causa da fundação da Colônia”, dos serviços braçais na derrubada das matas e limpeza das terras próximas ao acampamento às práticas médicas da uruguaia Joanna Roza.⁴⁰³

Os “relevantes serviços” prestados pelos moradores da fronteira “à causa da fundação da Colônia” possibilitam ao historiador pensar a respeito da rede de reciprocidade entre o grupo de brasileiros e estrangeiros que se encontravam residindo na fronteira e os militares, operários civis e tropeiros recém chegados. Militares, colonos, ervateiros e madeireiros de diferentes nacionalidades precisavam uns dos outros para sobreviver naquelas paragens. Os militares por não dominarem o idioma guarani e espanhol necessitavam de tradutores e da força braçal para o trabalho pesado na derrubada, transporte e o corte de dezenas de toras de madeira para a construção de casas, galpões, destacamento militar e mirante. Colonos, ervateiros e madeireiros, brasileiros e estrangeiros, desejavam ter seus nomes inscritos como colonos e, assim, receberem um lote de terras para cultivar e criar animais. Aos trabalhadores que estavam a extrair erva-mate e madeira (em sua maioria paraguaios), o acesso grátis a um lote de terras facultaria a eles o abandono do trabalho exaustivo e quase escravo que estavam a sofrer nas mãos dos capatazes a serviços de comerciantes e empresários argentinos, ou, ao menos, poderiam contar com os militares brasileiros na tentativa de conter (ou diminuir) os índices de violência física cometidas pelos capatazes aos trabalhadores braçais.

Um exemplo da reciprocidade ali construída entre os antigos moradores e os recém chegados à fronteira foi narrado por José Maria de Brito. Tratava-se das enfermidades que se abateram sobre o Vice-Diretor da Colônia Militar

⁴⁰³ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do...* Op. Cit. p. 87.

(Antonio Baptista da Costa Junior): “dores de cabeça, febre e comichão em uma das narinas”. Estava fora de cogitação viajar no lombo de mula rumo à Guarapuava em busca de tratamento médico. Para deslocar-se à Argentina e lá ser tratado e medicado, fazia-se necessário pedir autorização ao capitão Bellarmino, o que demoraria vários dias. “Fiz uma visita à Sra. Roza, nossa vizinha”, relembra José Maria de Brito:

Durante a palestra que mantivemos, veio a baila o estado de saúde em que se encontrava o tenente Baptista. No mesmo dia, Roza visitou-o. Há muitos anos no Sertão, com grande experiência dos costumes e das cousas sertanejas, gozando da fama de parteira e curandeira, examinou o nosso enfermo e constatou a existência de bichos de vareja na narina afetada! Roza em pessoa constituiu-se enfermeira do tenente e extraiu por intermédio de mercúrio (nessa época, não creolina) um grande bicho, já revestido de cabelos, da narina afetada.⁴⁰⁴

Nos primeiros dias de dezembro de 1889, destaca José Maria de Brito, o lugar exato para a edificação da sede da colônia foi por ele demarcado conforme havia estabelecido o capitão Bellarmino. Mesmo tendo sido curado, o tenente Baptista “foi substituído pelo tenente Frederico Luiz Roszani, que não cogitou do estabelecimento da Colônia no quilômetro quatro; ao contrário, começou a edificar nessa localidade, sendo imitado pelos seus sucessores”.⁴⁰⁵ O acampamento provisório cedeu lugar, ao longo dos meses seguintes, a um conjunto de casas, depósito, destacamento militar e uma rua que dava acesso à barranca do rio Paraná. Junto ao povoado, uma área de pastagem dotada de um galpão com cerca se destinava ao abrigo de bovinos, muares e cavalares. Estes últimos, utilizados para o deslocamento e transporte de equipamentos, documentos e víveres quando das viagens a Guarapuava.

No decorrer deste capítulo procuramos evidenciar que a expansão da linha de fronteira rumo a oeste da Província do Paraná foi motivada, em parte, pela preocupação (tanto da Província do Paraná como do Governo Imperial),

⁴⁰⁴ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do...* Op. Cit. p. 88.

⁴⁰⁵ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do...* Op. Cit. p. 88.

com relação à vulnerabilidade da fronteira internacional e a presença de trabalhadores argentinos e paraguaios explorando madeira e erva-mate em terras brasileiras. Porém, outras preocupações faziam-se presentes e que dificultavam o processo de expansão da linha de fronteira: as incursões indígenas às fazendas de criação de gado, a difícil tarefa relegada a soldados e peões na abertura e manutenção dos caminhos, e a falta de dinheiro e de apoio político para a implementação de estradas férreas cortando a Província do Paraná, de leste a oeste.

Os relatos de viagens de Nestor Borba e de José Francisco Thomaz do Nascimento contribuíam de forma significativa para a compreensão de como se deu o avanço da linha de fronteira, pois as narrativas expunham aos leitores as dificuldades a serem enfrentadas, mas também a fertilidade das terras e seus recursos minerais, flora e fauna, além das belezas naturais, como os saltos de Sete Quedas. Também anunciavam a existência de grupos indígenas e, ao mesmo tempo, tendo alguns como auxiliar de viagem, abrindo picadas, conduzindo as canoas rio abaixo, ou ainda, informando os viajantes sobre caminhos e rios a serem utilizados.

A estratégia encontrada para fazer avançar a linha de fronteira ao extremo-oeste do Paraná deu-se com a descoberta da foz do rio Iguaçu e a fundação da Colônia Militar, relatados por José Maria de Brito. Além de ocupar um determinado território, a Colônia Militar serviria como ponto de partida para a ocupação, exploração e colonização do oeste paranaense, a partir da distribuição de lotes urbanos e rurais e o incentivo à produção agrícola e pastoril. Porém, verificar-se-á no próximo capítulo que a Colônia Militar enfrentou muitas dificuldades para sobreviver.

2.5 A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA

Nesta parte do capítulo, pretende-se fazer uso dos escritos de viagens de Nestor Borba, José Francisco Thomas do Nascimento e de José Maria de Brito visando destacar como eles narraram e construíram a Fronteira Oeste

do Paraná. Ela tomou forma quando os viajantes descreveram as paisagens, os animais, os rios, as árvores, os índios, as dificuldades e os medos.

3

**A COLÔNIA MILITAR NA FOZ DO RIO IGUAÇU:
O OLHAR DOS VIAJANTES (1889/1906)**

Quando este recanto longínquo da pátria for olhado com o carinho que merece e administrado por homens que não se vistam com penas de pavão, outro galo lhe cantará.⁴⁰⁶

José Maria de Brito.

As palavras tecidas acima por José Maria de Brito em meados da década de 1930, pontuam os descasos políticos com relação à administração do município de Foz do Iguaçu, criado em 1914, dois anos após a extinção da Colônia Militar. Segundo a narrativa do sargento, desde sua fundação à sua extinção, a referida colônia teve “vida franca, leal, cheia de garantias”.⁴⁰⁷ Após 1912, lembra o militar, “não se retrogradou, permaneceu estacionada, todavia durante muitos anos, com preguiça de progredir! Somente em 1931 por diante começou a despertar da letargia que a dominava”.⁴⁰⁸ Teve a Colônia Militar uma “vida franca, leal, cheia de garantias”, ou era apenas o olhar saudosista do sargento José Maria de Brito com relação aos anos em que ocupou cargos⁴⁰⁹ de destaque na Colônia Militar?

⁴⁰⁶ BRITO, José Maria de. *A descoberta de Foz do Iguaçu e....* Op. Cit. p. 83.

⁴⁰⁷ BRITO, José Maria de. *A descoberta de Foz do Iguaçu e....* Op. Cit. p. 83.

⁴⁰⁸ BRITO, José Maria de. *A descoberta de Foz do Iguaçu e....* Op. Cit. p. 89.

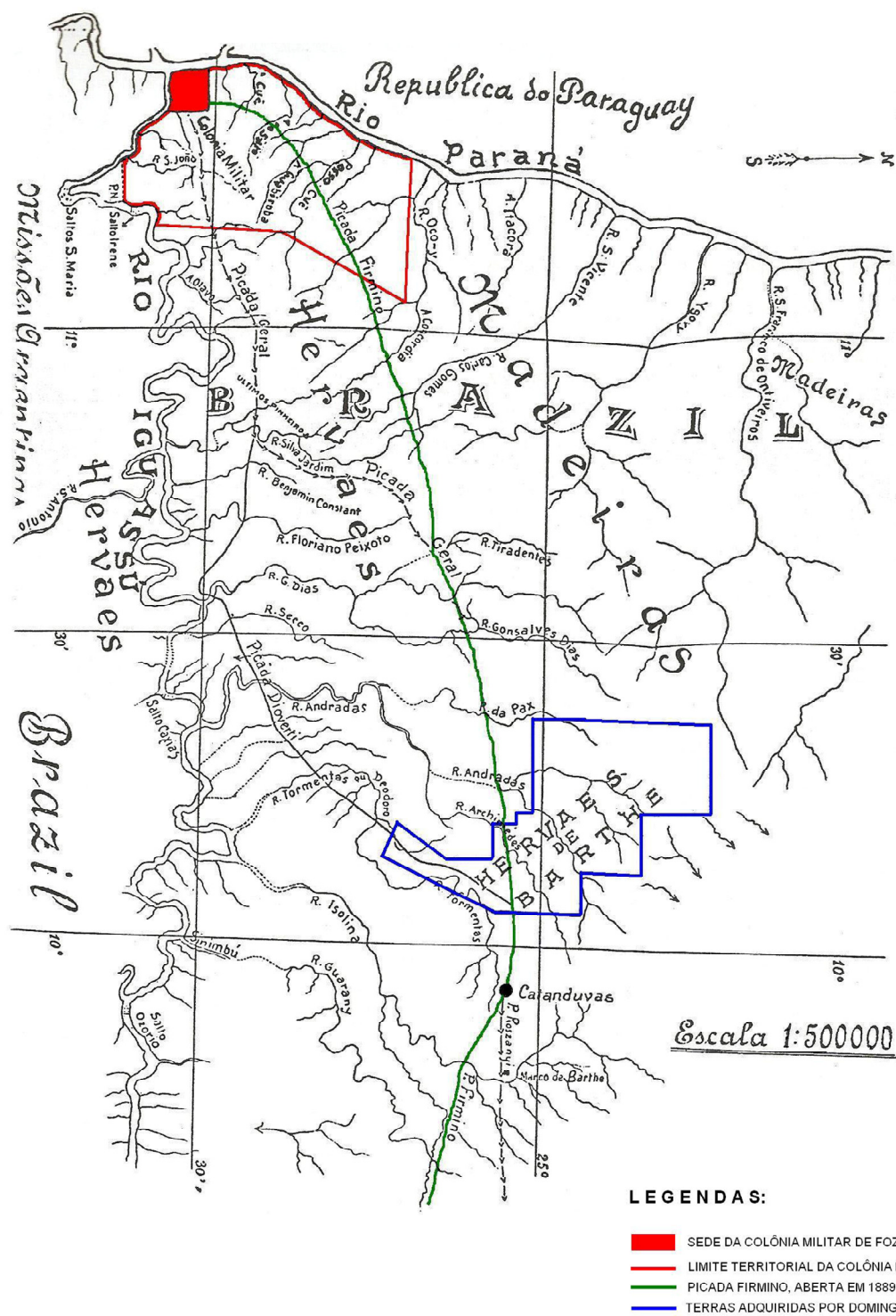
⁴⁰⁹ Após a fundação da Colônia Militar, José Maria de Brito ocupou cargos de Almoxarife; Agente da Companhia de Vapores “La Platense” (responsável pela venda de bilhetes de viagem) que fazia parada nas margens do rio Paraná e rio Iguaçu; sargento de do destacamento militar; feitor de turmas de trabalhos militares e civis para edificar casas, depósitos de alimentos e materiais bélicos e a abertura de estradas; em 1891, foi encarregado de construir um aldeamento indígena e de ministrar a catequese aos nativos na

Esta é uma questão, dentre várias outras, que se pretende refletir neste capítulo, visto que as fontes documentais coletadas em diferentes arquivos, centros de documentação, bibliotecas e acervos particulares evidenciam que a Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, desde sua fundação até sua extinção, teve vida difícil, a começar pela dificuldade de comunicação com o restante do Brasil devido às péssimas condições do caminho aberto em 1888. A sociedade fronteiriça que estava a se formar, para manter-se naquela localidade e não soçobrar, passou a adquirir mercadorias (alimentos, bebidas, roupas, livros, ...) e comercializar seus produtos (erva-mate, madeira e produção agrícola) com empresários e comerciantes argentinos oriundos de Posadas, Corrientes e outros povoados, vilas e cidades formadas às margens do rio Paraná abaixo, tendo os barcos vapores argentinos como veículos de locomoção.

Dessa estratégia de sobrevivência outras questões surgiram. Se a Colônia Militar foi pensada e fundada visando ser uma comunidade agrícola e pastoril, porque a atividade exploratória e comercial de madeira e erva-mate fez com que muitos dos colonos matriculados viessem a dar importância e prioridade secundária à criação de animais e o cultivo do solo? Quais motivos levaram os diretores da referida Colônia Militar a não estimularem a formação de pastagens e o uso do solo junto aos colonos brasileiros e estrangeiros (argentinos, paraguaios, espanhóis e alemães) visto que receberam, gratuitamente, lotes de terra, animais, ferramentas e sementes? Até que ponto, os acontecimentos externos à realidade da Colônia Militar contribuíram para a continuidade de tal cenário e, até mesmo nos motivos que levaram à extinção da Colônia Militar? [Ver Figura 07]

localidade de Catanduvás (hoje município), na metade do caminho aberto à colônia militar. Nesse aldeamento, casou-se com uma índia guarani e teve com ela vários filhos. O seu envolvimento com os indígenas legaram-lhe a nomeação de “Chefe de Toldos de Índios” dos sertões de Guarapuava. Em 1897, o sargento migrou para a localidade de Formigas (hoje distrito do município de Guaraniaçu) e lá deu início a outro aldeamento. Seu retorno à colônia Militar deu-se em 1900 para tornar-se professor de primeiras letras.

FIGURA 07 – Localização da Colônia Militar de Foz do Iguaçu



FONTE: NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Secretaria de Agricultura do Paraná, 1903. p. 230. Com alterações do autor.

É nos encontros e desencontros dos relatos de viagens escritos por José Cândido da Silva Muricy,⁴¹⁰ Domingos Nascimento,⁴¹¹ Cândido Ferreira de Abreu⁴¹² e Silveira Netto,⁴¹³ além de outros documentos (como por exemplo, relatórios administrativos da Colônia Militar) que as indagações acima pontuadas passarão a ser averiguadas. Como as viagens foram realizadas em anos diferentes e por motivos diferentes, o olhar e a memória dos viajantes deram, nalgumas vezes, prioridade a diferentes personagens, acontecimentos, lugares e paisagens. O grande foco, nesse capítulo, é historiar e refletir a respeito da Colônia Militar de Foz do Iguaçu procurando pensar a sua dinâmica de funcionamento, entre 1889 e 1906.

É necessário, antes disso, discorrer sobre o contexto histórico em que os viajantes realizaram as viagens e seus objetivos, o período em que as obras foram escritas e editadas. Tais informações ajudam a compreender todo um conjunto de idéias, símbolos e contradições que figuram nas linhas e entrelinhas do texto. Ao contrário do que se pensa, as memórias cristalizadas nos livros de viagens não se resumem a lembranças esparsas e desconexas de uma viagem, e sim, de uma escolha feita pelo viajante de quais lembranças iriam ser preservadas e descartadas. Além disso, informa Michel de Certeau, cabe ao historiador estar atento à inserção do autor em determinado círculo de amizades, nas casas tipográficas e no público alvo a que se destinavam as obras. Direta e indiretamente, tais fatores interferem no processo de seleção das lembranças que irão resultar no texto final.⁴¹⁴

⁴¹⁰ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava a colônia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. In: *MONUMENTA – Relatos de viagem a Guaíra e a Foz do Iguaçu (1870/1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

⁴¹¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Secretaria da Agricultura do Paraná, 1903.

⁴¹² ABREU, Cândido Ferreira de. *Colônia Militar do Iguassú – 1905*. In: *Boletim do IHGE do Paraná*. Curitiba, 1974, v 22. pp. 129-135.

⁴¹³ NETTO, Silveira. *Do Guayra aos Saltos do Iguassú – 1905*. Curitiba: Tip. Diário Oficial, 1914.

⁴¹⁴ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.

3.1 OS VIAJANTES E AS VIAGENS, CONTEXTOS E TEXTOS.

3.1.1 JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA MURICY, À FOZ DO IGUASSÚ.

Em 22 de novembro de 1889, dia em que a expedição formada por militares e operários civis chegou na foz do rio Iguazu, com a finalidade de dar início às obras de infraestrutura e, posteriormente fundar a Colônia Militar, passavam-se oito dias da “Proclamação da República” (ou do “Golpe de 1889”). Além de Floriano, Deodoro, Benjamin, Aristides Lobo e outros militares de diferentes patentes, entraram no Campo de Santana “talvez uns 600 homens, incluindo os três regimentos da 2ª Brigada e os alferes-alunos da Escola Superior de Guerra (ESG). Os alunos a Escola Militar da Praia Vermelha chegaram ao Campo quando a situação já havia se resolvido”⁴¹⁵, destaca Celso Castro, que continua:

O pronunciamento de Deodoro havia sido o de um militar *troupiér*, não o de um republicano – as referências à Guerra do Paraguai e às injustiças sofridas pelo Exército falam por si só. Além disso, ele não falara em mudança de regime ao derrubar o ministério [Ouro Preto], e sim em entender-se com o Imperador para organizar novo ministério.[...] O certo é que na tarde do dia 15, republicanos, militares e civis ainda estavam inquietos, por não ter sido formalmente instituída a República. Muitos, incluindo Benjamin, seguiram para a casa de Deodoro. Segundo algumas fontes, apenas a notícia de que o Imperador pretendia convocar Silveira Martins para organizar o novo gabinete o teria decidido pela República; segundo outras, Deodoro não só formalizara que a Monarquia a havia terminado por estar prostrado, em crise de saúde.

O fato é que apenas à noite se formalizou a constituição de um governo provisório – Deodoro (presidente), Benjamim (Guerra), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores) Rui Barbosa (Fazenda), Aristides Lobo (Interior), Campo Sales (Justiça), Eduardo Wandenkolk (Marinha) e Demétrio Ribeiro (Agricultura).⁴¹⁶

As primeiras notícias da “Proclamação da República” chegaram ao Paraná via mensagem telegráfica ainda no dia 15 de novembro, “nada oficialmente” observa Cecília Maria Westphalen. No dia seguinte, diz

⁴¹⁵ CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 188.

⁴¹⁶ CASTRO, Celso. *Os militares e a República...* Op. Cit. p. 190 e 191.

Westphalen, o então Presidente da Província Jesuíno Marcondes e o Comandante da Brigada Militar, coronel Francisco José Cardoso Junior, reuniram-se e mantiveram conversações com o objetivo manter a ordem na Província, caso houvesse alguma insurreição de apoio à Monarquia ou manifestação pública dando vivas à República. “Os oficiais, porém, da guarnição manifestaram o seu apoio ao gesto de Deodoro e logo chega também o telegrama deste encarregando o Comandante da Brigada, da manutenção da ordem pública até a nomeação de um Governo provisório”, enfatizou Cecília M. Westphalen.⁴¹⁷ No mesmo dia Jesuíno Marcondes entregou a Presidência da Província a Francisco José Cardoso Junior, o qual tomou posse a 17 de novembro, perante a Câmara Municipal de Curitiba.

Na fronteira, militares, operários civis, brasileiros e estrangeiros que ali estavam tomaram ciência da “Proclamação da República” duas semanas após o “Golpe”, quando alguns soldados conversaram com argentinos a bordo de um barco-vapor procedente de Posadas. Entre o espanto e a euforia junto aos militares brasileiros, permanecia a desconfiança, desfeita alguns dias depois com a chegada de um grupo de militares oriundos de Guarapuava. Entre uma conversa e outra, contaram sobre os acontecimentos ocorridos em 15 de novembro na Corte Imperial; a nomeação de Benjamin Constant como Ministro da Guerra e; os desdobramentos na Capital paranaense e em Guarapuava.

Entre os estudantes da Escola Superior de Guerra que participaram do “Golpe de 1889” estava José Cândido da Silva Muricy, paranaense, nascido em Curitiba no ano de 1863. Era o segundo filho, do total de seis, nascidos do casamento do médico José Cândido da Silva Muricy e da professora primária Iria Narciza Ferreira da Luz.⁴¹⁸ Antes de frequentar aulas na Escola Superior

⁴¹⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. “A Republica no Paraná”. In: *Revoluções e conferências*. Curitiba: SBPH, 1989. pp. 49 e 50.

⁴¹⁸ O casamento deu-se em 1860, em Curitiba. Deste casamento nasceram Josephina, José Cândido, João Cândido, Julia, Jaime e Joaquim. O Médico chegou na capital da Província do Paraná em 1853, ano em que foi instaurada a Província do Paraná. Veio a convite e à amizade travada com Cândido Martins Lopes, que chegou ao Paraná no mesmo ano com a finalidade de fundar a primeira casa tipográfica na Província. Seu trabalho junto à Santa Casa da Misericórdia levou-o à política. Em meados de 1860, foi eleito Deputado Provincial,

de Guerra, destaca Sebastião Paraná, José Cândido da Silva Muricy, em 1883, passou a assentar praça no 1º Batalhão de Engenheiros ao matricular-se na Escola Militar da Praia Vermelha, onde tirou os cursos de Cavalaria e Infantaria. “Transferido para a Escola Superior de Guerra, ahi completou o curso de três armas, com o estudo simultâneo dos dois primeiros annos desta Escola”.⁴¹⁹

Em 1889, José Muricy “tomou parte” de várias “reuniões secretas” entre militares de diferentes patentes que “apressaram a queda do throno brasileiro”. Em 14 de novembro de 1889, salienta Sebastião Paraná,

José Muricy foi escolhido para, juntamente com alguns alunnos militares e officiaes de confiança, receber, dos chefes do movimento, reunidos no Clube Naval, ordens que deveriam ser transmittidas aos corpos da Guarnição e à Escola Militar.

No dia 15 de novembro marchou de S. Christovão, às 6 horas da manhã, com a pequena força que ousou iniciar e precipitar o movimento revolucionário contra o regimen monarchico, fazendo parte da celebre Companhia de Guerra composta somente de officiaes, de quasi todas as patentes, que formaram como praças de pret. [...] Foi promovido a 2º Tenente de Artilharia em 4 de janeiro de 1890, sendo, então, nomeado Auxiliar Technico da Commissão [de Estradas] Estrategica do Paraná.

Em 1892, a 7 de abril, foi promovido a 1º Tenente e commissionado para estudar o motivo da situação precária em que se achava a Colônia Militar da Foz do Iguassú e, ao mesmo tempo, levar-lhes recursos.⁴²⁰

A promoção recebida por José Muricy, em 1890, foi um benefício que o “Golpe de 1889” proporcionou aos militares envolvidos na conspiração. Celso Castro informa que as promoções “por serviços relevantes” nos cinco primeiros anos da República possibilitaram aos jovens militares, a exemplo de José Muricy, progredirem rapidamente em suas carreiras. “Essa meteórica ascensão social se deu, todavia, em meio ao caos” devido à frágil unidade da “classe militar” forjada pouco antes do golpe entre a “mocidade militar” e um

além de outras funções em diferentes setores em órgãos públicos e particulares. Faleceu em 1879. Sobre a trajetória do Médico José Cândido da Silva Muricy, ver: LOPES, Cândido Martins. *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Muricy*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

⁴¹⁹ PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 109.

⁴²⁰ PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 110.

pequeno grupo de oficiais próximos a Deodoro. O motivo principal para o fim da coesão entre os militares, segundo Celso Castro, se deu em torno das “acusações recíprocas de favorecimentos em promoções e nomeações”, resultando, algum tempo depois, na retomada das rivalidades entre jovens oficiais “científicos” e oficiais mais graduados, além da intensificação das “tradicionais rivalidades entre Exército e Marinha”, culminando na Revolta da Armada de 1893, no Rio de Janeiro.⁴²¹

José Cândido da Silva Muricy ao ser promovido 2º tenente e, de imediato, ter sido nomeado “Auxiliar Technico” da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná (com sede em Guarapuava), evidenciou o grau de envolvimento do paranaense entre os militares conspiradores quando da Proclamação da República. Também mostrou que mudanças (promoções e reformas) aconteceram no interior da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná e na direção das Colônias Militares de Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu. O capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, que chefiava a Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná foi promovido a Major, em 1890; O Major José Bernardino Bormann, diretor da colônia militar de Chapecó, em 1890 foi promovido a Tenente-Coronel do Estado Maior do Exército e, em 1892, após uma viagem ao Rio de Janeiro, foi promovido a Coronel; O Capitão Alberto Ferreira de Abreu que estava à frente da Colônia Militar de Chopim, em 1890, foi substituído pelo Major Joaquim Martins de Mello. O 1º Tenente Antonio Baptista da Costa Junior, então Vice-Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi substituído pelo Tenente Frederico Luiz Roszani. O Tenente Antonio Baptista foi, em 1891, nomeado Capitão e, assim como o sargento José Maria de Brito, permaneceu prestando serviços militares na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.⁴²²

Após a descoberta da foz do rio Iguaçu e o início dos trabalhos relativos à formação da Colônia Militar na fronteira, as atividades da “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná” se voltaram à manutenção e alargamento

⁴²¹ CASTRO, Celso. *Os militares e a República....* Op. Cit. p. 197/198.

⁴²² Cf. BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná....* Op. Cit. p. 42/43 e 53; BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu....* Op. Cit. p. 88.

da picada, além de fornecer, periodicamente, gêneros alimentícios, roupas, ferramentas, armas, munições, medicamentos e dinheiro à Colônia Militar. O dinheiro, observa José Muricy, era para ser utilizado em momentos difíceis pelos administradores da Colônia Militar junto a casas de comércio e hospitais argentinos mediante encomendas feitas por intermédio dos barcos que navegavam pelas águas do rio Paraná.⁴²³

Em 20 de outubro de 1892 a Colônia Militar foi oficialmente fundada, cabendo ao governo do Estado do Paraná zelar pelo sucesso da referida Colônia Militar, sob tutela do Ministério da Guerra.⁴²⁴ A partir desta data, a Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná passou a ter por obrigação manter abertas e em conservação a picada rumo a Guarapuava. Foi com o objetivo de fiscalizar os trabalhos de uma turma de 15 homens (civis e militares) que estavam a aperfeiçoar e alargar a picada de 40 léguas,⁴²⁵ que o Tenente José Cândido da Silva Muricy empreendeu “penosíssima viagem à colônia militar da Foz do Iguassú, através de aspérrimo sertão, o maior e mais bruto do nosso Estado”, em novembro de 1892.

José Muricy fazia-se acompanhar de outros militares e tropeiros (denominados “camaradas”). Tinham por meta levar à fronteira “uma tropa de uns 30 cargueiros com gêneros e uns 20 bois e vaccas, cousas que ninguém até então conseguira levar”.⁴²⁶ Isso evidencia que a Colônia Militar, mesmo tendo distribuído terras e víveres a militares e colonos há dois anos, ainda não tinham condições de sobreviver por conta própria. A extração de erva-mate e madeira estava a propiciar maior renda aos colonos. O cultivo da terra restringia-se aos gêneros de primeira necessidade que nem sempre eram suficientes para a alimentação familiar. Aliás, diz José Muricy, “era quase

⁴²³ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 46.

⁴²⁴ Cf. Decreto de criação da Colônia Militar.

⁴²⁵ José Cândido da Silva Muricy observa que, do Chagú (ou Xagú) até a Colônia Militar, o percurso inicial de 40 léguas era, na verdade muito maior, chegando a 70, 80 léguas, pois os cálculos naquela época eram feitos em linha reta, sem levar em conta os declives do terreno, os desvios feitos na picada para ultrapassar árvores caídas, rios cheios e as áreas pantanosas formadas com as chuvas constantes. (Cf. MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 58/59.)

⁴²⁶ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 59/60.

impossível à Comissão Estratégica, à cujo cargo estava a Colônia, mandar-lhe os socorros de que precisava, porque ella própria não os tinha para si e a condução era difficilima”.⁴²⁷

A afirmação de José Muricy possibilita refletir sobre a atuação do Governo Republicano e Paranaense com relação às áreas de fronteira internacional com a Argentina e Paraguai, se observado a situação enfrentada pelas Colônias Militares de Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu. As duas primeiras, segundo Leônidas Boutin, estavam em decadência. Chapecó reduzia-se a um “simples distrito de Palmas”, tanto que em 1890 o Presidente do Estado do Paraná, Ladislau Herculano de Freitas recomendou a extinção da Colônia Militar; Chopim passava por um período de emigração da “população jovem” rumo à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, fazendo com que muitos lotes fossem “completamente abandonados pelos seus proprietários”.⁴²⁸ Verifica-se nos escritos de José Muricy que a situação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu não era diferente à das demais colônias militares situadas na região de fronteira, mesmo recebendo “socorro” por parte da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná, ainda que debilitada em sua estrutura financeira e de pessoal. A presença de militares brasileiros nas guarnições das referidas colônias militares cumpria o papel de defesa e posse das terras, porém a finalidade de se empreender a ocupação efetiva mediante a distribuição de terras e colonização com morada e uso efetivo das mesmas havia sofrido retrocesso e/ou paralisação.

O conturbado contexto político brasileiro e paranaense nos anos iniciais do Governo Republicano, em parte, proporcionou tal cenário na fronteira na medida em que políticos e militares relegaram maior atenção à reorganização das bases políticas e administrativas do Governo que se iniciava. E, junto a isso, diz Maria de Lourdes Mônaco Janotti, num curto espaço de tempo, houve um “acúmulo de inovações”:

⁴²⁷ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 62.

⁴²⁸ Cf. BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná...* Op. Cit. p. 42 e 54; LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*. 3 ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2005. pp. 173-177.

Desorganizara-se o antigo estamento burocrático e o Exército tornara-se, com Floriano, senhor do Estado. Desarticulava-se o antigo sistema parlamentar do Império introduzindo-se novas relações de poderes. Contudo, ainda não se firmara o federalismo bem como nenhuma conquista democrática. Partiram contestações ao regime do seu próprio interior [...] Todos esses impactos caracterizam a instabilidade das relações de poder com o resto da sociedade civil.⁴²⁹

Tais inovações faziam-se acompanhar de três projetos políticos diferenciados na política nacional, destaca Maria de Lourdes Mônaco Janotti:

O projeto castilhistas cuja defesa do federalismo era radical apenas com o fito de defender uma solução particularmente centralizada no Estado do Rio Grande do Sul, implicava-se com o projeto militarista florianista, que defendia o presidencialismo autoritário, resvalando em uma possibilidade de ditadura. Tinham a seu favor forças heterogêneas na esfera econômica e social. Ao lado de frações de oligarquias locais, presentes no PRF, que se hostilizavam no próprio corpo partidário, havia camadas das incipientes das classes médias que compunham a população dos maiores centros urbanos, cuja luta pela estabilidade social passava pelos problemas de carestia dos gêneros alimentícios, habitação, conquista de empregos, etc. O nacionalismo, a ordem, o progresso, o xenofobismo, eram as representações ideológicas que sustentavam esse movimento difuso, embora, aparentemente, de perspectivas democráticas mais amplas. O terceiro projeto, o da burguesia paulista, apresentava-se cada vez mais consistente, com base na agricultura cafeeira, e nas novas relações de produção sintonizadas com os interesses do capitalismo internacional.⁴³⁰

As inovações e os projetos políticos diferenciados, além de não existir no Paraná um Partido Republicano (ao modo de São Paulo), influenciaram significativamente o cenário político-administrativo após o “Golpe de 1889”. “Os dois primeiros anos do regime republicano no Paraná foram um caos, sete governadores provisórios se alternaram no cargo, quatro militares e três civis, e pior, nenhum deles era paranaense” alude Rafael Augustus Sêga.⁴³¹ Por outro lado, continua Sêga, “as duas vertentes políticas herdeiras do jogo

⁴²⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 83.

⁴³⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República....* Op. Cit. p. 138.

⁴³¹ SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889/1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. p. 63.

imperial permaneceram bem demarcadas”, os republicanos e os conservadores aglutinaram-se em torno de Vicente Machado⁴³² e fundaram o Partido Republicano Federal e os liberais em torno de Generoso Marques dos Santos⁴³³ organizaram a União Republicana do Paraná.⁴³⁴

Nessa dança de cadeiras e de poderes, ora sob comando dos fazendeiros dos Campos Gerais, ora sob comando dos empresários ervateiros, ora, ainda, sob influência dos militares republicanos, alguns acontecimentos a nível nacional respingaram e se prolongaram no Paraná, como por exemplo, o golpe de 3 de novembro de 1891, dado por Marechal Deodoro da Fonseca (ao dissolver o Congresso Nacional e decretar o Estado de Sítio) e sua renúncia em 20 dias depois. Generoso Marques dos Santos que governava o Estado do Paraná, com a renúncia de Deodoro, foi substituído por uma “Junta Governativa” composta pelo coronel Roberto Ferreira (comandante da Guarnição Federal), Dr. Bento José Lamenha Lins e o coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Essa “Junta Governativa” realizou novas eleições e instalou, a 25 de fevereiro de 1892, a Assembléia Legislativa com amplos poderes para rever ou substituir a Constituição do Estado do Paraná promulgada em 14 de julho de 1891. A nova Constituição do Estado do Paraná foi anunciada em 7 de maio de 1892, quando Francisco Xavier da Silva foi eleito governador, tendo Vicente Machado como Vice-Governador.

⁴³² Vicente Machado da Silva Lima nasceu em Castro, nos Campos Gerais do Paraná, em 1860. Filho de militar de carreira, se formou em Direito em 1881, pela Faculdade de São Paulo. Foi contemporâneo de Júlio de Castilho, Silva Jardim, Julio de Mesquita e Assis Brasil. No Paraná, atuou como Promotor de Justiça, Secretário do Governo Provincial, professor e Juiz de Direito antes de ingressar na vida política, em 1886, pelo Partido Liberal que tinha influência da sociedade agrária dos Campos Gerais. Com a proclamação da República, migrou para o lado dos conservadores e ingressou no Partido Republicano Federal. (Cf. SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos...* Op. Cit. pp. 225-226; OLIVEIRA, Ricardo da Costa. *O silencio dos vencedores...* Op. Cit. pp. 241).

⁴³³ Generoso Marques dos Santos nasceu em Curitiba em 1844. Filho do tenente coronel Miguel Marques dos Santos, grande proprietário de terras no Palmital (arredores de Curitiba). Bacharelou-se em Direito na Faculdade de São Paulo em 1865. No ano seguinte foi nomeado Inspetor geral da Instrução Pública da Província do Paraná. Entre 1878 e 1881 foi procurador fiscal da tesouraria de Fazenda. Além de Deputado Provincial por seis mandatos, e vereador em Curitiba. (Cf. OLIVEIRA, Ricardo da Costa. *O silencio dos vencedores...* Op. Cit. pp. 240).

⁴³⁴ SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos...* Op. Cit. p. 166.

Nesse ínterim, os projetos e ações voltadas à colonização dos sertões do Paraná e mesmo da região fronteiriça foram praticamente nulos. Na sua *Mensagem do Governador do Estado*, Francisco Xavier da Silva apresentou à Assembléia Legislativa do Paraná (em 4 de outubro de 1892) os rumos necessários ao desenvolvimento do Estado. No quesito ocupação e colonização das terras devolutas, priorizou o imigrante estrangeiro como elemento colonizador nas áreas próximas aos centros urbanos e em terras devolutas do “sertão de Assunguy ou Cerro Azul, que é considerado como o principal celeiro da Capital”.⁴³⁵ Nada foi mencionado a respeito das terras situadas na fronteira oeste e em relação às Colônias Militares. Porém, dava prioridade em caráter de urgência aos caminhos e estradas que ligavam o interior à Curitiba: “As três grandes vias de comunicação que, tendo por tronco a Capital seguem para o interior, devem ser reconstruídas, dando-se lhes a conveniente direção e desenvolvimento”.⁴³⁶ Além de ajudar no deslocamento ao interior do Estado, facilitaria o escoamento da produção agrícola (sementes, açúcar, cachaça,...) e industrial (erva-mate) aos centros urbanos e ao litoral via estrada férrea a partir de Curitiba, principal canal de exportação de erva-mate para Chile, Uruguai e Argentina, se comparado com pequeno o volume de erva-mate extraído e enviado rio Paraná abaixo com barcos-vapor.⁴³⁷

À “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná” cabia a reconstrução de duas das três vias de comunicação mencionadas por Francisco Xavier da Silva. Foi inclusa no orçamento a manutenção do caminho que ligava Guarapuava ao rio Paraná. A viagem de José Cândido da Silva Muricy à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em novembro de 1892, tinha por finalidade fiscalizar as obras de manutenção da picada e de verificar os

⁴³⁵ MENSAGEM do Governador do Estado enviada e lida perante o Congresso Legislativo do Paraná, em 04 de outubro de 1892. Curitiba: s.ed., 1892. p. 13.

⁴³⁶ 1ª Via: Serro Azul ao Vale do Paranapanema; 2ª Via: Estrada de Itararé, ligando-se aos Campos Gerais e os Campos de Palmas por dois ramais a São Paulo; 3ª Via: Atravessava a cidade da Lapa e Rio Negro ligando-se a fronteira Contestada de Santa Catarina. (Cf. *MENSAGEM do Governador do Estado enviada...* Op. Cit. p. 14 e 15).

⁴³⁷ Ver NETO, Silveira.

problemas enfrentados pela Colônia Militar. A “guerra surda” e “imcompreensível” praticada por vários Presidentes do Estado do Paraná entre 1890 e 1892, como disse José Muricy ao referir-se à “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná” parecia chegar ao final.

A publicação dos relatos da viagem realizada por José Cândido da Silva Muricy à Colônia Militar de Foz do Iguaçu ocorreu em 1896, pela Tipografia Imprensa Paranaense com sede em Curitiba, naquela época, situada à Rua Riachuelo, 19. À frente da administração da casa tipográfica estava Jesuíno Martins Lopes, filho de Cândido Martins Lopes, amigo de longa data do pai de José Cândido da Silva Muricy. Segundo Newton Carneiro, a Tipografia Paranaense passou a se dedicar com mais afinco na edição e impressão de livros após fundir-se, em 1888, com a Litografia do Comércio, de Narciso Figueiras, dando origem, então, à tipografia Imprensa Paranaense. Neste mesmo ano Idelfonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul), empresário de fôlego na Província do Paraná, decidiu se associar a Jesuíno Martins Lopes e Narciso Figueiras, transformando a tipografia em Companhia Imprensa Paranaense. Com a morte do Barão do Serro Azul, em 1894, durante a “Revolução Federalista”, o controle acionário passou para as mãos da Baronesa Maria José de Araújo Correia e a administração da tipografia a Jesuíno Martins Lopes. Destacou-se das demais tipografias e litografias paranaense por oferecer aos clientes um parque de máquinas atualizado e apto para a impressão de jornais (com vários formatos), revistas, livros e embalagens, com ou sem gravuras. Parcela do sucesso dos trabalhos produzidos pela Imprensa Paranaense foi creditado a Francisco Folch, litógrafo espanhol com larga experiência na área.⁴³⁸

A obra *Esquifes*, de Dario Vellozo e o folheto *A Foz do Iguassu*, de José Cândido da Silva Muricy, ambos publicados pela Imprensa Paranaense em 1896, marcam o início da valorização de memorialistas, poetas, literatos e

⁴³⁸ Cf. CARNEIRO, Newton. *As artes gráficas em Curitiba: surto e desenvolvimento dos processos tipográficos e litográficos, arte editorial e comércio de livros da capital paranaense*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/ Edições Paiol, 1975. p. 10; DICIONÁRIO Histórico e Biográfico do Estado do Paraná. “Dezenove de Dezembro – Imprensa Paranaense”. Curitiba: Livr/Editora do Chain, 1991. p. 120.

intelectuais paranaenses. Uma iniciativa que se mostrou profícua e altamente estratégica para o fortalecimento e afirmação da literatura e da história do Paraná no cenário brasileiro, devido à produtividade e o fôlego intelectual contido nas linhas e entrelinhas de livros, revistas e periódicos. A busca de uma expressão regional e do intercâmbio cultural, dentro e fora das fronteiras fez com que o Paraná, mais precisamente, Curitiba fosse, aos poucos, reconhecida como “República das Letras”, ao modo de São Paulo e Rio de Janeiro no início do século XX.⁴³⁹

Numa nota editada ao final de suas memórias da viagem à Foz do Iguaçu, José Muricy explicou, de forma breve, os motivos pelos quais editou suas “notas de viagem”:

Ao pedido de alguns amigos e a franqueza incondicional do meu amigo Jesuíno Lopes, devo-o estarem hoje no domínio público as minhas impressões na viagem feita à Foz do Iguassú, singelamente escriptas n’um diário de viagem, de que é cópia o presente folheto. D’ahi o estar elle eivado de incorrecções, perfeitamente desculpáveis, bem como o desenho que o acompanha, que pela pressa da minha partida, não poudo o seu autor concluir, não só pela integridade do panorama geral dos saltos, como a sombra das águas, onde se nota a falta de um pequeno chamalotado, fácil, entretanto de completar nas provas lithographadas.⁴⁴⁰

Da amizade cultivada entre José Muricy e Jesuíno Lopes (e das respectivas famílias) nasceu a idéia de editar o diário de viagem de José Muricy em forma de folheto. Como dito acima, tal iniciativa estava atrelada a um projeto maior: valorizar a produção da escrita (literária, histórica, poética) e das artes (pintura, escultura, gravura) elaboradas por paranaenses visando construir uma identidade regional, além de inserir o nome do Paraná e de Curitiba no cenário cultural brasileiro. Além de “communicar as impressões que nos iam n’alma”, diz José Muricy ao visitar as Cataratas do Iguaçu, fazia-se necessário noticiar aos “nossos patrícios” as

as lindíssimas paysagens, verdadeiras jóias de valor com que a pródiga natureza mimoseou o nosso Estado! [...] Os olhos ofuscam-

⁴³⁹ ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário...* Op. Cit. pp. 127-135.

⁴⁴⁰ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 86.

se-nos, embora enormemente abertos; os lábios movem-se, mas nada balbuciam. O coração avoluma-se, cheio d'uma alegre ansiedade de communicar a um outro as impressões que sente”.⁴⁴¹

É importante destacar que os relatos de José Muricy sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e das Cataratas do rio Iguaçu fizeram com que seus “patrícios”, pela primeira vez, tomassem ciência das belezas naturais daquelas paragens, da vida difícil que levavam os colonos e militares na fronteira, das péssimas condições dos caminhos que ligavam o sertão à civilização, da tipologia de fauna e flora dos lugares percorridos, da variedade de peixes nos rios e da fertilidade do solo, das diferentes paisagens e riquezas minerais, além de tecer críticas ao Governo do Paraná em relação ao Museu Paranaense, fundado em 1876:

Sentimos profundamente que o nosso Estado, podendo ter um importante e rico muzeu, possua um, mas um verdadeiro engeitado, tão pobre, tão desprezado, sem direcção, principalmente tão mal organizado, ou por outra, completamente desorganizado depois da sahida do seu desvelado director, o Desembargador Ermelindo de Leão, tendo até desaparecido d'elle, muitos e importantes objectos, que naturalmente foram enriquecer collecções particulares! [...] O muzeu deve ser para todos, um livro de sciencia bem difficil, onde o presente lê o futuro e lerá, a história do passado. Vê-se n'elle a transformação da natureza, as evoluções da vida humana, pelos progressos da civilisação; vê-se o desenvolvimento das sciencias phisicas e naturais, que precisam estudar todos os phenomenos geológicos, metereologicos e physiológicos, das ephocas prehistoricas e das actuaes.⁴⁴²

A crítica, em parte, ocorreu pelo fato de José Muricy ter acompanhado a história e a trajetória do referido Museu, pois entre os fundadores estava seu pai (Dr. José Cândido da Silva Muricy), junto do Desembargador Agostinho Ermelino de Leão e do engenheiro André Blaz Charléo Junior.⁴⁴³ Juntos

⁴⁴¹ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 85.

⁴⁴² MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 52 e 53.

⁴⁴³ Em 25 de setembro de 1876, Adolpho Lamenha Lins, então Presidente da Província do Paraná, inaugurava no Largo da Fonte (atual Praça Zacarias) as instalações do “Museo Curityba”, a mais antiga casa de Ciência e de Cultura do Paraná. Funcionou como instituição particular entre os anos 1876 e 1882. Em 1883 o “Museo Curityba” foi incorporado à Província do Paraná como órgão público e recebeu novo nome: Museu Paranaense. Cf. Westphalen. Cecília Maria. “Museu Paranaense”. In: Dicionário Historico e Biográfico do Estado do Paraná.... Op.Cit. p. 307.

lançaram mão de recursos próprios e o auxílio da Sociedade de Aclimação (com sede no Rio de Janeiro) para dar materialidade ao Museu, que se achava em decadência anterior à viagem feita por José Muricy. Isso mostra o quanto acontecimentos anteriores e contemporâneos às viagens ou ao período em que o viajante está a escrever suas memórias de viagem interferem na construção do olhar dos viajantes por e sobre os lugares visitados e vice-versa.

Na crítica ao Museu Paranaense, José Muricy justificava ao leitor sua alongada descrição da flora, fauna, climatologia e mineralogia da região visitada em 1892. Revelava, também, a bagagem cultural do viajante ao ver, descrever e compreender o cenário que se apresentava à sua frente, isto é, a objetividade científica (comum aos viajantes em fins de oitocentos) ao mesmo tempo em que fazia o leitor ver o Museu Paranaense como “um livro de ciencia bem difficil, onde o presente lê o futuro e lerá, a história do passado” e de informar ao leitor que a partir das coleções e peças históricas alocadas no Museu, era possível refletir sobre a “transformação da natureza, as evoluções da vida humana, pelos progressos da civilização”.⁴⁴⁴

É difícil datar com precisão o período em que José Muricy escreveu suas memórias da viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. As primeiras impressões, diz o viajante, foram postas no papel ainda durante sua estadia na Colônia Militar.⁴⁴⁵ Já, o período em que redigiu a versão final do texto não foi informada pelo narrador. Alguns indícios fornecidos pelo autor em suas narrativas, no entanto, permitem lançar algumas luzes em tal direção. A passagem mais flagrante nesse sentido trata-se da menção à passagem de Juca Tigre (José Serafim de Castilhos, irmão de Julio de Castilhos), em julho de 1894, pelo caminho que ligava Guarapuava à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Tal alusão reforça a idéia de que o texto tenha sido objeto de atenção de José Muricy após o final dos embates relativos à Revolução Federalista (que, no Paraná, deram-se entre os meses de janeiro e maio de 1894), visto

⁴⁴⁴ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 53

⁴⁴⁵ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 85

que o militar foi convocado (em setembro de 1893) pelo Exército Nacional para comandar uma Divisão de Artilharia na Fortaleza de Santana em Desterro (hoje Florianópolis, Santa Catarina), além de ter assumido outras missões e expedições pelo interior dos Estados de Santa Catarina e Paraná visando conter a passagem das forças revolucionárias de Gumerindo Saraiva rumo a São Paulo nos meses seguintes.⁴⁴⁶

No mesmo ano em que José Muricy publicou suas memórias da viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, ele fez parte de outra expedição ao sertão paranaense, junto de outros curitibanos.⁴⁴⁷ A meta era chegar às ruínas da redução jesuítica de Vila Rica do Espírito Santo,⁴⁴⁸ e, lá chegando, tinham por finalidade empreender estudos e sondagens solo daquela região e verificar a existência de minas de ouro, cobre, ferro e diamante, bem como averiguar a respeito da lenda ali existente em relação a tesouros enterrados pelos Padres Jesuítas quando abandonaram aquela redução jesuítica devido às investidas dos bandeirantes portugueses entre 1628 e 1632. Dentre os tesouros

⁴⁴⁶ O historiador e militar Davi Carneiro, em sua obra *O Paraná e a Revolução Federalista* (1944), traz dezenas de documentos (cartas, bilhetes, mensagens telegráficas) de José Cândido da Silva Muricy quando de sua estadia na região de fronteira com Santa Catarina e Paraná e, também de suas atividades na região da Lapa, onde ocorreram os embates que resultaram no desfecho final e debandada dos revolucionários de Gumerindo Saraiva. Cf. CANEIRO, Davi. *O Paraná na Revolução Federalista*. Curitiba: Atena, 1944.

⁴⁴⁷ Segundo os escritos de José Muricy, os membros que compuseram a expedição além dele, foram: Cassimiro de Souza Lobo (português, empresário e comerciante em Curitiba), Augusto Silveira de Miranda (Major da Guarda Nacional e Chefe de Polícia do Estado do Paraná), Carlos de Andrade (capitão da Guarda Nacional e filho do então Governador do Estado do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade), os técnicos alemães Tomascheck (que havia estado em Vila Rica junto das comissões Lloyd e Keller, em meados do século XIX) e Augusto Kürsch (experiente minerador), além dos auxiliares Chico Gordo, Antonio Colaço, Antonio Porfírio, Manoel Porfírio (filho de Antonio), o padre Tedeschi, Brasílio (camarada de confiança do chefe da Política) e Luís Chapot (que morava em Guarapuava e, supostamente, tinha o mapa do tesouro de Vila Rica). (Cf. MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975. p. 11 e 12)

⁴⁴⁸ A redução jesuítica de Vila Rica do Espírito Santo foi fundada em 1570, às margens do rio Tibagi, abandonada em 1632. Segundo Erneldo Schallenberger, essa redução jesuítica foi “transmutada, em 1632, para a margem oeste do rio Paraná”, hoje em território paraguaio. Os vestígios dessa redução jesuítica, na atualidade, têm sido explorados cientificamente e turisticamente pelo setor de Cultura e Turismo da prefeitura de Fênix e, também, por historiadores e arqueólogos de diferentes instituições de ensino superior do Brasil, da Argentina e do Paraguai. (Cf. SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missionário: Índios e jesuítas no tempo das Missões Rio-Platenses*. Cascavel? Coluna do Saber, 2006. p. 40)

enterrados, destacou José Muricy em sua obra póstuma, “há os doze apóstolos de Jesus, todos de ouro maciço, em tamanho natural e com olhos de brilhantes”.⁴⁴⁹

Para isso, em 07 de dezembro de 1895, Cassimiro de Souza Lobo (empresário e comerciante) e Augusto Silveira de Miranda (chefe de Polícia do Estado do Paraná), que firmariam sociedade junto a José Cândido da Silva Muricy e Carlos de Andrade (Capitão da Guarda Nacional e filho do governador do Estado do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade, este último, sogro de José Muricy)⁴⁵⁰, solicitaram junto ao Governo do Estado do Paraná uma concessão de exploração por 30 anos “minas de ouro, cobre, diamante e outros mineraes nas bacias hydrographicas dos rios Ivahy e Pequery (da colônia Therezina, no municipio de Guarapuava até o lugar denominado ‘Vila Rica’).⁴⁵¹

Essas concessões visando explorar minas de cobre, diamante e ouro nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri era uma estratégia utilizada por José Muricy e pelos seus sócios para obter a posse provisória das terras ditas “devolutas”. Euclides César Plaisant, Orizombo Olybano Rosas, Luiz Soares de Gouvêa e Domingos Ignácio Araújo Pimpão foram outros curitibanos que também requereram concessões junto ao Governo do Paraná para a exploração de minérios às margens do rio Cobre, Piquiri, Ivaí e “nas terras anexas e agoas do rio Paraná, na extensão de duas legoas quadradas de terras junto as corredeiras das Sete Quedas, do mesmo rio”.⁴⁵²

Realizamos uma pesquisa junto aos jornais e periódicos que circulavam em Curitiba no ano de 1896 procurando saber se a publicação do folheto

⁴⁴⁹ MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas*. p. 11.

⁴⁵⁰ Segundo Sebastião Paraná, José Cândido da Silva Muricy que contraiu matrimônio, em 1893, com Hecilda Santos Andrade, irmã do capitão Carlos de Andrade, filha de José Pereira dos Santos Andrade Cf. PARANÁ, Sebastião. *Galerias Paranaenses: notas biográficas...* Op. Cit. P. 116.

⁴⁵¹ JORNAL A REPÚBLICA. Edital da Secretaria de Obras Públicas – Requerimento de concessão para exploração de minérios, de 07/12/1895. Curitiba, 03/01/1896. p. 03.

⁴⁵² ⁴⁵² JORNAL A REPÚBLICA. Edital da Secretaria de Obras Públicas – Requerimento de Domingos Ignácio Araújo Pimpão, de concessão para exploração de minérios, de 30/12/1895. Curitiba, 07/01/1896. p. 02. Para os demais requerentes, ver edição do Jornal A República do dia 03/01/1896, p. 3.

versando sobre a viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi impressa e tornada pública antes da viagem às ruínas da redução jesuítica de Vila Rica, ou após o retorno de José Muricy e seus companheiros da referida expedição. Nenhuma informação foi encontrada noticiando a respeito da publicação do folheto de José Muricy, antes ou após a viagem a Vila Rica. Assim, fica difícil saber se havia uma estratégia editorial de comercialização do folheto atrelado à segunda viagem de José Muricy à Fronteira. Nem mesmo notícias da viagem a Vila Rica foram tornadas públicas nos jornais e periódicos, o que permite pensar que a viagem a Vila Rica possuía objetivos puramente econômicos e não científicos e culturais.

Entre os leitores das narrativas de viagem de José Cândido da Silva Muricy figuravam jornalistas e militares, dentre eles José Francisco da Rocha Pombo, que fez uso dos escritos de José Muricy para escrever sobre os aspectos geográficos da grande região oeste do Paraná, assim como da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, na obra *O Paraná no Centenário*. Outro leitor do folheto *A foz do Iguaçu* foi o major Domingos Nascimento, quando da construção da versão final do livro *Pela fronteira*, autor e obra que passamos a discorrer em seguida.

3.1.2 DOMINGOS NASCIMENTO, PELA FRONTEIRA

Em 1896, Domingos Virgílio Nascimento⁴⁵³ não era apenas mais um militar, jornalista e literato na capital paranaense. Tinha prestígio e fama entre

⁴⁵³Domingos Virgílio Nascimento nasceu em Guaraqueçaba (litoral do PR), em 31/05/1863; Faleceu em Curitiba/PR em 30/08/1905. O filho de Francisco Luis do Nascimento e Antonio Luiza do Nascimento. Segundo Cassiana Lacerda Carollo, Domingos Nascimento teve formação militar no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, onde “participou da propaganda republicana ao lado de Júlio de Castilhos”, influenciando na escrita de alguns de seus poemas. Entre os livros que se destacam estão *Revoadas* (1883, publicado no Rio de Janeiro quando de sua passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha), *Trenós e arruídos* (1887, quando estava no Rio Grande do Sul, ao lado de Júlio de Castilhos a incentivar aos ideais republicanos), *Contos de Caserna* (1901, que trata da decadente Curitiba logo após o término da Revolução Federalista) e *Sul* (1895, que discorre sobre o Rio Grande do Sul). CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Nascimento, Domingos Virgílio”. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná S/A, 1991. p. 307-309.

seus pares pelos livros que havia escrito e, em grande parte, por ser considerado um jornalista “polêmico e independente”, como se verifica na primeira edição do jornal *Folha Nova* fundado por Domingos Nascimento ao chegar a Curitiba em fins de 1892:

O diretor da redação da Folha Nova entrega esse novo órgão de publicidade ao critério e ao apoio de seus compatriotas, e cujo programa é o de todos os jornais que trabalham para o bem público. Reserva, porém, para o seu governo este lema que é todo o seu intuito presentemente: ‘Conservar a República para melhorá-la’ (...) Com este pensamento comecei a minha propaganda republicana, há alguns anos, e com ele prosseguirei reencetando com mais ardor a mesma propaganda.⁴⁵⁴

Em pouco tempo Domingos Nascimento atraiu para si outros adeptos aos ideais republicanos com o intuito de “melhorá-la”, dentre eles Manoel Azevedo da Silveira Neto, Dario Vellozo, Rocha Pombo e Nestor Victor. Além do jornal, Domingos Nascimento colaborava com textos, crônicas e poemas em outras revistas e periódicos curitibanos, como *Revista Azul*, *Club Curitibano*, *Cenáculo*, *Breviário*, *A Pena*, e outras, atreladas ao movimento parnasiano-simbolista. Também passou a freqüentar as reuniões realizadas na casa de Dario Vellozo (mais precisamente, na biblioteca, entre os livros), onde liam, declamavam e discutiam as idéias de Emile Zola, Charles Darwin, Charles Baudelaire, Auguste Comte, Herbert Spencer, Shakespeare e Luis Murat (poeta gaúcho), a quem tinham certa predileção, diz Cassiana Lacerda Carollo.⁴⁵⁵

Dessas discussões coletivas nasceram vários textos publicados sob temas diversos e polêmicos, como por exemplo, a busca por uma Curitiba símbolo da modernidade e do progresso nas artes, nas letras, na educação, na cultura e na arquitetura (que se manifestava na fachadas dos novos prédios, sobrados e casas). “Era um momento em que a intelectualidade se

⁴⁵⁴ JORNAL FOLHA NOVA. Editorial. 13/01/1893. p. 01. APUD. CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Nascimento, Domingos Virgílio”.... Op. Cit. p. 308.

⁴⁵⁵ CAROLLO, Cassiana Lacerda. “O Cenáculo: o grupo, a revista”. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná S/A, 1991. p. 65.

via como portadora de novos caminhos, como elemento que iria ajudar no desenvolvimento da sociedade”, destaca Elizabete Berberi.⁴⁵⁶ Viam-se e eram vistos como “porta vozes” da modernidade. Domingos Nascimento era mais comedido em seus textos, mas também manifestava tais anseios, como pode-se notar na obra *Pela Fronteira*, escrita em 1903, onde procurou fazer uma espécie de radiografia do Paraná, de suas riquezas e mazelas. Diferenciando-se dos demais letrados curitibanos, nessa obra pouco disse a respeito da capital paranaense, do litoral e dos Campos Gerais, este último, entrecortado de fazendas e de núcleos coloniais. Priorizou extensas e detalhadas narrativas sobre “os lados de oeste de nossa terra”, com o objetivo de participar de um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura⁴⁵⁷ do Paraná, para a elaboração de um livro sobre o Paraná.

A Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (dirigida por Dr. Octavio do Amaral, Braziliano Moura e Romário Martins), mediante negociação com o Governo do Estado do Paraná, ficou incumbida de realizar os eventos comemorativos em alusão ao quinquagésimo aniversário da Emancipação Política do Paraná, em 19 de dezembro de 1903. Romário Martins em um artigo intitulado “Exposição”, no jornal *A República* (de 06/08/1903), noticiava que além da construção de um pavilhão central para as comemorações,

⁴⁵⁶ BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 51.

⁴⁵⁷ A Sociedade de Agricultura do Paraná era filiada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). De acordo com Sônia Regina Mendonça, a SNA era “uma associação de classe contraposta às da grande burguesia de São Paulo, configurando o que denomino de um eixo alternativo de poder na Primeira República”. (p. 99). Para ampliar seu raio de ação, patrocinou a fundação de “entidades congêneres” em diversos Estados brasileiros, sob seu comando. O Paraná foi um dos primeiros Estados a implantar uma filial da SNA. A partir disso, informa Sônia Regina Mendonça, novas estratégias foram definidas com a finalidade de “garantir aos grupos através dela representados maior capacidade de organização e de poder político, dentre as quais destacaram-se a propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante”. (p. 101). O apoio e patrocínio a congressos e exposições foi uma estratégia amplamente utilizada para expor ao público seu ponto de vista, centradas na “diversificação da agricultura, pela abertura de novos mercados”, destaca Mendonça. MENDONÇA, Sônia Regina. “Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República”. In: MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). *Nação e Poder: as dimensões da História*. Niterói: EdUFF, 1998.

outros pavilhões iriam ser construídos para abrigar uma série de produtos agrícolas, industriais e artesanais oriundos dos municípios paranaenses.⁴⁵⁸

O lugar escolhido foi a Praça Eufrásio Correia, lugar estratégico para a realização de tal evento, pois junto a ela estava a estação ferroviária e outras construções imponentes que abrigavam hotéis, residências e instituições públicas, como o Palácio do Congresso. Mais do que festejar e comemorar, era preciso rememorar determinados acontecimentos históricos e seus personagens. E, com isso, moldar e apresentar à população paranaense (e de outros Estados) um passado recheado de sentimentos de pertencimento ao Paraná, de identificação com território paranaense e sua história. O passado, reelaborado, serviria como ponte para se falar do tempo presente, em particular, das transformações recentes ocorridas na sociedade, na cultura, na política e na economia paranaense, assim como dos caminhos a serem seguidos pelo Estado do Paraná e pelos paranaenses em busca de um futuro próspero.

Na edição de 12 de agosto, Romário Martins enfatizava que a Exposição serviria de preparação oficial da representação dos produtos paranaenses na Exposição Universal de Saint-Louis, nos Estados Unidos.⁴⁵⁹ No dia seguinte, convocava os leitores do jornal *A República* a participar de dois concursos. O primeiro deles, destinado à elaboração da medalha comemorativa do quinquagésimo aniversário da Emancipação; e o segundo concurso, visando a elaboração de um livro científico ou de divulgação sobre o Estado do Paraná.

A Sociedade de Agricultura compromete-se a fazer publicar o trabalho escolhido por um jury de competentes previamente nomeados. O trabalho versará sobre a descrição da natureza paranaense, progresso material e intelectual, ou somente sobre uma dada região à escolha do concorrente. Não deverá, porém, a obra, exceder a 200 páginas.⁴⁶⁰

⁴⁵⁸ MARTINS, Romário. “Exposição”. Jornal A Republica. Curitiba, 06/08/1903. p. 01.

⁴⁵⁹ MARTINS, Romário. “Exposição”. Jornal A Republica. Curitiba, 12/08/1903. p. 01.

⁴⁶⁰ MARTINS, Romário. “Exposição – Concurso”. Jornal A República. Curitiba, 13/08/1903. p. 03.

O prazo para a apresentação dos modelos de medalha comemorativa era de 15 dias e, de dois meses para a entrega do livro seguindo os requisitos propostos acima.

Dez dias antes do lançamento do edital do concurso para a elaboração do livro sobre o Paraná, o capitão Domingos Nascimento (Secretário do 5º Distrito Militar), o general José Bernardino Bormann (Comandante do 5º Distrito Militar de Curitiba) e o coronel Lino Ramos desembarcavam na estação ferroviária de Curitiba. “Foram vivamente cumprimentados pelos amigos e camaradas na ocasião”, destacou o jornal *A República*, na edição do dia 30 de julho de 1903.⁴⁶¹ Regressavam eles de uma viagem de “inspeção as colonias militares” de Foz do Iguaçu, Chopim e Chapecó.

Domingos Nascimento ao saber do concurso promovido pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, decidiu participar do referido concurso. Em 25 dias, tendo por base seu “livro de notas” que pontuava “uma idea vaga do que os seus olhos contemplaram”⁴⁶² em 103 dias de viagem, deu forma ao livro *Pela Fronteira*, e entregou-o à comissão do concurso. O resultado final do concurso foi publicado na edição de 16 de outubro de 1903, do jornal *A República*. Sem mencionar o nome e o título dos outros trabalhos que concorreram, a diretoria da Sociedade Estadual de Agricultura teceu elogios a Domingos Nascimento, o “illustre cultor das letras em nossa terra”, bem como ao livro escrito por ele:

Este trabalho, por certo o mais completo sobre a formosa região tão pouco procurada pelos nossos touristes, trará grande cópia de photogravuras que muito irão concorrer por dar lhe o encanto dos livros descriptos. A publicação da obra magistral de Domingos Nascimento será uma bela contribuição para as grandes solenidades com que o Paraná pretende commemorar a passagem de seu jubileu.⁴⁶³

Junto a esses comentários, o sumário do livro, adiantando aos futuros leitores os temas/lugares percorridos, descritos e ponderados por Domingos

⁴⁶¹ Jornal A República. “Diversas”. Curitiba, 30/08/1903. p. 01.

⁴⁶² NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 03.

⁴⁶³ Jornal A Republica. “Exposição”. Curitiba, 16/10/1903. p. 01.

Nascimento. O lançamento do livro ocorreu durante os festejos comemorativos do 50º aniversário de Emancipação Política do Paraná. Exemplares da obra foram entregues para políticos, empresários e jornalistas do Paraná e de outros estados que vieram prestigiar o evento. Era uma forma de divulgar as potencialidades, as belezas naturais e os problemas existentes nos longínquos sertões a Sul e Oeste do Paraná. Nos jornais curitibanos que deram ênfase ao evento comemorativo não conseguimos obter informações noticiando se referido livro chegou a ser distribuído (ou vendido) aos anônimos visitantes da Exposição.

A aqueles que tiveram acesso ao livro de Domingos Nascimento, a leitura, página após página, revelou cenários contraditórios. As paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d'águas, descritas com o intuito de destacar a “grandiosidade das nossas riquezas, que como jóias intactas permanecem occultas para os lados oeste de nossa terra”, contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios. Nesse sentido, salientou Domingos Nascimento:

Quem quizer dar-se ao trabalho de compulsar este livro, verá nos precedentes capítulos o grau de desenvolvimento e sofreguidão com que esses dois povos tratam de aproveitar a nossa desídia, de tudo tirando vantagem deante do abandono em que se acham nossas terras da fronteira, nas mãos dos capitalistas estrangeiros [...] Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, enquanto que nos, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes de seus caprichos. Nada temos ali de valor que nos aproveite: madeiras, commercio, navegação, fabricas, tudo lhes pertence. Pois não será tudo isso um desastre para as nossas armas no campo do progresso? [...]

E porque toda a vida dessas três fronteiras pertence ao estrangeiro? Porque nos separa das costas do Paraná e do Iguassu immenso sertão de mais de 40 leguas para cada lado, sem meios de communicação regular com o centro de nosso Estado: pois é sabido que as actuaes picadas para a colônia militar do Iguassú e para o barracão são horrorosas, ao passo que os argentinos, principalmente, possuem toda a zona das Missões cortadas de regulares estradas e

onde o movimento de cargueiros para diversos centros e portos é extraordinariamente grande.⁴⁶⁴

A Fronteira era um “Paraíso do Assombro”, definiu Domingos Nascimento. As precárias vias de comunicação com o restante do Paraná e do Brasil dificultava a migração de pessoas rumo à Fronteira, aberta oficialmente com a instalação das Colônias Militares. Por outro lado, isolava os brasileiros que haviam migrado sertão adentro e os punha em contato direto com o “estrangeiro” que marcava presença e estava a explorar erva-mate e a madeira, transportada em barcos-vapores rio Paraná abaixo e por cargueiros com tração animal via estradas aos portos e cidades argentinas. Domingos Nascimento alude que o progresso do Paraná dar-se-ia com a ocupação das terras na Fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura. Entendia que os “capitalistas estrangeiros” constituíam-se num entrave ao desenvolvimento e o progresso do Paraná e da Fronteira Oeste do Paraná.

Os rumos dados pelo Governo do Estado do Paraná, no entanto, caminhavam em sentido contrário aos aludidos por Domingos Nascimento. Em 22 de fevereiro de 1901, a Secretaria d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná expediu um “Título provisório de domínio de terras” a Manoel José da Costa Lisboa e Domingos Barthe. 10.000 hectares de terras devolutas “obtidos por compra, sujeitas a medir e demarcar, no lugar denominado entre os rios Paz e Tormenta, situado no município de Guarapuava”.⁴⁶⁵ Em 17 de novembro do mesmo ano, Manoel José da Costa Lisboa e Domingos Barthe adquiriram via compra mais 3.000 hectares de

⁴⁶⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 189-190.

⁴⁶⁵ ESTADO DO PARANÁ. “Título provisório de domínio de terras a Manoel José da Costa Lisboa e Domingos Barthe”. Curitiba, 22/02/1901. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu*. Curitiba: SBPH/PR, 1987. p. 37 (Doc XI).

“terras devolutas a margem esquerda do rio da Paz, do município de Guarapuava pelo preço mínimo da lei”.⁴⁶⁶ [Ver Figura 07]

Domingos Barthe era um grande empresário argentino. Residia em Posadas e era o maior explorador de erva-mate e madeira em terras brasileiras na região de fronteira e nas imediações da Colônia Militar. A compra das “terras devolutas” junto ao Estado do Paraná foi uma estratégia para continuar a explorar legalmente os 13.000 hectares adquiridos via compra “por preço mínimo”, e outros tantos mil hectares que não lhe pertenciam por direito. E mais, com o “Título provisório de domínio de terras” tornava-se legal a presença de empresas estrangeiras em terras brasileiras e a atividade exploratória feita por argentinos mediante trabalho braçal de paraguaios, brasileiros e argentinos. Para o Estado do Paraná, a comercialização das terras devolutas fora dos limites da Colônia Militar gerava dinheiro aos cofres públicos e impostos pela exportação de erva-mate e madeira.

As plantas das áreas adquiridas por Domingos Barthe e Manoel José da Costa Lisboa (Paz, de 3.000 hectares; São Domingos, 10.000 hectares) foram elaboradas em 1901, por Samuel Gomes Pereira, na Comarca de Guarapuava (ver mapas 03 e 04). Entre as inscrições “terrenos devolutos” constavam as inscrições “Mattos e Hervaes”, que levam ao historiador indagar sobre a escolha das áreas de terras detalhadas nas plantas. Eram áreas de terras escolhidas ao acaso? Certamente não. Os ervateiros argentinos na medida em que se distanciavam das barrancas do rio Paraná rumo ao interior das florestas e rios do oeste paranaense, descobriam novas áreas de florestas de madeiras nobres e de erva-mate. Tais descobertas chamaram a atenção dos argentinos, que a exemplo de Domingos Barthe e Manoel José da Costa Lisboa, trataram de adquirir via compra. Os terrenos denominados “Paz” e “São Domingos” foram objetos de uma escolha entre outras áreas de

⁴⁶⁶ ESTADO DO PARANÁ. “Illustre Cidadão D’ Secretaria de Obras Públicas”. Curitiba, 17/11/1901. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu*. Curitiba: SBPH/PR, 1987. p. 33. (Doc XII).

terras e matas ainda não exploradas, cujos critérios foram a qualidade e a quantidade de ervais e madeiras, entre os rios Paz e Tormenta.

Domingos Barthe possuía ao menos um barco-vapor (o “Feliz Esperanza”) e um porto, o Porto Aguirre (que mais tarde deu origem a Puerto Iguazú), por onde se fazia o carregamento de erva-mate e o traslado das toras de madeira para Posadas, na Argentina, com o objetivo de serem beneficiadas e comercializadas. Domingos Nascimento, quando de sua viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1903, informa que Domingos Barthe já havia comprado mais 35.000 hectares de terras a 144 contos de réis e possuía o título provisório de mais 50.000 hectares adquiridos por 200 contos de réis. Indignado, continua Domingos Nascimento:

Nada tenho a dizer sobre essas vendas lucrativas para o Estado; mas tenho debaixo dos olhos e com escala à mão, copia de um mappa existente na Secretaria de Obras Publicas determinando a área e a posição desse terreno.

Por elle vê-se que as propriedades de Barthe começam do rio Tormentas e vão terminar no rio da Paz, do lado sul, atravessando as cabeceiras do [rio] Archimedes e do [rio] Andradas, terminando pelo lado de norte até as cabeceiras do [rio] S. Francisco.

Ora, a zona sul é apenas uma estreita faixa de terreno cujo marco mais saliente do lado de leste não passa do rio Tormentas. Pois achando-se este último rio distante de Catanduvás 2 léguas, como é que as propriedades de Barthe têm marcos assentados a uma légua antes dessa ultima localidade? Esse recuo é que não posso explicar. É verdade que sobre o [rio] Adelaide há herveiros cujos troncos têm uma espessura de 50 centímetros de diâmetro e que elevam a sua rica ramagem a grande altura como se madeiras de lei fossem. Essa prodigiosa riqueza deve ter provocado a cubiça dos hervateiros; mas, ao que me consta, são terras devolutas, sem concessionários até hoje.

Esse rico proprietário, residente em Posadas, ostenta hoje os seus domínios até as proximidades da colônia [Militar de Foz do Iguaçu], localizando roceiros para o plantio do milho, para sustento de suas numerosas tropas, e collocando à margem da estrada acampamentos de hervateiros [...]

25 de maio [de 1903] – Que coincidência! A 2 léguas de Catanduvás, sobre o rio Tormentas, penetramos no primeiro acampamento dos argentinos. [...] São as terras de Barthe.⁴⁶⁷

A localidade de Catanduvás fora criada pelos militares da “Comissão Estratégica no Paraná” para auxiliar as tropas e viajantes que se deslocava à

⁴⁶⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 92-93.

Colônia Militar de Foz do Iguaçu (ou de lá voltavam). Pelo caminho percorrido por Domingos Nascimento, em 1903, Catanduvas estava a aproximadamente 30 léguas (200 km) de distancia da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. A narrativa de Domingos Nascimento evidencia que os limites das terras e a exploração dos ervais não eram respeitados mesmo quando haviam sido demarcados. A ação dos trabalhadores ervateiros, portanto, não estava restrito às terras adquiridas junto ao governo do Paraná. Avançava-se aos ervais existentes em terras devolutas.

A quantidade e a qualidade dos ervais e madeiras existentes na região oeste do Paraná logo atraiu outros empresários. Pedro Nuñez e Lazaro Gibaja formaram a firma Nuñez y Gibaja e, em agosto de 1904, adquiriram 50.000 hectares de terras via compra, junto ao Governo do Estado do Paraná, no “lugar denominado Costa rio Paraná, norte arroio São Francisco, situado no município de Guarapuava”.⁴⁶⁸ Em 6 de abril de 1905, Jorge Schimmelpfeng (que acabara de pedir exoneração da função chefe da Agência Fiscal de Rendas na Colônia Militar de Foz do Iguaçu) visando dedicar-se à indústria e ao turismo na fronteira, adquiriu 250.000 hectares de terras devolutas, que recebeu o nome de propriedade “São Francisco”. O título de domínio foi expedido pelo Estado do Paraná em 27 de agosto de 1907, à empresa *Companhia de Maderas del Alto Paraná*, com sede em Buenos Aires.⁴⁶⁹ O capital investido na compra de terras e infra-estrutura, porém, não era de Jorge Schimmelpfeng, e sim de investidores ingleses, dentre eles Hilary Howard Leng.

⁴⁶⁸ REQUERIMENTO de Nuñez y Gibaja solicitando o teor do título provisório de 50 mil hectares de terras adquiridas ao Estado do Paraná, de 02 de agosto de 1905. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Documental do Paraná...* Op. Cit, p. 46. (Doc. XXI).

⁴⁶⁹ ESTADO DO PARANÁ. “Título de domínio directo de terras à Companhia de Maderas del Alto Paraná”. Curitiba, 27 de agosto de 1907. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná...* Op. Cit. p. 53 (Doc. XXVII); Ver também, “Planta da propriedade São Francisco, de Jorge Schimmelpfeng, Hilary Leng e outros, 1905” n: WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná...* Op. Cit. p. 51 (Doc. XXV).

O engenheiro Arthur Martins Franco⁴⁷⁰, entre os meses de setembro de 1904 e maio de 1905, junto de uma equipe de auxiliares, realizou a medição e a demarcação das terras adquiridas por Domingos Barthe, Pedro Nuñez e Lazaro Gibaja. O convite lhe fora feito pelo engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, que naqueles anos estava à frente da Repartição Estadual de Terras Devolutas do Paraná. Os trabalhos de demarcação e medição das terras encontram-se relatados e fotografados na obra *Recordações de viagens ao Alto Paraná*, cuja redação foi concluída em setembro de 1950, publicado, porém, somente em 1973.⁴⁷¹ O prefácio à obra foi escrito pelo ex-governador do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, no qual delega a Arthur Martins Franco a alcunha de “bandeirante do século XX”, moderno, “abrindo o sertão tecnicamente, com balizas, bússolas e teodolitos”.⁴⁷²

Recordações de viagens ao Alto Paraná divide-se em duas partes. A primeira, procura discorrer sobre a viagem e os trabalhos de medição e demarcação das terras “no sertão do Alto Paraná” a duas “empresas hervateiras argentinas: ‘Nuñez y Gibaja’ e ‘Domingos Barthe’”, além dos passeios turísticos a várias cidades argentinas e aos Saltos do rio Iguaçu; e a segunda, relata outra viagem feita à região de fronteira em novembro de 1913, em cuja ocasião Arthur Martins Franco (no exercício do cargo de Secretário de Fazenda do Estado do Paraná) instalou a Coletoria Estadual de Rendas no distrito de Foz do Iguaçu, chefiada por João Ribeiro da Fonseca. Narra também a visita aos saltos de Sete Quedas e a estrutura montada por diferentes empresas argentinas nos portos edificadas às barrancas do rio Paraná. Em resumo, a obra é de fundamental leitura a aqueles que desejam

⁴⁷⁰ Arthur Martins Franco, membro de família tradicional de Curitiba, “nasceu em Campo Largo, em 1876. Filho do Capitão Evaristo Martins Franco, grande proprietário de terras no Cajuru e Santa Bárbara, Curitiba. Bisneto do coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o conquistador dos Campos de Guarapuava em 1810. Arthur era engenheiro formado pela Politécnica de São Paulo. Engenheiro em Curitiba. Comissário de terras. Secretário da Fazenda em 1912. Deputado Estadual [na década de 1920]. Professor Catedrático da Universidade do Paraná. Presidente do Circulo de Estudos Bandeirantes, membro do Instituto Histórico e diretor do Museu Paranaense”. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores...* Op. Cit. p. 260-261.

⁴⁷¹ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: s/ed, 1973.

⁴⁷² ROCHA NETO, Bento Munhoz da. “As lições dos relatos de viagem”. In: FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 7.

estudar o sistema *obrageiro* na região oeste paranaense nas duas primeiras décadas do século XX, pois, entre outras coisas, possibilita entender a dinâmica de funcionamento das *obrages* e as condições de trabalho e vida dos *mensus* (trabalhadores ervateiros e madeireiros), além, é claro, do cotidiano da equipe de medição das terras e das aventuras pelos saltos do rio Iguaçu e Sete Quedas.

Mesmo tendo passado alguns dias na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1904 e em 1913, Arthur Martins Franco quase nada escreveu sobre ela. Limitou-se a lembrar o nome de algumas pessoas que vieram recepcionar e dar pouso à equipe de medição e daquelas pessoas que os acompanharam à visita aos saltos do rio Iguaçu. Suas narrativas, no entanto, contribuem à nossa pesquisa ao trazer informações a respeito de Cândido Ferreira de Abreu, que em sua viagem à região oeste do Paraná, entre fins de 1904 e princípios de 1905, como engenheiro da Repartição Estadual de Terras (no governo de Vicente Machado), teceu preciosas considerações sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, publicadas em 1974 no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEPR).⁴⁷³

3.1.3 CÂNDIDO FERREIRA DE ABREU, UM ENGENHEIRO NA FRONTEIRA

Na história e na historiografia paranaense, Cândido Ferreira de Abreu é conhecido como o prefeito que implementou a reestruturação urbana de Curitiba, entre os anos de 1913 e 1916, projeto esse, de fundamental importância para a consolidação de um imaginário da modernidade na capital paranaense, “deixando para trás o passado, desprezando suas evidências materiais, em prol das promessas e dos interesses inerentes ao capital em

⁴⁷³ ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar de Foz do Iguaçu - 1905” e “Visita ao Salto de Santa Maria”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*. Curitiba, vol. XXII, 1974. pp. 119/127 e 129/135.

adequar geograficamente a cidade”, destaca Rafael Augustus Sêga na obra *A Capital Belle Époque* (2001).⁴⁷⁴

Filho de Antonio Ferreira de Abreu (magistrado) e de Maria Cândida Guimarães (filha do Visconde de Nácar, Manoel Antonio Guimarães – um dos maiores ervateiros do litoral Paranaense), Cândido Ferreira de Abreu nasceu a 02 de agosto de 1856, em Paranaguá. Segundo Rafael Augustus Sêga, Cândido Ferreira de Abreu “perdeu o pai ainda criança e, mesmo pertencendo à família tradicional, atravessou uma série de dificuldades financeiras. O que não o impediu de dar prosseguimento aos seus estudos. [...] em 1870, com quatorze anos, ele já estava matriculado no tradicional colégio curitibano do professor Jacob Mueller”.⁴⁷⁵ Quatro anos mais tarde, migrou para a o Rio de Janeiro e, em 1879, ingressou no curso de engenharia da Escola Politécnica. Após a conclusão do curso de engenharia, em 1882, “iniciou sua carreira profissional na epopéia amazônica da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré como engenheiro de 1ª classe da Comissão de Exploração”,⁴⁷⁶ pontua Rafael Augustus Sêga, que continua:

Após trabalhar na Amazônia, atuou como inspetor de colonização no Rio Grande do Sul. Em 1885, retornou ao Rio de Janeiro e passou a atuar junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; dois anos mais tarde, em 1887, o presidente da Província do Paraná, Alfredo d’Escagnole Taunay, convidou-o para assumir o cargo de Diretor de Obras Públicas da Província, chegando a inspetor especial de terras e colonização. [...] Permaneceu nesse cargo até ser nomeado, em 1890, chefe da Comissão de Saneamento de Campos, renunciando ao antigo cargo. [...] Em 1892, Cândido de Abreu venceu a primeira eleição para prefeito da cidade de Curitiba. [...] Porém, as limitações impostas pelo Legislativo Municipal irritaram Cândido de Abreu, que encaminhou uma carta renunciando ao cargo [após 11 meses de mandato]. [...] No ano seguinte à renúncia, Cândido de Abreu foi convidado por Aarão Reis para fazer parte da Comissão Construtora de Belo Horizonte, nova capital mineira em substituição a Ouro Preto.⁴⁷⁷

⁴⁷⁴ SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu – 1913/1916*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 68.

⁴⁷⁵ SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: ...* Op. Cit. p. 32.

⁴⁷⁶ SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: ...* Op. Cit. p. 32.

⁴⁷⁷ SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: ...* Op. Cit. p. 32 a 34.

Em 1896, retornou a Curitiba e firmou-se como arquiteto, projetando diversas praças, palacetes, residências e capelas, sem, no entanto, deixar de atuar como Secretário dos Negócios e Colonização do Paraná, coordenando núcleos coloniais, construções de estradas, medição e demarcação de terras pelo interior do Paraná. Nesse período, sob sua responsabilidade esteve a colônia de Prudentópolis, fundada em abril 1896. Após três anos, destaca Sebastião Paraná, sua população se compunha de “8.000 habitantes polacos, afora 200 famílias nacionais. A sede da colônia contém cerca de 200 casas, existindo estabelecimento comerciais, fábrica de cerveja, cortumes, etc.”.⁴⁷⁸

A experiência adquirida por Cândido Ferreira de Abreu no Rio Grande do Sul e sua atuação como inspetor de terras e colonização no Governo de Alfredo D’Escagnolle Taunay, contribuíram para o êxito administrativo da colônia de Prudentópolis, assim como na solução dos conflitos existentes entre poloneses, ucranianos e caboclos, em questões relativas às técnicas de cultivo, de ocupação de terras e por fatores identitários. Um estudo recente problematizando os conflitos étnicos e identitários em Prudentópolis foi realizado por Odinei Fabiano Ramos, que tem por título *Ucranianos, poloneses e “brasileiros”: Fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis – 1895/1950*.⁴⁷⁹

Como visto acima, a atuação de Cândido Ferreira de Abreu em diferentes funções e regiões do Brasil como arquiteto, engenheiro e inspetor de terras e colonização no interior do Rio Grande do Sul e do Paraná conferiu-lhe experiência e *status* social perante a sociedade paranaense, sendo ele eleito Deputado Estadual (1901/1903) e Deputado Federal (1903/1906). Segundo Bento Munhoz da Rocha Neto (que fez a apresentação às narrativas de viagens de Arthur Martins Franco), Cândido de Abreu exercia, além das funções parlamentares no Rio de Janeiro, “sua profissão na Repartição de

⁴⁷⁸ O nome Prudentópolis deve a uma homenagem a Prudente de Moraes, então Presidente do Brasil. Cf. PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 392 e 393.

⁴⁷⁹ RAMOS, Odinei Fabiano. *Ucranianos, poloneses e “brasileiros”: Fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis (1895/1950)*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. [Dissertação de mestrado em História].

Estadual que tratava das terras devolutas”.⁴⁸⁰ Algumas plantas demarcando áreas de terras devolutas situadas na região oeste do Paraná adquiridas pelo empresário ervateiro Domingos Barthe, entre os anos 1901 e 1905, foram elaboradas e assinadas por Cândido Ferreira de Abreu.⁴⁸¹

Em fins de agosto de 1904, Cândido Ferreira de Abreu convidou o engenheiro Arthur Martins Franco “para participar da execução de um serviço de medição e demarcação de terras no sertão do Alto Paraná”,⁴⁸² mais precisamente, as terras adquiridas pelos empresários argentinos Nuñez y Gibaja e Domingos Barthe. Além de Cândido Ferreira de Abreu e Arthur Martins Franco, fizeram parte da equipe Aristides de Oliveira, Max Kopf (fotógrafo), Getúlio Requião e Francisco Lopes das Chagas. A presença de um fotógrafo entre os membros da equipe indica que a viagem visava atender, além dos trabalhos de medição e demarcação de terras, aos anseios dos viajantes em conhecer e em registrar algumas imagens dos lugares visitados e admirados durante a viagem.

Com exceção a Cândido Ferreira de Abreu, que partiu do Rio de Janeiro a bordo do vapor “Urubu” (em 7 de setembro de 1904), os demais membros da equipe partiram no dia 3 de setembro, no “vapor cargueiro argentino ‘Dalmata’, da empresa de navegação Mianowich, sob o comando de Constantino Troyanowich e que se achava ancorado no porto de Paranaguá, em serviço de carga de madeiras e herva-mate”, lembra Arthur Martins Franco.⁴⁸³ O itinerário da viagem incluía passar por Montevideú, Buenos Aires, Rosário, Corrientes, Posadas e outros portos menores no Rio Paraná até chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu e, de lá, seguir de barco-vapor até o “Porto 12 de outubro”, de onde seguiriam floresta adentro visando dar início aos trabalhos de medição e demarcação das terras.

⁴⁸⁰ ROCHA NETO, Bento Munhoz. “As lições dos relatos de viagem”. In: FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p.3.

⁴⁸¹ Conferir Plantas XIX e XXIV, em WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Documental do Paraná...* Op. Cit. p. 45 e 50.

⁴⁸² FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 9.

⁴⁸³ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 9.

O encontro de Cândido Ferreira de Abreu com a equipe de trabalho deu-se em Buenos Aires, na Argentina, em 12 de setembro de 1904. Conta Arthur Martins Franco que foram recebidos pelo “patrício Plínio Miró”⁴⁸⁴ e que lhes acompanhou a diferentes lugares nos seis dias que permaneceram na cidade. Em 18 de setembro, embarcaram no vapor “Saturno” rumo a Corrientes, cujo destino chegaram em 23 de setembro. Após rápida visita à cidade, embarcaram no vapor “Uruguai” e seguiram viagem com destino a Posadas. A chegada a Posadas deu-se na tarde do dia 25 de setembro sob intenso calor, destaca Arthur Martins Franco, que segue:

Hospedamo-nos no hotel ‘Espanña’. A noite saímos a passeio pela cidade e tivemos ocasião de assistir a uma cena interessante – no quintal de uma das casas, a família inteira, composta de homens, mulheres e crianças, dormiam ao relento, à luz do luar, em camas de vento. Iguais cenas vimos em outros quintais e mesmo ela rua, nas mais desertas. [...] O Sr. Domingos Barthe, que se achava em Posadas, foi incansável em nos obsequiar. No dia 29, munidos de ingressos para o ‘Clube Misiones’ e um convite para assistirmos a um ‘recibo’, que teria lugar nesse dia, fomos ao Clube e assistimos à reunião.⁴⁸⁵

Posadas era uma cidade portuária e, para ela se destinavam parte da erva-mate e madeira extraída das terras paraguaias, brasileiras e argentinas. Ali eram beneficiadas e exportadas para o Chile, Uruguai e Europa. A sede da empresa de Domingos Barthe era em Posadas e, seu proprietário ao saber que os brasileiros que iriam proceder a medição e a demarcação das suas terras estavam hospedados no hotel “Espanña”, tratou lhes ofereceu ingressos para o “Clube Misiones”. Também deixou a disposição dos brasileiros o Sr. James Pagés⁴⁸⁶, funcionário de Domingos Barthe, que, além de obsequiar os membros da equipe de medição em Posadas, passou a acompanhar Cândido Ferreira de Abreu em suas atividades. Relata Arthur Martins Franco que, em

⁴⁸⁴ Plínio Miró é irmão de Manoel Miró, empresário ligado à extração e beneficiamento de erva-mate na região de Curitiba, este último, casou-se com a irmã de Cândido Ferreira de Abreu, conhecida como “Nenê” Miró. Cf. SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque...* Op. Cit. p. 55.

⁴⁸⁵ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 20 e 21.

⁴⁸⁶ Em parte do livro de memórias de viagens de Arthur Martins Franco, James Pagés é nominado de Jayme Pagés.

04 de outubro de 1904, parte da equipe de medição seguiu viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu a bordo do vapor “Iguassu”, de propriedade de Nuñez y Gibaja: “O Dr. Cândido de Abreu, sentindo-se adoentado, resolveu não continuar a viagem até o Guayra, que pretendia visitar, de modo que apenas eu [Arthur Martins Franco], o Aristides, o Max, o Getúlio Requião e o Francisco Chagas seguiríamos viagem”.⁴⁸⁷

Para chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu era necessário desembarcar no Porto Aguirre, construído na margem esquerda do rio Iguaçu, e dali atravessar para a margem direita do mesmo rio. A travessia se fez na manhã do dia 8 de outubro de 1904, “onde aguardavam a nossa chegada os membros da Comissão Estadual de Rendas, Alfredo Dulcidio Pereira, Walfrido de Abreu e Egas Borba, em cuja residência nos hospedamos, Fulgencio Pedroso e Dom Jesus Val”, aludiu Arthur Martins Franco. Egas Borba, era filho de Nestor Borba.

Cândido Ferreira de Abreu e James Pagés chegaram à Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 11 de outubro de 1904. No dia seguinte, os membros da equipe de medição subiram o rio Paraná a bordo do vapor “Espanña” até o Porto “12 de outubro”, ponto de desembarque e “acampamento da gente de Nuñez y Gibaja, onde devíamos ficar”, lembrou Arthur Martins Franco, para, em seguida, noticiar que “o Dr. Cândido de Abreu, que tinha acompanhado até ali, regressou no mesmo vapor para a Foz do Iguaçu e Posadas, por motivo de saúde, conforme dissemos, ficando conosco no porto o Sr. James Pagés”.⁴⁸⁸ Arthur Martins Franco não informou qual era a enfermidade que se abateu sobre Cândido Ferreira de Abreu, bem como nada mais informou os rumos e atividades desenvolvidas por Cândido Ferreira de Abreu na região de fronteira até o nono dia do mês de maio de 1905, por ocasião do retorno da equipe de medição a Posadas a bordo do vapor “Espanña”, onde reencontraram Cândido Ferreira de Abreu.⁴⁸⁹ [Ver Figura 08]

⁴⁸⁷ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 21.

⁴⁸⁸ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 26.

⁴⁸⁹ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 50-51.

FIGURA 08 – Roteiro de Viagem de Cândido Ferreira de Abreu



FONTE: PAUWELS, Geraldo José. "Mapa do Brasil". In: _____. Atlas Geográfico Melhoramentos. 10 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951. p. 33. [Com alterações do autor]

Assim como outros viajantes, Cândido Ferreira de Abreu também fez uso de um caderno de notas de viagem, onde imprimiu o seu olhar sobre diferentes lugares percorridos nos “sertões do Alto Paraná”, entre outubro de 1904 e maio de 1905. O referido caderno de notas de viagem não chegou a ser publicado por Cândido de Abreu. Segundo Julio Moreira, parte considerável do caderno de notas foi extraviada, restando apenas algumas “folhas avulsas”, que, por ocasião da publicação no *Boletim* do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, em 1974, transformaram-se em dois textos: “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar do Iguaçu”,⁴⁹⁰ ambos datados de 1905. É difícil precisar se foi Cândido Ferreira de Abreu que dividiu seu caderno de notas por temas e lugares visitados, ou se os títulos e a divisão do caderno de notas de viagem em tópicos ocorreu mediante a intervenção de Julio Moreira.⁴⁹¹

Em “Visita ao Salto de Santa Maria”, Cândido Ferreira de Abreu narra sua “visita” ao que na atualidade e turisticamente se denomina as “Cataratas do Iguaçu”,⁴⁹² ocorrida entre os dias 11 a 13 de abril de 1905. Em sua companhia estavam o tenente-engenheiro José Ozório e um dos filhos do argentino Jesus Val: Ricardo Val. A narrativa segue o itinerário da viagem, isto é, partindo da Colônia Militar de Foz do Iguaçu rumo ao Porto Aguirre e, de lá,

⁴⁹⁰ ABREU, Cândido Ferreira de “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. pp. 119-127 e 129-135.

⁴⁹¹ Julio Estrella Moreira era médico e dentista, porém, dedicou parte de seu tempo à pesquisa histórica sobre a cidade de Curitiba e à história do Paraná. Foi durante longo tempo, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, colaborando periodicamente com textos para o *Boletim* do IHGE. Também era membro da Academia Paranaense de Letras (cadeira 14) e do Museu Paranaense. Faleceu em 1975. No ano seguinte (30/08/1976), em sua homenagem, foi criada a Galeria subterrânea Julio Moreira (ligando a rua José Bonifácio ao Largo Coronel Enéas, ou Largo da Ordem como é popularmente conhecido), na área central de Curitiba. Parte da produção bibliográfica e o acervo de documentos e livros de Julio Moreira ficaram, por longo tempo, alocados neste espaço. Numa reforma feita em 2000000, o acervo bibliográfico e os documentos ali alocados foram transferidos para a Biblioteca Pública do Paraná. Entre as obras escritas por Julio Estrella Moreira está o *Dicionário Bibliográfico do Paraná*, publicado em 1957, através do Museu Paranaense, que, naquela época, era dirigido por Julio Moreira.

⁴⁹² Salto ou saltos de Santa Maria era o nome dado ao conjunto de saltos a poucos quilômetros da foz do rio Iguaçu, entre fins do século XIX e princípios do século XX. Isso pode ser verificado nos relatos de viagens de José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e de Silveira Neto.

subir o rio Iguaçu de canoa a remo até chegar aos saltos, feitos em três horas, destaca Cândido Ferreira de Abreu, “três horas sem nos apercebermos do tempo tudo nos despertava curiosidade e distraia a atenção, as árvores da ribanceira, a vegetação das ilhas, as pedras soltas, os encalhes da canoa, a paisagem que a cada passo mudava”.⁴⁹³ Assim como José Ozório, Cândido Ferreira de Abreu tinha em mãos uma máquina fotográfica e, na medida em que descrevia os diferentes saltos, anunciava que havia assentado seu aparelho e “queimado uma chapa”. As fotografias tiradas não acompanham o texto. Porém, Julio Moreira acrescentou um “Croquis do Salto de Sta. Maria”, desenhado a caneta tinteiro por Cândido Ferreira de Abreu e José Ozório, com o objetivo de fornecer ao leitor algumas características geográficas do conjunto dos saltos de Santa Maria [Ver Figura 09]

Em “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”, Cândido Ferreira de Abreu inicia sua descrição preocupado não apenas em descrever a Colônia Militar em 1905, mas em trazer informações relevantes para a compreensão da situação de abandono vivida pela Colônia Militar, na medida em que faz um esboço histórico da colônia, pontuando “uma série de desmandos, erros e descabros” cometidos por diretores, oficiais, soldados e colonos. A localização geográfica da Colônia Militar, a ausência de estradas e a escolha dos militares que atuaram como diretores da Colônia Militar são temas abordados por Cândido Ferreira de Abreu. Como anexo ao texto, há uma “relação nominal dos colonos residentes na Colônia Militar e, algumas tabelas pontuando a quantidade de extração e exportação de erva-mate pelo rio Paraná referente ao ano de 1904.”⁴⁹⁴

Como dito antes, as notas de viagem de Cândido Ferreira de Abreu foram publicadas no *Boletim* do IHGE/PR, em 1974, ano em que se iniciaram os trabalhos de demarcação e escavação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Nesse mesmo ano teve início um estudo histórico e arqueológico

⁴⁹³ ABREU, Cândido Ferreira de. “Visita ao Salto de Santa Maria”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. p. 121.

⁴⁹⁴ ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. pp. 129-135.

FIGURA 09 – Croquis dos Saltos de Santa Maria, por Cândido Ferreira de Abreu



FONTE: ABREU, Cândido Ferreira de. "Visita aos Saltos de Santa Maria".
 Revista do IHGE/PR, Curitiba, 1974, p. 128

da região que iria ser afetada (alagada, escavada) pelas obras, máquinas, desvio do curso do rio Paraná e a formação do lago. Alguns historiadores e arqueólogos vinculados à Universidade Federal do Paraná (UFPR) fizeram parte da equipe de pesquisadores, dentre eles Ruy Christovam Wachowicz, Cecília Maria Westphalen e Igor Chmyz. O suporte financeiro partiu do Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN). *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense* (1982), de Ruy C. Wachowicz; *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu* (1987), de Cecília M. Westphalen; e os 8 relatórios arqueológicos realizados na área de Itaipu, elaborados entre os anos de 1976 e 1983, sob coordenação do arqueólogo Igor Chmyz, são alguns resultados apresentados em forma de livros. Existe, no entanto, um número enorme de documentos levantados e alocados no Eco-Museu da usina hidrelétrica de Itaipu que ainda não foram objetos de atenção de historiadores, arqueólogos, geógrafos e outros pesquisadores.

A publicação de algumas folhas avulsas contendo narrativas de viagem de Cândido Ferreira de Abreu à Colônia Militar de Foz do Iguaçu e ao salto de Santa Maria, por Julio Estrella Moreira nas páginas do *Boletim* do IHGE/PR, sinaliza que havia um esforço maior entre os historiadores curitibanos em colaborar com a equipe de pesquisadores acima citados. Ao fazer isso, Julio Moreira também alertava à sociedade letrada paranaense e brasileira que a região onde iria dar lugar à maior usina hidrelétrica do mundo possuía uma história de longa data e que era necessário valorizar e preservar as riquezas naturais, as memórias e as histórias daquela região fronteiriça.

Os relatos de viagem do poeta e literato Manoel de Azevedo da Silveira Netto quando de sua estadia na Colônia Militar de Foz do Iguaçu entre meados do ano de 1905 e princípios do ano seguinte, também foram objetos de atenção de Ruy C. Wachowicz e de Cecília M. Westphalen quando da construção dos livros acima destacados. Suas memórias sobre Colônia Militar foram publicadas em 1914, sob o título *Do Guairá aos saltos do Iguassú*.

3.1.4 SILVEIRA NETTO, DO GUAIRÁ AOS SALTOS DO IGUASSÚ

“Quando conheci Silveira Neto”, diz Oscar Martins Gomes,

já ‘Luar de Hiverno’ tinha mais de um decênio de publicidade. Sem rendimento de fortuna, vivia e mantinha numerosa família trabalhando como escriturário da Fazenda Federal, em cujo âmbito de serviços desempenhou importantes comissões nesta Capital [Curitiba], em Paranaguá (Inspetor de Alfândega), na Foz do Iguassú e no Rio de Janeiro, onde residiu maior número de anos. Dividia Silveira Neto o seu tempo entre seu cargo, sua família, sua biblioteca e seus amigos. Homem de vida austera, de educação e de hábitos sociais, não o seduziam, entretanto, as mundaneidades fúteis.

Autodidata, lia e estudava sempre. Lembra-me que estudou inglês num curso por correspondência. E depois de 45 anos matriculou-se na Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro, colando grau na primeira turma de bacharéis, da qual, pelo brilhantismo e relevo com que se houve, foi orador na cerimônia realizada em junho de 1920.⁴⁹⁵

As palavras proferidas acima foram lidas por Oscar Martins Gomes em 13 de janeiro de 1943, na sessão de homenagem póstuma da Academia Paranaense de Letras, prestada a Silveira Netto, falecido em 19 de dezembro de 1942, no Rio de Janeiro, aos 71 anos de idade. Como poucos, Oscar Martins Gomes (amigo de longa data de Silveira Neto) soube sintetizar em poucos parágrafos a trajetória e o fôlego intelectual de Manoel de Azevedo da Silveira Netto.

O primeiro ensaio biográfico e bibliográfico sobre Silveira Netto foi escrito por Sebastião Paraná em sua *Galeria Paranaense: notas biográficas* (1922), portanto, 20 anos antes de sua morte. Faz-se uso deste ensaio biobibliográfico, pois os demais ensaios biográficos e estudos existentes, com exceção à oração póstuma escrita por Oscar Martins Gomes, têm por base as informações coletadas por Sebastião Paraná. Silveira Netto nasceu em Morretes, a 4 de janeiro de 1872, filho de Manoel Azevedo da Silveira Junior e

⁴⁹⁵ GOMES, Oscar Martins. “Silveira Neto: oração proferida na sessão de homenagem póstuma, prestada ao poeta pela Academia, em 13/01/1943”. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Ano IV, jan/1946, n. 11. p. 8.

Guilhermina de Miranda Silveira. Após os estudos primários, Silveira Netto começou a auxiliar o pai na fabricação de tonéis e pipas de madeira, naquela época, feitos para armazenar e exportar erva-mate e outros produtos líquidos (como a cachaça). “Cedo, porém, revelou aptidões para o desenho e a pintura o que o levou a ser um dos alunos fundadores da Escola de Bellas Artes (depois de Artes Industriais) organizada em Curitiba, 1888, pelo artista português Mariano de Lima”, enfatiza Sebastião Paraná, que continua:

Deixou a oficina para fazer seus estudos secundários no Instituto Paranaense, começando a esse tempo a ensaiar-se no jornalismo estudantil.

Chegou a ser pensionado, pelo decreto da Assembléia Provincial do Paraná, para ir estudar bellas artes no Rio de Janeiro, não o conseguindo, porém, por se ter o governo da província negado a effectivar a pensão, sob pretexto de falta de meios no Thesouro.

A proclamação da República encontrou-o trabalhando na officina lithographica de Narciso Filgueiras, em Curitiba, e com os seus estudos de humanidades interrompidos.

Luctando com a carência de recursos para o conseguimento de seu ideal, que era ser pintor, e necessitando rumar-se na vida, inscreveu-se em concurso aberto para empregos do Ministério da Fazenda, em 1890. No anno seguinte começava a carreira burocrática.

Pouco antes [1890 a 1891] servira na Biblioteca Pública do Estado, por nomeação do Governador José Marques Guimarães, vindo a ocupar novamente esse cargo de bibliotecário, de 1894 a 1895, época em que ligava seu nome à fundação do *Cenáculo*.⁴⁹⁶

Segundo Cassiana Lacerda Carollo, foi exercendo os trabalhos de bibliotecário na Biblioteca Pública do Paraná que Silveira Netto “entrou em contato com os primeiros grandes livros de sua vida, origem de sua paixão pela poesia”,⁴⁹⁷ demonstrada no livro *Luar de Hivero*, publicado no Rio de Janeiro, em 1900.

Em 1893, dois anos após assumir o cargo de “praticante da Thesouraria de Fazenda do Paraná”, Silveira Netto foi “addido à Delegacia Fiscal de Curitiba, por ordem do Ministro da Fazenda”, sendo, em fins de agosto de 1894, demitido junto com outros funcionários federais com a eclosão a

⁴⁹⁶ PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 240-241 [Grifos do autor].

⁴⁹⁷ CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Luar de Hivero de Silveira Neto – expressão do decadismo”, SILVEIRA NETO. *Luar de Hivero*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1996. p. 14.

Revolução Federalista no Paraná. Voltou a exercer o cargo de bibliotecário na Biblioteca Pública do Paraná e, junto com Dario Vellozo, Julio Pernetta e Antonio Braga fundou a revista *O Cenáculo*, na qual publicou algumas poesias que iram integrar, em 1900, o livro *Luar de Hivero*. Silveira Netto foi reintegrado aos quadros de servidores federais em julho de 1896, referencia Sebastião Paraná, onde ocupou o cargo de “escripturario” e “inspector” em diferentes regiões do Paraná e do Brasil:

Em 22 de junho de 1897 foi nomeado 2º escripturario da Alfândega de Paranaguá. Em 1898 passou a servir na Delegacia Fiscal de Curitiba, sendo promovido a 1º escripturario em 11 de março de 1902. Nesse mesmo anno, foi nomeado para o cargo de Inspector, em commissão, da Alfândega de Corumbá, onde permaneceu até 4 de julho de 1903, quando pediu dispensa, regressando ao Paraná. [...] A 11 de novembro de 1904 foi designado para installar a Mesa de Rendas da Foz do Iguassú, em companhia do digno funcionário Benedito Nicolau dos Santos.⁴⁹⁸

A nomeação de Silveira Netto para instalar e administrar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda junto à Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1904, foi motivado, em parte, pela repercussão dos escritos de Domingos Nascimento (na obra *Pela Fronteira*), em relação ao regime fiscal e aduaneiro. A viagem, no entanto, foi realizada somente em março de 1905, via barco-vapor passando por Montevideu, Buenos Aires, Corrientes, Posadas até chegar à Colônia Militar subindo o rio Paraná. Além de Silveira Netto e Benedito Nicolau dos Santos, integravam a comitiva de viagem e estadia na Colônia Militar, a esposa de Silveira Netto (Amélia Cassiana Alcântara) e seus 5 filhos (Tasso, Hiran, Eloah⁴⁹⁹, Antar e Heleno).⁵⁰⁰ O retorno de Silveira Netto e sua família a Curitiba deu-se em junho de 1906, visando realizar o tratamento da “febre palustre”⁵⁰¹ que havia se abatido sobre a Colônia Militar em fins de fevereiro de 1906. “Eu e toda minha família adoecemos naquele

⁴⁹⁸ PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 239.

⁴⁹⁹ Eloah, foi nome dado à primeira filha de Silveira Netto com Amélia, em 1893. Porém, faleceu ainda bebê. Em 1899, outra filha veio a nascer, recebendo o mesmo nome.

⁵⁰⁰ Cf. CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Luar de Hivero de Silveira Netto – expressão... Op. Cit. pp.13 a 17.

⁵⁰¹ Também conhecida como Malária.

retiro selvático e antes magnificamente sadio”, pontua Silveira Netto, que continua: “viagem longa e dolorosa, pelo Rio da Prata, porque íamos emaciados, febris a lutar com os repetidos acessos palúdicos, minha mulher em estado grave, os filhos debilitados”.⁵⁰²

Em 1910, Silveira Netto passou a ocupar o cargo de 3º escriturário da Recebedoria do Rio de Janeiro. Em 23 de outubro de 1910, a convite de Nestor Victor, proferiu conferência sobre os Saltos do Iguaçu, no Salão da Associação dos Empregados do Comércio, no Rio de Janeiro. Em 11 de julho de 1912, Silveira Netto voltou a proferir conferência sobre os Saltos do Iguaçu e Sete Quedas na Capital Paranaense, cuja renda seria revertida em prol “do levantamento da estátua em Curitiba ao extraordinário chanceler barão do Rio Branco, vitorioso negociador das questões das Missões com a República Argentina”.⁵⁰³ “Vendo acolhidas sob tão lisonjeiros auspícios pelo público”,⁵⁰⁴ enfatizava Silveira Netto, as conferências foram “impressas em volumes por conta do governo paranaense” mediante interferência de Ernesto Luiz de Oliveira, que, em 1914, respondia pela pasta da Agricultura no Estado do Paraná.⁵⁰⁵

Poucos dias após sair do parque gráfico e chegar às prateleiras das livrarias, o livro e seu mentor foram objetos de atenção em jornais paranaenses e cariocas, tais como o *Diário da Tarde* (de Curitiba), *Gazeta de Notícias* (do Rio de Janeiro), *Correio da Manhã* (do Rio de Janeiro), *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro). Nesses jornais, textos versando sobre a qualidade do trabalho escrito por Silveira Netto. “Um trabalho completo”, frizou Rubens do Amaral, no *Diário da Tarde*: “Nelle seu autor mostra-se o artista, na emoção com que fala do espetáculo sublime que contemplou; o escriptor, no methodo e na clareza da exposição; o estudioso e o conhecedor do

⁵⁰² SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995. p. 48. A primeira edição, datada de 1914, foi impresso em Curitiba, pela Tipografia do Diário Oficial do Paraná. A segunda edição é de 1939, publicado em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional.

⁵⁰³ SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá...* Op. Cit. p. 9

⁵⁰⁴ SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá...* Op. Cit. p. 8

⁵⁰⁵ SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá...* Op. Cit. p. 9

assumpto, na abundância de dados e pormenores com que enriqueceu a sua obra”.⁵⁰⁶ João Itiberê (poeta e músico paranaense) pelas páginas do jornal *Correio da Manhã* enfatizava que não havia outro poeta melhor “para ser chronista destas terras de maravilha e destas águas de sonho. [...] é, pois, um livro precioso, de incontestável e utilíssima propaganda, e ainda mais – um brado patriótico em favor das nossas maravilhas naturaes”.⁵⁰⁷ No *Jornal do Commercio*, referencia Sebastião Paraná, uma longa e detalhada notícia:

O livro do Sr. Silveira Netto é, assim, muito interessante e útil; traz copiosas informações sobre questões que a opinião brasileira precisa conhecer. Além de descrever os saltos, de comparar as grandes cachoeiras, de descrever a República del Guairá e de narrar a lenda de Naipir mostra com espírito patriótico os grandes problemas nacionaes que dessas ricas zonas fronteiriças desperta.⁵⁰⁸

A recepção dada pela imprensa carioca e paranaense a *Do Guairá aos Saltos do Iguassú*, espelha o prestígio e o fôlego intelectual de Silveira Netto entre seus pares. O poeta também se mostrava um prosador, um “chronista” de mão cheia ao narrar suas aventuras e desventuras quando de sua estadia na fronteira oeste do Paraná. No início da década de 1920, noticia Sebastião Paraná que *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* continuava a ser um “livro muito procurado e cuja edição se acha esgotada”.⁵⁰⁹

Em 1936, Silveira Netto recebeu convite de Fernando de Azevedo (que estava à frente da “Coleção Brasileira”⁵¹⁰ da Companhia Editora Nacional),

⁵⁰⁶ AMARAL, Rubens do. *Diário da Tarde*. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 248.

⁵⁰⁷ ITIBERÊ, João. *Correio da Manhã*. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 249.

⁵⁰⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 250.

⁵⁰⁹ PARANÁ, Sebastião. *Galerias Paranaense:...* Op. Cit. p. 247.

⁵¹⁰ A Companhia Editora Nacional foi criada em 1926, por Octales Marcondes Ferreira e José Bento Monteiro Lobato, empresa essa, nascida dos “escombros” da Gráfica Editora Monteiro Lobato S/A. Desde então, salienta, Eliana de Freitas Dutra, “o escritor [Monteiro Lobato] e seu sócio [Octales Marcondes Ferreira] revolucionaram as práticas da edição e da comercialização de livros no Brasil, buscando ampliar o público leitor e, para isso, transformando o livro em uma mercadoria atraente, vendável e rentável”. (DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30”. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: UFF/Fundação Casa Rui Barbosa, nov/2004. p. 3 e 4.) A idéia das “Coleções” foi trazida da

para promover uma nova edição do livro *Do Guairá aos Saltos do Iguassú*. Para enquadrar-se à linha editorial e à pedagogia nacionalista levada a cabo pela Companhia Editora Nacional, que entre outras coisas visava construir um modelo de identidade e cultura nacional, Silveira Netto reestruturou o livro, incluindo novos capítulos.⁵¹¹ Para isso, lançou mão de outros relatos de viajantes (como por exemplo, os de Domingos Nascimento e Cândido Ferreira de Abreu) e da obra *Chorographia do Paraná* (1899), de Sebastião Paraná para discorrer a respeito da “Fronteira Oeste”; das maneiras para lá chegar e sair; de elaborar um novo texto sobre a história da Colônia Militar de Foz do Iguaçu; e de pontuar com dados estatísticos e populacionais as condições em que se encontrava Foz do Iguaçu, em 1936. Várias fotografias também foram incluídas ao novo texto.

Silveira Netto teve o livro *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* incluído na “Biblioteca Brasileira” da Companhia Editora Nacional em 1939, momento esse, de fundamental importância para o fortalecimento e consolidação do programa “Marcha para o Oeste”, lançado por Getúlio Vargas em 1937, cujo objetivo principal era incentivar a população brasileira a migrar e colonizar os sertões a oeste do Brasil e as regiões de fronteiras com outros países. Nesse sentido, tanto os escritos de Silveira Netto, como os escritos de José de Lima

França, com o intuito de popularizar a leitura: mais livros editados, por custo menor e com público alvo específico. Na década de 1930 e 1940, a Companhia Editora Nacional mantinha várias coleções, dentre elas a “Biblioteca das Moças”, a “Biblioteca Pedagógica”, a coleção “Para Todos”, a coleção de “Literatura Infantil” e os “Livros Didáticos”. A Coleção Brasileira fazia parte da Biblioteca Pedagógica, informa Maria Rita de Almeida Toledo, pois tanto o Ministério da Educação (capitaneado por Francisco Campos) como a Companhia Editora Nacional “depositavam na escola e no professor, bem como no livro, as missões de nacionalizar a cultura brasileira pela conquista de um público leitor para a literatura nacional, de instrumentalização de uma escola remodelada em prol da civilização e de produzir uma nova opinião sobre a política e a cultura nacional”. (TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto pedagógico ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: PUC, 2001. p. 59 [Tese de Doutorado em Educação])

⁵¹¹ Na edição de 1914, o livro de Silveira Netto possuía 6 capítulos: A fronteira Oeste; Viagem por água; Recordações; Sete Quedas, ou Guairá; Os saltos do Iguaçu e; Lenda de Naipir. Na edição de 1939, outros capítulos vieram ser acrescentados: Primeiras linhas; A viagem por terra; Cidade de Iguaçu; Histórico da Colônia; Outros aspectos; A madeira; O mate; A República del Guairá; O Parque Nacional, e; As grandes cachoeiras. É da edição de 1939, que o Governo do Estado do Paraná, em 1995, promoveu uma nova reedição do livro *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*, que foi incluído na coleção Farol do Saber.

Figueiredo,⁵¹² Teophilo de Andrade,⁵¹³ Cassiano Ricardo,⁵¹⁴ Nelson Werneck Sodré,⁵¹⁵ entre outros intelectuais, contribuíram para com o projeto nacionalista de Vargas. Um seleto grupo de intelectuais voltados a uma missão: produzir bases científicas e empíricas a respeito dos problemas do Brasil e de sua história de forma a assegurar a formação de uma consciência nacional e, ao mesmo tempo, através da leitura e da educação, fazer os brasileiros “redescobrirem” o Brasil e marcharem rumo a Oeste em busca de terras, trabalho, dinheiro e futuro próspero.

Tendo feito uma breve contextualização a respeito dos viajantes, das viagens e do momento de produção e publicação dos relatos de viagens, é necessário, agora, fazer uso dos relatos de viagem e, a partir deles e outros documentos, perceber, refletir e construir outra narrativa histórica sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre 1889 e 1906. Como contraponto aos relatos de viagens, far-se-á uso de matérias veiculadas em jornais e de relatórios administrativos sobre a Colônia Militar, como forma de evidenciar outros acontecimentos não percebidos (ou omitidos) pelos viajantes.

3.2 A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU, SOB O OLHAR DOS VIAJANTES

José Maria de Brito, em suas memórias a respeito da descoberta da foz do rio Iguaçu e a fundação da Colônia Militar, dedicou poucas linhas para narrar sobre os primeiros meses de atividades levadas a cabo pelos soldados e colonos na margem esquerda do rio Paraná. Centrou atenção em alguns temas pontuais, tais como os motivos que levaram o Vice-diretor tenente Antonio Baptista da Costa Junior e o tenente Frederico Luiz Roszani a não estabelecerem a sede da Colônia Militar no lugar determinado previamente

⁵¹² FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

⁵¹³ ANDRADE, Theophilo de. *O rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Zelio Valverde editores, 1941.

⁵¹⁴ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. 2v.

⁵¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

pelo Ministro da Guerra; a verdadeira data de fundação da Colônia Militar; e seu trabalho como educador junto aos “índios Cayuás” no entreposto de Catanduvas, a partir de 1891. Há, assim, um vazio de informações com relação a esse período inicial da Colônia Militar, momento esse, em que soldados, operários civis e colonos empregavam boa parte de seus esforços na derrubada da mata, limpeza e preparação da área visando dar início à construção de casas e outras benfeitorias.

Foram necessários dois anos para que os soldados, os operários civis e os colonos matriculados viessem a edificar casas, sede administrativa, estradas e outras obras que iriam dar suporte ao funcionamento da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, oficialmente instalada em agosto de 1892, poucos meses antes da viagem de José Cândido da Silva Muricy à Colônia Militar. Segundo os relatos de José Muricy, a estrutura existente em novembro de 1892 contava com “casas construídas pelo governo, para a directoria, enfermaria, pharmacia, casa do médico, deposito de gêneros, quartel das praças, ferraria, carpintaria, etc. etc.”.⁵¹⁶ Eram casas rústicas, de madeira serrada, que atendiam aos serviços básicos a militares e colonos. Mesmo não tendo sido demarcado, o território da Colônia Militar se encontrava “já em grande parte dividido em lotes urbanos e agrícolas, habitados por grande número de colonos de diferentes nacionalidades, que se applicam na plantação de: milho, feijão, mandioca,, bananas, canna de assucar, café, e fabrico de herva-mate, de farinha de milho, e na serragem de madeira, etc. etc”,⁵¹⁷ observou José Muricy, sem preocupar-se em coletar mais informações a respeito dos colonos que se dedicavam ao cultivo da terra.

O tenente Antonio Baptista da Costa Junior e, mais tarde, o tenente Frederico Luiz Roszani estiveram à frente dos trabalhos na Colônia Militar até 1892, que, por ocasião da instalação oficial, foi nomeado o major Manoel Luiz de Mello Nunes como Diretor, tendo como Vice-Diretor o alferes Edmundo Francisco Xavier de Barros. Nos escritos de viagens, o nome do major Mello

⁵¹⁶ MURICY, José Candido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 63.

⁵¹⁷ MURICY, José Candido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 64.

Nunes sequer é citado, mesmo estando à frente da Colônia Militar de Foz do Iguaçu até 1894. A ênfase e os elogios aos “sacrifícios e esforços sobrehumanos” em prol da Colônia Militar, nos relatos de viagens, são destinados ao Vice-Diretor alferes (e mais tarde, tenente) Edmundo Francisco Xavier de Barros.

José Cândido da Silva Muricy em suas memórias de viagem, ressaltou a atuação do tenente Edmundo de Barros ao discorrer sobre as dificuldades financeiras vividas pela Colônia Militar: “sem dinheiro, sem gêneros alimentícios, quase sem crédito, exausta portanto de recursos atravessava ella uma quadra horrorosa desde muitos meses”.⁵¹⁸ Segundo José Muricy, a causa principal do déficit financeiro era o Governo do Paraná, que movia “uma guerra surda, incomprehensível” para com a Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná, à quem a Colônia Militar de Foz do Iguaçu estava vinculada. “Era quase impossível à Comissão Estratégica, à cujo cargo estava a Colônia, mandar-lhe os socorros de que precisava, porque ella própria não os tinha para si e a conducção era difficilima”,⁵¹⁹ argumenta José Muricy, que continua:

Fomos muitas vezes portador de dinheiro para a Comissão, que mal dava para pagar as despesas feitas; de modo que privada de trabalhadores civis, ella era obrigada a apresentar o trabalho que produziam pequenas turmas de soldados, que assim mesmo, por muitas vezes foram retirados, ficando em sérios embaraços. Não só por esses motivos, como pela dificuldade de remetter dinheiro e outras cousas necessárias à colônia, é que esta sentia os rigores de crises.⁵²⁰

O dinheiro destinava-se a custear as despesas de alimentação para os soldados e colonos que receberam lotes urbanos e agrícolas, até que tivessem como tirar o próprio sustento com o cultivo dos lotes agrícolas que receberam. Parte do orçamento também deveria cobrir as despesas com material de expediente e manutenção de armas, ferramentas e medicamentos para a farmácia e enfermaria. Segundo a narrativa de José Muricy, o tenente

⁵¹⁸ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 61.

⁵¹⁹ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 62.

⁵²⁰ MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 62.

Edmundo de Barros, procurando fazer render o pouco dinheiro e crédito que a Colônia Militar possuía junto a alguns comerciantes argentinos e paraguaios, tinha de “luctar contra a má vontade dos negociantes, todos estrangeiros, que não queriam fornecer, ou forneciam os seus gêneros por preços exorbitantes sem querer cingir as variações do cambio”.⁵²¹ A qualidade das carnes, destaca o viajante, não eram boas: “a carne secca que vinha de Posadas (cidade argentina) coberta de uma camada branca de bolor, continha além dos ossos das costellas, todas as vértebras, buxo, língua, beiços, etc., só faltando o couro para completar o peso dessas apetitosas mantas de bellissimo charque”.⁵²²

Peixes, animais silvestres, frutas e tubérculos contribuíram de maneira significativa para com a alimentação de soldados e colonos. Na época de colheitas de milho, feijão, arroz e outras sementes, a Colônia Militar procurava adquirir tais produtos via compra (ou troca por outros produtos, medicamentos e ferramentas) junto aos colonos e os armazenava no depósito para serem consumidos em períodos de carestia. No entanto, como os 30 contos de réis remetidos “anualmente” à Colônia Militar não eram suficientes, os colonos passaram a plantar somente para o sustento de sua família e dos animais domésticos.

Quando de sua viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1892, José Cândido da Silva Muricy, tinha por objetivo principal fiscalizar os trabalhos de manutenção da picada que ligava os campos do Chagú à Colônia Militar. Fazer chegar à Colônia Militar “ma tropa de uns 30 cargueiros com gêneros e uns 20 bois e vaccas, cousa que ninguém até então conseguira levar” era outra missão confiada a José Muricy, e que, segundo seus relatos, após “34 dias para atravessar o sertão”, os soldados, os tropeiros, os animais e a carga de mantimentos chegaram a seu destino.⁵²³

Outro fator que contribuiu para ampliar o déficit financeiro (além do atraso no envio do dinheiro à Colônia Militar) deveu-se ao número crescente

⁵²¹ MURICY, José Candido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 62.

⁵²² MURICY, José Candido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 62.

⁵²³ MURICY, José Candido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 59.

de pessoas que migravam para a Colônia Militar. Domingos Nascimento pontuou em seus escritos de viagem que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu “progredia extraordinariamente” nos primeiros anos:

Casas e caminhos eram construídos, distribuídos os lotes provisórios; as populações da fronteira paraguaya e argentina se transportavam com famílias e bens para o território brasileiro, cuja magnanimidade e justiça das nossas autoridades, garantias individuais e respeito as leis constituíam sólidas esperanças de futuro prospero a esses refugiados da sorte.⁵²⁴

Não só famílias paraguaias e argentinas migraram para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, mas também “grande parte da população jovem” da Colônia Militar de Chopim, destaca Leônidas Boutin, “pelas melhores condições que oferecia”, dentre elas: “as comunicações por via fluvial com os países platinos e o Mato Grosso” Com isso, “muitos lotes foram abandonados pelos seus proprietários. Eis um dos fatores que veio a contribuir para que a Colônia Militar de Chopim entrasse em “franca decadência” após 1895.⁵²⁵

Na Colônia Militar de Foz do Iguaçu também se estabeleceram os irmãos José e Raymond Blosset, “Francez de nascimento e de origem nobre”, pontuou em seu caderno de notas José Cândido da Silva Muricy após longas horas de conversas junto à margem esquerda do rio Paraná. “Ousadamente”, narra José Muricy, os irmãos Blosset “se internaram nos nossos sertões, onde a custa de grande sommas de trabalho e de dinheiro, conseguiram um estabelecimento de primeira ordem, nessas inhospitas paragens”.⁵²⁶ O referido estabelecimento a que se refere José Muricy era o engenho de serra e o engenho de fabricar farinha de mandioca, ambos construídos próximo ao “Porto Francez” (de propriedade dos franceses) com direito a “wagonetes que rolam sobre trilhos de aço por um plano de grande declividade, na distância de trinta metros” até chegar ao leito do rio Paraná.⁵²⁷

⁵²⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Op. Cit. p. 113.

⁵²⁵ BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na província do Paraná...* Op. Cit. 54 e 55.

⁵²⁶ MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 64.

⁵²⁷ MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 64.

O crescimento populacional na Colônia Militar de Foz do Iguaçu sofreu forte abalo em 1894, com os desfechos da Revolução Federalista no Paraná. Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva e José Serafim de Castilhos (vulgo “Juca Tigre”) após tomarem Paranaguá, Curitiba e outras cidades menores, se deslocaram rumo a São Paulo passando pelo município da Lapa, onde foram cercados pelos soldados legalistas de Floriano Peixoto. Muitas baixas de ambos os lados ocorreram, e “pouco a pouco e muito sossegadamente” as forças de Gumercindo Saraiva e de Juca Tigre, “foram abandonando todos os pontos”, escreveu José Francisco da Rocha Pombo no livro *Para a História*.⁵²⁸ Gumercindo Saraiva partiu rumo a União da Vitória, passando por várias cidades do Rio Grande do Sul com destino ao Uruguai. A coluna de soldados revolucionários de Juca Tigre debandou rumo a Ponta Grossa e Guarapuava com 420 homens, saqueando fazendas por onde passavam. Em algumas Atas da Câmara Municipal de Guarapuava consta que Juca Tigre ao chegar em Guarapuava, pediu para que as autoridades municipais realizassem um Baile a fim de divertir a ele e seus homens. Juca Tigre após prometer respeito à população guarapuavana, teve seu pedido atendido, sendo o baile realizado no sobrado do Coronel Pedro Lustosa de Siqueira Cortes.⁵²⁹ Passado alguns dias, a coluna de Juca Tigre seguiu viagem em direção à Argentina (onde pediriam exílio político) pela Estrada Estratégica, passando pelas vilas de Lagoa Seca, Mallet, Chagú, Catanduvás e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, onde cruzariam o rio Paraná.

Domingos Nascimento, em seus escritos sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, relatou que a passagem dos revolucionários pela Colônia Militar (em julho de 1894) submergiu “a população em ondas de terror, obrigando-a a tudo abandonar: casas, roças, animais e benfeitorias, e a fugir para as costas fronteiras”. Os militares que residiam na Colônia Militar tiveram de “pedir proteção à bandeira estrangeira. Passada a onda, muitos refugiados não mais

⁵²⁸ ROCHA POMBO, José Francisco da. *Para a História: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980. p. 45. O livro, no entanto foi escrito em 1898, no Rio de Janeiro.

⁵²⁹ Cf. Atas da Câmara Municipal de Guarapuava, ano de 1894.

voltaram, outros ainda, se deixaram ficar para a outra banda do rio, sem notícias fidedignas do restabelecimento da ordem no Brazil, desconfiados de novo êxodo”.⁵³⁰

O major Manoel Luiz de Mello Nunes, a seu pedido, foi exonerado do cargo de Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu ao ver a situação do povoado após a saída das “hordas revolucionárias”, ficando o tenente Edmundo Francisco Xavier de Barros como Diretor interino, mesmo estando a Colônia Militar “em completa apathia, quase abandonada durante longo tempo”,⁵³¹ escreveu em seu caderno de notas Domingos Nascimento. Em uma carta em forma de relatório enviada ao coronel Joaquim de Salles Torres Homem, por ocasião de sua nomeação como Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1896, o tenente Edmundo de Barros descreveu uma, dentre outras estratégias levadas a cabo por ele, a fim de fazer progredir a Colônia Militar:

E é do estrangeiro que ainda nos vem alguma coisa, sempre fiada, como alimentação e utensílios por causa de várias medidas que tomei a fim de, protegendo aos colonos, entreter a vinda dos vaporzinhos argentinos, únicos que sobem por estas águas, enquanto houver para elles algum cedro e herva-matte. D`estes productos locais nenhum outro lucro se poderia auferir para esta direcção.⁵³²

Como se nota, a extração de erva-mate e de madeira (cedro) por colonos e militares passou a ser moeda de troca junto aos comerciantes argentinos, por alimentos e outros produtos. Com o passar do tempo, atraiu ainda mais a atenção dos empresários ervateiros e madeireiros de Posadas e Corrientes, a ponto de incentivarem a atividade extrativista selando contratos com alguns colonos. Aos poucos, diz Domingos Nascimento, a extração de

⁵³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 113-114.

⁵³¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 114.

⁵³² BARROS, Edmundo Francisco Xavier de. “Carta-Relatório”. APUD. TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú*. Manuscrito. Dezembro de 1897. p. 19.

erva-mate e madeira tornou-se “garantia única de vida dos habitantes” residentes na Colônia Militar.⁵³³

Dois meses antes da chegada do coronel Joaquim de Salles Torres Homem à Colônia Militar, dois textos foram publicados versando sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu no jornal carioca *O Paiz*. Sem autoria, em ambos os textos, consta a afirmação de que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu “existia apenas de nome”, destruída pelos “bandos federalistas” e, o que lá existia devia-se,

aos esforços de particulares e de alguns officiaes, notavelmente o alferes Plaisant, foram construídas com grande dificuldade e natural imperfeição, três ou quatro habitação para quartel, o serviço administrativo, ficando a dever-se até os pregos que seguraram as madeiras tiradas da matta próxima; os dois o três empregados que lá existem passam mezes e annos sem receber ordenados, não se lembrando o governo que existem, nem mesmo para dar-lhes ordens.⁵³⁴

Com tais afirmações queria o anônimo autor, no entanto, questionar a nomeação do coronel Joaquim de Salles Torres Homem para a função de Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, dando a entender com todas as letras que a nomeação era uma perseguição política movida pelo Governo Republicano. “Ao governo era preciso desterrar o coronel Torres Homem e nomeou-o director da colônia militar de Iguassú, uma colônia que não existe; pensa o governo que o disconsiderou? A homens como o illustre militar, não disconsidera quem quer, disconsidera quem pode”, conclui o autor anônimo.⁵³⁵ A argumentação apresentada leva a crer que o autor dos textos publicados no *O Paiz*, tinha certa proximidade com o coronel Torres Homem e, mediante algumas informações a respeito da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, construiu uma argumentação defendendo-o.

Egas Morocines Borba (filho de Nestor Borba) ao ler o segundo texto publicado no Jornal *O Paiz*, escreveu outro texto ressaltando que a Colônia

⁵³³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 114.

⁵³⁴ JORNAL *O PAIZ*. “Colonia de Iguassú”. Rio de Janeiro, 11/09/1897. p. 2. O primeiro texto, possui o mesmo título e é datado de 22/09/1907.

⁵³⁵ JORNAL *O PAIZ*. “Colonia de Iguassú”. Rio de Janeiro, 11/09/1897. p. 2.

Militar nunca deixou de existir. Começou versando sobre a possível perseguição política à pessoa do coronel Torres Homem:

Não duvidamos que a nomeação do denodado coronel Torres Homem não passe de um premeditado massacre aos seus altivos e intransigentes princípios republicanos, [...] assim como também duvidamos da pouca ou nenhuma vontade que sempre teve o governo da União em socorrer os martires cumpridores de ordens e da Lei que alli se acham há cerca de 2 annos sem recurso de espécie alguma desacreditados quase nas praças argentinas e paraguay, das quaes dependem porque o governo de seu paiz, preso a uma estreita esphera de politicagem pessoal, não se dignou alongar suas vistas até aquellas remotas paragens senão agora para degradar a um militar distincto, cheio de relevantes serviços prestados à sua pátria.⁵³⁶

Essas e outras colocações foram publicadas no jornal *O Guayra*, de Guarapuava (cujo redator era Luiz Daniel Cleve) em 02 de outubro de 1897. Egas Morocines Borba seguia a trajetória de seu avô paterno, de seu pai e tios (ligados à vida militar e sertanistas). Desde 1896, Egas Borba estava a prestar serviços militares na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, e, como era membro de família tradicional dos Campos Gerais defendeu, a seu modo, que a Colônia Militar existia de fato e de nome, além de valorizar o papel desempenhado pelo tenente Edmundo de Barros enquanto Diretor interino da Colônia Militar desde 1894 e, de pontuar que o “alferes Plaisant só serviu para embaraçar sua administração, por cujo motivo del-o recolher-se e apresentar-se ao comando do 5º Districto Militar” em Curitiba.⁵³⁷

Em 12 de março de 1898, Alcibíades César Plaisant publicou no jornal *O Guayra*, uma “carta aberta”, defendendo-se da afirmação feita por Egas Borba de que Plaisant serviu para “embaraçar” a administração do tenente Edmundo de Barros. Alcibíades César Plaisant, em seu texto, tratou a Egas Borba como: “um desconhecido no mundo official e no mundo honesto”; “um *Bohemio* que hoje acusa-me por tel-o espulsado desta Colônia quando encarregado do expediente (na ausência do diretor) em 1896, com a nota *Má*

⁵³⁶ BORBA, Egas Morocines. “Colonia do Iguassú”. *O Guayra*. Guarapuava, 02/10/1897. p 4.

⁵³⁷ BORBA, Egas Morocines. “Colonia do Iguassú”. *O Guayra*. Guarapuava, 02/10/1897. p 4.

conduta e continuado estado de embriaguez".⁵³⁸ Citou fragmentos de outros dois documentos internos da Colônia Militar tendo por objetivo reconstruir sua imagem e moral militar de que teria prestado "inolvidáveis serviços" à administração do tenente Edmundo de Barros, dentre eles: "varias construcções de casas para morada de official e mesmo de particulares [...]; terra plenagem do porto para o Quartel; limpesas de praças, ruas e estradas".⁵³⁹

Na edição 47 e 48 do jornal *O Guayra*, Mario Barros, irmão de Edmundo de Barros publicou um extenso artigo, cuja base assentava-se sobre os escritos de Egas Borba e Alcibíades César Plaisant, publicados no mesmo jornal, semanas e meses antes. Mario Barros defendeu seu irmão e Egas Borba, segundo ele, seu amigo. Egas Borba, segundo Mario Barros, chegou à Colônia Militar em 10 de maio de 1896,

contractado pelo Director, que nelle reconheceu qualidades e virtudes sufficientes para educar os filhos menores dos colonos, [...] E, além disto – bom que se diga – quando o Sr. Egas recebeu a viiolenta voz de prisão dada pelo Sr., com ordem de sentinella à vista, sem motivo algum, o distincto alferes Fabriciano Rego Barros se oppos resoltamente a ella e fel-a relaxar por incoherente e iníqua. [...] o sr. Egas 'requereu' a sua exoneração e retirou-se para Curytiba, mas não expulso como diz o Senr.⁵⁴⁰

Mário Barros também mostrou em seu texto que Alcibíades César Plaisant havia, mediante adulteração de documentos que versavam sobre outros colonos e operários, forjado a sua imagem e denegrado a moral e a imagem de Egas Borba. E mais, Mario Barros pontuou algumas arbitrariedades cometidas por Plaisant quando esteve à frente da administração da Colônia Militar em substituição ao coronel Torres Homem. Dentre elas, destaca Mario Barros: "compras excessivas sem legalmente documental-as, ahi quem privou a pobres colonos matriculados da

⁵³⁸ PLAISANT, Alcibíades César. "Colonia Iguassu". *O Guayra*. Guarapuava, 12/03/1898. p. 3. [Grifos do autor]

⁵³⁹ PLAISANT, Alcibíades César. "Colonia Iguassu". *O Guayra*. Guarapuava, 12/03/1898. p. 3.

3.

⁵⁴⁰ BARROS, Mario. "Colonia Iguassu". *O Guayra*, Guarapuava, 26/03/1898. p. 3. A edição anterior data-se de 18/03/1898.

alimentação que o governo manda distribuir-lhes graciosamente, como aconteceu com o de nomes Diogo Vieira Machado, José Lopes, para dal-a a granel a quem não tinha direito”.⁵⁴¹ Mário Barros sequer mencionou o nome do coronel Joaquim de Salles Torres Homem, que estava à frente da Colônia Militar de Foz do Iguaçu havia cinco meses.

Entre a publicação dos textos de Egas Borba e de Alcibíades César Plaisant no jornal *O Guayra*, o coronel Torres Homem redigiu seu primeiro *Relatório* sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, endereçado ao Ministro dos Negócios da Guerra (Marechal Mallet). Logo nas primeiras linhas, deixou claro que estava descontente com sua nomeação e função que estava a exercer:

Cumprindo o dever militar obedeci a ordem do Governo prescrevendo minha vinda a esta Colônia, tendo eu pedido venia para ponderar sobre a incompatibilidade que julga haver entre o cargo de simples director da mesma e minha graduação militar. [...] Quanto mais penoso foi este sacrifício que me impoz o dever militar, quanto é certo que vim deparar n’esse logar com todas as dificuldades oriundas d’uma quase completa desorganização administrativa.⁵⁴²

Sobre a estrutura física e populacional da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, o coronel foi detalhista:

Na sede, a administração possui quatro casas ou barracões de madeira, e o estabelecimento do engenho de serrar. Achavam-se em ruínas ou em abandono outras dependências.

Na mesma sede, os particulares possuíam de 35 a 37 habitações, sendo dez barracas de madeira, vinte e dous ranchos de barro e capim, e mais três ruínas de palhoças.

O aspecto de tudo isso era mais barbaro possível. Fora da sede, nos diferentes districtos da grande zona colonial apontava o Tenente Ajudante a existência de cerca de quarenta e oito fogos, quase todos ranchos.

Pelos cálculos do mesmo official, a população permanente orça por quatrocentos habitantes, e na época dos trabalhos de safra da herva-matte e corte de madeira, ascende a setecentos. [...] A administração colonial possui: 1 touro, 27 vacas, 24 novilhas e terneiros, 32 muares, 2 cavallos, 1 jumento, 3 eguas, 2 potrilhos, 8 bois carreiros, afora outros animaes estraviados.

⁵⁴¹ BARROS, Mario. “Colonia Iguassu”. *O Guayra*, Guarapuava, 26/03/1898. p. 4.

⁵⁴² TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu*.... Op. Cit. p. 1 e 2.

Os plantadores da Colônia recoltem milho, feijão, mandioca, diversas cereaes para consumo local, mas não tendo ainda proporcionado quantidade sufficiente d'esses productos de sua lavoura para constituir celleiro, occasionaram carestias e até fome na Colônia.⁵⁴³

Com esses dados, ficava difícil provar que a Colônia Militar existia apenas de nome. Também atribuía os méritos pelos esforços de reestruturação da Colônia Militar após a passagem da coluna de Juca Tigre em meados de 1894 ao tenente Edmundo de Barros. Porém, para o coronel Torres Homem, faltou a Edmundo de Barros “practica administrativa e prestígio militar”, tanto na questão financeira como nos “hábitos militares”, encontrados em “desequilíbrio patente”.⁵⁴⁴

Quanto aos colonos matriculados, escreveu o coronel Torres Homem:

Percebo logo que a maior parte dos colonos, tanto moradores dos lotes urbanos como os dos lotes ruraes, viviam ou procuravam viver só dos recursos fornecidos pelo Estado para a verba da Colônia, quer empregando-se ao serviço d'esta como operários, quer obtendo empreitadas ou encomendas de trabalho particular e livre, quer finalmente conseguindo vale de fornecimentos para o commercio, como os que vi e cujo fundamento não me foi satisfactoriamente explicado, afora os dons gratuitos que me disse o Sr. Tenente Ajudante dever a administração proporcionar aos colonos pobres.⁵⁴⁵

A extração de erva-mate e madeira das matas próximas à Colônia Militar e negociar com comerciantes argentinos e paraguaios mediante anuência do Diretor da Colônia Militar era, assim, uma forma de sobreviver na fronteira. A outra, como pontuou o coronel Torres Homem, era fazer uso dos recursos financeiros enviados pelo Governo, quer como operários contratados,⁵⁴⁶ quer com trabalho a particular (prestado aos militares), ou ainda, através dos

⁵⁴³ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú....* Op. Cit. p. 11 a 13.

⁵⁴⁴ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú....* Op. Cit. p. 2 e 4.

⁵⁴⁵ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú....* Op. Cit. p. 10.

⁵⁴⁶ Entre os trabalhos realizados pelos colonos como operários contratados pela Colônia Militar estavam a abertura e manutenção de caminhos, picadas e estradas, além da limpeza da área urbana da Colônia Militar.

“vales” fornecidos pela diretoria da Colônia Militar aos colonos que diziam estar passando fome. Ambas as estratégias de sobrevivência podem, também, ter sido uma maneira encontrada pelo tenente Edmundo de Barros visando segurar, atrair e motivar os colonos a permanecerem na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Mas não eram apenas os colonos que desfrutavam dos poucos recursos financeiros provenientes do Governo. Alguns soldados também possuíam regalias, destacou o coronel Torres Homem em seu primeiro relatório:

Entre os factores enbaraçando a administração d’esse official [Edmundo de Barros], deve-se collocar a circumstancias de acharem-se servindo conjunctamente na Colônia dous irmãos d’elle, um como commandante do destacamento de linha, e o outro como almoxarife. [...] Assim é que o almoxarife conservou-se quase todo esse tempo, fora da Colônia em Guarapuava, no tratamento de sua saúde.⁵⁴⁷

O alto índice de deserções dos soldados destacados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu era outro problema a ser sanado pelo coronel Torres Homem, cujos motivos deviam-se à “facilidade para a fuga com destino ao visinho território estrangeiro; falta de inferiores idôneos para vigilância de quartel; atraso nos pagamentos, etc”.⁵⁴⁸ Enquanto novo contingente de soldados não fosse enviado pelo 5º Distrito Militar de Curitiba tendo em vista a proteção da Colônia Militar, o coronel se viu “obrigado a constituir os operários civis, n’uma – esquadra de segurança – com o fim de auxiliar o serviço de policiamento”.⁵⁴⁹

O coronel Torres Homem em suas “conclusões” sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, opinou “pela não permanência d’uma administração militar n’esta localidade, cujos interesses tornados preponderantemente industriaes

⁵⁴⁷ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu....* Op. Cit. p. 2 e 3.

⁵⁴⁸ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu....* Op. Cit. p. 26.

⁵⁴⁹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu....* Op. Cit. p. 26.

exigem de preferência uma repartição fiscal da União e um simples ponto militar de segurança, devendo este renovar-se periodicamente”.⁵⁵⁰

Em 18 de dezembro de 1898, o coronel Torres Homem redigiu outro Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. E, logo nas primeiras páginas fez algumas considerações sobre algumas arbitrariedades cometidas por um oficial de sua confiança enquanto estava ausente da Colônia Militar, como por exemplo, “instrumentando-se dos fragmentos de uma carta particular, apanhada criminosamente no terreiro da casa da directoria”.⁵⁵¹ O coronel Torres Homem não mencionou o nome do oficial, mas ao ler o artigo publicado por Mario Barros no jornal *O Guayra*, em fins de março de 1898, verifica-se que se tratava do alferes Alcibíades César Plaisant.

Em 1898 foi instalada a Agência Fiscal do Estado do Paraná, tendo o diretor designado um “local na divisa do território federal da Colônia com o do Estado do Paraná para instalar-se a sobredita agência fiscal”.⁵⁵² O lugar indicado para se edificar a sede da Agencia Fiscal não agradou aos membros da “comissão estadual” responsável pelo funcionamento da referida agencia, dando origem a uma série de “dissabores administrativos” entre ambas as diretorias por vários fatores, dentre eles, de ter a diretoria da Colônia Militar concedido permissão para extrair e comercializar erva-mate madeira dentro do perímetro colonial sem o pagamento de impostos à Agência Fiscal do Paraná, visto que naquele momento, garantia “a subsistência e o futuro da colonia, por meio da venda da madeira e da herva-matte, productos de suas mattas, anteriormente explorado só a titulo gratuito”.⁵⁵³

Com relação à situação material da Colônia Militar, na opinião do coronel Torres Homem, mesmo tendo em sua administração realizado alguns “melhoramentos”, encontrava-se a Colônia em “estado de barbarie”. A culpa

⁵⁵⁰ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú....* Op. Cit. p. 28.

⁵⁵¹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú.* Manuscrito, 18 de dezembro de 1898. p. 2.

⁵⁵² TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia....* Op. Cit. p. 3.

⁵⁵³ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia....* Op. Cit. p. 4.

de tal estado, diz o Diretor, devia-se a “um poderoso inimigo: o mato”,⁵⁵⁴ que impedia os colonos de conseguir manter limpas as roças; de manter abertos os caminhos, picadas e estradas para o interior da Colônia, e ainda, de manter os praças do destacamento em contínuos serviços de limpeza da área urbana, junto de operários contratados. Serviços esses, que consumiam parte do orçamento anual da Colônia Militar. Porém, tal esforço evitava o surgimento de doenças e a presença de animais e insetos peçonhentos próximos à sede da Colônia Militar.

Objeto de atenção por parte do coronel Torres Homem em seu segundo relatório foi a respeito dos colonos, mais precisamente, das dificuldades enfrentadas para “recrutar-se indivíduos vindos do interior do Brasil”, cujo motivo principal era a ausência de uma estrada “carreteira” aberta e conservada até Guarapuava. “Espera-se em vão a affluencia de habitantes estrangeiros” vindos dos Campos Gerais e de Curitiba, porém, conclui o Diretor: “estes não encontram na dita sede colonial em que empregarem sua actividade, não existindo aqui industrias”.⁵⁵⁵ Apenas os argentinos e paraguaios “procuram internar-se em nossas matas, para exploração da madeira de commercio. E verdade que rompe-se assim a força da mata maior obstáculo ao progresso da colônia, e disso provem ao mesmo tempo precioso recurso para seu regime econômico”, pontua Torres Homem.⁵⁵⁶

Quanto à população colonial, destaca o coronel que na sede havia “noventa e cinco habitantes, dos quaes quinze praças do destacamento e trez officiaes”.⁵⁵⁷ Numa distância de 2 léguas e meia da sede da Colônia Militar,

acham-se habitadas e cultivadas da nova estrada de Guarapuava, no valle do Iguassú, nove lotes coloniais, e dez na visinhança da antiga estrada de Guarapuava, no platô do Paraná ou à margem deste, doze lotes. Nesses vinte e um lotes coloniaes, se encontrarão setenta pessoas, não incluindo os colonos, que freqüentando a sede e nesta achando-se no momento presente já foram contados. Fora dos limites indicados, a estatística da população não pode ser rigorosa [...] A exploração de herva-matte, principalmente, os

⁵⁵⁴ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 6.

⁵⁵⁵ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 8.

⁵⁵⁶ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 9.

⁵⁵⁷ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 12.

trabalhos de corte de madeira promoveram notável aumento da população flutuante, que avalia-se neste momento em seiscentas pessoas, representada pelos operários, e suas famílias, em diversos acampamentos visinhos do Paraná e do Iguassú.⁵⁵⁸

Ao todo, entre a população flutuante e a população fixa, havia aproximadamente 765 pessoas na área de abrangência da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. É importante frisar que em fins de 1898, a Colônia Militar já havia completado nove anos. Visto por esse ângulo, o número de pessoas na região de fronteira pode ser considerado baixo; Mas, por outro ângulo, se levado em consideração o isolamento e a distância acentuada de Guarapuava e de outros centros urbanos, o número de pessoas ali presentes, trabalhando nos lotes rurais, na sede da Colônia Militar, ou ainda, na extração de erva-mate e derrubada de madeira, era aceitável.

E mais, a população flutuante composta pelos trabalhadores que se dedicavam a extrair madeira e erva-mate, relata o coronel Torres Homem, “tem fomentado a actividade de nossos plantadores coloniaes, ou quanto que as rendas proporcionadas pelas mesmas, à administração colonial, tem auxiliado muito a execução de melhoramentos [...] que a verba do orçamento não poderia só subsidiar”.⁵⁵⁹ Entre os melhoramentos, pontuou o Diretor, estava a “construção na sede colonial de um plano inclinado de madeira, com noventa metros de extensão nas barrancas do Paraná, para receber uma dupla via-ferrea do sistema decauvile”.⁵⁶⁰

“No período de quatorze mezes de minha administração, não se apresentou um só individuo chegado do interior do Brazil, para estabelecer-se como colono, nem o Governo remetteu com o mesmo destino um só ex-praça do Exercito ou Armada”,⁵⁶¹ alude Torres Homem nas “considerações finais” de seu relatório, como uma maneira de dizer, que não havia interesse por parte do Governo do Paraná e da União em incentivar a migração para aquela

⁵⁵⁸ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 12 e 13.

⁵⁵⁹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 14.

⁵⁶⁰ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 14.

⁵⁶¹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 16.

inóspita região de fronteira, cuja Colônia Militar estava a sobreviver e depender dos argentinos e paraguaios. A sugestão dada pelo Diretor da Colônia Militar para fazer progredir a Colônia Militar era a “construção d’uma estrada carreteira, a collocação d’uma linha telegraphica, na extensão de sessenta léguas de extensão no sertão que nos separa das povoações mais visinhas do Estado do Paraná”.⁵⁶²

Opinião semelhante teve Domingos Nascimento sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, local onde esteve em meados do ano de 1903. Para ele,

as colônias militares não são coloniais correccionais, nem systema belga ou outro qualquer europeu possa ser implantado na colonização do nosso território. Demais, é um facto notável este: trabalhada essa colônia há 11 annos e onde se tem gasto cerca de um milhar de contos de réis, é de admirar que até hoje não estejam traçados os limites, nem provisórios muito menos definitivos, pelo que também não se acham seus lotes ainda regularmente divididos. Não tem uma estrada, não tem um porto, não tem uma officina funcionando, não tem uma casa digna de constituir uma moradia decente, commoda e hygienica. O que existe de casinholas de madeira está em ruínas.⁵⁶³

O método empregado para se empreender a ocupação e colonização da região de fronteira internacional, segundo Domingos Nascimento, não era adequado à “colonização do nosso território”, pois passados 11 anos da implantação da Colônia Militar, muitas ações consideradas essenciais para o progresso da Colônia Militar não haviam sido sequer realizados, como a demarcação dos limites da Colônia e dos lotes agrícolas dos colonos. Para quem provinha da capital paranaense passando por inúmeros núcleos coloniais assentados nos Campos Gerais, Campos de Palmas e nos Campos de Guarapuava, como o fez Domingos Nascimento, o modelo de ocupação das terras na fronteira seria o mesmo que estava a dar resultados positivos mediante a formação de núcleos coloniais e a utilização de imigrantes europeus como instrumento propulsor e de mudança noutras regiões do Paraná e no sudeste e sul do Brasil em princípios do século XX. A precariedade das condições físicas das casas de madeira, como narrou

⁵⁶² TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia....* Op. Cit. p. 17.

⁵⁶³ NASCIMENTO. Domingos. *Pela Fronteira....* Op. Cit. p. 114.

Domingos Nascimento, constituía-se noutro fator que causava ao viajante e ao visitante (brasileiro e/ou estrangeiro) certa apreensão, por não ser “commoda e higienica” e por estarem em “ruínas”. Porém, esse é o olhar de alguém que saiu de Curitiba, que, naquela época, estava a se transformar numa cidade com feições européias nas fachadas e interiores de casas e prédios. A comparação feita por Domingos Nascimento pode, com os devidos cuidados, ser lida como símbolos do atraso no sertão, ou melhor, do progresso que veio, mas de forma insuficientemente lenta até aquele momento.

A causa primordial “dos desastres dessa projetada colonização na fronteira do Paraná”, detalha Domingos Nascimento, não deveriam ser buscadas nas atuações dos diferentes diretores que estiveram à frente da Colônia Militar de Foz do Iguaçu,

mas a distancia longinqua que separa essa região das altas administrações do paiz, o desconhecimento completo do terreno e das necessidades vitaes, a delonga das correspondências e das ordens das auctoridades superiores, a exígua verba orçamentaria, a demora dos pagamentos ao pessoal, a falta de officiaes e soldados, a ganância de alguns concessionários, a falta de respeito e obediência às directorias que já por vezes tem sido desconsideradas por forasteiros e intrusos, e sobre o genio irrequieto, malvado e arrogante de alguns colonos que se julgam escudados no poderio das suas nações.⁵⁶⁴

Muitas das ponderações feitas por Domingos Nascimento, já tinham sido objetos de atenção pelo coronel Torres Homem em seus relatórios administrativos, que também opinou sobre a inviabilidade de se manter uma Colônia Militar naquelas paragens. Alguns indícios que levam a perceber com maior clareza os motivos que levavam à não extinção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, foram escritos por Cândido Ferreira de Abreu quando de sua viagem à fronteira oeste do Paraná, entre outubro de 1904 e maio de 1905. Nesse período, o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu manteve contato com a diretoria da Colônia Militar, com soldados, comerciantes e colonos, além do pessoal que estava a frente da Agência Fiscal do Paraná, mais precisamente,

⁵⁶⁴ NASCIMENTO. Domingos. *Pela Fronteira....* Op. Cit. p. 115.

de Jorge Schimmelpfeng e Walfrido de Abreu. Dos diálogos travados com os habitantes daquelas paragens, Cândido de Abreu percebeu e anotou em seu caderno de notas que,

Os diretores tem vindo para aí penitenciar-se dos delitos políticos cometidos contra o Governo Federal ou com o pensamento premeditado de fazer fortuna em pouco tempo ou mesmo para dirimir situações financeiras difíceis. Isso quanto aos intentos pessoais que muitas vezes não se limita unicamente ao diretor, estende-se também ao pessoal subalterno da administração, como atualmente acontece. Cada oficial é um negociante disfarçado, mas ostensivamente como o alferes farmacêutico, que negocia em madeiras ou como também o alferes secretário que negocia em fazendas da sociedade com Pedroso e outros, enfim, como o atual diretor interino, este é tenente, Antonio Pimenta da Cunha que negocia com os próprios colonos por intermédio da casa Leôncio.⁵⁶⁵

A Colônia Militar, para uns, era inviável por não cumprir aos objetivos para que fora criada. Porém, para outros, a Colônia Militar tornara-se fonte de penitência a “delitos políticos cometidos contra o Governo Federal” (que a título de exemplo cita-se o coronel Torres Homem e o coronel Navarro Drumond) ou de “fortuna em pouco tempo”, no caso dos militares ali destacados. Mas não só militares tiravam proveito da farda e poder a eles conferidos, como também os funcionários da Agência Fiscal do Paraná, colonos (brasileiros e estrangeiros), comerciantes e empresários ervateiros argentinos.

Arthur Martins Franco, numa das raras observações que fez sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu em suas *Recordações de viagens ao Alto Paraná*, diz que em fevereiro de 1905, por acaso, se encontrou com o coronel Navarro Drumond, que fora nomeado Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu “por injunções políticas”. Iria o coronel substituir o tenente Pimenta de Araujo, “que se tornara célebre pelas suas arbitrariedades naquele posto”.⁵⁶⁶ A mais famosa delas, relatou Arthur Martins Franco, era “el cajón”, ou seja:

⁵⁶⁵ ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”.... Op. Cit. p. 130.

⁵⁶⁶ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Op. Cit. p. 43.

O tenente Pimenta de Araújo, para melhor castigar aqueles que caíam no seu desagrado, mandara colocar dentro de um dos quartos da casa que servia de cadeia, um grande caixão, onde cabia uma pessoa de cócoras ou mal sentada e dentro dele mandava prender a quem desejava castigar não somente as praças que estavam sob seu comando, mas também os civis que incorriam em suas iras.⁵⁶⁷

A disciplina e a ordem faziam-se presentes mediante castigos físicos e psicológicos. Assim como também as negociações envolvendo madeira e erva-mate com comerciantes argentinos, tinham Pimenta de Araujo como um dos “representante dos colonos”. A atitude tomada pelo tenente Pimenta Araujo era um indício forte de que os desmandos, as violências e os crimes de diferentes naturezas estavam a acontecer, ora contra colonos, ora contra os soldados, ora ainda, contra viajantes e os trabalhadores ervateiros e madeireiros dentro e fora das terras pertencentes à Colônia Militar.

Segundo Domingos Nascimento, na medida em que o Governo do Paraná passou a vender terras devolutas aos empresários ervateiros argentinos Domingos Barthe e a Nuñez y Gibaja, a Colônia Militar tornou-se um “azylo de mendigos”, tornando a situação da Colônia ainda mais instável. Ao contratarem trabalhadores em diferentes cidades e vilas situadas às margens do rio Paraná, na Argentina e no Paraguai, os referidos empresários os faziam trabalhar sob condições desumanas por meses seguidos no meio da floresta. Ao serem dispensados dos trabalhos de extração de erva-mate e do corte de madeira, os “pseudo-colonos”⁵⁶⁸ dirigiam-se para a Colônia Militar em busca de alimentos, trabalho, de terras para cultivar, ou ainda, visando esperar um barco-vapor às margens do rio Iguaçu ou Paraná para voltar suas cidades de origem.

Para os diretores da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, noticiou Domingos Nascimento, esse êxodo de “pseudo-colonos” não trazia benefício algum para a Colônia Militar. Ao contrário, ao chegarem com suas “numerosas famílias, carregando seus moveis e os seus utensílios às costas”

⁵⁶⁷ FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Op. Cit. pp. 43 e 44.

⁵⁶⁸ Expressão utilizada por Domingos Nascimento para referir-se aos trabalhadores argentinos e paraguaios que se dedicavam à extração de erva-mate e madeira. Cf. NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira...* Op. Cit. p. 97.

geravam transtornos diversos, como a invasão de terrenos dos colonos matriculados, desentendimentos com os soldados, roubos, entre outras coisas. Já, para os empresários ervateiros argentinos, abandonar os “pseudos-colonos” à própria sorte e destino, tornou-se mais uma estratégia rentável em seus empreendimentos por não precisar arcar com as despesas de viagens dos trabalhadores a suas regiões de origem.

Por outro viés, o êxodo desses trabalhadores explica o aumento da população na Colônia Militar em meados de 1905, conforme pontuou o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu em seu caderno de notas: “cerca de mil almas representadas por peões ou trabalhadores nas matas para extração de erva-mate e madeiras”. Já, a população colonial era “composta de 58 famílias”.⁵⁶⁹ No caderno de notas de Cândido de Abreu sobre a Colônia Militar, consta uma lista contendo os nomes dos colonos matriculados na Colônia Militar, que são:

COLONIA MILITAR DA FOZ DO IGUAÇU		
Relação nominal dos colonos aqui residentes		
Nº	Nome	Observações
1	José Acosta	Solteiro, tropeiro da Colônia
2	Leocádio Correa da Costa	Amasiado
3	Higgino M. Allegre	Casado
4	Estevão Charon	Amasiado
5	Viúva de Joaquim Alves Rodrigues	
6	Guilherme Francisco dos Santos	
7	Ramon Houbes	
8	Simão Nobre	
9	Jesus Val	
10	Amâncio Schwartz	
11	Carmello Benito	
12	Ramon Edmundo Morel	Casado pelo Rocha
13	Manoel Francisco de Lima	
14	Braz Martinez	Amasiado
15	Manoel Alves Serrão	Criminoso, assassino na Argentina e Paraguai

⁵⁶⁹ ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”.... Op. Cit. p. 129.

16	André Vera e Clementino Vera	
17	Vicente Alves de Oliveira	Amasiado
18	Adolfo Grande	Amasiado, assassino de Pedro Velho por ordem do diretor.
19	Manoel Zeferino Nascimento	Velho imprestável
20	Pedro da Costa	Amasiado
21	Tibúrcio Ruiz Dias	Amasiado
22	Manoel Francisco de Oliveira	
23	Eugênio de Oliveira	
24	Viúva de Elias Antonio Vargas	
25	Pedro Rodrigues	
26	João da Cruz Romero	
27	Manoel Machado	O alferes aluno Galdino Luiz Esteves, tendo de fazer uma viagem para o centro do Estado [do Paraná], conduziu consigo a mulher do colono, depois de uma cena sensacional passada entre o marido, mulher e amante na qual o revolver da vítima representou importante papel. O ofendido, acabrunhado abandonou o lote onde viveu e trabalhou 14 anos.
28	Marcos Garrido de Aragão	Amasiado
29	Pedro Luiz da Rosa	Solteiro
30	Américo Geraldo da Veiga	Amasiado
31	Silvério Antonio dos Santos	Amasiado
32	Félix Memis	
33	Philadelpho Alvarenga	
34	Izaías Ignácio Pena	Casado pelo Rocha
35	Ignácio Martins	Casado pelo Rocha
36	Jacinto Sarga	
37	José Pedro de Souza	Casado pelo Rocha
38	Panjade Vidal	
39	Manoel Joaquim Ramos	
40	Xisto Aguirre	Amasiado
41	João Ansoategne	
42	Ricardo Val	
43	Cândido Pinto	m. terreno do Estado, rio Paraná, fora dos limites da Colônia
44	Julião Villalba	
45	Pedro Silva	Velho imprestável
46	Isidro Dionertti	
47	Emília Roberti	
48	Antonio de Carvalho	
49	Manoel Gonzáles	
50	Pedro Martins	Carpinteiro da Colônia, solteiro
51	Raphael Ozana	
52	João Silva	
53	Amancio Silvestre	
54	Pedro Moura	Louco, solteiro imprestável
55	Ramão Bento	Velho imprestável, estrangeiro
56	Fagundes Gonzáles	
57	Lazaro Duarte	

58	Olympio Soares de Moura	Solteiro
----	-------------------------	----------

FONTE: ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”.. *Boletim do IHGEPR*, vol XXII, 1974. pp. 132 e 133.

Dos 58 colonos listados, 33 eram estrangeiros, destacou Cândido de Abreu em seus escritos, sem, no entanto, se preocupar em detalhar o país de origem. Alguns nomes acima citados foram objetos de menção pelos viajantes. Jesus Val (pai de Ricardo Val) era, segundo Silveira Netto, “proprietário e morador de ‘Porto Aguirre’, na costa argentina, à margem do Iguaçu, e que por anos facilitou os meios de visita aos famosos saltos, pelo lado argentino”.⁵⁷⁰ Manoel Joaquim Ramos, por sua vez, era “funcionário da delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Paraná” e Manoel Gonzáles era “um dos mais antigos moradores da fronteira”, tendo ele chegado em 1881.⁵⁷¹ Pedro Martins (brasileiro, ex-combatente da Guerra do Paraguai), o carpinteiro da Colônia, foi nomeado inspetor colonial pelo tenente José Joaquim Firmino em agosto de 1889.⁵⁷² André Vera e Clementino Vera eram os dois filhos do casal Feliciano D’Araujo e Andréa Vera, que, segundo José Maria de Brito, contribuíram para a “boa marcha” dos trabalhos iniciais da Colônia Militar em fins de 1889.⁵⁷³ Guilherme Francisco dos Santos era “um mulato pernambucano”, ex-praça do exercito que possuía plantações diversas próximas ao rio Floriano Peixoto, destacou Domingos Nascimento, dizendo ainda, que “sua vivenda no alto da barranca é alegre e bem cultivada. Este procura certas commodidades e tem provisões a faltar, além de alguma criação de aves”.⁵⁷⁴ Higgino M. Allegre, segundo os escritos de Domingos Nascimento, era um “concessionário de extracção de madeiras, e tem erguida no alto da barranca brasileira a propriedade mais linda e importante daquela região. [...] O chalet de sua residência é feito todo de cedro com paredes

⁵⁷⁰ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do Guairá aos saltos do Iguaçu...* Op. Cit. p. 44.

⁵⁷¹ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do Guairá aos saltos do Iguaçu...* Op. Cit. pp. 44 e 30.

⁵⁷² BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 73.

⁵⁷³ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 85.

⁵⁷⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit p. 101.

dobradas, ricamente adornado de jardins, cercado de confortáveis varandas, granjas e pomares”.⁵⁷⁵ A casa situava-se junto ao porto “Bella Vista”, pouco utilizada por Higgino M. Allegre, que residia em Buenos Aires. Mas, possuía lote rural na Colônia Militar, sendo “o colono que mais serviços materiais tem prestado à colônia do Iguassú, dotando de grandes melhoramentos as estradas que se dirigem para o norte, numa distância de 3 léguas da sede, posto que em benefício directo das suas propriedades”, ressaltou em seus escritos Domingos Nascimento.⁵⁷⁶

A Colônia Militar, como detalhado na lista de nomes de colonos, também acolheu a “assassinos” e “imprestáveis” na condição de colonos. Adolfo Grande cometeu um crime ao matar Pedro Velho a mando do Diretor da Colônia, diz Cândido de Abreu, sem, no entanto, mencionar o nome do referido Diretor. Manoel Alves Serrão, por sua vez, havia cometido crimes na Argentina e no Paraguai. A Colônia Militar era, para Manoel Alves Serrão uma espécie de “esconderijo”. Entre os “imprestáveis” estavam pessoas “velhas” (Manoel Zeferino Nascimento, Ramão Bento e Pedro Silva), não servindo para a lide na terra, cabendo à Colônia Militar lhes prover sustento; e um Pedro Moura, adulto e solteiro, caracterizado como “louco”. Além de colonos e de soldados, a fronteira, a floresta e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, isolada e distante dos centros urbanos brasileiros, argentinos e paraguaios servia de “abrigo” também a “assassinos” e “imprestáveis”, como se referiu o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu. A lista de colonos apresentada por Cândido Ferreira de Abreu traz à tona a idéia de que havia uma diversidade de pessoas convivendo lado a lado na área urbana e/ou rural da Colônia Militar, sem, no entanto, comportarem-se da mesma maneira. Ou seja, colonos, “assassinos”, “imprestáveis”, “amasiados”, “solteiros”, “casados” e soldados de diferentes patentes militares consideravam a Colônia Militar (e a fronteira) como um lugar seguro, e, em certa medida, tranqüila e confiável

⁵⁷⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit p. 125.

⁵⁷⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit p. 125.

para os que precisavam se esconder, viver o restante de seus dias, ou ainda de isolar-se do convívio daqueles que o consideravam diferente, insano, louco.

Colônia Militar de Foz do Iguaçu, com os indícios apontados acima, foi vista como um “refúgio” por aqueles que precisavam se esconder de situações que dificultavam o convívio nos espaços urbanos por terem cometido crimes, contraído dívidas, entre outras situações. Além, é claro daqueles que a viram como uma oportunidade de se conseguir acesso fácil a terra; como uma oportunidade empresarial ao instalar casas de comércio e engenhos de serrar e de farinha de mandioca, como fizeram os irmãos Blosset; ou de lucrar mediante a exploração da mão-de-obra paraguaia, argentina, brasileira e indígena na extração de erva-mate e madeira, como praticaram os empresários argentinos Domingos Barthe e Nuñez y Gibaja.

Outra informação que se destaca na lista de colonos fornecida por Cândido Ferreira de Abreu é quanto ao número de pessoas “amasiadas” e “casadas pelo Rocha”. Rocha era o nome de um capelão argentino que, de tempos em tempos, se deslocava à Colônia Militar para celebrar missa, batizados e casamentos. Conta Dora Schloegel Edhler (em entrevista ao padre Lotário Welter), que até 1916, Foz do Iguaçu era “curato” (capela) de Posadas, na Argentina. Por ocasião dos festejos de final de ano, à Foz se deslocavam padres argentinos do Verbo Divino, “toda a redondeza vinha batizar seus filhos nessa oportunidade, inclusive do Paraguai e da Argentina. Muitos não traziam padrinhos, os quais eram improvisados com os moradores locais”. Somente em 1916, a capela de Foz passou a fazer parte da paróquia de Guarapuava, de onde passaram a vir periodicamente padres para celebrar missas, casamentos, batizados, etc. “Não era uma tarefa fácil para os padres, pois os 400 km que ligavam Guarapuava a Foz do Iguaçu eram feitos em lombos de animais e, duravam, em média 20 dias de viagem”, pontuou Dora Schloegel Edhler.⁵⁷⁷

⁵⁷⁷ EDHLER, Dora Schloegel. Entrevista. WELTER, Lotário. *Tempos heróicos de uma Igreja nascente*. Assunção, s/ed, 1992. p. 12. O livro, em edição bilíngüe (português e espanhol) foi escrito com base em entrevistas coletadas pelo padre Lotário Welter junto a outros

No início do capítulo, fez-se uso de uma afirmação feita pelo sargento José Maria de Brito dizendo que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu teve uma vida “franca, leal, cheia de garantias”. No decorrer deste capítulo, fazendo uso ora dos escritos de viagens, ora de relatórios administrativos da Colônia Militar, ora, ainda, de textos publicados em jornais no Rio de Janeiro e em Guarapuava, viu-se que a vida na Colônia Militar, tanto de soldados, como de colonos, de particulares e de viajantes, tiveram poucas garantias e de vida franca. A primeira das dificuldades, segundo os documentos utilizados, era o isolamento da Colônia Militar de outros centros urbanos brasileiros, impedindo não só a comunicação, o transporte de víveres, dinheiro e equipamentos, mas também de fomentar a migração de brasileiros e de imigrantes europeus que chegavam nos arredores de Curitiba e nos Campos Gerais para a Colônia Militar.

A falta de recursos financeiros foi outro fator de destaque pela situação instável da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Soldados desertaram, pelo atraso no pagamento de seus soldos; muitos colonos matriculados, ao não serem assistidos pela Colônia Militar quando da falta de alimentos, de sementes e de animais que lhes facultariam o trabalho na terra, abandonaram o trabalho e seus lotes, para alugar sua força de trabalho aos ervateiros e madeireiros argentinos, atividade essa, ampliada entre os colonos após 1895/96, como estratégia visando manter e ampliar o número de colonos sob tutela da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Para diminuir os gastos com os colonos, a direção da Colônia Militar autorizou os colonos a comercializarem erva-mate e madeira com comerciantes argentinos. Tal ação promoveu o afastamento de muitos colonos às atividades agrícolas e pastoris, em prol da extração de erva-mate e madeira.

Entre os acontecimentos externos à Colônia Militar que vieram a contribuir para com a situação instável, descrita nos documentos e relatos de

padres e antigos moradores de Foz do Iguaçu. O conjunto dessa obra traz uma contribuição de fôlego para se pensar a religiosidade na fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.

viagens, destacam-se a passagem da coluna de Juca Tigre, em meados de 1894, pela Colônia Militar, obrigando a soldados e colonos a empreender fuga para o território paraguaio e argentino; as perseguições políticas a militares pelo Governo Republicano e a nomeação de alguns deles para dirigir uma Colônia Militar numa região de fronteira internacional como forma de punição; e a aproximação do Governo do Estado do Paraná com empresários ervateiros argentinos, que culminaram na comercialização de terras devolutas fora dos limites da Colônia Militar.

Também ficou evidente neste capítulo, que os relatos escritos pelos viajantes sobre a Colônia Militar não conseguiram captar (ou omitiram) inúmeros outros acontecimentos e estratégias de atuação dos colonos, dos soldados e dos diretores coloniais para viver e/ou sobreviver na fronteira. Algumas estratégias foram tornadas conhecidas na medida em que utilizamos os relatórios administrativos do coronel Torres Homens e dos textos publicados em jornais cariocas e guarapuavanos. Com esse cruzamento de informações foi possível trazer à tona alguns aspectos da dinâmica de funcionamento da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Outros aspectos dessa dinâmica, no entanto, serão possíveis de serem no próximo capítulo, que tem por objetivo aludir sobre a situação dos colonos assentados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, a partir de uma *Ata de Audiência Particular* feita por militares do exército, entre os dias 22 de novembro de 1907 a 02 de dezembro do mesmo ano. Nela constam as queixas dos colonos com relação a diversas coisas, dentre elas, os documentos provisórios de posse de terras, a não demarcação dos lotes, a invasão dos lotes rurais, a violência física cometidos aos colonos como forma de pressioná-los a vender erva-mate e madeira a determinados atravessadores, etc. Tais informações evidenciam, ainda mais, a difícil vida levada pelos colonos na fronteira.

SER COLONO NA FRONTEIRA

O objetivo deste capítulo é discorrer e refletir sobre a condição de vida dos colonos, ou daquelas pessoas que, ao receberem lotes urbanos e rurais dentro dos limites territoriais pertencentes à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, foram denominados de “colonos”. Quem são eles? Como conseguiram tornar-se “colonos”? Todos fizeram uso das terras que receberam da Colônia Militar? Como eram as condições de vida e trabalho dos colonos? Houve conflitos em torno da posse e uso da terra? Como os colonos foram descritos pelos viajantes? Como são citados nos relatórios administrativos da Colônia Militar? Essas são algumas questões a serem abordadas neste capítulo, com o propósito de evidenciar que na Fronteira, a vida dos colonos não se mostrava agradável e próspera, e sim, de incertezas e dificuldades a serem contornadas dia-a-dia.

4.1 OS COLONOS QUEIXOSOS

A Ata de Audiência Particular com colonos de Foz do Iguaçu, utilizada para discorrer sobre a situação vivida pelos colonos na fronteira oeste do Paraná em 1907, foi publicada como adendo aos relatos de José Maria de Brito no livro *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. Segundo o jornalista Zé Beto Maciel, que faz a apresentação aos escritos de José Maria de Brito, o referido documento “faz parte de relatórios do Ministério do Exército que se encontram no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro”. O

manuscrito lhe foi apresentado pela historiadora Elaine Rocha, que havia consultado e reproduzido por ocasião da elaboração de sua tese *Avá-Guarani... presente*, defendida em 1991.⁵⁷⁸ A iniciativa de editar a *Ata de Audiência Particular*, ao que parece, partiu do jornalista Zé Beto Maciel, pois foi ele que conseguiu tal manuscrito através dos contatos mantidos com a historiadora Elaine Rocha.

Tanto as narrativas de José Maria de Brito como a Ata, mesmo escritos em épocas diferentes, propiciam ao historiador novos olhares sobre a história de brasileiros e estrangeiros na fronteira. Nela constam queixas de 48 colonos, coletadas entre os dias 22 de novembro a 02 de dezembro de 1907 por militares oriundos do Rio de Janeiro com a finalidade de verificar a situação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu. Os nomes e patentes dos militares não constam no referido documento, o que dificulta uma análise mais apurada, porém não a inviabiliza. Sabe-se que será importante fazer uma busca junto aos arquivos do Ministério da Guerra e do Exército, no Arquivo Nacional, visando saber tal informação, além da coleta de outros documentos relativos ao tema.

A presença dos militares na Colônia Militar, por si só, já atraía a atenção da comunidade local. Ao saberem dos motivos da estadia dos mesmos na fronteira, muitos colonos foram ao encontro dos mesmos com a finalidade de noticiar-lhes a situação enfrentada por eles. Em dez dias, foram ouvidos 48 colonos. Se levado em consideração que cada colono entrevistado faz parte de uma família, tem-se 48 famílias atendidas. A estimativa populacional da Colônia Militar em 1905, diz Cândido Ferreira de Abreu, era de 2000 pessoas, não mais de 300 famílias.⁵⁷⁹

A *Ata de Audiência Particular* é rica em informações. Logo após o nome completo do colono, consta a nacionalidade, o tempo de residência na Colônia, a quantidade de filhos e, por fim a queixa. Dos 48 colonos ouvidos pelos militares, 19 disseram ser brasileiros, 11 denominavam-se argentinos,

⁵⁷⁸ MACIEL, Zé Beto. "Apresentação". *Descoberta de Foz do Iguaçu...* op. Cit. p. 12.

⁵⁷⁹ ABREU, Cândido Ferreira de. *Colônia Militar do Iguassú – 1905*. In: Boletim do IHGE do Paraná. Curitiba, 1974, v 22. p. 130.

14 informaram ter nacionalidade paraguaia, 2 alegaram ser espanhóis, 1 declarou ser italiano e 1 disse ser de origem alemã. Dos 48 colonos, 32 informaram o tempo de residência na Colônia Militar: 2 haviam chegado a menos de 1 ano; 5, entre 1 e 2 anos; 8, entre 3 e 5 anos; 6 entre 6 e 10 anos; 5 entre 11 a 20 anos; e 6 acima de 20 anos. Pelos dados apresentados na *Ata*, entre os anos de 1904 e 1907, o número de colonos brasileiros que migravam para a Colônia Militar era maior do que a migração de colonos paraguaios e argentinos, na proporção de 5 brasileiros para 1 paraguaio e 1 argentino.

Julio Gutierrez, paraguaio, foi o primeiro colono a ser ouvido pelos militares em 22/11/1907, que dizia

não poder cortar lenha nem fazer erva, quando os negociantes mais fortes o fazem seguidamente, tais como Jorge Schimmelpfeng, Eugenio (ilegível) e Leôncio Alves. Até hoje não lhe demarcaram o lote, o que lhe (ilegível) pelo resultado de seu trabalho. Cortava erva em terrenos da colônia, devidamente autorizado quando Jorge Schimmelpfeng tomou-lhe o terreno, peões e tudo o quanto tinha, pondo-o para fora do local, cobrando-lhe ainda 25 contos por cada 10 km² de erva. É fiscal dos ervais o irmão de Jorge.⁵⁸⁰

Com a fala de Julio Gutierrez percebe-se que havia uma rede de relações e dependência entre os colonos, os “negociantes” e Jorge Schimmelpfeng, personagem esse, que até 1905 ocupava cargo público de Agente da Receita Fiscal na Colônia Militar, função da qual pediu exoneração para assumir as funções de delegado e comerciante (casa de comercio e hotel) no interior da Colônia Militar. Aos poucos Jorge passou a controlar o corte de madeira e a extração de erva-mate, mediante a expedição de “autorização” para tal empreitada em florestas pertencentes à Colônia. A não demarcação dos lotes rurais e a não expedição dos títulos de propriedade da terra em nome dos colonos acabou sendo utilizado por Jorge Schimmelpfeng e por outros personagens sob sua tutela, como instrumento de agrado e intimidação junto aos colonos, a ponto de serem expulsos das terras, como ocorreu com Julio Gutierrez.

⁵⁸⁰ GUTIERREZ, Julio. *Ata de Audiência Particular a colonos de Foz do Iguassú, 22/11/1907*. p. 95 e 96.

Tibúrcio de Miranda Ozório, brasileiro, até pouco tempo atrás havia ocupado a função de Inspetor do Distrito, função que lhe fora tirada sem motivo, “para ser nomeado Gregório Chacão, argentino, trabalhador e protegido de Jorge Schimmelpfeng”. Diz ainda, que Xisto de Aquino foi um dos primeiros a ocupar terras nos limites da colônia e, por não serem demarcadas “por este Jorge foi posto para fora, com apoio da diretoria”.⁵⁸¹ Felipe Saldanha, paraguaio, reclama os títulos de seus lotes, pois “está na colônia há cinco anos e ainda não lhe deram o título provisório, quando a lei lhe assegura o definitivo 3 anos depois da posse. Não tendo permissão para cortar madeira ou tirar erva, pergunta como é possível assim se manter”.⁵⁸²

Olympio dos Santos, brasileiro, colono há 4 anos tem um lote agrícola, cujo título ainda não obteve,

Ouviu que enquanto continuarem os lotes sem ser demarcados, não pode haver sossego nem amor ao trabalho. Relata então que tem colonos, de nomes Antonio Ortis, Simeão Ramiry e Américo (ilegível) que tinham lotes roçados e plantados e com algumas benfeitorias, quando Leôncio Alves começou a fazer demarcação de seu lote, que foi cair nos terrenos daqueles colonos, deles se apoderando logo, expulsando-os sem a menos indenização, nem providências da Diretoria. Diz que alguns oficiais plantam e roçam em terrenos da colônia. Há 3 anos, mais ou menos, vendeu à colônia 50 mãos de milho e até hoje não foi pago. Nunca lhe deram ferramenta. Todos os anos trabalha obrigatório. Gosta de cachaça mas não incomoda ninguém e, entretanto um comissário num dia desses derramou toda uma garrafa sua, que se achava junto dele.⁵⁸³

Em 27 de novembro de 1907 teve audiência junto aos militares o colono Manoel Gonçalves (espanhol) que, segundo ele, residia nestas terras a “vinte e tantos anos” e possuía título provisório. Queixava-se aos militares por não respeitarem seus lotes,

dividido por dois arroios, ao norte o Guabiobas, ao sul o Freitas conforme seu título, têm sido invadido e desrespeitado pelos irmãos Antonio Carvalho, Estevão Chason, Felix Chason e Gregório Chason, que lhe têm arruinado materialmente. Fizeram roçados e plantações

⁵⁸¹ OZÓRIO, Tiburcio de Miranda. *Ata de Audiência particular com colonos*. 23/11/1907. p. 98.

⁵⁸² SALDANHA, Felipe. *Ata de Audiência particular com colonos*. 23/11/1907. p. 96.

⁵⁸³ SANTOS, Olympio, *Ata de Audiência particular com colonos*. 23/11/1907. p. 99 e 100.

em suas terras o que protestou perante o Sargento Pimenta, o qual lhe deu uma carta fechada para Estevão Chason, que era então fiscal, o qual ainda decompôs. Tem sido perseguido porque tem sido sempre autoridade, viviam prendendo, surrando, castigando. A segunda invasão foi para tirar ervas, o que foi mandado pelo atual Diretor que disse que as ervas trabalhadas não lhe pertenciam.⁵⁸⁴

Vicente Alves Oliveira, brasileiro, veio queixava-se de que a Colônia “não comprava os produtos dos colonos, preferindo compra-los dos negociantes, o que não lhe parece justo”, além de ter sido “embrulhado por Leôncio Alves num negócio de madeira, sem que providência alguma fosse tomada” e de ter seu lote invadido por Vidal Pojada “e dali tirou quatrocentos e tantas peças de madeira”.⁵⁸⁵

Gregório Pinto Bandeira, militar brasileiro e colono, por sua reclamava que “o filho do Major Diretor mandou roçar alqueires e meio dentro de seu lote, ficando e ocupando-o. Queixa-se também que Moraes e Camau (ilegível). Mostrou os ferimentos feitos na ocasião”.⁵⁸⁶ Já, o colono brasileiro Manoel Francisco de Lima, que há dez anos residia na colônia, “tem título provisório e três lotes que têm sido respeitados”. Sua queixa, no entanto, dizia respeito a seu filho Vicente Borges Lima, que “em uma festa realizada na colônia, excedeu-se um pouco e feriu levemente um praça do destacamento. Receoso de punição, fugiu para o Paraguai. Pede intervenção do Inspetor para que seja permitida a volta do filho”.⁵⁸⁷

José Oliveira, brasileiro, diz que “tem sofrido muito” e de ter sido posto para fora do lote que ocupava há muito tempo por Antonio Carvalho, e que seus irmãos mataram “sua criação e pintaram o diabo com ele”. O sargento Barroso teria prendido-o “por 15 dias, comendo só um pedacinho com um pouco de farinha, que lhe deu um soldado”.⁵⁸⁸

Ana Maria (brasileira), Joana Roza Penna Oscental (paraguaia) e Ramona Salsa (argentina), colonas e esposa de colonos também vieram

⁵⁸⁴ GONÇALVES, Manoel. *Ata de Audiência particular com colonos*. 27/11/1907. p.106.

⁵⁸⁵ OLIVEIRA, Vicente Alves. *Ata de Audiência particular com colonos*. 02/12/1907. p. 111.

⁵⁸⁶ BANDEIRA, Gregório Pinto. *Ata de Audiência particular com colonos*. 23/11/1907. p. 99.

⁵⁸⁷ LIMA, Manoel Francisco de. *Ata de Audiência particular com colonos*. 23/11/1907. p. 97.

⁵⁸⁸ OLIVEIRA, José. *Ata de Audiência particular com colonos*. 29/11/1907. p. 110.

queixar-se com os militares. Ana Maria veio “pedir providências por terem marcado um novilho de sua propriedade. Tomadas as providências, foi-lhe entregue o animal no dia seguinte”.⁵⁸⁹ Joana Roza, por sua vez, veio clamar pela demarcação de seu lote, pois tinha título provisório e, por ser idosa, tinha receio de “morrer deixando sua família em dificuldade, sem nenhuma garantia, o que não existe”.⁵⁹⁰ Ramona Salsa pedia intervenção junto aos militares na transferência de um de seus filhos, soldado do 6º Regimento de Artilharia, para a servir na Colônia Militar.⁵⁹¹

As queixas de alguns colonos acima destacadas fornecem uma radiografia da situação vivida por eles. Dos 48 colonos ouvidos pelos militares, a ampla maioria reclamava sobre a ausência de títulos provisórios e, quando os tinham, reclamavam da não demarcação dos lotes. Além de invasões as terras alheias, extração de erva-mate, madeira, roçadas e a formação de plantações em áreas de outrem, por pessoas ligadas aos Diretor da Colônia ou a Jorge Schimmelpfeng, este último, denominado pelos colonos como “D. Jorge” ou “Coronel Jorge”.

Mas, quem era Jorge Schimmelpfeng? “Ilustrado, trabalhador e correcto na sociedade em que vive”, diz Sebastião Paraná na obra *Galeria Paranaense: notas biográficas* (1922), após tecer uma breve descrição de sua formação militar na Escola da Praia Vermelha entre os anos 1892 e 1895, quando fora “excluído do Exército” por ocasião das “vaías contra o General Jacques Ouriques” em 15 de março de 1895. Regressou a Curitiba, sua terra natal, ingressando na política após rápida passagem como “Sub-Commissário de Polícia”. Em 1901 foi eleito camarista na Capital do Estado do Paraná, porém exerceu as funções até maio de 1892, quando foi convidado pelo Governo do Paraná para “instalar e chefiar a comissão fiscal da Foz do

⁵⁸⁹ MARIA, Ana. *Ata de Audiência particular com colonos*. 23/11/1907. p. 100.

⁵⁹⁰ OSCENTAL, Joana Roza Penna. *Ata de Audiência particular com colonos*. 27/11/1907. p. 103.

⁵⁹¹ SALSA, Ramona. *Ata de Audiência particular com colonos*. 27/11/1907. p. 103.

Iguassú”, em 28 de maio de 1902.⁵⁹² Exerceu tal função até 1905, quando pediu exoneração para se dedicar à “indústria commercial”, salienta Sebastião Paraná, que continua:

Pode-se dizer que este operoso paranaense se constitui o factor principal do progresso daquela longínqua zona do Paraná. Aos seus esforços se deve a elevação da antiga colônia a categoria de districto judiciário, e mais tarde a município e a comarca. Tendo adquirido bens e fortuna, graças à sua labuta incessante na industria, não limitou seu circulo de acção aos ramos de negócio em que adquiriu esses bens: seu espírito progressista e o desejo de ver cada vez mais prospera a cidade das prodigiosas cachoeiras o induziram a realizar novos commetimentos na localidade. Assim é que, além de uma casa commercial, fundou e explora naquela cidade uma serraria, construiu confortável prédio para sua residência e outro para hotel. Mantém no lugar Benjamim Constant e em Santa Maria, junto aos Saltos do Iguassú, succursaes de sua casa commercial. [...] Mas não fica ahi seu espírito de iniciativa. Assim é que, cuidando de tudo nessa localidade do extremo ocidente do Estado, dedica-se também à lavoura. Seu cannavial já está produzindo bons resultados, bem como a cultura da mandioca, destinada ao preparo de farinha.⁵⁹³

A argumentação construída por Sebastião Paraná em relação a Jorge Schimmelpfeng, como se verifica acima, tornou-o, ainda em vida, uma espécie de herói local, pois com o esforço solitário desse empreendedor, numa região de fronteira, soubera fazer progredir toda uma comunidade, elevando-a à categoria de município e, mais tarde, à sede de Comarca.

É possível, no entanto, fazer outra leitura da citação acima. O isolamento em que vivia a Colônia Militar do restante do Brasil e do Paraná devido ao péssimo estado da estrada que ligava a Colônia Militar a Guarapuava, propiciou ao “operoso paranaense” manter a comunidade da fronteira sob seu controle, com a anuência dos administradores da Colônia Militar. Nos anos em que esteve à frente da Agencia Fiscal, conheceu os mecanismos de funcionamento da comunidade e suas carências. Ao se lançar na atividade comercial com uma “Casa Commercial”, passou, aos poucos, a controlar o que deveria ser plantado e extraído das matas por meio da

⁵⁹² PARANÁ, Sebastião. “Jorge Schimmelpfeng”. In: *Galeria Paranaense: notas biográficas*. Curitiba, 1922. Edição comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. P. 314-315.

⁵⁹³ PARANÁ, Sebastião. “Jorge Schimmelpfeng”. In: *Galeria...* Op. Cit. p. 316.

“autorização” fornecida aos colonos. Ele, no entanto, não negociava a compra de sementes e erva-mate diretamente com os colonos. Para isso, havia os “negociantes”, como eram conhecidos Leôncio Alves, Eugênio, Gregório Chacão, e outros asseclas de Jorge Schimmelpfeng.

Farinha de mandioca, açúcar, aguardente de cana-de-açúcar, milho, feijão e erva-mate eram alguns dos produtos mantidos sob rígido controle de Jorge Schimmelpfeng e seus capangas. O mesmo se dava em relação à serraria que fora abandonada pelos irmãos Blasset (os primeiros a edificar uma serraria nas barrancas do rio Paraná, em 1892). Somente era possível extrair madeira nas terras que faziam parte da Colônia Militar se os colonos tivessem a “autorização” de Jorge Schimmelpfeng e se concordassem em serrar as toras em sua serraria mediante pagamento das despesas em madeira serrada.

Coronelismo, mandonismo e clientelismo na Fronteira. Assim como em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e outros rincões do Brasil na Primeira República (1889/1930), o poder dos coronéis sobre seus dependentes e rivais, através do artifício de conceder/controlar os cargos públicos (do delegado ao inspetor do distrito, do negociante ao carcereiro) marcou presença indelével na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, tendo Jorge Schimmelpfeng como exemplo. As queixas dadas pelos colonos evidenciam que existia uma estrutura oligárquica e personalizada de poder centralizada na figura de Jorge, que em função do controle de alguns recursos estratégicos (como a “casa de comércio”, o prestígio político na Capital paranaense, os mecanismos de coação/pressão aos colonos relativos à questão da terra sem documentação/demarcação, além do isolamento geográfico da Colônia em relação a outros centros urbanos paranaenses e brasileiros), exercia sobre a comunidade local o domínio pessoal e arbitrário. Não foi por mero acaso que Jorge Schimmelpfeng foi o primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, quando se tornou município em 1914. Reelegeu-se outras vezes e, mais adiante, chegou a ocupar uma cadeira de Deputado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

